

PSICOLOGIA E POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS

CONTEXTOS DE FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO



Renata Meira Veras
Sabrina Daiana Cúnico
Juliana Fernandes-Eloi
Dóris Firmino Rabelo
Organizadoras



Psicologia e populações vulnerabilizadas: contextos de formação e intervenção

Renata Meira Veras
Sabrina Daiana Cúnico
Juliana Fernandes-Eloi
Dóris Firmino Rabelo
(orgs.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VERAS, R. M., CÚNICO, S. D., FERNANDES-ELOI, J., and RABELO, D. F., eds. *Psicologia e populações vulnerabilizadas: contextos de formação e intervenção* [online]. Salvador: EDUFBA, 2024, 439 p. ISBN: 978-65-5630-893-7. <https://doi.org/10.7476/9786556308937>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

O conceito de vulnerabilidade social vem sendo adotado por diversos campos do conhecimento, incluindo a psicologia. Num sistema capitalista, diferentes dispositivos de marginalização acabam sendo produzidos, excluindo determinadas pessoas que não se incluem dentre os “referenciais desejáveis”. Sendo assim, é notável a existência de processos de exclusão e suas consequências para os modos de subjetivação por parte dessas pessoas. Este livro aborda a interação da psicologia com esses grupos considerados vulneráveis, partindo do reconhecimento de uma psicologia alinhada com os direitos humanos e compromissada com as questões sociais. A partir de capítulos com aportes teóricos e práticos, o presente livro aborda questões relevantes para o atendimento ético e qualificado de populações em situação de vulnerabilização. Esperamos que a leitura deste livro contribua para a formação dos psicólogos e psicólogas e que permita novas e potentes reflexões sobre a (des)construção das práticas psicológicas voltadas para as populações vulnerabilizadas.

PSICOLOGIA E POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS

Contextos de formação e intervenção

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Penildon Silva Filho



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Susane Santos Barros

Conselho Editorial

Titulares

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

George Mascarenhas de Oliveira

Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté

Mônica Neves Aguiar da Silva

Suplentes

José Amarante Santos Sobrinho

Lorene Pinto

Lúcia Matos

Lynn Alves

Paola Berenstein Jacques

Rafael Moreira Siqueira



Renata Meira Veras
Sabrina Daiana Cúnico
Juliana Fernandes-Eloi
Dóris Firmino Rabelo
Organizadoras

PSICOLOGIA E POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS

Contextos de formação e intervenção

Salvador
Edufba
2024

2024, autores.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação editorial

Cristovão Mascarenhas

Capa

Tiago Pedra

Coordenação gráfica

Edson Sales

Projeto gráfico

Tiago Pedra | Edson Sales

Coordenação de produção

Gabriela Nascimento

Revisão e normalização

Luna Pirahy | Marcely Moreira

Assistente editorial

Bianca Rodrigues de Oliveira

Ilustração da capa

Molije

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

Psicologia e populações vulnerabilizadas : contextos de formação e intervenção / Renata Meira Veras... [et. al.], organizadores.
– Salvador : EDUFBA, 2024.

26,2 MB [PDF]

Contém biografia.

Acesso em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/40685>

ISBN: 978-65-5630-663-6

1. Populações vulneráveis – Aspectos psicológicos. 2. Brasil – Condições sociais. 3. Desigualdade social. 4. Direitos humanos. 5. Desenvolvimento sustentável. I. Veras, Renata Meira.

CDD: 301

Elaborada por Tatiane de Jesus Ribeiro CRB-5: BA-001594/O

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n

Campus de Ondina, 40170-115 – Salvador, Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164 | edufba@ufba.br | edufba.ufba.br

SUMÁRIO

Prefácio	10
-----------------	-----------

Apresentação	14
---------------------	-----------

Como construir uma universidade para todas as pessoas e para cada uma?	22
---	-----------

Luciana Maria Maia
Letícia Leite Bessa
Jannayna Queiroz Carvalho
Luana Elayne Cunha de Souza
Kaline da Silva Lima
Luciana Queiroz Fontenele

Psicologia e direitos humanos: tecendo entrenós uma formação ético-política comprometida com a garantia de direitos de populações vulnerabilizadas	46
---	-----------

Patrícia Castro de Oliveira e Silva
Melissa Gava Payer
Camilla da Silva Rocha
Bruna Maria Lima de Oliveira
Nathan Silva Carneiro
Flavio Lopes Guilhon
Maria Clara Dias da Costa

**(Re)leituras psicanalíticas: o pacto
narcísico da psicanálise na inteligibilidade
dos corpos dissidentes** 71

Marina Valentim Brasil
Bruna Bayer
Annelise Riva

**Experiências com a população T
no âmbito da saúde pública:
(re)construindo identidades
individuais e coletivas** 96

Fernanda Guadagnin
Stéphanie da Selva Guimarães

**Pesquisa em bissexualidade:
panorama brasileiro e desafios
metodológicos** 117

Marina Feijó
Luísa Chaves de Faria Brasil
Thais de Castro Jury Arnoud
Ângelo Brandelli Costa

**Ageismo e sexismo contra
lésbicas: subversões identitárias
e de sexualidades na velhice** 139

Juliana Fernandes-Eloi
Aluisio Ferreira de Lima
Anne Joyce Lima Dantas

**Misoginia e discurso de ódio no
ciberespaço: implicações, demandas
e possibilidades à psicologia** 159

Anderson Moraes Pires
Keilane Ferreira de Araujo
Juliana Fernandes-Eloi

**Ciberracismo contra mulheres
negras como forma de extermínio
da diferença no ciberespaço** 177

Juliana Fernandes-Eloi
Aluísio Ferreira de Lima

**Feminilidade, raça e cisnormatividade
na psicoterapia: ética e cuidado para
além da violência** 198

Karin Juliana Daffinyn da Silva

**Estratégias de enfrentamento
da soropositividade ao HIV
na atualidade** 222

Airton Pereira do Rêgo Barros

**A atuação da psicologia
na Operação Acolhida** 242

Kelly Cristina Kohn
Mariana Resener de Moraes

**A vida não é um filme: relato de
experiência de oficinas com homens
cumprindo pena em regime semiaberto** **264**

Raquel Meyer Fagundes Backes
Diana Flores
Carmem Regina Giongo
Sabrina Daiana Cúnico

**Cuidado e poder: paradoxos
do trabalho da psicologia em
instituições de preservação
da ordem** **288**

Clara Santos Henriques de Araújo
Ana Carolina Bispo Pereira
Jimena de Garay Hernández

**O acolhimento como facilitador
da experiência das usuárias em
delegacias especializadas no
atendimento à mulher** **308**

Tatiana Otto Stock
Maria Leonor Gonsales Martins da Silva
Stéphanie da Selva Guimarães
Ângelo Brandelli Costa

**A perspectiva fenomenológica-existencial
e o cuidado à existência em vulnerabilidade** **336**

Luciana Fernandes de Medeiros

**Consultório na rua: o território
como ferramenta de cuidado** **357**

Daniele Carmo Queiroz
Marcus Vinicius de Oliveira Silva
Renata Meira Veras

**O cuidado da obesidade infantil
em contextos de vulnerabilidade
social: propostas de uma clínica
integral e sensível** **380**

Claudia Carneiro da Cunha
Wagner Luiz da Silva
Ana Clara Oliveira
Katiane Alves Fontes dos Santos

**Considerações para o acompanhamento
de idosas negras chefes de família na
Política de Assistência Social** **403**

Alessandra de Jesus Santos Lopes
Dóris Firmino Rabelo

Sobre as(os) autoras(es) **427**

PREFÁCIO

De forma geral, a vulnerabilidade é um estado em que as pessoas e grupos se sentem expostos e ineficientes para lidar com situações difíceis, dolorosas ou ameaçadoras. Via de regra, é um estado comum à experiência humana, experienciado em momentos específicos de vida, mesmo que em diferentes intensidades. No entanto, para algumas pessoas e grupos, a vulnerabilidade passa a ser uma constante, gerando um processo de vulnerabilização que desafia e ameaça realizações cotidianas, que deveriam ser “naturais” em situação de segurança. Não é preciso se esforçar muito para constatar que vivemos num país que escancara as vulnerabilidades de boa parte da sua população. Tratamos aqui, especificamente, do processo de vulnerabilidade social. A vulnerabilidade social pode ser definida como a situação socioeconômica e relacional da parte da população que dispõe de poucos recursos para lidar com questões como: renda, moradia, trabalho, educação e uma série de desigualdades impostas à sua condição grupal – raça, gênero, orientação sexual, idade etc. O Brasil ainda tem uma longa trajetória para realmente mudar a situação de sua população vulnerabilizada. Embora o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) apresente uma melhora significativa até 2017, nosso país tem uma enorme lista de problemas que vulnerabiliza grande parte da população, como a fome, violência urbana, aumentos nos crimes de racismo e homofobia etc. A pandemia de covid-19 agravou ainda mais a situação, com a pobreza social atingindo 64,6 milhões de pessoas em 2021. Tais fatores foram potencializados por uma série de retrocessos em políticas sociais vividos no país entre 2019 e 2022.

A psicologia estuda a vulnerabilidade e o risco social como conceitos distintos. A vulnerabilidade social é um estado de fragilidade e exposição às situações de risco, enquanto o risco social é a probabilidade de uma pessoa ou grupo ser exposto a situações de vulnerabilidade. Destaca-se a importância de se compreender a vulnerabilidade e o risco social como

processos complexos e multifacetados, que envolvem fatores individuais, sociais, culturais e políticos. Dessa forma, a obra que está em suas mãos convida para a reflexão e para a ação em diversos níveis e grupos na perspectiva da promoção de contextos de proteção às populações vulnerabilizadas. Entende-se que o conceito de proteção está intimamente relacionado à vulnerabilidade e ao risco social, ou seja, proteção pode ser entendida como um conjunto de ações e políticas que visam reduzir a vulnerabilidade e o risco social, promovendo a segurança e o bem-estar das pessoas e comunidades. A proteção pode ser entendida como uma via de garantia de direitos humanos na redução de exposição a riscos.

No entanto, como variável coletiva, a noção de proteção também pode ser vista como uma forma de controle social, que pode reforçar a vulnerabilidade e o risco social em vez de reduzi-los – como bem assistimos em governos autoritários, religiões impositivas e situações de guerra. Por isso, é importante que as políticas de proteção sejam desenvolvidas de forma participativa e democrática, levando em conta as necessidades e demandas das pessoas e comunidades envolvidas. Quando as políticas são implementadas de forma autoritária, elas exercem o objetivo de controlar e restringir a liberdade dos cidadãos.

Dessa forma, é importante que as políticas sejam baseadas nos princípios da dignidade humana e dos direitos humanos, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso aos recursos de que precisam, independentemente de sua condição social ou política. No Brasil, a proteção social é um direito constitucional, garantido pela Constituição Federal de 1988. No entanto, ainda existem desafios para que essa proteção seja efetiva para todos os cidadãos, especialmente aqueles que são mais vulneráveis. É importante que o Estado brasileiro continue a investir na proteção social, garantindo que todas as pessoas tenham acesso aos recursos de que precisam para viver com dignidade. Entre algumas iniciativas mundiais para o desenvolvimento do planeta, estão os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um conjunto de 17 objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para serem alcançados até 2030. Eles visam a erradicação da pobreza, a proteção

do meio ambiente e o combate às desigualdades sociais e econômicas. A vulnerabilidade social e o risco social estão diretamente relacionados a vários dos ODS, incluindo o Objetivo 1: Erradicação da Pobreza; o Objetivo 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável; o Objetivo 3: Saúde e Bem-Estar; o Objetivo 4: Educação de Qualidade; o Objetivo 5: Igualdade de Gênero; o Objetivo 6: Água Potável e Saneamento; o Objetivo 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico; o Objetivo 10: Redução das Desigualdades; o Objetivo 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis; e o Objetivo 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes. O Objetivo 10 – Redução das Desigualdades – é o objetivo específico que trata diretamente da vulnerabilidade social e do risco social. Ele visa reduzir as desigualdades sociais, econômicas e políticas entre países e dentro deles, promovendo a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de sua idade, gênero, raça, etnia, orientação sexual, religião ou deficiência. O Objetivo 10 também visa a garantir a igualdade de oportunidades e a reduzir a vulnerabilidade social e o risco social, especialmente para as pessoas em situação de pobreza, exclusão social e marginalização.

Para combater a vulnerabilidade social no Brasil, é necessário um esforço conjunto de governos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e indivíduos. Algumas estratégias para combater a vulnerabilidade social incluem: investir em educação e treinamento, melhorar as condições de trabalho, fornecer acesso a serviços de saúde e assistência social, promover a igualdade de gênero e raça, entre outras. É importante lembrar que a vulnerabilidade social é um problema complexo e que não há soluções simples ou rápidas. No entanto, é necessário reconhecer o compromisso da psicologia como ciência e profissão engajada no trabalho para criar um mundo mais justo e menos desigual.

Esta obra é fruto das ações de pesquisa e inovação científica por parte dos membros do Grupo de Trabalho (GT) Relações Intergrupais: Exclusão Social e Preconceito da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp), que pertencem a diferentes programas de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia de mais de dez universidades públicas e privadas de três regiões brasileiras. Além disso, conta com pesquisadoras e pesquisadores convidados, que atuam nos temas em questão

e colaboram com o GT. O objetivo desta obra é divulgar a produção em psicologia sobre diversos grupos vulnerabilizados, mas sempre com a perspectiva de colaborar para o pensamento de uma psicologia ativa e atuante, comprometida com a formação de profissionais conscientes dos seus papéis e geradores de mudanças sociais positivas em nosso país.

Para formar profissionais de psicologia mais engajados em resolver os problemas da vulnerabilidade social no Brasil, é necessário considerar vários aspectos. É importante que os profissionais de psicologia tenham uma compreensão clara do conceito de vulnerabilidade social e como ele se aplica no contexto brasileiro. Os cursos de graduação em Psicologia devem oferecer conhecimentos, posturas éticas e experiências práticas para capacitar seus alunos a atuar no Sistema Único de Assistência Social (Suas). Isso inclui a necessidade de um modelo de formação que permita aos recém-formados desenvolver práticas inventivas e criativas, que potencializem os saberes locais e respeitem as demandas e potencialidades do território. Os profissionais de psicologia devem estar comprometidos com a saúde mental e a assistência social, evitando o estigma e o preconceito e desenvolvendo práticas que respeitem as demandas e potencialidades do território. Finalmente é preciso investir em uma educação de qualidade, pois o acesso à cultura e à informação leva ao amadurecimento intelectual, consciência social e poder de participação.

Este livro leva leitores a uma reflexão profunda sobre sua formação e prática profissional, dialoga intimamente com temas sociais emergentes e oferece perspectivas para uma prática em psicologia comprometida com mudanças reais. O interesse e a formação de pesquisadores e pesquisadoras sobre os temas aqui abordados demonstra uma preocupação genuína com um coletivo diverso e sustentável.

Prof. dr. Elder Cerqueira-Santos
Universidade Federal de Sergipe

APRESENTAÇÃO

Tendo em vista as diferentes possibilidades de atuação, bem como partindo do reconhecimento da importância de uma formação em psicologia que seja ética, crítica e alinhada com a defesa dos direitos humanos, o presente livro apresenta capítulos de diversas(os) pesquisadoras(es) e profissionais de diferentes partes do Brasil que atuam com populações que vivem em condições de vulnerabilização. A partir de capítulos com aportes teóricos e de intervenção, esta coletânea busca evidenciar trabalhos que contribuam com o atendimento ético e qualificado de pessoas que têm suas vidas marcadas pelo preconceito, pela desigualdade e/ou pela violência, demarcando as possibilidades e limitações da(o) profissional de psicologia, além de buscar difundir práticas eficazes em diferentes contextos.

O primeiro capítulo desta coletânea escrito por Luciana Maia, Letícia Bessa, Jannayna Carvalho, Luana Souza, Kaline Lima e Luciana Fontenele discorre acerca da importância da diversidade na universidade, demarcando as experiências de preconceito sofridas por estudantes em suas trajetórias acadêmicas. As autoras apresentam o projeto de extensão-intervenção Dialogando sobre Preconceito, que tem como objetivo a promoção de uma articulação efetiva entre produção do conhecimento científico e extensão universitária, favorecendo a formação de novos pesquisadores e profissionais engajados na transformação da realidade social com base em atitudes antipreconceituosas.

O capítulo escrito por Patrícia Castro de Oliveira e Silva, Melissa Gava Payer, Camilla da Silva Rocha, Bruna Maria Lima de Oliveira, Nathan Silva Carneiro, Flavio Lopes Guilhon e Maria Clara Dias da Costa discute pistas produzidas por uma cartografia decolonial e interseccional sobre Formação em Psicologia e Direitos Humanos, desenvolvida em uma universidade privada da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro e em turmas do curso de Psicologia de uma universidade pública parceira. A cartografia é realizada através da promoção de eventos científicos, oficinas e entrevistas e objetiva

pensar nos *entrenós*, o atravessamento de marcadores sociais de diferença nos processos de vulnerabilização de populações, bem como fomentar processos de desterritorialização do racismo, sexismo, LGBTQIAPN+fobia e machismo na formação. As autoras apontam para a necessidade e a potência de investimentos acadêmicos, como a cartografia relatada, para o enfrentamento das forças fascistas e antidemocráticas em ascensão no país e, portanto, também na formação em Psicologia. Concluem afirmando que é preciso investir esforços para a decolonização do pensamento com a adoção de teorias e metodologias contra-hegemônicas, críticas, contextualizadas e participativas na formação em psicologia.

Marina Brasil, Bruna Bayer e Annelise Riva, no texto “(Re)leituras psicanalíticas: o pacto narcísico da Psicanálise na inteligibilidade dos corpos dissidentes”, realizam um ensaio teórico-crítico sobre os conceitos que tendem a universalizar a subjetividade dentro da teoria psicanalítica e que tendem a produzir uma universalização também da saúde, da sexualidade e do gênero. As autoras apoiam-se no processo de reconhecimento da diferença simbólica como o princípio fundador para uma prática e escuta afirmativa com as pessoas LGBTQIAPN+. A proposta é discutir sobre a universalidade pela qual alguns aspectos da teoria psicanalítica explicam a constituição psíquica. Elas buscam demonstrar como essa falha teórica acaba permitindo que a psicanálise seja utilizada para justificar preconceitos e moralismos, servindo para regular a sexualidade e a identidade de gênero e acabando por proteger normas conservadoras e hegemônicas de possíveis atualizações e críticas, um processo que vão chamar de pacto narcísico da psicanálise. Concluem mencionando a importância de que instituições psicanalíticas e seus representantes, educadores, transmissores e praticantes possam retomar a função política fundamental não só da prática psicanalítica, mas da prática psi: a de diminuição de desigualdades, através de posicionamentos explícitos e o compromisso compartilhado de poder apresentar à demanda das subjetividades dissidentes uma escuta capacitada e efetivamente afirmativa, com acréscimos teóricos, e não uma retomada cíclica da literatura clássica.

O capítulo escrito por Stéphanie da Selva Guimarães e Fernanda Guadagnin sobre “Experiências com a população T no âmbito da saúde

pública: (re)construindo identidades individuais e coletivas” relata as experiências realizadas no Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero (Protig) por profissionais do Serviço Social e Psicologia, em intervenções psicossociais com usuários e familiares em espaços de atenção à saúde T. As autoras apresentam a importância da compreensão do manejo com a finalidade de contribuir para a organização social e psíquica dos indivíduos. O mapeamento e a compreensão dessas realidades se dão por meio de ações socioeducativas e emancipatórias, alinhadas aos projetos éticos e políticos de assistentes sociais e psicólogas, buscando o conhecimento e o fortalecimento entre as distintas realidades sociais que formam os pilares facilitadores de processos democráticos, garantidores de direitos e de relações horizontais entre profissionais e usuários.

No capítulo escrito por Marina Feijó, Luísa Chaves de Faria Brasil, Thaís de Castro Jury Arnoud e Ângelo Brandelli Costa, “Pesquisa em bissexualidade: panorama brasileiro e desafios metodológicos”, será apresentado um mapeamento de produções científicas e acadêmicas que ilustram o cenário atual de pesquisa com populações bissexuais no campo da saúde e das humanidades, com o intuito de fornecer base inicial quanto aos conceitos estudados a partir da temática de bissexualidade, panorama voltado a estressores específicos experienciados por identidades monodissidentes, bem como levantar discussão em torno da invisibilidade que métodos científicos podem vir a gerar nesses cenários. O estudo aponta ainda que o processo de produção de conhecimento no campo da saúde não é neutro, e, de modo a trabalhar ativamente no combate ao monossexismo e reduzir estigmas e violências contra pessoas bissexuais e monodissidentes, bem como qualificar serviços em saúde, é preciso trabalhar ativamente na desconstrução de modelos ancorados na lógica binária, cisheteronormativa e patriarcal.

O capítulo “Ageísmo e sexismo contra lésbicas: subversões identitárias e de sexualidades na velhice” de Juliana Fernandes-Eloi, Aluísio Ferreira de Lima e Anne Joyce Lima Dantas discute sobre como a experiência de ser mulher lésbica que envelhece está intimamente entrelaçado com negatividades sobre ser mulher, sobre ser lésbica e sobre ser velha. Uma experiência tripla de fragmentações de negatividades que compulsoriamente

foi e é imposta pela heterossexualidade compulsória presente na lógica sexista. Os autores buscam problematizar comprometidamente o ageísmo e sexismo contra lésbicas e as subversões identitárias da sexualidade na velhice, apresentando uma discussão crítica acerca dos processos do sexismo e homofobia contra lésbicas. Finalmente, apresentam as vicissitudes da narrativa como método de investigação. Esperam, com o ensaio, visibilizar as negligências para proteção e manutenção da saúde para mulheres lésbicas e que se evidenciem a carência de políticas públicas para o direito à vida dessa população.

O capítulo de Anderson Pires, Keilane Araújo e Juliana Fernandes-Eloi discute a violência infringida contra mulheres nas redes sociais. Amparados na perspectiva de gênero, situando-o como uma construção social pelos movimentos feministas, os autores enfatizam a repercussão da misoginia no ciberespaço na constituição e desenvolvimento das subjetividades das mulheres. No capítulo, os autores apresentam casos conhecidos de misoginia e a repercussão midiática como causa e efeito desse movimento. Por fim, são apresentadas possibilidades de intervenção no campo da psicologia para lidar com esse fenômeno.

Juliana Fernandes-Eloi e Aluísio Lima são autores do capítulo “Ciberracismo contra mulheres negras como forma de extermínio da diferença no ciberespaço”. Nesse capítulo, apresentam uma discussão acerca do genocídio dos negros no Brasil como uma estratégia política que se faz presente na atualidade por meio do racismo no ciberespaço. A partir de alguns exemplos observados nos espaços virtuais, os autores desvelam as tentativas de situar a raça enquanto um princípio político, já que permite classificar os seres humanos em categorias distintas dotadas de características físicas e mentais específicas. Concluem, portanto, que o racismo operado por meio do ciberespaço encontra uma camuflagem, porém, sem descaracterizar sua intenção primeira: a exclusão da população negra.

Karin Juliana Silva discorre, no capítulo “Feminilidade, raça e cisnormatividade na psicoterapia: ética e cuidado para além da violência”, uma discussão acerca dos preconceitos a partir da vivência pessoal da autora sendo mulher negra em uma região majoritariamente povoada por descendentes de italianos. Em uma aposta transgressora, a autora indica o

pretuguês e o pajubá como recursos intelectuais para a orientação ética e teórica da psicologia clínica que contribuem para a desconstrução das psicologias normatizantes e reprodutoras do racismo.

No capítulo escrito por Alessandra de Jesus Santos Lopes e Dóris Firmino Rabelo, sobre “Considerações para o acompanhamento de idosas negras chefes de família na Política de Assistência Social”, foram apresentados o contexto do envelhecimento de mulheres negras, as relações históricas do território e a construção social de modelos de sobrevivência da família negra e o acompanhamento de idosas negras chefes de família nas políticas de assistência social. Nesse estudo, foi apresentado como idosas negras que são chefes de família envelhecem em um contexto de maior vulneração social, fruto das desigualdades raciais e de gênero, que se intensificam na velhice em virtude da sobrecarga de responsabilidades no provimento de recursos para a manutenção do grupo familiar. As considerações articuladas pelas autoras podem auxiliar na atuação em psicologia nas políticas públicas, a partir do reconhecimento das condições sociais que estruturam o envelhecimento dessas mulheres e das necessidades emergentes nesse contexto.

Airton Barros, no capítulo intitulado “Estratégias de enfrentamento da soropositividade ao HIV na atualidade”, desenvolve uma discussão acerca das estratégias de enfrentamento à soropositividade e ao HIV na atualidade. Com base na teoria das representações sociais, o autor analisa de que maneira os discursos biomédicos contribuem para a discriminação e a exclusão social dos pacientes que convivem com o vírus e quais as consequências para suas vidas.

O capítulo de autoria de Kelly Cristina Kohn e Mariana Resener de Moraes, intitulado “A atuação da psicologia na Operação Acolhida”, apresenta as reflexões e problematizações da participação da psicologia em uma missão humanitária. As autoras, ambas psicólogas integrantes do Exército Brasileiro, narram suas experiências na Operação Acolhida por meio da atuação com a tropa de militares e através da coordenação e assistência em saúde aos venezuelanos refugiados que utilizaram os diferentes serviços disponíveis da Operação. As autoras mencionam a importância de uma prática pautada na resiliência e criatividade, de modo a dar conta das

novas frentes de trabalho que uma atuação como essa requer. Concluem ressaltando a importância do trabalho da psicologia para a manutenção da saúde dos militares na Operação, além de agir em prol a favorecer a autonomia dos venezuelanos refugiados e, conseqüentemente, uma melhor adaptação ao novo país.

Raquel Meyer Fagundes Backes, Diana Flores, Carmem Regina Giongo e Sabrina Daiana Cúnico apresentam no seu capítulo intitulado “A vida não é um filme: relato de experiência de oficinas com homens cumprindo pena em regime semiaberto” as dificuldades e desafios da prática profissional da psicologia no contexto prisional. As autoras apresentam um projeto de extensão desenvolvido no Sul do Brasil com homens privados de liberdade. Teve como resultado a desconstrução de mitos e preconceitos das professoras e estudantes envolvidos nesse projeto. O grupo foi considerado, nesse sentido, como um espaço privilegiado para construção de reflexões sobre as práticas e processos de cuidado nesse contexto.

O capítulo de Clara Santos Henriques de Araújo, Ana Carolina Bispo Pereira e Jimena de Garay Hernández discute o que a psicologia entende como cuidado com populações vulnerabilizadas a partir das práticas nos seguintes campos de trabalho, intervenção e pesquisa: unidades de acolhimento para adultos, unidades socioeducativas de internação, unidades prisionais e mulheres sobreviventes do cárcere. As autoras nos provocam a pensar nas formas em que a psicologia tem sido convocada historicamente, a partir de uma perspectiva de cuidado como tutelação de populações vulnerabilizadas, tais como: adolescentes e adultos em privação de liberdade; mulheres cis e trans sobreviventes do cárcere; bem como adultos e famílias em situação de acolhimento, contribuindo na culpabilização, individualização e punição de corpos. Por meio de uma análise cartográfica das tramas de poder que perpassam e compõem as relações de trabalho e de cuidado nessas instituições, elas propõem uma perspectiva feminista decolonial de cuidado, visando compreender os modos de cuidar que se dão entre relações, para além da rigidez, criminalização e manicomialização que as instituições de preservação da ordem nos impõem. Concluem que o cuidado feminista decolonial enquanto princípio de trabalho da psicologia passa por uma aposta ética-estética-política coletiva, de modo a dar passagem à autodeterminação, à dignidade e à afirmação da vida.

O capítulo de Tatiana Otto Stock, Maria Leonor Gonsales Martins da Silva, Stéphanie da Selva Guimarães e Angelo Brandelli Costa apresenta os resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi explorar a qualidade do acolhimento institucional e o atendimento às necessidades das mulheres em três Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deam) na Região Metropolitana de Porto Alegre-RS (RMPA). Por meio de entrevistas com nove mulheres que acessaram as delegacias nos momentos de coletas de dados, os autores explicitam as barreiras identificadas pelas mulheres no que tange ao momento da denúncia. Tais barreiras foram observadas nos âmbitos jurídico, social e cultural, reforçando a importância do acolhimento institucional, da discussão sobre os papéis tradicionais de gênero como reforçadores da violência contra a mulher e a relevância de se atentar para o estado emocional das mulheres no momento da denúncia. Os autores concluem mencionando a urgência da implementação de ações mais eficazes no combate da violência contra as mulheres, pois, apesar de se tratar de um fenômeno bastante debatido, ainda existem importantes lacunas e barreiras no acesso à justiça e em ações preventivas.

O capítulo escrito por Luciana Fernandes de Medeiros sobre a perspectiva fenomenológica-existencial e o cuidado à existência em vulnerabilidade problematiza conceitos e ideias centrais do pensamento heideggeriano, como a concepção de Existente e de ser-no-mundo-com-os-outros com significativas implicações sobre a aplicabilidade da psicologia com populações vulneráveis. O texto apresenta a perspectiva fenomenológica-existencial em seus principais conceitos e fundamentos, discute sobre o cuidado ao abordar o mundo da técnica e práticas de cuidado e, por fim, aponta elementos para uma clínica psicológica que busque refletir sobre o projeto existencial do ser-aí no mundo de existentes em situação de vulnerabilidade.

Daniele Carmo Queiroz, Marcus Vinicius de Oliveira Silva e Renata Meira Veras escreveram o capítulo “Consultório na Rua: o território como ferramenta de cuidado”, que apresenta um recorte a partir dos achados advindos da dissertação de mestrado da primeira autora intitulada *O ofício dos profissionais do Consultório de Rua: um estudo sobre a técnica, tecnologia e subjetividade* que investigou o *modus operandis* da equipe do Consultório na Rua do Centro de Estudos e Terapia de Abuso de Drogas

(Cetad) de Salvador. O estudo optou por uma abordagem do tipo qualitativa inspirada nas contribuições da Clínica da Atividade, postuladas por Yves Clot, e que teve como bases teóricas duas dimensões que estão identificadas como “As tecnologias do Consultório na Rua”, a saber: o conceito de agente/trabalhador da saúde e a proposição de Merhy quanto às tecnologias de cuidado. Os autores apresentaram, ainda, a importância do território enquanto uma ferramenta de cuidado importante e necessária, tendo em vista que a rua se apresenta não como mero cenário em que as ações acontecem, mas de forma dinâmica, viva e simbólica, afetando o modo que cada profissional opera em *mapas afetivo-descritivos* e organiza o seu processo de trabalho além dos muros.

O capítulo escrito por Claudia Carneiro da Cunha, Wagner Luiz da Silva, Ana Clara Oliveira e Katiane Alves Fontes dos Santos, sobre o “Cuidado da obesidade infantil em contextos de vulnerabilidade social: propostas de uma clínica integral e sensível”, problematiza o cuidado integral através do brincar, o sensível e a sensibilidade no cuidar e delinea a análise de dois estudos de casos. Os autores apresentam ainda uma perspectiva de clínica e assistência integral no trabalho com crianças com obesidade e suas cuidadoras em contextos demarcados por suas complexidades, como violência e desigualdades raciais, de gênero e de classe social.

A produção de conhecimentos gerada por esse grupo de trabalho partiu das experiências práticas de pesquisa e de atuação no campo da psicologia. Dessa forma, os escritos contidos neste livro não anunciam apenas os relatos de pesquisa ou experiência, mas também uma trajetória de luta por melhores condições de vida das populações vulnerabilizadas. Esperamos, assim, que este livro contribua para a (des)construção das práticas psicológicas voltadas para as populações vulnerabilizadas e que a reflexão acerca dessa temática possa estar presente na formação dos(as) psicólogos(as).

Renata Meira Veras
Sabrina Daiana Cúnico
Juliana Fernandes-Eloi
Dóris Firmino Rabelo

COMO CONSTRUIR UMA UNIVERSIDADE PARA TODAS AS PESSOAS E PARA CADA UMA?

Luciana Maria Maia

Letícia Leite Bessa

Jannayna Queiroz Carvalho

Luana Elayne Cunha de Souza

Kaline da Silva Lima

Luciana Queiroz Fontenele

Este capítulo tem como objetivo principal descrever uma intervenção institucional que pretendeu responder à questão “Como construir uma universidade para todas as pessoas e para cada uma?”. Essa intervenção envolveu a coleta de ideias e opiniões de estudantes de graduação de uma instituição de ensino superior e foi desenvolvida no âmbito do projeto Dialogando sobre Preconceito.

Para embasar teoricamente essa intervenção, o capítulo aborda a importância da diversidade e inclusão na concepção de uma universidade acessível e inclusiva; a relação entre diversidade e a persistência de estudantes no ensino superior; experiências de preconceito nas trajetórias acadêmicas de membros de minorias sociais; o papel da identidade e senso de pertencimento nas experiências dessas minorias na universidade. Para contextualizar a intervenção, o capítulo tem um tópico que apresenta o projeto Dialogando sobre Preconceito, enquanto uma iniciativa de intervenção no campo do preconceito em contextos educacionais; e, por fim, descreve os procedimentos e resultados de um conjunto de atividades que pretendeu conhecer e visibilizar as ideias e opiniões de estudantes sobre como tornar uma universidade acessível e inclusiva.

Diversidade e inclusão • uma universidade para todas as pessoas e para cada uma

O desejo de uma universidade inclusiva, que abraça e valoriza a diversidade em todas as suas dimensões, transcende os limites acadêmicos para se tornar uma aspiração fundamental na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Essa busca pela inclusão, independentemente de raça, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, origem, tradição, religião ou qualquer outra característica, é um compromisso com a promoção da igualdade e o respeito aos direitos humanos (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2019).

Esse propósito está previsto como um compromisso global nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especificamente no ODS 4 – Educação de Qualidade. Esse objetivo estabelece, entre outras questões, que, até 2030, seja garantida a igualdade de acesso à educação técnica, profissional e superior de qualidade, incluindo universidades acessíveis para todas as pessoas (Organização das Nações Unidas, 2015).

No Brasil, esse compromisso é respaldado pelo reconhecimento de que a educação desempenha um papel central na compreensão e no combate às desigualdades (Artes; Unbehaum, 2021; Carvalho, 2023). A equidade no acesso ao ensino superior é considerada um dos pilares para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2019; Salata, 2018). Nesse contexto, a exclusão do sistema educacional ou a disparidade nas formas de acesso e participação podem representar os primeiros sinais de um caminho em direção à exclusão social de indivíduos e grupos. A exclusão social é um processo estrutural e abrangente que envolve a falta de recursos materiais e simbólicos, que priva as pessoas da oportunidade de participar plenamente em diversos contextos e instituições sociais, perpetuando as desigualdades e minando os princípios fundamentais de equidade e justiça social (Acuña, 2003; Campos, 2003; Zioni, 2006).

De fato, dados relativos ao acesso à permanência e à conclusão do ensino superior no Brasil evidenciam que esses elementos desempenham

um papel fundamental para que indivíduos acessem, não apenas para si mesmos, mas para seus descendentes, posições sociais mais prestigiadas e economicamente viáveis. No entanto, essa realidade se aplica de forma desproporcional, principalmente favorecendo aqueles que pertencem a grupos específicos e ocupam os estratos mais privilegiados da sociedade brasileira (Carvalhaes; Ribeiro, 2019; Salata, 2018).

No que diz respeito à diversidade, o Censo da Educação Superior de 2019 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021) apresenta um panorama que merece atenção. Em 2019, em relação à variável cor/raça, a composição dos estudantes no ensino superior foi a seguinte: 42,6% se declararam como brancos, 31,1% como pardos, 7,1% como pretos, 1,7% como amarelos e 0,7% como indígenas. Um percentual de 16,8% não revelou informações sobre sua cor/raça. Quanto ao gênero, as mulheres se destacaram como maioria no ensino superior, representando 55% dos ingressantes, 57% dos matriculados e 61% dos concluintes de cursos de graduação (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021). Em relação à deficiência, apenas 0,6% dos estudantes que ingressaram no ensino superior em 2019 possuíam registro de alguma deficiência (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021). No que se refere à orientação sexual e à identidade de gênero, não existem dados oficiais que indiquem o percentual de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não binárias e mais (LGBTQIAPN+) no ensino superior. No entanto, pesquisas revelam constrangimentos e violências enfrentadas por esse grupo no sistema educacional, inclusive no ensino superior (ABGLT, 2017).

Embora alguns desses dados sejam positivos, especialmente no que diz respeito à crescente participação de mulheres e de pessoas negras no ensino superior, é de extrema importância considerar as experiências desses grupos dentro das instituições de ensino, afinal, o simples acesso ao ensino superior não garante automaticamente a inclusão nesse sistema educacional, uma vez que manter-se na universidade é uma jornada repleta de desafios. Considerando esses aspectos, pode-se inferir que as políticas de acesso são importantes para a democratização do ensino superior, mas

apenas de maneira parcial. Portanto, é essencial olhar para os estudantes que ingressam de maneira diferenciada ou que apresentam características específicas que podem representar desvantagens no contexto do ensino superior (Souza; Brandalise, 2017).

Com base em dados oficiais sobre a permanência, o Censo da Educação Superior de 2019 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021) revelou que, no ano de 2019, considerando os alunos que ingressaram nos cursos em 2010, apenas 40% tinham concluído seus cursos, enquanto 59% desistiram e 1% ainda estava matriculado. Especificamente, em relação aos alunos que ingressaram nas instituições federais em 2010, mais da metade, ou seja, 52%, desistiram do curso em algum momento de sua graduação. Nas instituições privadas, o percentual de alunos desistentes foi ainda mais elevado, atingindo 62%. Já nas instituições estaduais, o percentual dos que abandonaram o curso foi de 44%.

Dentre os grupos que registram taxas mais baixas de permanência encontram-se os estudantes negros e aqueles com deficiência. Embora as políticas afirmativas continuem a desempenhar um papel crucial no acesso desses grupos no ambiente universitário, a questão da permanência ainda é atravessada por desafios e obstáculos significativos. Isso se deve à convivência com práticas discriminatórias e preconceituosas, à sensação de estranhamento e ao sentimento de não pertencimento aos espaços acadêmicos. Essas vivências de discriminação, sejam elas sutis ou explícitas, têm sido descritas na literatura (Mongim, 2017; Santos, 2017).

Então, embora se reconheça que a educação desempenha um papel fundamental na compreensão dos processos de mobilidade nas sociedades democráticas e que a expansão do ensino superior tenha se tornado um objetivo central na promoção da justiça social (Costa; Picanço, 2020), é possível afirmar que existem padrões desiguais de participação e desenvolvimento com base na pertença social (Knop; Collares, 2019). Essa desigualdade é evidenciada em dados oficiais (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021) e discutida na literatura a partir de diferentes marcadores sociais, tais como classe social, gênero, raça (Carvalhoes; Ribeiro, 2019) e condições físicas e intelectuais (Silva; Silva, 2018).

Importante ratificar que nas últimas décadas surgiram esforços significativos no enfrentamento às profundas desigualdades da sociedade brasileira, os quais têm resultado em mudanças importantes. Isso se deve, em grande parte, à criação de instituições de ensino superior e à expansão das vagas, bem como ao aumento do acesso de grupos sociais historicamente excluídos da universidade, a partir da implementação de políticas afirmativas (Silva; Silva, 2018). Essas políticas efetivamente alteraram o perfil dos estudantes que frequentam as universidades, no entanto, o ensino superior no Brasil ainda reflete, em sua composição, as desigualdades socioeconômicas existentes na sociedade. Isso se traduz em uma população universitária significativamente mais rica e mais branca em comparação com a sociedade brasileira como um todo. As disparidades são mais evidentes em cursos ou áreas de estudo de maior prestígio (Ristoff, 2014). Então, embora seja evidente essa transformação no perfil dos grupos que acessam o ensino superior, é fundamental compreender que o contexto educacional ainda é desafiador e muito desigual.

Além disso, se, por um lado, o acesso ao ensino superior tem se tornado possível para grupos historicamente excluídos desses espaços, o desafio que se coloca agora diz respeito às experiências e aos obstáculos enfrentados por membros desses grupos sociais para permanecerem na universidade (Artes; Unbehau, 2021; Oliveira; Silva, 2017). Essa observação destaca que o desafio atual vai além do simples acesso. Trata-se de garantir a permanência bem-sucedida e experiências acadêmicas positivas para todos os estudantes. Reconhecer esses processos é essencial para que se compreenda a persistência das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais no nosso país (Silva; Silva, 2018) e desenvolver formas de contribuir para a promoção de um ambiente acadêmico plural e diverso.

Diversidade e permanência • persistência e resistência no ensino superior

Pesquisas têm abordado a questão da permanência dos estudantes no ensino superior a partir de diversas perspectivas teóricas e metodológicas,

considerando a complexidade desse interesse na vida acadêmica. A permanência no ensino superior tem sido objeto de estudo em diversas pesquisas sobre políticas de educação superior no Brasil (Araújo, 2013; Honorato; Borges, 2023; Paula, 2017). Essas pesquisas abordam as categorias acesso, permanência e evasão de forma integrada e, nessa relação, a permanência não denota, necessariamente, o oposto da evasão, mas, por outro lado, implica em persistir mesmo quando se enfrenta adversidades e desafios (Honorato; Borges, 2023).

O modelo explicativo desenvolvido por Vincent Tinto, a partir dos anos 1970, tem orientado muitos desses estudos (Honorato; Borges, 2023). Esse modelo analisa a persistência de estudantes na universidade dando ênfase ao conceito de integração, analisando como a interação social e a acadêmica influenciam a persistência de estudantes no sistema de ensino superior (Tinto, 2015).

Diferentemente da maioria das pesquisas e estudos que parecem focar principalmente na redução da evasão, com o objetivo de alcançar a permanência, a abordagem conceitual de Tinto representa uma mudança nesse paradigma ao propor um processo no qual os estudantes não apenas permanecem, mas persistem e resistem em seus estudos (Tinto, 2015). Nesse processo, as ações institucionais, tanto dentro quanto fora da sala de aula, desempenham um papel crucial na criação de um ambiente de bem-estar e clima propício ao maior engajamento dos estudantes (Honorato; Borges, 2023).

A contribuição de Tinto na área de estudos sobre esse tema, além da consistência e abrangência das investigações, se destaca pelo fato de que o autor direciona sua atenção não apenas para os aspectos teóricos, mas também para as práticas institucionais. Isso significa uma abordagem que contempla as ações realizadas pelas instituições de ensino superior com o objetivo de não apenas manter os alunos na instituição, mas também de garantir que essa permanência seja eficaz e que resulte no aprendizado dos estudantes (Honorato; Borges, 2023).

Desse modo, o modelo proposto por Tinto sustenta a importância de as universidades abordarem a questão da persistência sob a perspectiva dos estudantes. Isso implica em ouvir atentamente as suas

opiniões, estabelecer uma relação de parceria com eles, adquirir conhecimento a partir de suas experiências e compreender como essas experiências influenciam suas respostas em relação às políticas universitárias (Honorato; Borges, 2023).

Considerando essas contribuições (Honorato; Borges, 2023; Tinto, 2015) e a análise das taxas de permanência (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021), é fundamental contemplar as trajetórias de estudantes no ensino superior, suas dificuldades e estratégias, fracassos e êxitos na interface com diferentes pertencimentos no que se refere à cor da pele ou raça, gênero, orientação sexual e características físicas ou intelectuais.

Preconceito e trajetórias de minorias sociais na universidade

Para refletir sobre as experiências no ensino superior que estão ligadas às pertencências sociais dos estudantes, especialmente aqueles que historicamente foram marginalizados nesses ambientes acadêmicos, é essencial analisar essas experiências enquanto processos que são perpassados pelo racismo, sexismo, LGBTQIAPN+fobia e capacitismo.

Aqui, considera-se o racismo, o sexismo, a LGBTQIA+fobia e o capacitismo como manifestações específicas de preconceito direcionadas, respectivamente, às pessoas negras, mulheres, indivíduos LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência. Pode-se compreender o preconceito como “uma atitude aversiva ou hostil em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque ela pertence a esse grupo” (Allport, 1954, p. 7). Embora essa definição descreva o preconceito como uma atitude e não como um comportamento, Allport (1954) já apontava para a conexão entre preconceito e discriminação. Ele sugeriu que quanto mais intensa fosse essa atitude negativa, ou seja, o preconceito, maior seria a probabilidade de ocorrer uma ação hostil. Essas ações hostis podem variar em grau e natureza, incluindo críticas; falar mal; evitar o contato; discriminar, que seria excluir de maneira explícita; ataque físico; e extermínio.

A definição apresentada por Allport (1954) enfatiza o aspecto negativo do preconceito. No entanto, a literatura científica apresenta diversos estudos que revelam a existência de formas modernas de preconceito que assumem uma aparência positiva em relação a certos grupos (Lima, 2013). Com o avanço desse campo teórico, uma concepção que anteriormente destacava a antipatia como característica central do preconceito entre grupos começou a ser questionada. Argumenta-se, por exemplo, que o preconceito nem sempre é originado de hostilidade em relação a outros grupos, mas pode surgir de uma avaliação positiva em relação ao grupo de pertença, acompanhada de uma diferenciação em relação ao grupo externo (Brown, 2010).

O preconceito, como um fenômeno que se manifesta em relação a diversos grupos sociais, apresenta características comuns a todos os tipos. Estas características incluem a ênfase na diferença entre os grupos e a hierarquização dessas diferenças; sentimento de antipatia em relação aos membros desses grupos devido à sua afiliação; uma tendência à generalização dos indivíduos dentro do grupo alvo do preconceito; e resistência social e cognitiva à mudança de opinião e expectativas negativas em relação a esse grupo, mesmo quando evidências sólidas sugerem uma necessidade de mudança (Lima, 2013).

Embora seja possível analisar o preconceito com base nessas características comuns e considerá-lo como um foco direcionado a diversos grupos sociais, é fundamental levar em conta as diferentes maneiras pelas quais o preconceito se manifesta. Isso ocorre devido ao contexto social, às imagens construídas coletivamente pelos grupos em relação a outros grupos e aos significados psicológicos e ideológicos que são construídos e compartilhados em cada sociedade (Camino; Pereira, 2000).

Sob essa perspectiva, o racismo pode ser entendido como um fenômeno estrutural, profundamente arraigado na sociedade e intrinsecamente ligada à sua organização política e econômica. Sua raiz remonta à criação da categoria racial e perdura como uma expressão sistêmica que persiste na contemporaneidade (Almeida, 2019). O racismo, então, se manifesta como uma série de práticas e ações direcionadas às pessoas negras – ou

não brancas –, mantendo e fortalecendo privilégios e desigualdades que permeiam a estrutura social em termos raciais (Lima, 2019).

O sexismo, por sua vez, é caracterizado por um conjunto de estereótipos que estabelecem de forma cognitiva, afetiva e comportamental, os papéis apropriados aos indivíduos em função de seu sexo. Esses estereótipos, amplamente difundidos e internalizados nas relações sociais, contribuem para a perpetuação desse tipo de preconceito e alimentam um ciclo de desigualdade e violência dirigidos às mulheres (Ferreira, 2004). Ainda, pode-se compreender o sexismo como uma ideologia que historicamente promove a superioridade dos homens, mantendo as diferenças entre os gêneros (Sidanius; Pratto, 1999).

A LGBTQIAPN+fobia pode ser definida como uma forma de violência motivada por preconceito e discriminação com base na orientação sexual e/ou identidade de gênero (Paz; Amazonas; Medrado, 2020). Enquanto atitude, envolve uma manifestação de hostilidade em relação às pessoas LGBTQIAPN+ (Costa; Nardi, 2015). É importante ressaltar que a utilização do termo “LGBTQIAPN+fobia” carrega consigo uma dimensão política significativa. Isso se deve ao seu propósito de dar destaque e visibilidade às diversas identidades que integram a sigla LGBTQIAPN+, mesmo que se reconheça que alguns pesquisadores da área ainda optem pelo emprego do termo “homofobia” (Paz; Amazonas; Medrado, 2020).

Finalmente, o capacitismo representa o preconceito direcionado às pessoas com deficiência e se manifesta por meio de atitudes que subestimam suas capacidades devido a características físicas, sensoriais ou intelectuais. O capacitismo estabelece que as pessoas com deficiência são menos capazes do que as demais, relegando-as a uma condição de inferioridade e negando-lhes a plenitude de sua humanidade. O capacitismo engloba a discriminação e a opressão em relação às pessoas com deficiência, restringindo a participação delas em diferentes aspectos da vida, ao considerá-las inferiores, incapazes de produzir, trabalhar, aprender, amar, cuidar, sentir desejo e serem desejadas (Oliveira; Silva, 2021).

Estudos que investigam os efeitos do preconceito sobre os indivíduos apontam que experiências de racismo, sexismo, LGBTQIAPN+fobia ou capacitismo têm um impacto profundo na maneira como as pessoas que

são alvo desses preconceitos se enxergam. Isso afeta a formação de suas identidades, contribuindo para sentimentos de inferioridade, inadequação, baixa autoestima e sofrimento psicológico (Bandeira, 2009; Braga *et al.*, 2018; Gesser; Costa, 2018; Gesser; Böck; Lopes, 2020; Werneck, 2016; Williams; Priest, 2015).

Pertença e identidade de minorias sociais

A autopercepção como pessoa negra, mulher, pessoa LGBTQIAPN+ ou pessoa com deficiência desempenha um papel central na construção da identidade de um indivíduo. Isso pode ser analisado à luz da Teoria da Identidade Social proposta por Tajfel (1982). Segundo esse autor, as pessoas têm uma necessidade intrínseca de manter um autoconceito positivo e a pertença a grupos sociais desempenha um papel importante nesse processo (Tajfel, 1982). A identidade social se refere a uma parte do autoconceito de alguém que surge da consciência de pertencer a um ou mais grupos e é acompanhada de valor ou significado emocional. Portanto, a identidade social está intimamente ligada à categorização social, que é um sistema de orientação que ajuda o indivíduo a compreender seu lugar no mundo.

Com base no conceito de identidade social, diferentes cenários em relação à dinâmica das pertenças grupais podem ser considerados. De acordo com Tajfel (1982), uma pessoa tende a se manter afiliada a um grupo e a buscar novos grupos sempre que essas associações contribuam positivamente para sua autoestima; como também, quando um grupo não proporciona essa percepção positiva de si mesmo, uma pessoa tende a abandoná-lo, a menos que existam razões objetivas ou que o abandono entre em conflito com valores intrínsecos ao seu autoconceito (Tajfel, 1982).

Quando não é possível abandonar o grupo, uma pessoa pode reavaliar os atributos indesejáveis desse grupo ou se conformar com a realidade existente. É importante ressaltar que esses dois processos têm sentido apenas em comparação com outros grupos, pois nenhum grupo na sociedade existe de forma isolada dos demais (Tajfel, 1982).

Nesse contexto, é fundamental estabelecer uma distinção entre os conceitos de mobilidade social e mudança social, conforme definidos por Tajfel (1982). A mobilidade social se refere à capacidade de indivíduos, famílias ou grupos de transitar de uma posição social para outra. Em contrapartida, a mudança social envolve uma transformação profunda na natureza das relações entre grupos específicos, resultante dos esforços de diversos indivíduos pertencentes a uma determinada categoria social. A principal diferença entre esses dois conceitos reside na escala de comportamento: a mobilidade social é tipicamente percebida como uma ação individual, fundamentada na crença de que existe uma certa flexibilidade dentro de uma estratificação social específica; já a mudança social pode se desdobrar da própria consciência de um grupo acerca dos limites ou rigidez quanto à estratificação social, o que levará ao empenho desse para a real transformação da relação com outros grupos em outras posições sociais.

Dialogando sobre preconceito: um projeto de intervenção em contextos educacionais

O projeto Dialogando sobre Preconceito tem como objetivo promover a discussão e realizar intervenções para enfrentar o preconceito em ambientes educacionais. Essa iniciativa está em desenvolvimento desde 2019 e está vinculada ao Estágio em Processos Educativos e Sociais do curso de Psicologia de uma instituição de ensino superior.

A concepção e implementação desse projeto nasceu da colaboração das quatro primeiras autoras deste capítulo. No início de 2023, as duas últimas autoras passaram a fazer parte desse grupo de trabalho. Todas as professoras envolvidas no projeto são psicólogas e pesquisadoras, com atuação tanto na graduação quanto na pós-graduação em Psicologia e a temática do preconceito atravessa e guia suas práticas profissionais.

A concepção do projeto surgiu do desejo de realizar intervenções em ambientes educacionais, embasadas em fundamentos teóricos e na pesquisa sobre o preconceito, além de se apoiar em experiências profissionais

nas áreas de psicologia escolar e psicologia social, bem como em práticas de intervenção grupal.

Por estar vinculado à graduação em Psicologia, por meio dos Estágios em Processos Educativos e Sociais, o projeto conta com o apoio de estagiários que são estudantes dos últimos três semestres do curso. Além disso, devido à sua conexão com o Programa de Pós-Graduação em Psicologia, mestrandos e doutorandos que fazem parte do Laboratório de Estudos sobre Processos de Exclusão Social (Lepes) também desempenham atividades no projeto.

Desde 2020, o projeto Dialogando sobre Preconceito passou a integrar as atividades da pesquisa intitulada “Experiências acadêmicas e permanência estudantil: um estudo sobre racismo, sexismo, LGBTQIA+fobia e capacitismo no ensino superior”, que foi idealizada e é coordenada pela primeira autora deste capítulo. O objetivo dessa aproximação entre pesquisa e intervenção social é promover uma articulação efetiva entre a produção do conhecimento científico e a extensão, dois pilares fundamentais da universidade, bem como favorecer a formação de novos pesquisadores e profissionais em psicologia, engajados na transformação da realidade social.

O projeto Dialogando sobre Preconceito tem como objetivo principal criar um ambiente propício para a visibilidade, diálogo e combate aos diversos tipos de preconceito em contextos educacionais. Como objetivos específicos, o projeto busca: estabelecer um espaço de diálogo atualizado sobre o preconceito em ambientes educacionais; promover reflexões e intervenções relacionadas a diferentes formas e manifestações de preconceito; desenvolver estratégias para enfrentar o preconceito e outras formas de violência em ambientes educacionais e sociais; e produzir materiais de conscientização voltados para os diversos tipos de preconceito.

O projeto Dialogando sobre Preconceito desenvolve suas atividades em quatro eixos de intervenção, que incluem: i. Formação de Estagiários em Psicologia (formação teórica e prática para atuação no enfrentamento ao preconceito em contextos educacionais e para atuação com grupos); ii. Diálogos sobre preconceito – realização de rodas de conversa sobre preconceito com estudantes universitários e estudantes de escolas públicas; intervenções/instalações no *campus* universitário; iii. Capacitação de

professores – realização de oficinas sobre preconceito com professores de escolas públicas e da universidade; e iv. Produção de materiais de conscientização – elaboração de materiais didáticos, incluindo artigos, livros e capítulos de livros; e de material audiovisual, tais como cartazes, cartilhas e vídeos para redes sociais.

Considerando o objetivo deste capítulo, no próximo tópico será descrita uma intervenção que se situa no segundo e quarto eixos, relativos aos diálogos com estudantes e a produção de materiais de conscientização.

Como construir uma universidade para todas as pessoas e para cada uma?

Neste momento, com o propósito central deste capítulo em mente – descrever uma intervenção institucional que buscou abordar a questão de “Como construir uma universidade para todas as pessoas e para cada uma?” –, são apresentados os procedimentos e resultados decorrentes das atividades que foram realizadas no contexto do projeto Dialogando sobre Preconceito.

A intervenção em questão está fundamentada no modelo desenvolvido por Vicent Tinto, sobre permanência estudantil, que enfatiza a importância de as instituições de ensino abordarem a questão da persistência sob a perspectiva dos estudantes. Isso implica ouvir atentamente suas ideias e opiniões, estabelecer uma relação de parceria, adquirir conhecimento a partir de suas experiências e compreender como essas vivências influenciam suas respostas em relação às políticas universitárias (Honorato; Borges, 2023).

Foi nesse contexto que foi pensada a importância de elaborar uma carta que pudesse reunir as opiniões e ideias de estudantes da graduação sobre a universidade, mais especificamente sobre uma universidade para todas as pessoas e para cada uma. O primeiro passo foi introduzir nas intervenções desenvolvidas na universidade uma etapa em que esses registros pudessem ser feitos.

Importante explicar que as intervenções propostas pelo projeto Dialogando sobre Preconceito se apresentam sempre como um convite ao diálogo, à escuta, ao acolhimento, à troca, ao respeito e ao aprendizado mútuo. Os facilitadores são orientados a não se contrapor aos participantes, mas sim a estimular reflexões críticas, respeitando as diversas perspectivas de mundo. As intervenções são baseadas nas premissas de que todas as pessoas têm uma capacidade de mudança, que a expressão verbal é uma forma de envolvimento, e que a abertura para o diálogo representa um passo importante para promover os deslocamentos e desconstruções possíveis (Bessa *et al.*, 2022).

As intervenções do Dialogando sobre Preconceito são orientadas a partir das etapas da cena dramática de intervenção grupal, conforme a teoria Socionômica de Moreno (1978). Desse modo, inicialmente, foram realizados dois aquecimentos: um inespecífico, que envolveu uma técnica de respiração guiada, que foi conduzida por um dos facilitadores ao som de uma música instrumental; e um específico, com foco na preparação e direcionamento dos participantes em relação ao tema da roda.

A etapa subsequente, denominada “dramatização”, que representa o cerne do encontro, foi o momento em que ocorreram as trocas dialógicas estimuladas por elementos que suscitaram as discussões sobre expressões de preconceito e experiências na universidade. Essa segunda etapa foi conduzida por um segundo facilitador, que fez uso de cartazes contendo imagens e textos relacionados a diferentes formas e tipos de preconceito.

Na terceira e última etapa, que consistiu no encerramento do encontro, um terceiro facilitador conduziu o momento do compartilhamento. Nessa etapa, os participantes foram convidados a expressar como foram impactados pela “dramatização” e, de forma complementar, foram solicitados a registrar em pequenos papéis as suas opiniões sobre o que seria necessário para construir uma universidade para todas as pessoas e para cada uma. Ao final, os participantes foram orientados a, de forma anônima, colocar os papéis em uma caixa de sugestões, que foi customizada especialmente para essas intervenções.

Para análise desses momentos, todas intervenções foram registradas e compartilhadas com as professoras supervisoras, bem como com os demais

estagiários, em um processo de diálogo e troca de ideias, fundamentado tanto teoricamente quanto metodologicamente. Esse procedimento permitiu aos facilitadores pensarem sobre o que experienciaram, favorecendo um envolvimento ainda maior com a intervenção e com o projeto.

Essas intervenções foram realizadas ao longo do segundo semestre de 2022, totalizando dez eventos distintos e envolvendo a coleta de um total de 250 opiniões de estudantes de graduação em resposta ao questionamento apresentado na etapa final da atividade. Importante destacar que essas intervenções foram realizadas sempre por um número de três estagiários, que passaram por sessões de supervisão coletiva e por treinamentos nas temáticas dos diferentes tipos de preconceito e nas técnicas de intervenção grupal.

Ao final do semestre de 2022, deu-se início ao processo de análise de conteúdo das respostas coletadas. Para executar essa análise, os estagiários foram organizados em cinco duplas e orientados a seguir um conjunto de etapas. Primeiramente, fizeram uma leitura flutuante das respostas coletadas. Essa leitura inicial foi orientada pelas categorias teóricas relacionadas à permanência no ensino superior. Em seguida, os estagiários procederam a uma segunda leitura das respostas, com o objetivo de organizar os conteúdos em eixos previamente definidos na primeira etapa do processo. A terceira etapa envolveu a apresentação do resultado do processo da categorização, realizado por cada dupla, às professoras supervisoras e ao grupo como um todo. Em situações em que não houve consenso sobre a categorização de alguma resposta, debateu-se o seu conteúdo e reavaliou-se à luz dos eixos previamente estabelecidos, buscando sempre o consenso da equipe.

Finalizado o processo de análise, os estagiários foram orientados a iniciar a escrita da carta a ser entregue aos gestores da instituição. A carta foi construída contemplando uma introdução sobre sua origem e motivação, bem como sobre os valores e princípios que a fundamentaram. Em seguida, a carta apresentou uma lista de demandas e recomendações, expressas como ações e políticas que os estudantes acreditam serem necessárias para tornar uma universidade mais inclusiva, contemplando oito eixos: i. políticas institucionais inclusivas no espaço universitário; ii. espaços

permanentes de discussão sobre preconceito, discriminação e inclusão; iii. segurança dentro e fora do *campus*, com adoção de medidas para combater a discriminação pública e velada; iv. acessibilidade dos espaços, levando em consideração a existência de pessoas com diferentes condições físicas e identitárias; v. estratégias que favoreçam a permanência do estudante até a conclusão do curso; vi. ouvidoria especializada; vii. capacitação permanente do corpo docente e colaboradores da universidade voltada para a diversidade, inclusão e respeito; viii. outros. A carta foi assinada pelos estagiários do projeto Dialogando sobre Preconceito.

Como parte das atividades preparatórias para a entrega da carta aos gestores da universidade e como forma de dar visibilidade à ação perante a comunidade acadêmica, a apresentação da carta foi inserida à programação da III Jornada de Estudos sobre Processos de Exclusão Social, promovida pelo Lepes, realizada nos dias 02 e 03 de março de 2023, na instituição de ensino em que a intervenção foi realizada. Durante o evento, o processo de elaboração da carta foi exposto em um grande painel colorido na entrada do auditório, contendo montagens de respostas, imagens e textos relacionados ao tema. Além disso, a programação do evento incluiu a leitura da carta, que foi feita por um grupo de estagiários do projeto. Essa leitura foi acompanhada por um público significativo, tanto presencial quanto por meio de transmissão ao vivo pelo canal do YouTube da instituição.

A entrega oficial da carta foi realizada pelos estagiários, com a presença de uma das professoras supervisoras, que apenas os acompanhou no momento. Essa abordagem teve como objetivo enfatizar o protagonismo dos estudantes nesse processo, validando a autoria deles na construção da carta e o papel fundamental que desempenham na construção de uma universidade inclusiva para todas as pessoas.

Após a leitura da carta houve aplausos e agradecimentos por parte da gestão, que reconheceu a importância da iniciativa e se comprometeu a avaliar todas as propostas apresentadas na carta, buscando atender, na medida do possível, aquelas viáveis de implementação. A gestão da universidade também discutiu que algumas das proposições da carta representavam ideais a serem alcançados, que são processuais e acompanham mudanças na própria sociedade brasileira.

Dando continuidade ao projeto, a equipe do Dialogando sobre Preconceito reconhece a importância de acompanhar o atendimento às proposições da carta como etapa fundamental do processo de participação discente nas políticas institucionais da universidade. Esse acompanhamento pretende ser feito por meio de diálogo contínuo com a gestão, considerando que essa articulação é essencial para a construção e manutenção de uma universidade acessível e inclusiva, comprometida com o bem-estar de toda a comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

Considerações finais

A primeira parte deste capítulo abrange considerações teóricas sobre os princípios da diversidade e da inclusão na perspectiva de uma universidade acessível a todas as pessoas, além de fornecer informações sobre a relação entre diversidade e a persistência de estudantes no ensino superior, com base no modelo teórico desenvolvido por Vicent Tinto. Também problematiza experiências de preconceito nas trajetórias acadêmicas de membros de minorias sociais, destacando o papel da identidade e das pertenças sociais nessas vivências no ambiente universitário.

O capítulo também descreve o projeto Dialogando sobre Preconceito, caracterizando-o como uma iniciativa de intervenção grupal em contextos educacionais. Além disso, apresenta os procedimentos e resultados de uma intervenção que buscou compreender as ideias dos estudantes sobre como seria uma universidade inclusiva para todas as pessoas. A descrição dessa intervenção aborda aspectos positivos desse processo e discute sua capacidade de contribuir para os debates sobre inclusão, diversidade e participação dos estudantes na construção de uma universidade mais equitativa e acessível.

Adicionalmente aos resultados relacionados à construção da carta, este capítulo reúne reflexões e possibilidades relacionadas ao desenvolvimento do projeto Dialogando sobre Preconceito, que evidenciam sua importância na abordagem da permanência estudantil. Assim, a descrição apresentada contempla o processo de empoderamento estudantil, o diálogo e a escuta

ativa na promoção da inclusão e da diversidade, o reconhecimento e respeito às diferenças, bem como ratifica o processo de avaliação contínuo como aspecto fundamental para a efetividade de qualquer intervenção.

Por fim, considera-se que a intervenção institucional apresentada neste capítulo pode ser considerada um exemplo inspirador de como abordar questões de inclusão e diversidade em uma universidade, escutando e ampliando a voz dos estudantes, promovendo o diálogo e a colaboração, de modo a contribuir para a persistência e resistência de estudantes no ensino superior.

Referências

ABGLT. Relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016: as experiências de adolescentes e jovens LGBT em nossos ambientes educacionais. *ABGLT*, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/docs/IAE-Brasil.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

ACUÑA, C. Exclusión en Salud en países de América Latina y el Caribe. *Acta bioethica*, Santiago, v. 9, n. 2, p. 253, 2003. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4067/S1726-569X2003000200013>. Acesso em: 19 jun. 2024.

ALLPORT, G. *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley, 1954.

ALMEIDA, S. *Racismo Estrutural: feminismos plurais*. [Rio de Janeiro]: Pólen Produção Editorial, 2019.

ARAÚJO, C. A permanência de estudantes nos cursos de graduação no Brasil: uma categoria em construção. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 25-43, 2013. Disponível em: https://media.proquest.com/media/hms/PFT/1/wiccD?_s=XukF632isk0XOPA5%2FksqixVa9Yg%3D. Acesso em: 19 jun. 2024.

ARTES, A.; UNBEHAUM, S. As marcas de cor/raça no ensino médio e seus efeitos na educação superior brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 47, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147228335>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BANDEIRA, L. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 24, p. 401-438, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000200004>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BESSA, L. *et al.* Dialogando sobre Preconceito: formação crítica em psicologia. In: ENCONTRO DE PRÁTICAS DOCENTES, 14., 2022, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: Unifor, 2022.

BRAGA, I. F. *et al.* Violência contra adolescentes e jovens homossexuais e os impactos na saúde. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 110-121, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.48>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BROWN, R. *Prejudice: its social psychology*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2010.

CAMINO L.; PEREIRA C. O papel da psicologia na construção dos direitos humanos: análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação ao homossexualismo. *Revista Perfil*, Tapejara, v. 13, n. 13, p. 49-69, 2000.

CAMPOS, M. M. Educação e políticas de combate à pobreza. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 183-191, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-2478200300030001>. Acesso em: 19 jun. 2024.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional 1. *Tempo social*, São Paulo, v. 31, p. 195-233, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035>. Acesso em: 19 jun. 2024.

CARVALHO, M.; WALTEMBERG, F. Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 369-396, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-8050/ea124777>. Acesso em: 19 jun. 2024.

CARVALHO, S. Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2023. Brasília, DF: Ipea, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/09/230905_cc_60_nota_22.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.

COSTA, A. B.; NARDI, H. C. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 715-726, 2015. Disponível em: 10.9788/TP2015.3-15. Acesso em: 19 jun. 2024.

COSTA, A.; PICANÇO, F. Para além do acesso e da inclusão - impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 39, p. 281-306, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000020003>. Acesso em: 19 jun. 2024.

FERREIRA, M. C. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. *Temas em psicologia*, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 119-126, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v12n2/v12n2a04.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. *Estudos da deficiência*. Curitiba: CRV, 2020.

GESSER, R.; COSTA, C. Menina Mulher Negra: construção de identidade e o conflito diante de uma sociedade que não a representa. *Revista Brasileira de Psicodrama*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 18-30, 2018. Disponível em: <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/45>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HONORATO, G. S.; BORGES, E. H. N. Permanência na educação superior brasileira: contribuições de Vincent Tinto. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 29, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc29202346400>. Acesso em: 19 jun. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). *Censo da Educação Superior*. Brasília, DF: Inep, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 19 jun. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). *Censo da educação superior 2018: notas estatísticas*. Brasília, DF: Inep, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). *Censo da educação superior 2019: resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019*. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.

KNOP, M.; COLLARES, A. C. M. A influência da origem social na probabilidade de concluir os diferentes cursos de ensino superior. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 34, p. 351-380, 2019.

LIMA, M. E. O. O que há de novo no “novo” racismo do Brasil? *REPECULT: Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 157-177, 2019.

LIMA, M. E. O. Preconceito. In: CAMINO, L. et al. (org.). *Psicologia social: temas e teorias*. Brasília, DF: Technopolitik, 2013. p. 589-640.

MACIEL, C. E.; CUNHA JÚNIOR, M.; LIMA, T. S. A produção científica sobre permanência e evasão na educação superior no Brasil. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 45, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201945198669>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MONGIM, A. B. Projetos de Escolarização e ingresso de estudantes negros na Universidade em contexto de ações afirmativas. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 143-159, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20500/rce.v12i23.3230>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MONGIM, A. B.; OLIVEIRA, O. M. Entre comemorações, tensões e constrangimentos: ingresso na universidade pelo sistema de cotas. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 56, p. 133-152, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2019.39082>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MORENO, J. L. *Psicodrama*. São Paulo: Cultrix, 1978.

MUNANGA, K. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. (org.). *O negro na universidade: o direito a inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. p. 7-19.

OLIVEIRA, A. S. R. D.; SILVA, I. R. Políticas de inclusão social no ensino superior brasileiro: um estudo sobre o perfil socioeconômico de estudantes nos anos 2010 a 2012. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 33, p. 1-28, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698153900>. Acesso em: 19 jun. 2024.

OLIVEIRA, M. S.; SILVA, M. D. C. L. da. O aprofundamento do capacitismo na pandemia. *RTPS: Revista Trabalho, Política e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 259-272, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Manual para garantir inclusão e equidade na educação*. Brasília, DF: Unesco, 2019. Disponível em: https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/10/2019-Manual-para-garantir-a-inclusao-e-equidade-na-educacao.pdfex_Sans. Acesso em: 19 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Geneve: ONU, 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>. Acesso em: 19 jun. 2024.

PAULA, M. F. C. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 22, p. 301-315, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200002>. Acesso em: 19 jun. 2024.

PAZ, D.; AMAZONAS, M. C. L. D. A.; MEDRADO, B. Revisão da literatura sobre homofobia: Escolhas, argumentos e exercício reflexivo em pesquisa. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 40, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003215726>. Acesso em: 19 jun. 2024.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 19, n. 3, p. 723-747, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000300010>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SALATA, A. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? *Tempo Social*, São Paulo, v. 30, p. 219-253, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SANTOS JUNIOR, J. S.; REAL, G. C. M. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 385-402, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772017000200007>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SANTOS, D. Curso de branco: uma abordagem sobre acesso e permanência entre estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 31-50, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20500/rce.v12i23.3229>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. D. Psicologia positiva e os instrumentos de avaliação no contexto brasileiro. *Psicologia: reflexão e*

crítica, Porto Alegre, v. 23, p. 440-448, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000300004>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SIDANIUS, J.; PRATTO, F. *Social dominance: an intergroup theory of social hierarchy and oppression*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SILVA, A. V. D. Impactos do racismo na saúde mental da população negra: revisão integrativa de literatura. *Revista Psicoatualidades*, Belém do São Francisco, v. 1, n. 1, p. 44-53, 2021. Disponível em: <https://periodicosfacesf.com.br/index.php/Psicoatualidades/article/view/271>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SILVA, G. Ações afirmativas no ensino superior brasileiro: caminhos para a permanência e o progresso acadêmico de estudantes da área das ciências exatas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 35, p. 1-29, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698170841>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SILVA, V. C.; SILVA, W. S. Marcadores sociais da diferença: uma perspectiva interseccional sobre ser estudante negro e deficiente no Ensino Superior brasileiro. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 31, p. 62, p. 569-585, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313158892006/313158892006.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SOUZA, A. C. de; BRANDALISE, M. Â. T. Política de cotas e democratização do ensino superior: a visão dos implementadores. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 3, n. 3, p. 515-538, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22348/riesup.v3i3.7763>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SOUZA, L. E. C. *et al.* A hierarchical (multicomponent) model of in-group identification: adaptation of a measure to the Brazilian context. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s41155-019-0131-6>. Acesso em: 19 jun. 2024.

TAJFEL, H. *Social identity and intergroup relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

TINTO, V. Through the eyes of students. *Journal of College Student Retention: Research, Theory & Practice*, Thousand Oaks, v. 9, n. 3, p. 254-269, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1521025115621917>. Acesso em: 19 jun. 2024.

VENDRAMIN, C. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL REPENSANDO MITOS CONTEMPORÂNEOS, 4., 2019, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: Unicamp, 2019.

VERGARA, S. *Métodos de pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Acesso em: 19 jun. 2024.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, p. 535-549, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>. Acesso em: 19 jun. 2024.

WILLIAMS, D. R.; PRIEST, N. Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 17, p. 124-174, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-017004004>. Acesso em: 19 jun. 2024.

ZIONI, F. Exclusão social: noção ou conceito? *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 15-29, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/v15n3/03.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: TECENDO ENTRENÓS UMA FORMAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA COMPROMETIDA COM A GARANTIA DE DIREITOS DE POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS

Patrícia Castro de Oliveira e Silva

Melissa Gava Payer

Camilla da Silva Rocha

Bruna Maria Lima de Oliveira

Nathan Silva Carneiro

Flavio Lopes Guilhon

Maria Clara Dias da Costa

“O Psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7). Com essas palavras, se iniciam os princípios fundamentais do Código de Ética da(o) Psicóloga(o), no entanto, mesmo diante do fato de os direitos humanos serem princípios fundamentais no exercício da profissão, não é incomum que estes não sejam compreendidos como intrínsecos à psicologia, ou que sejam violados pela própria classe e por docentes e discentes nos cursos de formação em Psicologia (Castro *et al.*, 2022).

A história da institucionalização da psicologia na América Latina e no Brasil está relacionada a um alinhamento com projetos políticos-ideológicos ditatoriais e fascistas, e com práticas de ajuste e normalização. Porém, temos visto, especialmente a partir do final dos anos 1970 e dos anos 1980, um movimento crescente da psicologia latino-americana e brasileira no sentido de um compromisso ético-político com a transformação

social, promoção e defesa de direitos humanos. No entanto, ainda que a psicologia esteja em movimento, seja plural e tenhamos um Conselho Federal de Psicologia fortemente comprometido com políticas públicas e direitos humanos, ainda vemos na formação uma ênfase importante na prática clínica de consultório particular (Soligo, 2015). Ainda é perceptível uma centralidade em saberes europeus e/ou estadunidenses, que individualizam o sofrimento psíquico e desconsideram processos de vulnerabilização à que estão expostas populações privadas de direitos, de acesso a bens e serviços, populações estigmatizadas, marginalizadas e violadas de diferentes maneiras cotidianamente, pelas forças de Estado, por eixos de opressão baseados em raça/cor/etnia, gênero, sexualidade e classe social, dentre tantas outras formas de violência¹ (Castro *et al.*, 2022; Veiga, 2019).

Nesse sentido, é importante ressaltar que nos últimos anos fomos afetadas(os)² por um levante de forças antidemocráticas, fascistas e micro-fascistas que se ampliaram sobremaneira no Brasil. Tais forças atravessam a formação em Psicologia e corroboram para a violação de direitos e

1 Neste capítulo, utilizaremos os termos “processos de vulnerabilização”, “população vulnerabilizada” ou “em situação de vulnerabilidade” entendendo que a vulnerabilidade é um processo que ocorre por determinações sociais e não é inerente às pessoas. Conforme Dimenstein e Cirilo Neto (2020), o conceito de vulnerabilidade é polissêmico. “No âmbito das práticas em saúde, a categoria vulnerabilidade separa, de um lado, os não vulneráveis, representados pelo Estado, seus operadores e os profissionais de saúde; e os vulneráveis, os usuários que demandam cuidados em saúde, de outro lado. Mas, como alguém pode determinar quem é vulnerável? A naturalização do sujeito vulnerável ocorre nas malhas de saberes e poderes que regulam as relações sociais” (Dimenstein; Neto, 2020, p. 5). Aqui assumimos a vulnerabilidade como um conjunto de processos de violação de direitos, de negativa de acesso a bens e serviços e, principalmente, com processos de exclusão, marginalização e extermínio de determinadas formas de existência, atravessadas por marcadores sociais de diferença.

2 Neste trabalho, optamos pela escrita inclusiva de gênero com flexão de gênero no feminino em primeiro lugar, em consonância com nossa posição ético-política de desnaturalização da escrita acadêmica que se dá, majoritariamente, apenas no masculino ou com a flexão no masculino em primeiro lugar. Do ponto de vista de teorias feministas e críticas, a construção do conhecimento realizada desse modo ratifica o homem – construção de gênero, normativa, hegemônica e colonialista de produção de masculinidade – como sujeito humano universal, figura conceitual com a qual não trabalhamos e que objetivamos desconstruir.

vulnerabilização de determinadas populações, seja no próprio curso, seja na sociedade de modo geral, forças que têm sustentado o franco desmonte de políticas públicas e ataque aos direitos humanos, em especial na última década, e têm atingido a formação em Psicologia. No que tange a nossa formação, ainda existe baixo fomento para incorporação de temáticas afetas aos direitos humanos e garantia de direitos de populações em situação de vulnerabilidade, especialmente no que tange raça/cor/etnia, gênero e sexualidade.

De acordo com Soligo (2015), os cursos de graduação em Psicologia são produzidos com uma lógica branca e cisheteronormativa, de modo que não se enxergam as desigualdades provenientes do racismo e se perpetua uma lógica “sem sexo e gênero” na discussão acadêmica. A autora aponta também que o conjunto das ênfases que são propostas nas grades curriculares, na maioria das vezes, está centrado na formação clínica e/ou no campo da saúde mental, deixando de fora muitas discussões no campo da Psicologia Social Crítica.

Menezes, Lins e Sampaio (2019), ao refletirem sobre a formação em Psicologia, ratificam que ainda é forte a sua estruturação e institucionalização, a partir de uma lógica eurocêntrica, racista e sexista, de modo que se busca silenciar vozes que questionam o modelo de ciência positivista da modernidade e que propõem uma formação decolonial e contextualizada. Um modelo que defende a construção de um saber supostamente neutro, universal e objetivo. Nesse cenário, não é difícil compreender como a Psicologia vem sendo atingida e atravessada pelo levante de narrativas fascistas e antidemocráticas que se refletem no cotidiano em uma política de morte, como propõe Mbembe (2018). Uma política que, além de ser perpetrada pelo Estado, também se manifesta em micropolíticas reativas³ e microfascistas em nosso cotidiano. O atravessamento dessa política de morte nos cursos de Psicologia se reflete nos silêncios, omissões

3 Deleuze e Guattari (1976, 1995) propõem que a maneira de vivermos e nos relacionarmos com o mundo se constitui, dentre outras, de forças ativas – forças de inovação, libertárias, linhas de singularidade que buscam a produção de novos modos de vida; e forças reativas que buscam a manutenção do *status quo* e reprodução de condutas instituídas.

ou narrativas que (re)produzem violências, evidenciando a necessidade de nos implicarmos com uma formação que se posicione ética e politicamente, afirmando seu compromisso com a transformação social, com a democracia e com a defesa dos direitos humanos.

Tal compromisso tem sido historicamente sustentado através dos esforços do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia na promoção de atividades, publicação de documentos e portarias que defendem direitos humanos e orientam a prática profissional. Um exemplo importante nesse sentido é a criação do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) em 2006, pelo Sistema Conselhos de Psicologia, cujas produções orientam a prática ética-política no campo, com publicações que deveriam compor a bibliografia de disciplinas obrigatórias dos cursos de formação em Psicologia. As publicações do Crepop discutem a atuação ética da(o) psicóloga(o) diante de temas como relações étnico-raciais, álcool e outras drogas, povos indígenas, sistema socioeducativo, dentre outros, dentre os quais destacamos, no escopo deste trabalho, sua mais recente publicação: “Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+”⁴ (Conselho Federal de Psicologia, 2023).

Segundo Rosato (2011), a psicologia deve estar absolutamente alinhada com o campo dos direitos humanos por termos em comum o mesmo material de trabalho: a pessoa humana. Os direitos humanos são normas que foram constituídas a partir da movimentação de diferentes países que se articularam após a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente em 1948, quando assinaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o objetivo de garantir os direitos de todas as pessoas, de forma política, civil e social. Tal movimentação também pode ser percebida na psicologia, que veio se articulando no sentido de trabalhar para a emancipação das(os) sujeitas(os), para (re)construção de novas formas de bem viver e estar no mundo, bem como para o enfrentamento de toda forma de violência,

4 A sigla LGBTQIA+, atualmente LGBTQIAPN+, corresponde às pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e muito mais.

injustiça social e opressão (Conselho Federal de Psicologia, 2005). Esses movimentos históricos para a construção de uma psicologia ética-política precisam ter peso efetivo nos processos de formação de psicólogos(os).

Nesse sentido, nosso texto discute pistas produzidas por uma cartografia decolonial e interseccional sobre “Formação em Psicologia e Direitos Humanos” desenvolvida em uma universidade privada da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, e em turmas do curso de Psicologia de uma universidade pública parceira localizada no mesmo estado. A cartografia é realizada através da promoção de eventos científicos, oficinas e entrevistas e objetiva pensar nos *entrenós* – conceito insurgente na própria pesquisa, conforme veremos à diante – o atravessamento de marcadores sociais de diferença nos processos de vulnerabilização de populações, bem como fomentar processos de desterritorialização do racismo, sexismo, LGBTQIAPN+fobia e machismo na formação.

A (re)ascensão do fascismo no Brasil contemporâneo e a agudização de processos de vulnerabilização

O violento processo de colonização marcado pelo genocídio de milhares de povos originários, pela escravização de pessoas negras africanas e pelo epistemicídio de culturas não europeias, judaico-cristãs e ocidentais marcaram a construção do Brasil (Grosfoguel, 2016). Enquanto colônia, o Brasil incorporou diferentes modelos europeus, dentre eles, uma certa forma de governabilidade estruturada e baseada no fascismo. De acordo com Mizoguchi, Ferreira e Barros (2022, p. 20), nosso fascismo é “um fascismo à brasileira, [que] vai se constituindo baseado na espetacularização, na atomização, na padronização e na redução do humano a uma única forma de existência, colocando critérios para a escolha dos merecedores da vida exterminando os considerados impuros e indignos”. Logo, um fascismo que se exercita na política de morte do Estado.

Porém, para Deleuze e Guattari (2012, p. 101), o que torna o fascismo perigoso é sua potência micropolítica ou molecular, “porque é um movimento de massa: um corpo canceroso mais do que um organismo

totalitário”, ou seja, é o microfascismo que cria e impulsiona o fascismo de Estado, pois é algo da ordem da produção desejante, portanto, está em nós, nas relações que estabelecemos com seres humanos e inumanos, na maneira como vivemos e não se resume ao Estado totalitário. Como células cancerosas, o fascismo se multiplica, se expande, pulula entre nós. Os autores dizem ainda que é fácil ser antifascista em nível molar, no macropolítico, porém, o mais difícil é ver o fascismo em nós, identificarmos e lutarmos contra nosso microfascismo, molecular, cotidiano e insidioso.

Muitas(os) de nós podem ter tido a esperança de que esse corpo canceroso fascista houvesse se esvaziado a partir da década de 1980, com o final da ditadura e o início do processo de redemocratização do país. Especialmente no início dos anos 2000, a partir do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), vimos um importante crescimento e fortalecimento dos direitos humanos e de políticas públicas. No entanto, é importante considerar que o cenário político-social se constitui a partir de um jogo de forças em constante disputa, em que uma força não extingue a outra, mas se coloca por algum tempo à frente, em evidência, uma da outra. Nesse contexto, podemos considerar que o corpo canceroso fascista e cheio, como proposto por Deleuze e Guattari (2012), não deixou de existir na sociedade brasileira, esteve apenas esvaziado por um tempo. Tal afirmativa se sustenta a partir da constatação de que, a partir de 2014, o cenário político impede a governabilidade da presidenta reeleita, Dilma Rousseff (PT), materializando o golpe de 2016 através do seu *impeachment* e o início da franca ascensão da extrema direita fascista. Essa culminância se deu tanto com a eleição de Jair Bolsonaro para presidente em 2018, quanto com os atos antidemocráticos ocorridos em 08 de janeiro de 2023, quando bolsonaristas invadiram a Praça dos Três Poderes em Brasília, contestando a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2022 e reivindicando a intervenção militar. Evidências de que as forças fascistas não deixam de existir e (r)emergem com força no momento oportuno nas diferentes sociedades do capitalismo mundial integrado (Guattari; Rolnik, 1996).

Ao longo de seu mandato, entre 2018 e 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro sustentou e promoveu um discurso de ódio às minorias,

desrespeito aos direitos humanos e negacionismo da ciência. A gestão desse governo afirmou uma política de morte que afetou, sobremaneira, determinadas populações, agudizando processos de vulnerabilização.

Conforme Castilho e Lemos (2021, p. 272), a escolha do ex-presidente Jair Bolsonaro pela necropolítica⁵:

[...] impõe um extermínio a todos/as aqueles/as que ameacem o grande capital, como é o caso das ações orquestradas contra os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas; contra a Amazônia e seu desmatamento criminoso; na liberação de centenas de agrotóxicos; no pacote anticrime; na contrarreforma da previdência social; na garantia de armamento aos grandes proprietários de terra; nas reduções orçamentárias das políticas sociais; nos sucessivos cortes nas universidades e na cultura, e, portanto, no descrédito com relação à ciência e à cultura, como campos de elevação da consciência.

O processo de produção e ampliação da vulnerabilização das minorias sociais foi intenso, bem como o desmonte de políticas públicas e da participação social no governo.

Conforme o documento “1000 dias sem direitos”, o ex-presidente violou os direitos humanos mais de 30 vezes através de falas e atitudes que envolvem o genocídio da população indígena e a invasão de suas terras, o desmatamento e queimada da Amazônia, ataques à imprensa, o aumento da morte da população carcerária durante a pandemia, assim como o aumento da morte da população periférica (Anistia Internacional, 2021).

Em 2022, foi reeleito o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, indicando um desejo da população de mudança nesse cenário de terra devastada, produzido pela ascensão fascista e da necropolítica adotada como forma

5 Necropolítica é um conceito elaborado pelo filósofo e teórico político camaronês Joseph-Aquille Mbembe, que afirma que no mundo contemporâneo de capitalismo neoliberal a distribuição de armas de fogo é feita de modo a “provocar a destruição máxima de determinadas pessoas e criar ‘mundos de morte’, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’” (Mbembe, 2018, p. 71).

de governo. No entanto, a vitória ocorreu com pequena margem de vantagem e as forças fascistas ainda são um grande desafio para quem atua no campo dos direitos humanos.

Sendo assim, cabe refletir constantemente sobre como a formação e prática em psicologia têm sido afetadas por esse cenário. Nesse sentido, é fundamental a ampliação de estudos como o nosso, que objetivam conhecer como a formação tem incorporado – ou não – temáticas afetas a direitos humanos, que realizem intervenções focadas na inseparabilidade entre a promoção e defesa de direitos e psicologia. Também, que busquem visibilizar e enfrentar os microfascismos na formação ao trabalhar temáticas, muitas vezes, evitadas pelos cursos, tais como gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, dentre outras.

Cartografia na formação em Psicologia: entrenós como produção de espaços e sustentação de direitos humanos

Realizamos, desde 2021, uma cartografia no curso de formação em Psicologia em uma universidade privada, com *campus* na Baixada Fluminense e na zona oeste do Rio de Janeiro, e em uma universidade pública parceira na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo geral é contribuir para fortalecer o debate sobre direitos humanos, cartografando como docentes, discentes, gestores(as) e egressos(as) do curso significam e vivem direitos humanos na formação e na prática profissional. Com os objetivos específicos, buscamos: identificar se a formação oferece recursos que contribuam no enfrentamento do sexismo, racismo e LGBTQIAPN+fobia; analisar como gênero, sexualidade e relações étnico-raciais atravessam o cotidiano de docentes, discentes e egressos(as) na formação e na prática profissional; e, por fim, contribuir para o estabelecimento de estratégias criativas na formação em Psicologia que promovam uma psicologia crítica e comprometida com práticas éticas, libertárias, revolucionárias.

Tendo como referencial teórico-metodológico a cartografia gestada pela esquizoanálise, em produção (nos) *entrenós* com os conceitos de marcadores sociais de diferença e interseccionalidade, bem como com

o pensamento decolonial, a pesquisa atua acompanhando processos que se colocam nos encontros, cartografando não apenas palavras, mas também corporeidades, intensidades, linhas de segmentaridade, jogos de poder. Na cartografia o foco se coloca nas (re)produções que emergem nos encontros, nas relações, agenciamentos, jogos de força e nos movimentos rizomáticos que objetivam dar passagem às forças plurais, às linhas diferenciais, num tecer de fios de forças, afetos e implicações de todas(os) as(os) participantes.

As co-visões⁶ da pesquisa acontecem em encontros semanais da equipe, em que as atividades realizadas nas turmas e as entrevistas com docentes, discentes e egressos(as) são organizadas e debatidas. Todas as atividades são planejadas e desenvolvidas pelo coletivo de pesquisadoras(es). Hoje, a pesquisa conta com uma equipe de 20 pesquisadoras(es) de iniciação científica mais a coordenação. Importante destacar que recentemente houve a ampliação da equipe de pesquisa através de processo seletivo interno, realizado para incorporação de alunas(os) de diferentes períodos e *campus*. No processo seletivo marcadores de gênero, sexualidade, raça/cor/etnia foram utilizados objetivando a abertura de espaços acadêmicos para populações que costumam ser silenciadas e/ou invisibilizadas tais como pessoas LGBTQIAPN+ e negras(os).

A realização das oficinas foca em temas como: relações étnico-raciais, LGBTQIA+fobia, sexismo, juventudes e direitos, encarceramento das juventudes negras e periféricas, violência contra mulher, álcool e outras drogas, entre outros. Temáticas que objetivam visibilizar e desterritorializar processos de vulnerabilização que se reproduzem na formação e nas práticas em psicologia. Realizamos atividades cartográficas em todas as turmas do curso de Psicologia nos três *campi* da universidade privada e em turmas de uma universidade pública parceira, sempre que possível. A universidade privada, onde a maior parte da pesquisa é realizada, tem uma

⁶ Tendo como referencial a esquizoanálise e o esquizodrama (Baremblytt, 2022) entendemos que nos processos cartográficos não fazemos supervisões, que indicam um lugar de suposto-saber e relações hierarquizadas, mas construímos e analisamos coletivamente um rizoma de visões, afecções e intensidades produzidas pela cartografia.

história importante de investimento em educação no território da Baixada Fluminense, um território de grande vulnerabilidade socioeconômica, em saúde e marcado por toda sorte de violências. No entanto, a universidade também tem um *campus*, mais recente, em um bairro nobre da cidade do Rio de Janeiro. Desse modo, abarcamos diferentes territórios e realidades em nossa pesquisa cartográfica.

Na cartografia, nós pesquisadoras(es) entramos no campo de pesquisa pelo meio, assumindo que nos somamos a processos em curso e habitando um território até então desconhecido na prática. Criamos vínculos e afecções nos relacionando com a multiplicidade e a diferença, nos permitindo cartografar as redes de forças do campo e nos afetar pelas intensidades, dando “língua a afetos que pedem passagem” (Rolnik, 2016, p. 23), modificando e sendo modificados(as) ao produzir subjetividades através de desejos, criação e arte. Experienciar afetos e intensidades evoca outras formas de agir, a partir dos modos de ser e estar no mundo que vamos construindo e percorrendo no próprio movimento cartográfico. Nos permitimos afetar por cheiros, arrepios, sons, gostos que nos conduzem a pesquisar na historicidade de um tempo que acontece no momento presente (Lazzarotto; Carvalho, 2012). Assim, exercitamos uma ética que expande nosso conhecer nas relações de uma vida que conecta todas(os) em nós, de uma vida de si com todas(os) (Barros; Barros, 2013).

Com Lazzarotto e Carvalho (2012, p. 25) pensamos a cartografia como:

Imanência de relações no corpo que cria passagens com o que força a experimentar nosso pensamento: afetos e perceptos que já não são de um ou de outro, mas da vida. Não precisamos mais temer o processo de estarmos afetados pelo acontecimento no ato de pesquisar, pois o que antes era dado como ‘ponto fraco’ do pesquisador, agora marca uma condição indispensável do processo de pesquisar: a capacidade de afetar e afetar-se para que se criem os modos de expressar os sentidos de uma pesquisa.

Na cartografia afetamos e somos afetadas(os) pelo campo e pelas trocas com as(os) coparticipantes da pesquisa. Nossos corpos se colocam a favor de disrupções e desterritorializações das camadas estratificadas,

em nosso caso, na formação em Psicologia. Provocamos fissuras no campo que permitem (re)ver jogos de força, de poder que permitem falar os microfascismos para que possam então, com alguma sorte, serem transformados em potência de vida e em revolução molecular. Pensamos rizomaticamente buscando identificar e (re)construir conexões e fluxos que nos entrenós que se colocam estratificados, transmutando-se em potentes movimentos insurgentes na formação em Psicologia.

Entrenós • um conceito insurgente em nossa cartografia

Emerge em nossa pesquisa um olhar rizomático, por ser em si a multiplicidade de olhares que se aproximam em seus modos de olhar, tocar, sentir, intervir, afetar – que surge de dentro, por dentro, para dentro, no dentro-fora, pensando e mobilizando a (trans)formação das acadêmicas(os) do curso de Psicologia. Ao nos sabermos pesquisadoras(es) incabadas(os), inconclusivas(os), em devir, sempre “entre; inter-ser”, como dito por Deleuze e Guattari (1995), pensamos naquilo que se localiza justamente no meio, na potência que está a surgir dos nós e das conexões que fazemos nos encontros entre/com docentes, alunas(os) e alunas(os)-pesquisadoras(os) em diferentes momentos da formação – e é daí que pensamos nos entrenós.

Na botânica, o sistema caulinar pode ser dividido em algumas partes: os nós, isto é, as ligações nas quais se dispõem os ramos e as folhas; as gemas, onde estão os tecidos proliferativos que dão origem a novos brotos, ramos, folhas ou flores; e os entrenós, a parte do caule entre dois nós sucessivos. Enquanto os nós e as gemas têm papel fundamental no crescimento e na ramificação das plantas, os entrenós assumem unicamente as funções restritas ao caule: suporte e condução de substâncias e nutrientes através da planta (Raven; Evert; Eichhorn, 2001). Pensando nossa cartografia como algo que suporta e faz fluir, faz nutrir coletivamente – entre nós – uma psicologia ética-política, militante na defesa de direitos e de um mundo menos injusto e desigual, pensamos nossos movimentos e a nós mesmas(os) entrenós. Conceito botânico roubado e transformado para nos ajudar a pensar a potência entre nós e do nosso trabalho de produção de

espaços que deixam fluir fluxos represados, trabalho de sustentação da ética, da potência de vida, de todas as vidas, no curso de formação.

Em sua primeira tessitura, temos os entrenós como espaços que, situando-se entre as conexões e entrelaçamentos que podem acontecer, sustentam o rizoma-formação, ao passo em que sustentam o nós – e sustento, aqui, não denota o que está estratificado, mas o que dá a possibilidade, dá espaço, fazendo-se assim do lugar de sustento também lugar de passagem. Os entrenós nos rizomas estão localizados justamente nisso: na passagem aos agenciamentos de desejos que podem fluir, de saberes da ancestralidade, do que é revolucionário.

Os entrenós nos possibilitaram pensar uma cartografia decolonial e interseccional – como veremos adiante – em ação, através de disparadores como imagens, músicas, poesias, teatro, sem que precisássemos, enquanto alunas(os)-pesquisadoras(es), *ditar um ritmo* para nossas oficinas. Rapidamente, chegávamos a intensidades e significantes que nos serviam como analisadores para falar sobre o compromisso da psicologia de, ainda em sua formação, aliar-se às populações vulnerabilizadas em suas lutas. Ou trabalho de formiguinha, que nos ajudava a propor a transformação nas revoluções moleculares, na micropolítica da vida – demonstrando a potência abrigada nos espaços de sustento que alcançávamos entrenós. Por outro lado, em nosso fazer-devir-fazer, devir-fazendo os entrenós se apresentavam como lugares/momentos de respiro ao permitir a passagem de devires, vozes e singularidades constantemente sufocadas, entrenós permitindo vir à tona o silenciado, marginalizado, capturado, conforme veremos adiante.

Marcadores sociais de diferença e interseccionalidade: produzindo entrenós (por) uma formação ética-política

Trabalhamos em nossa cartografia com os conceitos de marcadores sociais da diferença e interseccionalidade, buscando produzir conteúdos e discussões que elucidem os processos de vulnerabilização das populações. Importante ressaltar que ainda que a cartografia seja uma proposição de

dois homens brancos franceses (Deleuze; Guattari, 1976) tecemos, a partir de sua obra, sempre inacabada e em movimento, uma cartografia decolonial e interseccional.

Marcadores sociais da diferença é um conceito discutido e apresentado de diferentes maneiras, por diferentes autoras. Apoiado nos trabalhos de Brah (1996); Collins (2000) e Crenshaw (2002), Hirano (2019), propõe que marcadores sociais da diferença é um conceito que nos ajuda a perceber, conhecer e significar os entrecruzamentos de categorias sociais que se colocam sobre os corpos de modo a gerar opressão, exclusão e/ou marginalização.

Apesar das diferentes leituras do conceito, é possível compreendê-lo a partir da ideia de *marca* que caracteriza e/ou estigmatiza sujeitas(os) e sua forma de ser e estar no mundo. Com isso, podemos apontar como marcadores de diferença: gênero e sexualidade, etnia/raça/cor, religião, situação socioeconômica, local de moradia, língua materna, perspectiva política, dentre outros. Conforme Hirano (2019), marcadores sociais da diferença é um conceito que dialoga sobre como as diferenças entre as pessoas são socialmente designadas e instituídas (re)afirmando e ampliando desigualdades, hierarquias, assimetrias, discriminação e mesmo extermínio de determinadas populações.

Diálogo que nos aproxima do conceito de interseccionalidade, que não está diretamente interligado aos marcadores sociais, pois esses conceitos surgiram paralelamente em diferentes contextos. A interseccionalidade vem ganhando espaço nos programas de pesquisa nas áreas humanas e sociais no Brasil, onde vem sendo estudado e apresentado de diferentes formas por diferentes autoras(es), analisando, de modo geral, os entrecruzamentos de eixos de opressão e dos marcadores de diferença. Nesse contexto, a brasileira Akotirene (2019), tomando o assassinato da vereadora Marielle Franco, propõe uma perspectiva decolonial, a partir daquilo que se encruzilha, como, nesse caso, o racismo, o sexismo e a lesbofobia, afirmando a interseccionalidade enquanto um conceito que se sustenta a partir da intelectualidade de todas as mulheres que foram interrompidas e enquanto uma “sofisticada fonte de água, metodológica, proposta por uma

intelectual negra, por isto é tão difícil engolir os seus fluxos feitos mundo afora” (Akotirene, 2019, p. 64-65).

Os conceitos de marcadores sociais de diferença e de interseccionalidade são caros à nossa cartografia, pois nos auxilia a seguir as pistas sobre marcas da diferença e das exclusões infligidas aos corpos estigmatizados, produzindo, com isso, populações vulnerabilizadas. Tais marcadores da diferença não são naturais – ainda que naturalizados –, são construídos por um certo funcionamento social, que opera a partir do machismo, racismo, patriarcado, sexismo, misoginia, xenofobia e LGBTQIAPN+fobia, legitimados social e politicamente no contexto socio-histórico-político no qual estamos inseridos e nos constituímos. Logo, intervir cartograficamente, a partir dos conceitos de marcadores sociais de diferença e da interseccionalidade, nos confere a prerrogativa de afirmar uma psicologia que corrobora com a desconstrução das violências que estigmatizam, segregam e exterminam corpos, ao mesmo tempo que desloca a discussão do indivíduo para as relações sociais, afrouxando, com isso, as amarras que aprisionam, controlam e interrompem corpos e subjetividades numa perspectiva individualizante do sofrimento das pessoas.

Relações étnico-raciais, racismo e vulnerabilização de pessoas negras

Nas oficinas com enfoque em relações étnico-raciais realizadas entre 2022 e 2023 com alunas(os) dos primeiros períodos do curso de psicologia, as turmas estavam interessadas no debate e participaram ativamente. Importante destacar que o curso é composto majoritariamente por pessoas brancas, então, ao entrarmos nas turmas para falar de racismo, a paisagem que vemos é a da branquitude. Algumas alunas referiram o que chamaram de *simulacro de engajamento social*, ou seja, postagens com discursos “politicamente corretos” que são realizados *on-line* e que se opõem à prática cotidiana em que se observa que as mesmas pessoas que fazem tais postagens têm atitudes intolerantes e opostas ao que pode ser visto nas redes sociais.

Ao longo das oficinas realizamos uma atividade de escrita livre e criativa, e deixamos as(os) alunas(os) à vontade para, ao final, nos entregar ou não o que tinham escrito. Uma das folhas devolvidas continha apenas as palavras “hipocrisia”, “indignação” e “falta de empatia”, e entendemos que ela poderia estar se referindo à postura de colegas de turma, já que algumas/alguns estavam visivelmente incomodadas(os) com nossa presença e com a temática em discussão. Uma aluna branca afirmou categoricamente: “*eu também sofro racismo*”. As alunas negras da turma ficaram em silêncio, o que aliás é comum nas oficinas: alunas(os) negras(os) costumam falar com o corpo, fazendo movimentos afirmativos para nossas colocações, estando absolutamente atentas(os) às discussões, olhos vivos, sorrindo para as equipes de pesquisa e demonstrando, apesar de seu silêncio, estarem em um encontro alegre. A equipe, nesses casos, intervém explicando a impossibilidade do chamado “racismo reverso”.

Uma aluna, ao final, nos entregou seu papel da escrita criativa relatando que colegas de turma negras tiveram dificuldades de adaptação na turma e foram ignoradas por ela. Recebemos esse endereçamento como uma denúncia, como algo que não poderia, ainda, ser falado na turma, mas que escapava por outros fluxos ao silenciamento sobre o racismo na formação, em plena tessitura de linhas de fuga.

Em meio ao racismo estrutural, pessoas negras retintas, sejam docentes ou discentes, também afirmam nunca ter sofrido racismo e não acreditarem que esse é um tema para a psicologia. O silêncio-silenciamento de pessoas pretas durante as atividades desenvolvidas sobre o tema do racismo nos lembra do “pacto da branquitude” de Cida Bento (2022). É esse pacto – no qual a moça branca se sente autorizada para dizer que sofre racismo, a outra para afirmar que somos todos iguais, ou docentes afirmarem que esse não é um tema para a psicologia, dentre tantos exemplos – que corrobora com a vulnerabilização social de pessoas negras, independente do espaço social que elas ocupem. A universidade é um espaço ainda pouco acessível para pessoas pretas, e mesmo quando elas conseguem estar nesse lugar, são invisibilizadas e silenciadas pela reprodução do racismo estrutural e do pacto da branquitude nos espaços acadêmicos.

A discussão sobre as temáticas do racismo ainda é muito escassa durante a formação em Psicologia, assim como teóricas(os) negras(os) e/ou indígenas não costuma fazer parte da bibliografia utilizada nos cursos. As poucas vezes que o tema é discutido ocorre a partir de iniciativas individuais de professoras(es) e alunas(os) que escolhem incluir tais temáticas como recorte em meio às ementas que desconsideram tais questões.

Os caminhos que vêm sendo trilhados pela pesquisa nos levam a questionamentos como: se a realidade brasileira, e consequentemente a nossa produção de subjetividade, passa pela histórica construção da estrutura racista e colonial, por que a formação em Psicologia ainda parece tão pouco interessada e comprometida com o tema? Sendo pontos centrais das vivências de nosso povo, faz-se necessário pensar: será que a discussão racial deveria ser um recorte no curso de formação em Psicologia, um tema que fica a cargo de docentes que por ele tem interesse, ou deveria compor disciplina obrigatória? Importante ratificar que a maior parte dos autores utilizados na fundamentação teórica das disciplinas são homens europeus, brancos e das elites (Castro *et al.*, 2022; Soligo, 2015; Veiga, 2018), o que resulta em um afastamento entre o processo formativo e a realidade social em que atuamos. Isso nos remete a uma última provocação: num país de racismo estrutural, a quem interessa uma formação em Psicologia acrítica quanto à questão?

Atravessamentos de gênero, sexualidade e LGBTQIAPN+ fobia na formação

Gênero e sexualidade, assim como as relações étnico-raciais, têm sido abordados na formação em Psicologia a partir dos esforços pessoais de poucas(os) docentes que pesquisam, militam ou têm interesse pelo tema. O que acaba por reverberar em narrativas e práticas LGBTQIAPN+fóbicas nas salas de aula, nos corredores, nas cantinas, em todos os espaços acadêmicos.

Em uma palestra sobre direitos humanos e psicologia, ocorrida na universidade privada e promovida pela nossa equipe de pesquisa para turmas de diferentes períodos, tínhamos como oradoras duas

psicólogas-pesquisadoras, sendo uma delas uma mulher trans. Nesse evento, observamos que muitas(os) alunas(os) não prestaram a menor atenção, demonstrando franco desinteresse pelo tema e desrespeito pelas palestrantes. Algumas pessoas sentadas absolutamente à frente da mesa onde estavam as duas oradoras passaram todo o tempo utilizando o aparelho celular e expressando risinhos com o que neles liam. Importante ressaltar também a perceptível indiferença diante da representatividade transgênero no evento e suas falas sobre o sofrimento infligido às pessoas LGBTQIAPN+.

O que aqui nomeamos como indiferença em relação ao sofrimento da população LGBTQIAPN+ pode ser exemplificado pela fala de uma aluna durante uma de nossas oficinas, em que ela disse que “gostaria que nas matérias já existentes fossem abordados diferentes assuntos sobre direitos humanos, pois sentia que só focam em um (população LGBTQIAPN+) e já está “maçante”. Em nossa experiência não temos visto, de modo algum, uma sobreutilização dos espaços acadêmicos para abordar gênero e sexualidade ou garantia de direitos às pessoas LGBTQIAPN+. No entanto, a fala da aluna indica uma saturação com o tema, que desconsidera completamente e que, talvez, gênero e sexualidade não devessem caber “nas matérias já existentes”, pois as extrapola mesmo, e que apesar dos esforços para a colocação da temática em pauta na formação em Psicologia e na sociedade, ainda estamos muito distantes do respeito, valorização e garantia de direitos humanos para pessoas LGBTQIAPN+.

Em uma das turmas tivemos o relato de uma aluna que nos contou que um jovem *gay* saiu do curso de Psicologia justo porque sofreu homofobia das(os) colegas de turma no grupos de WhatsApp. Diante do relato da aluna, mais uma vez, o silêncio da turma. Pensamos esse silêncio como vergonhosa conivência com o ocorrido, seja pela prática da homofobia ou pela omissão na defesa e garantia de direitos humanos dessas pessoas, desse colega de turma.

Como cartógrafas(os) temos sido afetadas(os) por essa lacuna na formação quanto a gênero e sexualidade, primeiramente precisamos pensar as atividades a serem implementadas nesse campo de maneira absolutamente didática e cuidadosa para que as(os) participantes possam conhecer

os conceitos/dispositivos sem (re)forçarmos um preconceito já existente quanto aos termos. Algumas/alguns de nós já sofremos preconceito em atividade quando, por exemplo, uma aluna de 7º período disse para um cartógrafo que “pessoas homossexuais não deveriam existir”. O pesquisador em questão era *gay* e foi absolutamente violentado por essa fala que buscava deslegitimar sua existência. Quanto a isso, voltamos ao início do nosso texto quando abordamos o levante das forças fascistas. Fica evidente o quanto a jovem se sentia legitimada para fazer tal comentário de maneira tão impositiva e segura. Nesse dia, algumas outras alunas não ficaram em silêncio e se colocaram em pleno confronto que foi mediado pelo próprio pesquisador e sua dupla. O debate acalorado evidenciou o processo de desterritorialização das condutas instituídas na LGBTQIAPN+fobia e nos permitiu ver as forças ativas em ação. O que foi um alento, em especial, por se tratar de uma turma de final de formação.

Boa parte do alunado conculinte não sabe conceituar gênero e/ou sexualidade, ou pior, o fazem a partir do *senso comum*, por vezes, evocando a falácia perigosa da “ideologia de gênero”. Ademais, temos observado que as temáticas de gênero e sexualidade, dois aspectos fundamentais da subjetividade – material primeiro de trabalho da psicologia –, não são compreendidos por vários docentes e discentes como parte efetiva e fundamental da formação.

O Brasil é um país extremamente violento para pessoas LGBTQIAPN+, sendo o país que mais mata pessoas trans. A estimativa de vida de pessoas trans no Brasil é de 35 anos, menos da metade da estimativa de vida da população em geral (Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2023). A psicologia é uma ciência e profissão fundamentada na promoção e defesa de direitos humanos, sendo assim, é necessário questionar, produzir nos entrenós, enquanto espaços coletivos de sustentação, uma formação que compreenda os processos de vulnerabilização a que estão expostas pessoas LGBTQIAPN+, e que se comprometa com a não reprodução de violência e, mais que isso, que atue no seu enfrentamento e na defesa das todas as vidas.

Docentes também têm se mostrado ainda muito distantes, ou resistentes, às discussões sobre gênero, sexualidade e direitos humanos. Em

uma entrevista coletiva com discentes da universidade pública parceira, uma das entrevistadas relatou que o professor cometeu transfobia em sala de aula. Segundo a aluna, uma de suas frases foi: “eu irei me referir à pessoa de acordo com seu órgão sexual”. Uma fala de extrema violência que também revela total desconhecimento ou desrespeito às leis que hoje garantem o direito da pessoa trans ser chamada pelo seu nome social. Em outra ocasião, um professor se negou a ser entrevistado, justificando que “não tem propriedade para falar sobre direitos humanos”, fato também muito preocupante se tivermos em conta que o primeiro princípio fundamental do Código de Ética da Psicologia (Conselho Federal de Psicologia, 2005) diz respeito à impossibilidade de uma prática desvinculada da garantia de direitos.

É preciso reconhecer que a docência é um lugar de poder. A(o) docente é uma figura de “autoridade” e influência, e suas colocações são capazes de contribuir fortemente para que discentes (re)produzam violências na formação e em suas práticas psis, bem como tenham o entendimento equivocado de que temas como racismo, gênero, sexualidade e direitos humanos nada tem a ver com psicologia.

Desterritorializando desigualdades de gênero

Em nossas atividades com discentes, algumas de nossas jovens cartógrafas foram confrontadas por alunos homens, tanto jovens quanto mais velhos, especialmente, quando tratavam de temas como desigualdade de gênero, machismo e/ou feminismos. Em algumas turmas, alunos homens chegaram a ironizar e questionar suas falas durante as oficinas. As jovens pesquisadoras também se sentiram assediadas, importunadas por alguns alunos homens que ficavam “elogiando” sua beleza de maneira absolutamente inapropriada.

Por outro lado, as mesmas cartógrafas, seguras e bem-preparadas, já experientes nos desafios que nossa pesquisa constantemente enfrenta, nesses momentos, seguiram conduzindo as atividades com altivez e colocando em pauta o machismo que ali se colocava abertamente, pontuando que aqueles homens e mulheres ali presentes buscavam ser psicólogos(as),

ou seja, uma ciência e profissão comprometida com a transformação social e com o enfrentamento de toda forma de opressão, como o machismo.

Ainda nas entrevistas coletivas realizadas com discentes, uma das entrevistadas disse que percebe claramente a diferença de tratamento dos(as) alunos(as) para com as professoras. A aluna nos diz: “tenho certeza [de] que se fosse um professor homem ali falando, teria sido diferente”, se referindo a uma situação de embate ocorrida em sala. Seguimos os fios do machismo contra professoras na formação, em que muitas são constantemente interrompidas em suas falas, questionadas, desqualificadas ou mais claramente desrespeitadas por homens brancos, em especial os que aqui nomearemos “mais velhos”. Homens acima de 35 anos – acima da idade média das turmas – que, por um lado, (re)produzem machismo e sexismo nas relações estabelecidas com as docentes, colegas mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ de turma. E, por outro lado, demonstram grande respeito e companheirismo com professores homens.

Temos colhido também experiências do chamado *mansplaining* contra docentes, cartógrafas e alunas das turmas em que entramos. Elas referem ser constantemente interrompidas por homens que buscam lhes explicar de maneira demasiadamente segura, condescendente e simplista, uma temática que, em verdade, elas dominam. Ou docentes mulheres que, ao se colocarem por qualquer motivo em contrariedade em relação às falas ou práticas desses homens, passam a ser alvo de piadinhas maldosas, questionamentos infundados quanto às notas e/ou faltas em uma espécie de violência insidiosa e cotidiana nas salas de aula ou no ambiente acadêmico de maneira mais ampla.

No entanto, não podemos deixar de pontuar a participação ativa e entusiasmada das alunas, em especial as mais jovens e dos primeiros períodos da graduação, durante as atividades em que trabalhamos temáticas referentes às desigualdades de gênero. As jovens alunas reconhecem o atravessamento do machismo, sexismo e do patriarcado em suas vidas desde pequenas, em suas famílias, e deixam evidente o desejo de estabelecimento de novos agenciamentos capazes de criar linhas de fuga e novos mundos mais libertários e menos desiguais.

Outra pista que tem nos afetado é o atravessamento de gênero na aceitação/participação na pesquisa, em especial, por parte de docentes. O fato é que docentes que abrem suas turmas para as atividades da pesquisa ou mesmo solicitam nossa entrada, em franco reconhecimento da potência de nossas atividades, são em sua maioria mulheres. Ainda que os corpos docentes dos cursos de Psicologia sejam compostos majoritariamente por mulheres, tem nos chamado a atenção o fato de nenhum homem abrir espontaneamente suas turmas para a cartografia. Salvo poucos que já são pesquisadores e/ou alinhados a uma psicologia absolutamente comprometida com a garantia de direitos humanos. Quando solicitados pela equipe de pesquisa ou mesmo pela coordenação do curso – apoiadora da pesquisa e composta por mulheres –, costumam responder que “não é possível [receber a pesquisa] pois têm muito conteúdo para dar”. Uma pista que também nos indica que os temas tratados não parecem ser compreendidos como conteúdo da formação, ou, ao menos, conteúdos considerados tão importantes quanto outros vinculados a uma psicologia que podemos chamar de clássica, tradicional ou colonizada.

Percebemos como a interseccionalidade se coloca contra os corpos de mulheres, sejam as jovens pesquisadoras ou as docentes, em que se colocam tanto o gênero como a idade como eixos de opressão. Ademais, identificamos também o atravessamento do gênero no acolhimento às temáticas trabalhadas pela pesquisa no curso – assunto que será aprofundado em outra produção.

A formação eurocentrada, machista, cisheteronormativa e branca (Castro *et al.*, 2022; Veiga, 2019; Soligo, 2015) talvez nos fale sobre a resistência de discentes e docentes em participar das atividades de pesquisa. A ideia de perda de conteúdo também atravessa fortemente a narrativa de discentes, indicando claramente que as temáticas de Direitos Humanos não são significadas como parte integrante da formação em Psicologia. Por outro lado, a pesquisa tem tido todo o apoio institucional e da gestão do curso na universidade privada, o que indica o reconhecimento dos problemas existentes na formação e principalmente o desejo de mudança nesse cenário.

(In)conclusões para uma formação implicada no enfrentamento de processos de vulnerabilização

Apesar dos grandes movimentos pelos quais temos passado em direção a uma formação ética-política, comprometida com a garantia de direitos, a transformação social e o enfrentamento de toda forma de violência, os cursos de graduação ainda são fortemente direcionados para a formação de psicoterapeutas, para a prática de consultório e fundamentados em referenciais teórico-metodológicos europeus e estadunidenses. A formação colonizada resulta em uma ideia de psicologia apolítica que desconsidera sua responsabilidade nos processos de vulnerabilização e morte de pessoas com vidas interseccionadas por eixos de opressão como classe, raça/cor, gênero e sexualidade. Nesse sentido, nossas pistas indicam que os direitos humanos parecem ser compreendidos como um assunto de menor importância na formação.

Observamos que marcadores sociais de diferença atravessam a formação em Psicologia, tanto compondo o cotidiano das vidas de docentes e discentes, quanto perpassando as experiências em sala de aula. Vivemos e tivemos relatos de experiências de racismo, LGBTQIAPN+fobia e machismo ocorridos nos cursos onde entramos. E, ainda, omissões e silenciamentos nos processos formativos no que tange a debates tão importantes da nossa sociedade como o racismo estrutural, cisheterossexismo e a desigualdade de gênero, em detrimento de conteúdos considerados mais importantes.

Nossa cartografia decolonial e interseccional tem desterritorializado condutas instituídas de silenciamento de questões importantes na produção de vulnerabilidade e sofrimento psíquico, em especial no que diz respeito às pessoas negras, LGBTQIAPN+ e mulheres. Temos fortalecido e produzido (nos) entrenós espaços de respiro para uma psicologia outra, decolonizada, sensível aos marcadores sociais de diferença que se refletem em eixos de opressão que se entrecruzam nos corpos das pessoas. Em nossa sociedade, capitalista, moderna, ocidental e neoliberal, diferenças que se transformam em profundas desigualdades.

Finalizamos apontando para a necessidade e a potência de investimentos acadêmicos como os nossos para o enfrentamento das forças

fascistas e antidemocráticas em ascensão no país e, portanto, também na formação em Psicologia. É preciso investir esforços para a decolonização do pensamento com a adoção de teorias e metodologias contra-hegemônicas, críticas, contextualizadas e participativas como temos feito em nossa cartografia.

Referências

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polén Livros, 2019.

ANISTIA INTERNACIONAL. *1000 dias sem direitos: as violações do governo Bolsonaro*. Brasil: Anistia Internacional Brasil, 2021. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2021/09/1000-dias-sem-direitos-As-viola%C3%A7%C3%B5es-do-governo-Bolsonaro.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BAREMBLITT, G. *Esquizodrama: 10 proposições descartáveis*. Belo Horizonte: Editora IGB, 2022.

BARROS, L. M. R. de; BARROS, M. E. B. de. O problema da análise em pesquisa cartográfica. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 25, n. 2, p. 373-390, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200010>. Acesso em: 6 ago. 2023.

BENTO, C. *O Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRAH, A. *Cartographies of Diaspora: contesting identities*. Londres: Routledge, 1996.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. de S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 269-279, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>. Acesso em: 6 ago. 2023.

CASTRO, P. O. e S. *et al.* Pensava que Direitos Humanos era coisa de bandido: diálogos (im)possíveis na formação em Psicologia. In: FERREIRA, E. M.; BANDEIRA, G. M.; FREITAS, P. G. (org.). *Psicologia em foco: fundamentos, práxis e transformações*. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2022. v. 3, p. 285-295.

COLLINS, P. H. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2nd. ed. New York: Routledge, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília, DF: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+*. Brasília, DF: CFP, 2023.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2024.

DELEUZE, G.; GUATTARRI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2012. v. 3.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DIMENSTEIN, M.; CIRILO NETO, M. Abordagens conceituais da vulnerabilidade no âmbito da saúde e assistência social. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 jun. 2024.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 31, p. 25-49, 2016.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HIRANO, L. F. K. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: HIRANO, F.; ACUNÃ, M.; MACHADO, B. (org.). *Marcadores*

sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019. p. 27-54.

LAZZAROTTO, G. D. R.; CARVALHO, J. D. Afetar. In: FONSECA, T.; NASCIMENTO, M.; MARASCHIN, C. (org.). *Pesquisar na Diferença*: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 23-25.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENEZES, J. A.; LINS, S. S.; SAMPAIO, J. V. Provocações pós-coloniais à formação em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 31, p. 1-9, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31191231>. Acesso em: 6 ago. 2023.

MIZOGUCHI, D.; FERREIRA, M.; BARROS, M. E. B. de. Subjetividades e sujeições no fascismo tropical? *Mnemosine*, Leiden, v. 18, n. 2, p. 7-23, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2022.70839>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PEREIRA, M. M. Políticas para LGBTI+ no governo federal: ascensão e queda. *Nexo Políticas Públicas*, [s. l.], 19 abr. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/Pol%C3%ADticas-para-LGBTI-no-governo-federal-ascens%C3%A3o-e-queda>. Acesso em: 6 ago. 2023.

RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICHHRON, S. E. *Biologia Vegetal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

ROLNIK, S. *Cartografia Sentimental*: transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; Ed. UFRGS, 2016.

(RE)LEITURAS PSICANALÍTICAS: O PACTO NARCÍSICO DA PSICANÁLISE NA INTELIGIBILIDADE DOS CORPOS DISSIDENTES

Marina Valentim Brasil
Bruna Bayer
Annelise Riva

Em março de 2023, o deputado federal Nikolas Ferreira fez um discurso na tribuna da Câmara dos Deputados onde vestiu uma peruca loira afirmando que se vestiria de mulher transexual para então ter “lugar de fala”:

Hoje, o Dia Internacional das Mulheres, a esquerda disse que eu não poderia falar, pois eu não estava no meu local de fala. Então, eu solucionei esse problema aqui. Hoje eu me sinto mulher. Deputada Nikole (2023)¹.

No discurso que seguiu, o deputado afirma que as mulheres estariam perdendo seu espaço “para os homens que se sentem mulheres” e que “eles estão querendo colocar uma imposição de uma realidade que não é a realidade”. Ainda nesse contexto, ele afirma que ir contra a “imposição” é ganhar o título de transfóbico, homofóbico e preconceituoso. Por fim, retirou a peruca e disse que as mulheres não deviam nada ao feminismo e que seu conselho era que elas pudessem retomar sua feminilidade, a maternidade, a família e os cuidados domésticos: “dessa forma vocês colocarão luz no mundo e serão valorosas”.

¹ Ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nikolas-ferreira-veste-peruca-na-camara-e-diz-mulheres-estao-perdendo-espaco-para-homens-que-se-sentem-mulheres/>.

A partir desse discurso, temos nos interrogado sobre a violência direcionada para alguns corpos e temos questionado como a psicanálise pode ser uma ferramenta ético-política para o enfrentamento de falas como a de Nikolas Ferreira. Nos propomos, no presente capítulo, a realizar um ensaio teórico-crítico sobre os conceitos que tendem a universalizar a subjetividade dentro da teoria psicanalítica e que tendem a produzir uma universalização também da saúde, da sexualidade e do gênero, apoiando-nos no processo de reconhecimento da diferença simbólica como o princípio fundador para uma prática e escuta afirmativa com as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e mais (LGBTQIAPN+). Pretende-se discutir sobre a universalidade pela qual alguns aspectos da teoria psicanalítica explicam a constituição psíquica. Demonstraremos como essa falha teórica acaba permitindo que a psicanálise seja utilizada para justificar preconceitos e moralismos, servindo para regular a sexualidade e a identidade de gênero e acabando por proteger normas conservadoras e hegemônicas de possíveis atualizações e críticas.

É sabido que alguns psicanalistas são resistentes e críticos às teorias de gênero que buscam dar conta das subjetividades dissidentes, como a teoria *queer*, por exemplo. Isso se dá por acreditarem que a forma através da qual a teoria psicanalítica explica a sexualidade já dê conta da demanda (Ayouch, 2014). No entanto, questionamos se essa seria mesmo uma oposição fundamentalmente teórica, ou se estaria a serviço das normas discursivas e conservadoras dos praticantes da psicanálise. Isso, pois, partimos da percepção de que o eventual *não lugar* político da psicanálise é – mesmo que contraditoriamente – político. Se pensarmos na suposta preocupação em defesa da feminilidade defendida pelo deputado Nikolas, percebe-se, na realidade, uma preocupação com a garantia da cis-heteronormatividade. Ambas as posições parecem conter um objetivo de despolitização da temática das dissidências, cada uma à sua maneira. Tanto a certa onipotência dos psicanalistas na defesa sobre sua compreensão de sujeito quanto a onipotência do deputado em defender as “verdadeiras mulheres” e o seu lugar social demonstram a defesa de uma lógica conservadora e promotora de opressão. Tais preocupações não parecem ser da ordem do cuidado, pois, se assim fosse, provavelmente, os psicanalistas

que resistem à interlocução da teoria *queer*, bem como diversos personagens da vida pública, teriam a mesma preocupação com a população LGBTQIAPN+. Se a preocupação fosse puramente da ordem da alteridade, seria o Brasil o país que mais mata pessoas trans no mundo?

Sob o argumento da proteção, pessoas trans sofrem mais violências de homens cisgênero (Grove, 2023). A preocupação com o suposto feminino real é, na verdade, a preocupação com a proteção dos valores patriarcais. Associada à ideia do deputado está uma percepção de que um pensamento que busca maiores garantias de igualdade de gênero ameaçaria o estatuto das mulheres, cuja real felicidade e valorização estaria em uma vida voltada à moral tradicional: maternidade, família, cuidados domésticos. Quanto a isso, pensamos que essa suposta defesa e proteção das “mulheres tradicionais”, proposta pelo deputado, está a serviço do que ficou conhecido como sexismo ambivalente, o qual abrange dois tipos de sexismo: o benevolente e o hostil.

Proposta por Glick e Fiske (1998), a concepção do sexismo ambivalente tem como pano de fundo a discriminação de “diferentes tipos de mulheres”, sendo que mulheres que performam papéis mais próximos aos tradicionais – como as donas de casa ou mães – são tratadas com sexismo benevolente, ao passo que as não tradicionais – as feministas, lésbicas, trans ou mulheres em cargos de liderança – são mais frequentemente percebidas pelo sexismo hostil. O sexismo benevolente diz respeito a uma percepção de que as mulheres são mais frágeis e, por isso, devem ser protegidas. Essa percepção paternalista auxilia na manutenção de um sistema social desigual, portanto é reforçada, ao passo que a percepção do sexismo hostil representa ameaça ao *status quo* da desigualdade entre gêneros. Tanto as percepções sexistas benevolentes quanto hostis são permeadas por ideologias patriarcais, cuja função acaba sendo justificar e reforçar as desigualdades raciais e de gênero já postas na organização social (Glick; Fiske, 1998), ou seja, não há uma preocupação quanto ao espaço da mulher tradicional, na verdade, a preocupação é com a garantia da hegemonia e da dominância masculina. O feminismo, que o deputado defende como algo que não serve de nada para mulheres, seria justamente o veículo emancipatório da ordem social dominante nas relações de gênero orientadas pelo patriarcado.

Dispositivo da diferença sexual na teoria psicanalítica

A discussão acerca das problemáticas derivadas do dispositivo da diferença sexual na teoria psicanalítica não é recente (Sartori; Cecarelli, 2021). Tanto dentro quanto fora de instituições psicanalíticas, o debate sobre a centralidade da diferença sexual do Complexo de Édipo e do Complexo de Castração como determinantes sobre as saídas que definem a identidade de gênero e a orientação sexual causa divergências entre psicanalistas e estudiosos de gênero.

Independentemente de existirem algumas variações sobre a centralidade dos Complexos de Édipo e Castração, a discussão sobre uma possível causalidade na constituição da identidade de gênero, da sexuação e da escolha de objeto em psicanálise conserva um espaço de verdade entre os praticantes da teoria. Dentro dos espaços de discussão, os profissionais tendem a compreender que é justamente através desses constructos que podem explicar subjetivações dissidentes, partindo da ideia de que é através desses conceitos que conseguem “mapear” a constituição das pessoas LGBTQIAPN+ (Reitter, 2022).

Tal posição demonstra um afastamento com as especificidades que a temática de gênero e sexualidade exigem, e fazem com que o pensamento dominante siga perpetuado nos espaços hegemônicos. Não só, essas duas posições estão a serviço de realizar a manutenção de dispositivos muito específicos de opressão e marginalização. São posições que podem ser destacadas do contexto psicanalítico e maximizadas ao universo social de maneira macrossistêmica. Dito de outra maneira, essas posições sobre os temas de gênero e sexualidade dizem respeito a uma cultura que compreende que a temática ou não tem relevância social, ou deve ser tratada apenas entre a população LGBTQIAPN+ ou então entre especialistas capacitados para atender esses pacientes (Reitter, 2022).

Com relação à psicanálise, deve-se questionar a percepção de alguns teóricos da área que insistem em diferenciar normas simbólicas de normas sociais, num “como se” as regulamentações de gênero se dessem através de uma demanda puramente simbólica, colocada na psique (Butler, 2003). Essa crítica enaltece o apelo errôneo tido como “atemporal” da teoria

psicanalítica, em que se defende que a psicanálise é soberana aos efeitos culturais e sociais nos quais ela é sintetizada. Nos apoiamos na afirmação de que a produção discursiva é anterior à constituição de gênero, e essas normas discursivas delimitam todas as incorporações subjetivas da identidade humana. A crítica à psicanálise é justamente por sua herança estruturalista, que naturaliza e essencializa construções discursivas “em parte alguma explicadas, mas em toda parte presumidas” (Butler, 2003, p. 83). Buscando cumprir uma função fortemente inclusiva, a teoria *queer* tensiona os pontos centrais em que diversos constructos psicanalíticos se apoiam, numa tentativa de denunciar os efeitos de uma produção de conhecimento com carga essencialista, que acaba por essa razão também sendo excludente. Se pensarmos na ideia de inteligibilidade e a função do Complexo de Édipo e do Complexo de Castração para Freud, a crítica fica explicitada.

Segundo Laplanche e Pontalis (2001), o Complexo de Édipo se situa como sendo um conjunto de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais e que desempenha uma função fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano. Nesse complexo, espera-se a ambivalência do menino com seu pai, cuja “ameaça de castração” ocasionará na renúncia ao objeto incestuoso, a sua mãe. Para a menina, a renúncia ao *falo* – ou seja, o reconhecimento da castração – só ocorrerá após uma tentativa de obter uma compensação. Por essa razão, a menina, para elaborar seu estatuto de castrada-inferior, faz um deslizamento do desejo pelo pênis para o filho, ou seja, a evolução do Complexo de Édipo feminino culminaria no desejo da maternidade. Esse conceito acompanha estreitamente a noção de castração, pois seria no reconhecimento da diferença sexual que a criança introjetaria uma função interditoria e normativa. O menino, ao reconhecer as meninas castradas, temeria a perda do próprio falo. A menina, se reconhecendo inferior por ser castrada, elabora estratégias de compensação ou reparação. Além disso, há uma combinação entre o conceito de desejo objetual com a constituição de masculinidade ou feminilidade, atribuindo ao Complexo de Édipo a missão de determinar o surgimento das identidades generificadas, além da castração como a fundadora da diferença simbólica através da diferença

anatômica – garantindo assim uma maturação saudável e o fim da onipotência infantil (Freud, 1905; Quinodoz, 2007).

A partir disso, compreendemos como o constructo psicanalítico é um dispositivo de regulação e controle, além de hierarquização, por demonstrar quais as saídas “normais e patológicas” do desenvolvimento. A crítica se dá, pois ela própria cria a subjetividade na qual ela diz apenas analisar. A psicanálise, portanto, toma como fatos psíquicos seu ponto de partida, excluindo, assim, maiores possibilidades de uma “genealogia mais radical das origens culturais da sexualidade e das relações de poder” (Butler, 2003, p. 118).

Mesmo que a problemática de assegurar de maneira afirmativa a compreensão psicodinâmica de sujeitos dissidentes não seja exclusiva da psicanálise, é necessário reconhecer o efeito de mais de um século de reprodução desse discurso por parte das entidades psi. Não só o uso da psicanálise enquanto norma reguladora é fato problemático, mas também o fato de que essa disciplina foi fortemente influenciada pelo contexto no qual foi sintetizada. Esse fator temporal da psicanálise torna-se problemático justamente pela resistência de alguns de seus defensores reconhecerem suas limitações, fazendo o uso de seus constructos de maneira não contextualizada, na tentativa de manterem a disciplina acima de fenômenos culturais década após década. Isso faz com que, ao descolarem do contexto suas próprias escutas clínicas, acabam corroborando para que violências simbólicas e silenciamentos subjetivos ocorram (Ayouch, 2015; Cunha, 2016; Reitter, 2022). Silenciamentos são formas de microagressão, cujo conceito terminológico diz respeito a atos implícitos ou explícitos de prejudicar alguém por algum atributo identitário, tal como gênero, orientação sexual, raça, classe, nacionalidade, e que causam impacto emocional no indivíduo (Pereira; Santos; Amaral 2021).

É possível compreender que a resistência em revisitar paradigmas dentro das bases teóricas da psicanálise pode estar mais a serviço de dispositivos de poder e de manutenção do *status quo* do que efetivamente ser uma discussão epistemológica. Essa resistência acaba invalidando e negando uma série de experiências que grupos sistematicamente segregados vivem no espaço social, e os efeitos que a reprodução de

representações sobre saúde ou doença causaram para inúmeros grupos sociais. Sandór Ferenczi (1990) é crítico quanto à insensibilidade do analista, vista como defesa e resistência a aspectos do paciente que não podem ser suportados. A inibição dos afetos gerados pela contratransferência impossibilitaria a escuta do paciente, tornando-se uma reprodução do abandono traumático sofrido. Para ele, o acolhimento do outro em sua diferença só é possível através da abertura do analista à sua própria sensibilidade (Kupermann, 2008).

Nos apoiamos na afirmação de que a psicanálise, enquanto ferramenta de conhecimento, se não tensionada servirá de subsídio teórico para a regulação do corpo social. Entendemos que a teoria psicanalítica pode operar dentro da lógica proposta por Foucault (2014), que a determina como um dispositivo de saber-poder, bem como um dispositivo de sexualidade. A clássica proposta de Foucault é de que as relações de poder se apropriam do saber sobre o corpo, atravessando-o, estruturando-o, tanto como meio quanto como um fim, de maneira tão minuciosa que alcança o nível das atitudes, comportamentos, de modos de ser.

As relações de poder também se apropriam da repressão da sexualidade, pois esta seria incompatível ao mundo capitalista – do corpo adestrado e dócil. O dispositivo da sexualidade diz respeito às produções de “verdades” sobre corpo e sexo. Os saberes e tecnologias do corpo tomam o próprio corpo como objeto não só de repressão, mas de controle e gerenciamento (Foucault, 1988), ou seja, a sexualidade é um dispositivo que passa a nomear o sujeito antes mesmo dele próprio. Para Foucault (1988), o dispositivo da sexualidade diz respeito à produção discursiva sobre o corpo e a subjetividade, produzindo formas de experimentação da sexualidade como sendo ou não legítimas.

Em *Eu sou o monstro que vos fala* (2022), Paul Preciado (2022, p. 16) denuncia a função de dispositivo de sexualidade da psicanálise ao tensionar a percepção de suposta invisibilidade da identidade normal, universal, binária, branca e cis-heterossexual tida como algo inquestionado e, por isso, “invisível”: “Não há identidade mais esclerótica e rígida do que a sua própria identidade invisível. Que a sua universalidade republicana.

Sua identidade leve e anônima é o privilégio da norma sexual, racial e de gênero. Ou todos nós temos uma identidade, ou não há identidade”.

A fala de Preciado ilustra a dificuldade frequentemente encontrada de (des)invisibilizar as constituições de identidade que não são dominantes, podendo abrir caminho também para o caráter contingente da formação da identidade e da maturação sexual – até quando o caminho é cis-heterossexual. As normas sociais sobre sexualidade e identidade são elementos fundamentais para as tecnologias de poder social, definindo saúde, doença e inteligibilidade. Para Deleuze (1988), o poder produz verdade. Esses dois elementos atravessam a psicanálise quando praticantes entendem a norma como verdade e utilizam do seu lugar de poder sobre o outro, ignorando a sua singularidade, para propagar a norma vigente através de atos, interpretações, diagnósticos e tratamentos que promovem intolerância, exclusão e apagamento das sexualidades e identidades ditas desviantes.

Freud apresenta o desenvolvimento da psique apoiado na constituição da sua teoria das pulsões, que detém um complexo desenrolar teórico. Resumidamente, a teoria freudiana esclarece que a pulsão sexual é constituída de necessidades de satisfação, que irão encontrar diversos caminhos tanto no corpo quanto no mundo externo (Freud, 1905). Nesse momento, não há inscrição da diferença sexual, somente no reconhecimento da alteridade é que ela é percebida (Bleichmar, 2013). A partir de um determinado período, a psique da criança adquire o mecanismo da repressão das próprias pulsões sexuais, renunciando algumas satisfações em nome da adequação social, que inaugura a entrada da criança no mundo social. Se pensarmos que, em nome da adequação social, a criança será sujeita às normas discursivas e que a introdução da norma é carregada de visões morais, tal processo já anuncia à criança *queer* qual lugar ela estará autorizada a ocupar no mundo comum. Enquanto a cultura e os dispositivos de sexualidade seguem baseados na lógica cis-heteronormativa e nas diferenciações binárias em relação a sexo-gênero, não haverá o reconhecimento nem a proteção das identidades dissidentes. As crianças LGBTQIAPN+ seguirão experimentando um processo socializador que já comunica as reais possibilidades que possuem na vida, bem como o lugar de abjeto que socialmente reserva-se a elas, lugar dotado de uma série de violências.

É sobre essa percepção que Preciado (2022) se orienta, ao questionar sobre a suposta universalidade identitária na teoria psicanalítica, que fica mais a serviço de cancelar o tido como “normal” e “monstrualizar” a identidade que se desvia no seu desenvolvimento. Butler (2017b) propõe que reconheçamos a existência das normas como construções sociais. Isso equivale a dizer que as mesmas normas podem sempre ser ressignificadas, transformadas e transgredidas. O mesmo sujeito que é submetido ao poder pode usá-lo para subverter as normas. Portanto, ao invés de ser um dispositivo excludente, a clínica psicanalítica pode ser um dispositivo de resistência contra tal exclusão (Pombo; Birman, 2022). Para Butler (2017a), a heteronormatividade sempre ressurgirá na fala dos analisandos, de modo que cabe ao profissional ter uma escuta que considere essa diferença, sem a sua patologização.

Inegavelmente, portanto, uma produção teórica que não é revisitada assume um papel de conservadorismo não só teórico, mas sim, dos dispositivos de sexualidade dispostos e garantidos nas relações de poder. Evidencia, também, como a produção científica de verdades sobre os corpos está a serviço de demandas jurídicas de Estado, “verdades” alocadas em todas as relações sociais, e uma forma em que são sustentados está na autorização social de discursos legitimados.

Preciado (2022) acusa que a psicanálise que é reproduzida é feita de homens brancos cis-heterossexuais, o que desencadeia em uma série de diagnósticos baseados no regime da diferença sexual. Refere-se ao corpo trans como uma colônia para a psicanálise normativa, que através de uma violência impune se empenha em impor a normatização nos corpos trans, através de uma “cura analítica”, da medicalização e dos processos de transição de gênero. Basear-se em uma definição normativa do que é ser homem, ser mulher e do que é o feminino e o masculino, é deixar de lado a construção psicanalítica da formação da identidade, que acontece por diferentes tipos de identificação, é ignorar que cada sujeito tem um processo singular e único na construção de sua identidade, que a resolução do Complexo de Édipo é a aceitação da alteridade, da diferença, como algo indispensável.

A clínica pode se tornar um espaço de violência quando a escuta possui ruídos normativos. É preciso colocar a teoria à prova, revisando alguns

pontos nodais (Drehmer; Falcão, 2019). Assim, torna-se improtelável que os psicanalistas saiam urgentemente “do armário da norma” (Preciado, 2022, p. 23). O que se coloca aqui não é a não existência dessa norma, mas sim o questionamento da validade da norma frente ao tempo atual e, retomando Butler (2003), sua necessidade de transformação, diferente do argumento conservador que alega que a teoria *queer* objetiva acabar com a diferença sexual. É o mesmo que afirmar que a identidade trans pretende destruir o espaço da identidade cis. Ambas as posições são consequências de uma postura paranoica, que teme o fim do mundo cis-heteronormativo.

Que não há patologia nas diferentes formas de satisfazer as pulsões nem nas identidades trans já é algo explorado em diferentes textos de psicanalistas que se comprometem com a adequação do escopo teórico para as subjetividades dissidentes (Arán, 2009; Brasil; Costa, 2018; Preciado, 2022; Reitter, 2022; Ayouch, 2014). Entretanto, a lógica binária segue sendo a forma na qual disseminamos e praticamos o conhecimento psicanalítico, seja através dos Complexos de Édipo, de Castração, da constituição de masculinidade e feminilidade, entre outros. Isso se torna problemático uma vez que a disseminação de uma teoria que não abre mão dos constructos teóricos originais complexifica a possibilidade de circulação do conhecimento de maneira atualizada e objetiva. Mais do que isso, permite a abertura para que aqueles praticantes que não acreditam na necessidade da atualização da teoria, em nome do contexto no qual ela está sendo aplicada, possam defender pensamentos reacionários e antiquados através dos textos psicanalíticos.

Se retomarmos a história da psicanálise como uma disciplina que serviu para corresponder a diversas demandas sociais – como a higienização da população –, a utilização de textos bastante descritivos quanto aos destinos saudáveis do desenvolvimento psicosssexual parece um território imprudente para psicanalistas transitarem. Parece que seguimos assim utilizando a teoria da constituição identitária “invisível”, aquela que não possui lugar específico, nem de raça/etnia, nem de classe socioeconômica, e tal qual propôs Preciado (2022), definimos assim como “diferentes” as constituições “complementares”, as subversivas, os corpos desviados. O “diferente” só existe em contraste com essa suposta neutralidade da

cis-heteronormatividade branca, que nada tem de neutra, mas sim, de dominante. É um lugar de poder. Se a ética da psicanálise está apoiada em auxiliar o sujeito na orientação do encontro da satisfação de seu próprio desejo, é necessário que pensemos que esse encontro é independente de qual seja a organização sexual, mas isso só será possível se a teoria psicanalítica sair de sua cristalização para uma “organização viva e pulsante” (Drehmer; Falcão, 2019, p. 71).

Intersecções entre gênero e raça: a psicanálise como ferramenta clínico-política

Ainda que caricata e violenta, a cena performática de Nikolas serve como disparador para algumas reflexões acerca da violência de Estado contra uma parcela da população brasileira. A(s) violência(s) marcada(s) a partir do ato do deputado registram uma certa legitimação de violência de Estado contra corpos transexuais e corpos de mulheres. Cabe salientar que o Estado é o agente que deve garantir os direitos humanos de todas, todos e todes, sobretudo se tratando de minorias. Contudo, não é o que vemos do até então deputado enquanto representante político.

O Estado é a condensação de todas as explorações e opressões patriarcais e capitalistas, é a instância reguladora da dominação econômica e política. Associarmos os assuntos da regulação do corpo social por parte do Estado e a psicanálise como seu instrumento se constitui pelo fato de que a teoria psicanalítica lança o olhar sobre a sexualidade; se apoia na existência de pulsões e as repercussões da repressão destas de diferentes maneiras. Freud se propõe a desviar a sexualidade do moralismo cultural e enaltece a repressão da cultura sobre o processo psicosssexual, denunciando que a própria repressão é elemento fundante para o mal-estar do sujeito social. Entretanto, o uso da sexualidade e das pulsões como elementos de trabalho para tratamento gerou uma espécie de “paralelismo” de funções, sendo a teoria utilizada de base para fins não terapêuticos.

Vale citar Henrique Roxo que, em 1919, discutia o aspecto central da sexualidade dentro das doenças mentais fundamentando-se na teoria

psicanalítica (Abrão, 2011). Sua utilização estava associada à promoção do higienismo e que o controle do “doente mental” seria através de reformá-los terapeuticamente. Ocorre, portanto, um errôneo emparelhamento da teoria freudiana com ideias moralistas de diferentes ordens. Para fugirmos de novos “paralelismos teóricos”, que reduzem os conceitos psicanalíticos apenas às normas morais vigentes, a psicanálise deve seguir sua natureza subversiva e não corresponder às supostas demandas repressivas da “regeneração e aperfeiçoamento dos instintos” (Torquato, 2015, p. 70) da identidade normatizadora. Nesse contexto, diferentes elementos devem ser acrescidos ao seu *corpus* teórico, como, por exemplo, a discussão sobre a branquitude. Schucman (2020) afirma que a branquitude é um grande nó conceitual mesmo pelos estudiosos sobre a identidade branca, pois se trata de um conceito complexo que engloba o contexto cultural, social, histórico e político de cada região e território, visto que ser branco e ocupar o lugar simbólico da branquitude tem conotações diferentes, dependendo do lugar social em que o sujeito está localizado.

Portanto, a branquitude deve ser compreendida como a posição do sujeito, que advém de eventos históricos e políticos determinantes. Ainda assim, se caracteriza por pessoas que ocupam uma posição de privilégio no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos; herança do colonialismo e do imperialismo, que se estende até a contemporaneidade. Mesmo entre segmentos da sociedade implicados com a luta por direitos fundamentais para classes oprimidas, percebe-se os privilégios da branquitude e o silêncio quanto às relações raciais. Há uma exclusão moral, definida enquanto desvalorização do outro como ser humano – condição que ocorre quando grupos são colocados fora dos limites protegidos pelos valores éticos e humanos. Assim, os sujeitos excluídos são considerados sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. A exclusão moral pode assumir formas severas, como o genocídio, ou mais brandas, como a discriminação (Bento, 2002).

Ainda nesse contexto, Bento (2022) cunhou o termo “pacto narcísico da branquitude”: a autora sustenta que a população branca, ainda atualmente, perpetua a transmissão que atravessa gerações, no que diz respeito à hierarquia das relações de dominação e privilégios. Esse funcionamento

tem um nome: branquitude. Trata-se de um pacto silencioso de cumplicidade entre pessoas brancas que buscam manter seus privilégios, ainda que se trate de um funcionamento inconsciente. A autora sustenta que o pacto da branquitude tem componentes narcísicos, de autopreservação, “como se o diferente ameaçasse o normal, o universal” (Bento, 2022, p. 18). Esse sentimento de ameaça está na essência do que é o preconceito, tal fenômeno urge intervenções para cessar as relações de poder e dominação de raça e gênero. Nesse longo processo, são necessários o reconhecimento das alianças silenciosas que edificam o pacto narcísico da branquitude e a transformação de alianças e acordos não verbalizados.

Também cabe retomar o conceito de necropolítica, cunhado pelo pensador e filósofo camaronês Achille Mbembe (2018). A partir de noções da biopolítica foucaultiana, ele propõe esse conceito que pensa a expressão máxima da soberania no que diz respeito ao poder de ordenar quem deve viver e quem deve morrer. Além disso, reflete sobre as diferentes maneiras pelas quais o mundo contemporâneo oferece formas de destruição dos sujeitos, novas formas de existência social para uma parte da população que está em condições de “mortos-vivos” (Mbembe, 2018, p. 71). Vladimir Safatle (2020) utiliza a expressão “estado suicidário” para explicar o funcionamento do Brasil que, atravessado pelo neoliberalismo, sustenta a necropolítica como uma forma de manutenção da violência de Estado e do desaparecimento de corpos das populações vulneráveis do país. Séculos de necropolítica deram ao Brasil repertório para fazer desaparecer corpos vulneráveis e invisíveis (Safatle, 2020).

A cena que utilizamos no início deste capítulo evidencia que o deputado em questão, de forma caricata, busca representar uma mulher branca e loira, como representante da “mulher universal”, demonstrando o forte apelo de racialidade também presente no seu ato. Diante disso, nos remetemos ao conceito de Interseccionalidade proposto por Kimberlé Crenshaw (1989) e adensado por outras feministas negras, como Carla Akotirene (2019) e Patricia Hill Collins (2021). O termo “interseccionalidade” surge a partir do tensionamento de elementos de raça e gênero, além de classe social e demais atributos identitários. A interseccionalidade oferece instrumentalização teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do

racismo cis-heteropatriarcal e o capitalismo neoliberal (Akotirene, 2019), sistemas esses que juntos produzem avenidas identitárias (Akotirene, 2019, p. 19) em que, majoritariamente, as mulheres negras são atravessadas pela sobreposição de gênero, raça e classe em novos e modernos formatos coloniais. Crenshaw (1989) sustenta que a interseccionalidade permite um maior aprofundamento naquilo que é estrutural e na interação das avenidas identitárias com as relações de poder que se estabelecem sobre a mulher negra. Assim, o racismo, o sexismo e a violência se sobrepõem e discriminam as mulheres negras e são sustentados por um padrão colonial moderno (Akotirene, 2019). Quanto mais longe do modelo dito universal, a saber: o homem branco cisgênero e heterossexual, maior é o grau de exclusão e opressão social.

Psicanálise e a inteligibilidade dos corpos dissidentes

Nos apoiamos na perspectiva defendida por Martin Baró (1996), que entende que o psicólogo não pode excluir de seu fazer a abordagem crítica sobre as raízes históricas da sua própria síntese. A prática deve ser conscientizada, considerando o peso da imagem que as pessoas têm de si mesmas, sendo esta constituída por todo o saber social em forma de representação; que é compartilhada e carregada de ideologias. A prática do psicólogo deve ser unida à coletividade que o indivíduo é membro, que diz respeito do para-além do conhecimento formal, mas o que está inserido na práxis cotidiana, implícito, estruturalmente inconsciente e naturalizado de maneira ideológica, “enquanto humaniza ou não as pessoas, e enquanto permite ou impede os grupos e povos de manter o controle de sua própria existência (Martin Baró, 1996, p. 15). Fazer uma prática conscientizada exige que problematizemos teoricamente os constructos psicanalíticos, ao demonstrar como estes acabam por reiterar as normas de uma heterossexualidade compulsória, ou seja, presumida, sobre os sujeitos e os desejos (Butler, 2003). Os principais pontos de denúncia estariam na definição do Complexo de Édipo, o tabu do incesto e o tabu da homossexualidade. Além disso, partimos do reconhecimento de que psicanalistas

teriam benefício em apropriarem-se da perspectiva apresentada por Butler no que tange à constituição da identidade de gênero e seu caráter contingente e performático.

Se os psicanalistas reconhecem o caráter contingente de algumas construções da subjetividade, podem renunciar à suposta causalidade das identificações de gênero e das orientações sexuais. É esse aspecto – o da causalidade – o ponto mais crucial para as representações sociais sobre a comunidade LGBTQIAPN+ serem vistas de maneira abjeta e moralista. Isso é o cerne da percepção de que algumas subjetividades estão constantemente sujeitas ao constrangimento social. Constrangimento, aqui, pode ser compreendido como qualquer tipo de violência que um sujeito está exposto a sofrer, pelo simples fato de ser como é, ou seja, existem normas que regem os formatos de viver dos sujeitos e de grupos, e tais normas acabam determinando lugares específicos que alguns grupos ocupam socialmente, ou onde provavelmente não serão socialmente incentivados a ocupar. Essa é a definição de inteligibilidade, em que a teoria *queer* argumenta que a tentativa de legislação sobre o gênero provoca numa norma sobre quais vidas são reconhecidas no âmbito social e quais normas estipulam e determinam as formas de viver, como sustenta a lógica da necropolítica (Butler, 2003).

Pensamos que quando os psicanalistas se atêm de maneira demasiadamente firme à noção da causalidade da subjetivação dissidente, estão a serviço do que decidimos nomear como o *pacto narcísico da psicanálise*. Nos apropriamos da proposta apresentada por Cida Bento (2022), por compreendermos que o formato no qual a autora apresenta a defesa da branquitude é a mesma que parece sustentar a posição dos psicanalistas com relação à cis-heteronormatividade. Se reconhecerem seu caráter contingente, a hegemonia da sexualidade cis-hetero pode ser questionada e, assim, frustrada.

Se voltarmos ao conceito de inteligibilidade, podemos evidenciar o processo do pacto narcísico da psicanálise quando alguns teóricos evidenciam preocupação com a teoria *queer*, como se existisse alguma rivalidade teórica, sob a argumentação de que pensadores *queer* buscariam o fim da diferença sexual ou a negação do real e da materialidade dos

corpos, como se defendessem performances sexuadas que negam a castração (Jorge; Travassos, 2017; Lima; Bedê; Rocha, 2022); ou seja, aparentemente, a teoria *queer* representaria, de certa maneira, uma ameaça à saúde psíquica. Tal preocupação com um suposto “capricho narcísico” das dissidências sexuais e de gênero que reivindicam novos estatutos de inteligibilidade são criticados inclusive por personalidades psicanalíticas de enorme alcance, como é possível verificar no estudo de Jacques-Alain Miller (2021) ou então Elisabeth Roudinesco (2022), cada um à sua maneira, embora a crítica do debate do gênero seja explícita.

Para Lima, Bedê e Rocha (2023), quando psicanalistas ocupam-se de responder à teoria *queer* no nível teórico ou no nível do saber, como se a problemática primária fosse de realizar uma leitura “mais correta” da teoria psicanalítica, esses pensadores acabam excluindo da discussão a dimensão política do debate, deixando em segundo plano o aspecto mais importante: o que está em jogo nos estudos *queer* de diferentes autoras e autores, incluindo Butler, é uma proposta de situar e combater um funcionamento social que determina abjeção às formas de vidas que não podem ser vividas como tais, como vidas negras, periféricas e LGBTQIAPN+. Em outros termos, não reconhecer o significado político e social dessa discussão também está a serviço do pacto narcísico da psicanálise, que acaba associando saúde de maturação psíquica à cis-heterossexualidade.

Essa falta de compreensão dos psicanalistas sobre as subjetividades dissidentes denuncia a crise de paradigma da própria teoria. As “novas” – não são novas, sempre existiram – formas de existir e viver a sexualidade servem de denúncia para essa crise paradigmática, tal qual já determinou Thomas Kuhn (1978). Ele demonstra como há uma série de características estruturais em uma ciência madura, que orientam problemas e soluções dentro do seu campo de atuação e que funcionam como solucionadoras de problemas, dos quebra-cabeças. A crise do paradigma acontece quando há um acúmulo de “problemas sem solução” pela orientação científica vigente, gerando conflito dentro da comunidade científica e seus praticantes, propondo novas organizações e novos paradigmas. Enquanto instituição de conhecimento sobre a subjetividade humana, a psicanálise, ao negar as falhas de seus paradigmas, deixa de ocupar seu lugar originário

de subversão e acaba a serviço do que Foucault determina como saber-poder. Vira um dispositivo de sexualidade, regulando as formas de existir para que sigam a serviço de sua própria leitura da subjetividade humana. Compreender, por exemplo, a identidade trans como psicose, e discutir os limites da transformação do próprio corpo, seus códigos de comportamento é um debate puramente moral. Esse debate faz uso de subsídios da psicopatologia, não só da psicose como também da perversão, e por isso tidas como perigosas (Cunha, 2016).

O disparador do presente estudo não conteve um exemplo de um profissional da psicanálise, mas isso não quer dizer que a psicanálise não tenha nada a ver com ele. Utilizamos esse disparador por acreditarmos que ele denuncie o que a psicanálise, às vezes, pode acabar sendo utilizada para subsidiar. A teoria conquistou seu espaço de disciplina de saber e de autoridade e serviu de fundamentação para uma série de fenômenos sociais que também geraram opressão, segregação e sofrimento. Podemos destacar o uso da teoria psicanalítica para subsidiar a homossexualidade como doença mental incluída no *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*, ou *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-III). Para Betty Friedan (1971), o uso da teoria psicanalítica foi naturalmente infiltrado em contextos diferentes, populares, e que o conceito de “inveja do pênis” provavelmente não poderia ser explicado por aqueles que a divulgaram na década de 1940.

Ao mesmo tempo que tem uma cultura bastante endogâmica – uma vez que seus praticantes se dirigem mais aos seus pares do que à comunidade –, a psicanálise é reconhecidamente uma ciência promotora de saúde. A ausência de um posicionamento explícito de categorias psicanalíticas para com a comunidade das dissidências sexuais permite um espaço para que ela seja utilizada conforme seu praticante preferir. Assim, pode servir de ferramenta de justificativa de opressão, além de fomentar representações sociais patologizantes e ameaçadoras da saúde. Não é suficiente o olhar crítico da teoria disponível –, é necessária a garantia teórica dentro da psicanálise de um novo lugar, de inteligibilidade subjetiva para essa população, ou seja, a psicanálise deve deixar de autorizar narrativas opressoras. A psicanálise não pode ser a ferramenta da justificação de representações

sociais hegemônicas e dominantes (Brasil; Costa, 2018). As experiências com a escuta psicanalítica em espaços marcados por exclusão social, segregação e violência dão subsídios clínicos para que se possa pensar a teoria psicanalítica como um dispositivo ético-político implicado no tempo social e político em que a escuta acontece. Trata-se da psicanálise implicada (Rosa, 2013), ou seja, um trabalho de escuta que rompe o silenciamento mortífero de todos que se veem assujeitados a discursos que lhes vedam a condição de sujeitos.

Cabe reconhecer que Freud fez um importante discurso nessa direção. Em 1918, ele questionou aspectos das possíveis articulações entre a saúde pública e a psicanálise. Apontou, também, para a possibilidade da psicanálise, enquanto tratamento, se tornar uma política pública. O psicanalista defendeu que as pessoas com poucos recursos financeiros deveriam ser atendidas de forma gratuita no setor público (Freud, 1919). Freud convocou os políticos – as autoridades social-democratas da época – junto à sociedade para debater o tema. Ele defendeu que a psicanálise deveria se inserir de forma orgânica no campo social.

A abordagem da psicanálise como um dispositivo ético-político é, sobretudo, um modo de dar destaque à alienação do sujeito aos discursos hegemônicos, resistindo aos mecanismos de individualização, criminalização e patologização que se produz sobre os corpos dos sujeitos que se localizam às margens da sociedade (Rosa, 2013). Tratar a psicanálise desse modo é uma maneira de intervir nas formas de preconceito de gênero, raça e classe presentes nos mecanismos citados. Fazemos uso do termo “clínica da multidão de minorias” (Cunha, 2022), que diz respeito à criação de condições de escuta para aqueles que têm sido historicamente silenciados. Para isso, os psicanalistas necessitam revisitar as formulações teóricas de caráter normativo e universal que tentam enquadrar as múltiplas expressões identitárias em casos de histeria, neurose, psicose ou perversão. Enquadrar o paciente dentro de uma teoria, em uma tentativa de generalização e uniformização, apaga as diferenças e silencia as experiências subjetivas e singulares, reforçando a lógica de uma “bolha de

moralidade pequeno burguesa” (Cunha, 2022, p. 170) inacessível socioeconomicamente às travestis, trans e não binários – e a indivíduos com outros marcadores interseccionais.

Dentro da ética em psicanálise, está o reconhecimento dos limites e das implicações do analista na escuta do outro, sem fazer valer o desejo do próprio analista sobre o desejo do paciente e o reconhecimento da alteridade como processo fundamental para o desenvolvimento do indivíduo (Freud, 1908). Como se pode reproduzir uma psicanálise que tenta encaixar sujeitos em uma teoria fixa sobre o Complexo de Édipo ou a formação de sintomas? Ao longo dos anos, o próprio Freud admitiu estar errado sobre alguns conceitos de sua teoria (Freud, 1896). Diante de tantas mudanças sociais e da diversidade cultural existente, não é possível pensarmos em uma psicanálise fixa, rígida, baseada somente nos preceitos de seu fundador. Para uma prática analítica não patologizante, precisamos acolher e escutar com curiosidade, identificando a demanda do nosso paciente e também questionando a nossa própria demanda. Precisamos analisar a implicação do nosso lugar de subjetividade, de estar no mundo e o lugar de onde os nossos pacientes falam, nos aproximando de sua realidade, de sua história, dos marcadores sociais que os atravessam. É necessário aprender a escutar as especificidades de seu sofrimento, validando a sua existência, reconhecendo que não é possível ser completamente abstinente e abdicando de nosso próprio narcisismo em prol de não violentar uma população que já foi muito silenciada e discriminada.

Considerações finais

Encarar uma pauta política como a das vivências dissidentes de maneira leviana, ou como não política, está mais a serviço dos dispositivos de poder e de manter a hegemonia da heterossexualidade compulsória. O presente capítulo buscou demonstrar como a psicanálise acaba ocupando esse papel, em função de que seus praticantes, muitas vezes, resistam em reconhecer as suas falhas para com as demandas atuais. Discutimos como a dificuldade de alguns psicanalistas em reconhecer as lacunas na teoria

psicanalítica acaba por denunciar o que chamamos de pacto narcísico da psicanálise. A negação dos psicanalistas em reconhecer o caráter contingente da identificação de gênero e das orientações sexuais visa proteger sua própria crise de paradigma.

Não será na explicação da saída do Complexo de Édipo ou de Castração, ou nas identificações primárias com pai ou mãe, que explicaremos as subjetividades dissidentes. Não atribuir a causalidade a essas subjetividades é defender esses grupos de compreensões clínicas que os deixaria à exposição da patologização, do preconceito e do conservadorismo moral. O fato da psicanálise, enquanto instituição de saber, não preencher o espaço do posicionamento político cria espaço para que seja a ferramenta que explica representações sociais que são desqualificantes, tal qual apresentada pela vinheta disparadora deste trabalho, em que o suposto humor deixou em segundo plano o caráter de agressão da fala do sujeito mencionado. A violência moral, ocultada por uma “discriminação bem-humorada”, passa a ser relativizada ao invés de ser reconhecida como violenta (Irigaray; Saraiva; Carrieri, 2010). A mesma violência moral é relativizada pelos psicanalistas, através de uma suposta preocupação que nada mais é do que a preservação da cis-heteronormatividade branca. Através de um argumento de cuidado, de promoção de saúde, psicanalistas negam a existência de subjetividades que ficam à mercê do apagamento ou da agressão.

Sabemos que a psicanálise entende as identificações como parte da constituição do sujeito, ao mesmo tempo em que a atuação do psicanalista é na direção da busca pela singularidade. A homofobia, transfobia e o racismo são sintomas sociais, e o totalitarismo moderno nos mostra até onde o ser humano pode ir quando as diferenças aparecem, a ponto de negar ao outro a condição de humano. Se nos ocupamos da singularidade, ela deve ser compreendida com todos os elementos interseccionais que a constituem. Compreendemos que a negação, silenciamento e invisibilidade com que a sociedade brasileira trata a história das populações minoritárias no Brasil têm relevante significado na construção do imaginário social desses sujeitos. Os ideais identificatórios construídos pela sociedade brasileira são ideais de ego branco como a única possibilidade de um encontro com sua realidade.

A psicanálise teve uma histórica função social desde sua síntese: a de escuta de subjetividades anteriormente vistas com abjeção – como no caso da histeria para Freud –, assim como foi compreendido que o sintoma poderia, finalmente, ser entendido através da escuta. A inauguração da teoria psicanalítica abriu os caminhos para toda a cadeia de conhecimento psi. Mas deve-se reconhecer que Freud não poderia escapar do entrelaçamento cultural que existe em sua própria produção. Esse aspecto tende a ser relativizado, normalmente quando psicanalistas fazem uso do momento histórico da teoria psicanalítica para “perdoar” ou flexibilizar as falhas e lacunas epistemológicas. Ao mesmo tempo, tal reconhecimento de tempo e espaço na teoria não parece ter o mesmo efeito para podermos revisá-la, de maneira a complementá-la. Isso cria uma lacuna interpretativa e as alternativas individuais, de cada praticante, acabam preenchendo esses espaços teóricos de maneira moral: dividimo-nos entre os profissionais que fazem uso da teoria tal qual como foi concebida e negam a necessidade da revisão, sob um argumento de que a teoria já dá conta de todas as formas de subjetivação e que os críticos não a compreendem, ou então profissionais que buscam maneiras alternativas de compreensão e acolhimento, e acabam buscando apoio teórico de outras fontes.

É necessário que instituições psicanalíticas e seus representantes, educadores, transmissores e praticantes possam retomar a função política fundamental não só da prática psicanalítica, mas da prática psi: a de diminuição de desigualdades, através de posicionamentos explícitos e o compromisso compartilhado de poder apresentar à demanda das subjetividades dissidentes uma escuta capacitada e efetivamente afirmativa, com acréscimos teóricos, e não uma retomada cíclica da literatura clássica.

Referências

ABRÃO, J. L. F. As contribuições de Júlio Pires Porto-carrero à difusão da psicanálise de crianças no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, Belo Horizonte, v. 20, p. 123-134, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6627>. Acesso em: 23 set. 2023.

- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Feminismos Plurais, 2019.
- ARÁN, M. A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, p. 653-673, 2009.
- AYOUC, T. *Psicanálise & homossexualidades: teoria, clínica, biopolítica*. São Paulo: CRV, 2014.
- BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Cia das Letras, 2022.
- BLEICHMAR, S. *Las teorías sexuales em psicoanálisis: que permanece de ellas en la prátictica actual*. Buenos Aires: Paidós, 2013.
- BRASIL, M.; COSTA, A. B. Psicanálise, feminismo e os caminhos para a maternidade: diálogos possíveis?. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 427-446, 2018.
- BUTLER, J. *A força da não violência: um vínculo ético-político*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- BUTLER, J. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017a.
- BUTLER, J. *Défaire le genre*. Paris: Amsterdam, 2017b.
- BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. Regulações de Gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, p. 249-274, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645122>. Acesso em: 23 set. 2023.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, n. 1, p. 139-167, 1989.
- CUNHA, E. L. A psicanálise e o perigo trans (ou: por que psicanalistas têm medo de travestis?). *Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 5, p. 7-22, 2016.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DREHMER, L. B. R.; FALCÃO, C. N. B. Para Além da Concepção Binária Cis-Heteronormativa. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 39, n. 3, p. 62-74, 2019.
- FERENCZI, S. *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Lisboa: Leya, 2014.

FREUD, S. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887/1904*. Rio de Janeiro: Imago, 1896.

FREUD, S. *Caminhos da terapia psicanalítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1919. (Sigmund Freud Obras completas, v. 14).

FREUD, S. *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna*. Rio de Janeiro: Imago, 1908. (Edição Standart Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. 9).

FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1905. (Sigmund Freud Obras completas, v. 6).

FRIEDAN, B. *The feminine mystique*. New York: WW Norton & Company, 1971.

GLICK, P.; FISKE, S. T. The ambivalent sexism inventory: differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, [s. l.], n. 70, p. 491-521, 1998.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

GROVE, L. E. A violência do essencialismo e do universalismo: o que define uma mulher? *Revista Cult*, São Paulo, v. 26, n. 294, p. p. 33-36, 2023.

IRIGARAY, H. A. R.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. D. P. Humor e discriminação por orientação sexual no ambiente organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 14, p. 890-906, 2010.

JORGE, M. A. C.; TRAVASSOS, N. P. A epidemia transexual: histeria na era da ciência e da globalização? *Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental*, São Paulo, v. 20, p. 307-330, 2017.

KUHN, T. *Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

KUPERMANN, D. Por uma outra sensibilidade clínica: fale com ela doutor! In: KUPERMANN, D, *Presença sensível: cuidado e criação na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 111-124.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da psicanálise*. Santos: Martins, 2001.

- LIMA, V. M.; BEDÊ, H. M.; ROCHA, G. M. Butler e a psicanálise: do fracasso das normas à estranheza do gozo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 43, p. 1-15, 2023.
- MARTÍN BARÓ, I. O papel do psicólogo. *Estudos de psicologia*, Natal, v. 2, p. 7-27, 1996.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MILLER, J. A. Dócil a lo trans. *Lacan Quotidien*, Paris, v. 928, p. 1-21, 2021.
- PEREIRA, A. K.; SANTOS, M. C. S.; AMARAL, L. A. As microagressões a pessoas LGBTQ+ na mídia e seu impacto na saúde mental de estudantes universitários LGBTQ+. *Programa de Iniciação Científica-PIC/UniCEUB-Relatórios de Pesquisa*, Brasília, DF, 2021.
- POMBO, M.; BIRMAN, J. Psicanálise, precariedade e identidade na atualidade. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 27, p. 1-15, 2022.
- PRECIADO, P. B. *Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- QUINODOZ, J. M. *Ler Freud: guia de leitura da obra de S. Freud*. São Paulo: Artmed, 2007.
- REITTER, J. N. *Edipo gay: heteronormatividade y psicoanálisis*. Rio de Janeiro: Letra Viva, 2022.
- ROSA, M. D. Psicanálise Implicada: vicissitudes das práticas clínico-políticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, v. 41, p. 29-40, 2013.
- ROUDINESCO, E. *O eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias*. São Paulo: Zahar, 2022.
- SAFATLE, V. *Bem-vindo ao Estado suicidário*. São Paulo: N-1 edições, 2020.
- SARTORI, J. E. T.; CECCARELLI, P. R. Complexos de Édipo e de castração: dispositivos heteronormativos? Subversividades e conservadorismos na psicanálise. *Estudos de Psicanálise*, Rio de Janeiro, n. 56, p. 175-185, 2021.
- SCHUCMAN, L. V. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Veneta, 2020.
- SILVA, J. A. S. Gênero: (re)politizando a psicanálise. *Tempo psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 11-27, 2022.

TORQUATO, L. C. História da psicanálise no Brasil: enlaces entre o discurso freudiano e o projeto nacional. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 47-77, 2015.

VERGÈS, F. *Uma teoria feminista da violência*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

EXPERIÊNCIAS COM A POPULAÇÃO T NO ÂMBITO DA SAÚDE PÚBLICA: (RE)CONSTRUINDO IDENTIDADES INDIVIDUAIS E COLETIVAS

Fernanda Guadagnin
Stéphanie da Selva Guimarães

População T e as historicidades de acessos à saúde

A população T é pertencente a uma das populações contempladas na sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não binárias e mais (LGBTQIAPN+). A nomenclatura “T”, além de transexuais, constitui-se por sujeitos transgêneros, travestis – sendo essa uma nomenclatura de cunho político e resistencial das dissidências T femininas. Tais populações demonstram maiores marcadores deficitários de acesso à saúde, tornando-se mais suscetíveis a problemas de saúde, tais como: tabagismo, uso de drogas ilícitas, abuso de álcool, obesidade, sexo sem proteção, depressão, infecções sexualmente transmissíveis, para além de violências nas suas mais diversas manifestações – física, sexual, psicológica ou moral (Albuquerque *et al.*, 2013).

Historicamente, a população T tem maiores dificuldades de acesso aos serviços de saúde integrais no Brasil, quando comparada à população cisgênero (Guimarães; Silva, 2021). Tais barreiras de acesso aos serviços de saúde, quando no âmbito público, existem e estão relacionadas ao preconceito, à discriminação e à falta de informação em todos os níveis de

atendimento dentro das Unidades Básicas de Saúde (UBS) (Guimarães; Silva, 2021; Mello *et al.*, 2011).

Preconceitos e estereótipos direcionados às populações gênero-dissidentes que buscam acolhimento e atendimento em locais de saúde, públicos ou privados, podem ser manifestados explícita ou implicitamente e afetar não somente o acesso à saúde, mas também a forma como esses sujeitos avaliam as oportunidades disponíveis a eles ao longo de suas trajetórias de vida (Guimarães; Silva, 2021).

O acesso à saúde é previsto pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e pela Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948. Considera-se que o direito ao acesso igualitário à saúde deve ser oferecido a todos os sujeitos de maneira integral, embora, na prática, observem-se divergências entre o processo legislativo e o acesso factual a esses serviços por parte de integrantes das comunidades LGBTQIAPN+.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem como princípios a universalização, a equidade e a integralidade, buscando garantir a todos o direito à saúde, o fortalecimento do vínculo e a qualidade nos atendimentos. As Portarias nº 1.707 de 18 de agosto de 2008 e nº 457 de 19 de agosto de 2008, instituídas pelo Ministério da Saúde (MS), pautaram a habilitação de serviços em hospitais universitários e a realização de procedimentos hospitalares para a população T. Em 19 de novembro de 2013, a Portaria nº 2.803/2013 redefiniu e ampliou o Processo Transexualizador no SUS, que contempla, ou não, cirurgias de redesignação sexual, a depender da escolha do indivíduo.

Os serviços de Atenção Especializada organizam-se na modalidade ambulatorial e hospitalar, e a Portaria nº 2.803/2013 manteve a habilitação dos hospitais universitários cadastrados como estabelecimentos habilitados em Atenção Especializada no Processo Transexualizador, sendo o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) um desses estabelecimentos.

A ampliação de discussões acerca da temática voltada à assistência integral e individualizada à população T contribuiu com a atualização da legislação brasileira, através da Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013. A abertura de novos serviços tem permitido que pessoas transexuais

que não desejam as cirurgias de redesignação sexual possam acessar outros serviços ambulatoriais com atendimentos multiprofissionais voltados à identidade de gênero.

A partir de tal data, no Rio Grande do Sul, foram inaugurados 14 serviços de atendimento ambulatorial voltados à população T, sendo quatro em Porto Alegre, três na região metropolitana e sete no interior do estado. A partir de 2011, um dos fatores que contribuiu no aumento do índice de abandono dos pacientes acompanhados por programas de atenção à população T, como o Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero (Protig), está associado ao número e à diversidade de novos serviços que oferecem acompanhamento multiprofissional, mas não contemplam as cirurgias ofertadas na atenção hospitalar.

Apesar desse ponto, identifica-se outro avanço ao que tange a oferta de serviços à população T: a retificação do nome. Até 2018, tornava-se exigência um processo judicial com a apresentação de laudos de médicos, psicológicos e de assistentes sociais para a retificação do nome nos documentos civis. No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275 e estabeleceu que “o direito à igualdade sem discriminações abrange a identidade ou expressão de gênero” e que “a identidade de gênero é manifestação própria da personalidade da pessoa humana”, cabendo “ao Estado apenas o papel de reconhecê-la, nunca de constituí-la”. Dessa forma, ficou estabelecido que:

[...] a pessoa transgênero que comprove sua identidade de gênero dissonante daquela que lhe foi designada ao nascer por autoidentificação firmada em declaração escrita desta sua vontade, dispõe do direito fundamental subjetivo à alteração do prenome e da classificação do gênero no registro civil, pela via administrativa ou judicial, independentemente de procedimento cirúrgico e laudos de terceiros, por se tratar de tema relativo ao direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade (Brasil, 2018).

Nesse cenário, iniciam-se programas de atendimento especializado à população T, que contêm como elemento principal o atendimento humanizado e sem preconceitos para com essa população que historicamente

demonstra maior vulnerabilidade social, quando comparada a outros indivíduos da sigla, e que por vezes contempla auxílios para o reconhecimento oficial de nomes sociais.

Em 2011, foi lançada a Política Nacional de Saúde Integral a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBT), após reconhecimento estatal sobre as dificuldades de acesso à saúde pela população LGBT, com vistas à promoção do bem-estar biopsicossocial da comunidade e a diminuição do sofrimento dela. Tais ampliações legislativas tornam-se um marco na ampliação dos direitos LGBT, por reconhecerem os efeitos da discriminação, marginalização e da exclusão em distintas instituições de assistência parcial ou integral à saúde, e por proporcionarem perspectivas de diminuição de preconceitos, omissões de direitos, estigmas sociais e invisibilidade desses sujeitos (Guimarães; Silva, 2021; Santana *et al.*, 2020).

Após a criação dessa política, em 2019, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) criou o Serviço Especializado ao Atendimento Integral à saúde da população T, sendo este formado inicialmente por médicos, enfermeiros, assistentes sociais, biomédicos e farmacêuticos (Guimarães; Silva, 2021). Em 2020, após o início da pandemia de covid-19, passou-se a ofertar, além das especialidades iniciais, serviços de saúde mental realizados por estagiários de psicologia, vinculados às universidades e Organizações Não Governamentais (ONGs), com sede na capital do estado. Anteriormente à data de criação desse serviço, a capital contava com o Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero (Protig/HCPA), que iniciou em 1998, após o Conselho Federal de Medicina definir as diretrizes iniciais de assistência às pessoas T, anteriormente nomeadas enquanto indivíduos com Disforia de Gênero (DF) (Lobato *et al.*, 2001).

Nesse programa, cirurgias de redesignação sexual direcionadas às mulheres começaram a ser realizadas no ano 2000; no entanto, somente em 2013 os procedimentos cirúrgicos para os homens T foram regulamentados, a partir da redefinição e ampliação do processo transexualizador, abarcados pela Portaria nº 2.803/2013. O processo de atuação dos profissionais com essa população poderá ser observado em tópicos subsequentes do capítulo; porém, antes de adentrarmos as trajetórias dos

seguintes locais de atuação, cabe destacar práticas convergentes direcionadas a esses sujeitos.

Para a garantia dos direitos dessas populações, estudos acerca dos membros da sigla em questão tornam-se importantes ferramentas para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas. Em alguns casos de sofrimento em Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou hospitais, utilizam-se nomenclaturas psiquiátricas para favorecer a compreensão da equipe de saúde sobre o quadro clínico da pessoa que precisa de cuidados.

Uma das classificações utilizadas para esse manejo refere-se ao formato nominado pelo *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-5, 2013), elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria (2013), que em sua quinta versão classificou a transexualidade como “disforia de gênero”, passando a descrevê-la cientificamente como: desconfortos persistentes com o gênero de nascimento, e não mais como transtorno de identidade de gênero.

A nova *Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde* (2018), divulgada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 18 de junho de 2018, retira a transexualidade da lista de distúrbios mentais, inserindo-a no capítulo sobre saúde sexual, nomeando como “incongruência de gênero” e compreendendo-a como um conjunto de características relacionadas à identidade de gênero.

A partir de tais levantamentos, ressalta-se que nesse conteúdo utilizaram-se duas nomenclaturas distintas para referenciar-se a essas populações. Tais distinções dão-se visto que a classificação médica ainda se refere a tais indivíduos nomeando enquanto DG, tanto academicamente quanto em algumas práticas clínica, como no caso do Protig. Em contrapartida, âmbitos da psicologia e de outras áreas tornam a utilizar a terminologia “população T” como ferramenta de maior inclusão das dissidências de gênero, menor estigmatização e como processo de luta e desvinculação desta população em relação às antigas análises patologizantes e médico-centradas. Sendo assim, quando se refere a DG, torna-se a falar sobre direcionamentos médico-centrados – vinculados à prática da assistência social dentro do Protig –, e população T refere-se a leituras principalmente vinculadas à psicologia dentro de UBS e de instituições do terceiro setor.

Acolhimentos em Unidades Básicas de Saúde (UBS)

O processo de acolhimento nas UBSs faz parte da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do Sistema Único de Saúde. Espera-se que os processos de escuta e acolhimento humanizados, garantidos por tal programa, preze pelos princípios básicos do SUS (Campos, 2010), independentemente dos profissionais que os fizerem. Nesse sentido, coloca-se que o processo de acolhimento possui técnica específica, podendo ser feito por diversas categorias profissionais que atuam nas UBS. A multidisciplinaridade da prática auxilia na manutenção dos princípios básicos do SUS, assim como no desenvolvimento e engajamento das relações entre profissionais e usuários, facilitando que estes prossigam em seus acompanhamentos de saúde (Franco, 1999). Para além disso, os acolhimentos favorecem a diminuição da fila de espera por atendimentos e tendem a proporcionar maior efetividade e resolutividade em casos mais simples ou já em acompanhamento nos serviços de saúde (Brasil, 2006), sendo tal prática avaliada de forma positiva nas UBS que basearam os relatos deste capítulo.

Nesse sentido, torna-se importante avaliar que para além das técnicas de acolhimento, no caso de pessoas T, a entrada desses indivíduos nas UBS coloca-se como elemento básico de análise, com vistas ao bom prosseguimento, engajamento e garantia de direitos fundamentais e em saúde para todos os cidadãos.

Por conta da histórica estigmatização e marginalização da população T, a ocorrência de violências – físicas, psicológicas e simbólicas – contra essa população é constante. De modo velado, por exemplo, violenta-se o indivíduo ao excluí-lo do convívio social saudável, dificultando seu acesso aos serviços ou sequer reconhecendo sua identidade (Jesus, 2012), ou ainda, de maneira explícita, a partir de violências físicas e verbais.

Em termos de reconhecimento de identidade, reconhecer o nome escolhido por pessoas T significa respeitar os direitos humanos e a dignidade, sendo esta na entrada das UBS ou ao longo da permanência dos acolhimentos em saúde. Esse reconhecimento do nome é essencial para uma pessoa T, visto que o nome adotado reflete sua identidade de gênero,

que busca ser reconhecida. Em contraponto, negar o direito ao uso do nome autoidentificado torna-se uma forma de violência simbólica e expõe a pessoa a constrangimentos e a processos discriminatórios múltiplos, que podem causar prejuízos e sofrimentos em diversas áreas da vida, como acesso a emprego, educação e serviços de saúde.

De acordo com o *Diagnóstico sobre o acesso à retificação de nome e gênero de travestis e demais pessoas trans no Brasil*, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2022, p. 11):

A retificação do nome e/ou do gênero é um procedimento que materializa ou expressa um direito de personalidade que tem traços de interesse coletivo e público, por estar intrinsecamente relacionado à construção de uma sociedade mais justa e ao fortalecimento de valores ligados à tolerância, à diversidade e à igualdade.

Para combater essas formas de violências e garantir o respeito aos direitos das pessoas T, torna-se fundamental que a sociedade como um todo reconheça e adote o nome autodeclarado, usando-o corretamente, assim como o pronome correspondente, de acordo com a identidade de gênero de cada pessoa.

Em um estudo de Rocon e demais autores (2016), que objetivou discutir as dificuldades de pessoas trans que procuraram acessar os serviços de saúde no SUS, o desrespeito ao nome social nos serviços de saúde pública, somado à discriminação por parte dos profissionais, foi identificado como fator relevante na não efetivação do acesso aos cuidados em saúde. Os autores afirmam que “o desrespeito ao nome social, a trans/travestifobia nos serviços de saúde e o diagnóstico patologizante no processo transexualizador se apresentaram como principais impedimentos ao acesso universal, integral e equânime” (Rocon *et al.*, 2016).

Apoio familiar durante os processos de acolhimento e atendimento

Diante da importância do apoio social e familiar na constituição dos sujeitos, verifica-se que algumas pessoas que acessam os programas de atenção primária e especializada voltados às populações T têm vínculos familiares fragilizados ou rompidos, anteriormente ou ao longo dos seus processos de autorreconhecimento. Nesses casos, a avaliação psicossocial, geralmente guiada por psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e médicos (Guimarães; Silva, 2022), volta-se para a identificação da rede de vínculos construídos ao longo da vida dos indivíduos, visando favorecer a sua permanência na rede de atenção à saúde e facilitar o planejamento de intervenções diversas, que podem ou não incluir cirurgias de afirmação de gênero.

A partir dessas premissas, este capítulo visa refletir sobre as experiências de dois profissionais do serviço social e de uma psicóloga, em intervenções psicossociais realizadas com usuários e familiares em espaços de atenção à saúde T. A compreensão desses manejos possibilita conhecer as realidades sociais, desde a infância até o momento atual de vida, com a finalidade de contribuir para a organização social e psíquica dos indivíduos. O mapeamento e a compreensão dessas realidades se dão por meio de ações socioeducativas e emancipatórias, alinhadas aos projetos éticos e políticos de assistentes sociais e psicólogas, buscando o conhecimento e o fortalecimento entre as distintas realidades sociais que formam os pilares facilitadores de processos democráticos, garantidores de direitos e de relações horizontais entre profissionais e usuários.

Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero (Protig)

As atividades assistenciais, educadoras e gerenciais dos profissionais, no Protig, acontecem por meio de intervenções educativas em atendimentos individuais e em grupo. Avaliações sociais são realizadas

com usuários e familiares pelo profissional de serviço social, que busca conhecer a realidade social do usuário desde sua infância até a vida adulta. Proporcionam-se, também, orientações sobre o acesso aos serviços de saúde e destaca-se a importância da participação da família junto ao usuário, principalmente contribuindo para a sua organização social e psíquica. A orientação e o acompanhamento acontecem enquanto ações socioeducativas alinhadas ao projeto ético e político do assistente social, podendo contribuir para o fortalecimento de processos emancipatórios, nos quais há a apreensão e a vivência da realidade, sendo também facilitadora de processos democráticos, garantidores de direitos e de relações horizontais entre profissionais e usuários (Lima, 2011).

Jovens de minorias sexuais latinas são desproporcionalmente afetados por resultados adversos à saúde, devido ao estigma e/ou falta de apoio familiar (Lucassen *et al.*, 2022). Diante de novas configurações familiares, verifica-se que existem usuários que acessam o Protig e têm vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Nesses casos, a avaliação social volta-se a identificar a rede de vínculos construídos ao longo da vida de cada pessoa, de modo a contribuir para a permanência do usuário junto ao Protig.

Uma vez que as mudanças corporais são irreversíveis, durante o acompanhamento abordam-se fatores sociais e emocionais nas práticas e intervenções de educação em saúde dos diversos profissionais, nos grupos e nas consultas individuais. Discutem-se temas associados à adequação da expectativa e à adaptação aos novos cuidados e às mudanças corporais. A educação em saúde não se restringe apenas ao usuário, envolvendo ainda a família e a rede intersetorial.

A experiência em grupo com a população T no Protig

Grupos na área da saúde referem-se a diferentes tipos de coletividades ou categorias de pessoas que compartilham características ou necessidades de saúde semelhantes. Esses grupos podem ser definidos com base em vários critérios, como idade, gênero, fatores socioeconômicos, entre outros. O trabalho por meio de grupos específicos é fundamental na área

da saúde, pois permite abordagens mais direcionadas e eficazes na promoção da saúde e do bem-estar. O grupo é um espaço terapêutico coletivo, sistemático e potencialmente vinculado à identificação e ao desenvolvimento de sujeitos para determinadas condições sociais e de saúde.

Ao ser encaminhada da Atenção Básica, a pessoa que inicia no Protig recebe atendimento individual, no qual é realizada a anamnese, atendimento com familiar –quando existente –, atendimento com vistas ao tratamento com endocrinologista e o ingresso no grupo.

Os grupos que fazem parte do acompanhamento multidisciplinar no Protig acontecem mensalmente; a periodicidade é de cerca de dois anos (24 presenças), com duração de uma hora cada encontro; e os grupos são divididos entre homens trans e mulheres trans.

Os atendimentos em grupo possibilitam a circulação de experiências e vivências, possibilitando auxílio por meio do espelhamento e das experiências de vida compartilhadas, estimulando o indivíduo a recuperar e/ou desenvolver suas posturas de autonomia e responsabilidade.

Algumas recomendações que identificamos como válidas de assinalar para os coordenadores de grupos com a população T: a) podem ter formações em distintas áreas profissionais; b) preferencialmente que trabalhem em duplas; c) ter ao menos um coordenador fixo como referência para o grupo; d) devem estar atentos ao andamento “focal” e “longitudinal” do grupo; e) devem evitar exposição de situações ou opiniões pessoais no grupo.

Em grupos, os elementos subjetivos desempenham um papel fundamental no comportamento, nas interações e no funcionamento geral do coletivo. Esses elementos são relacionados a percepções, emoções, crenças, valores e atitudes dos indivíduos no decorrer do grupo. Compreender e lidar com os aspectos subjetivos é essencial para promover a coesão, a colaboração e o bom desempenho das questões abordadas. Os elementos subjetivos explorados nos grupos são propostos pelos participantes e é fundamental a sensibilidade para as intervenções e os diálogos, de forma a promover a colaboração e a empatia. Assim, a construção da identidade coletiva de cada grupo depende das relações interpessoais dentro dele, com as percepções e expectativas que cada pessoa tem no decorrer do processo, buscando envolver significativamente cada um.

O objetivo do grupo com pessoas T envolve fatores relacionados à questão identidade *versus* corpo, abordando mecanismos de idealização sobre o próprio corpo. O objetivo terapêutico é fortalecer a identidade, não negar o corpo, lidar com as mudanças nas características que envolvem o processo transexualizador.

Identificamos alguns processos nas nossas experiências nos grupos, (re)desenhando três etapas:

- Etapa inicial: idealização intensa; crença de que a cirurgia “resolverá tudo”; afirmação de identidade;
- Etapa intermediária: questionamentos reflexivos; ambivalência algumas vezes com relação a cirurgia, aspectos depressivos (reflexão); desidealização parcial;
- Etapa final: melhor aceitação do corpo; construção dos limites do “novo” corpo; questionamentos sobre as funções do novo corpo; maior capacidade de resiliência.

No decorrer do acompanhamento realizado no Protig, identificamos com clareza as novas configurações familiares e de rede de suporte. Então, em alguns encontros, abordamos a temática *família* e podemos sinalizar algumas falas:

Tive uma infância boa, mãe protetora, na escola foi tranquilo, sofria bullying mas meu irmão me protegia.

Na adolescência mudei de escola e tinha um guri que pegava no meu pé, eu resolvi agir e atirei uma cadeira na cabeça dele... Nunca mais me incomodou.

Eu trabalhava desde os 13 anos, aos 15 comecei a transição... Aos 18 me demitiram, daí iniciei na prostituição, morei por 10 anos na Europa (como muitas, né?). Sofri muito, apanhei, tomava remédio pra ter ereção. É muito trauma que a gente carrega. (Mulher trans 1, 40 anos)

Eu não entendia por que via meninos e queria ficar com eles, aí eu tinha uns 12/13 anos. Queria acabar com a minha vida, porque achava errado menino gostar de menino. Lembro até hoje da faca que eu peguei pra tentar me matar, tinha o cabo verde...

Tentei me negar até os 14 anos. Mas é mais forte que a gente...
(Mulher trans 2, 42 anos)

Com o início da transição parece que recuperei tudo o que eu perdi a vida inteira. Sempre gostei de boneca, eu era revoltada, brincava escondido, brincava de desfile de moda. Aos 11 anos, comecei a ter relações com um vizinho, depois um tio meu [abusos sexuais], ele me dava doce e achava normal. Aos 13 anos, meu pai me levou naquelas casas que tinha umas gurias. E vocês não vão acreditar, é até engraçado, eu fui pro quartinho, fiquei conversando, coloquei o corpete da guria e ficamos brincando... Tentei sair do armário e todos queriam me pôr no armário... (Mulher trans 3, 38 anos)

Ao desenvolvermos uma dinâmica, questionou-se: “O que é ser homem em um relacionamento?”. Uma das respostas: “Assumir a responsabilidade da família e não deixar faltar nada” (Homem trans 1, 28 anos).

Diante das breves falas, podemos identificar fatores de vulnerabilidade social e importância do trabalho em grupo com a população T. O apoio e a representação por meio de encontros que se concentram em questões específicas, como família, passabilidade, emprego, entre outras, proporciona o fortalecimento de um espaço seguro e de apoio no qual os membros podem compartilhar suas experiências, desafios e sucessos.

Na perspectiva dos direitos sociais, pessoas trans convivem com a exclusão e a invisibilidade de suas histórias, estando mais sujeitas a sofrer diversas formas de violências e conflitos familiares – muitas vezes, a expulsão de casa –, tornando-se mais suscetíveis a desenvolver problemas como depressão, ansiedade, maior exposição ao Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e ao suicídio. Também correm maior risco de interromper precocemente os estudos devido ao *bullying* e à violência institucional, além de terem mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Implementação do serviço de atendimento e acolhimento psicológico à população T que reside no município de Porto Alegre

Para além da assistência oferecida pelo Protig, a cidade de Porto Alegre também conta com a oferta de atendimentos por outros locais especializados no atendimento à população T. Nesta passagem, relata-se a implementação de um serviço de atendimento e acolhimento em saúde mental oferecido por uma equipe de psicologia em um ambulatório da cidade.

Após a etapa piloto, em que foram avaliadas as maiores demandas da UBS e as características dos usuários, foram disponibilizados acolhimentos em formato presencial e *on-line*, com escuta focada na demanda inicial das usuárias e usuários do programa, e com prazos que poderiam se estender até alguns meses, a depender da demanda no sujeito escutado. Nesse processo, o vínculo transferencial tornava-se uma ferramenta essencial para uma melhor escuta dos acolhidos (Santos; Weinrich, 2016) e para que eles desenvolvessem maior engajamento ao longo dos seus processos analíticos.

Ao longo dos seis primeiros meses, e a partir da observância da alta demanda de casos graves ou complexos, desenvolveu-se, para além do lugar de escuta no formato de acolhimento, um espaço de psicoterapia breve que ocorria na sede da ONG parceira desse serviço, devido à alta procura por atendimentos na UBS.

O atendimento e o acolhimento psicológico em si

A psicoterapia breve é um formato de terapia originada dos estudos de Sándor Ferenczi e Otto Rank (1956), que buscavam por um método de terapia psicanalítica com menor tempo de duração e que não perdesse a qualidade do processo terapêutico. Atualmente, esse modelo psicoterapêutico pode seguir a linha psicanalítica, a partir dos preceitos clássicos de Ferenczi e Rank, ou a abordagem cognitiva comportamental, a partir das teorias de aprendizagem de Skinner e Thorndike (Associação Brasileira

de Psicoterapia, 2020). Nos dois casos, mantém-se a proposta inicial de Ferenczi e Rank de preservar a qualidade do processo terapêutico, mas torná-lo mais rápido, a partir do estabelecimento de um foco de tratamento.

Essa modalidade terapêutica baseia-se na Experiência Emocional Corretiva (EEC) (Associação Brasileira de Psicoterapia, 2020) e no Efeito Carambola, de Alexander e French (1946). A EEC oferece a possibilidade de o paciente reviver as situações traumáticas reprimidas, na relação com o terapeuta, possibilitando que o sujeito ressignifique e experiencie essas atitudes de forma menos negativa.

Tal experiência ocorre por meio da repetição das emoções disfuncionais, que aparecem durante o atendimento guiado pelo terapeuta. Seguindo esse movimento, o Efeito Carambola diz respeito às repetidas experiências emocionais corretivas que levam o paciente a novas reações diante das situações da vida que antes eram impactadas pela situação traumática. A recorrência da EEC leva a um novo *set* cognitivo e afetivo que permite a reestruturação da imagem interna e da interação com o mundo (Associação Brasileira de Psicoterapia, 2020).

Para analisar a aptidão do sujeito a participar desse tipo de atendimento, avaliava-se a capacidade egóica, a situação atual do caso e a dificuldade de abertura do indivíduo durante o processo, prezando-se pelo bem-estar, pela escuta e pelo vínculo com a terapeuta.

À medida que se avançava nos atendimentos e acolhimentos, conheciam-se os históricos de vida e os detalhes das suas situações atuais, vinculadas a vivências da infância, com a família, amigos ou com outras pessoas que poderiam fazer parte da rede de apoio desses usuários. Tais processos levavam-nos ao Efeito Carambola e à EEC, demonstrando grande efetividade na melhora dos sintomas iniciais e no desenvolvimento das potencialidades demonstradas ao longo da escuta, e permitiam o fortalecimento das redes de apoio ao longo do processo psicoterapêutico. Dessa forma, tornaram-se comuns, ao longo dos processos, a utilização de algumas ferramentas apontadas pelos usuários como facilitadoras no processo de vinculação e de engajamento, como era o caso da utilização da escrita, da pintura, dos desenhos e da música, que se tornaram presentes ao longo das sessões individuais e que posteriormente tornaram a dar à luz projetos artísticos grupais com finalidade psicoterapêuticas.

Atendimentos, acolhimentos e outras atividades *on-line* em meio à pandemia de covid-19

Em decorrência da pandemia de covid-19, e pensando em garantir os acolhimentos e atendimentos para a população T, iniciou-se a oferta de acompanhamentos na modalidade *on-line*, seguindo as orientações do Conselho Federal de Psicologia (2020). Dessa maneira, percebendo a possibilidade de oferecer acompanhamentos em grupo, e observando a demanda da UBS, desenvolveu-se um projeto de acolhimento vinculado à arte, sendo ele um grupo psicoterapêutico que ocorria de forma *on-line* e que possibilitava o compartilhamento de situações de sofrimento e de dúvidas sobre processos mentais e/ou físicos pelos quais o indivíduo pudesse estar passando, assim como propiciava a troca de experiências entre as(os) participantes e a terapeuta.

Ao longo dos encontros havia momentos com música, desenhos e outras atividades artísticas que pudessem ser realizadas em casa e mostradas por vídeo chamada. Também eram disponibilizados momentos de conversa do grupo com pessoas que tinham grande representatividade na comunidade T, a fim de compartilhar vivências e aprendizados sobre os processos específicos dessa população. Para participar dos grupos, a pessoa poderia ser encaminhada pelo acolhimento individual ou poderia pedir na secretaria para participar. Também se conversava com as(os) participantes que, assim como no acolhimento e na psicoterapia breve *on-line*, era importante manter as condições relacionadas à privacidade e à segurança deles ao longo dos encontros, sendo a questão ética abordada nos encontros iniciais. Em casos de sofrimento extremo, risco de suicídio, automutilação ou heteroagressão, mudava-se o formato de atendimento para presencial, a fim de facilitar o acompanhamento psicoterapêutico e possibilitar maiores intervenções com outros profissionais da saúde, quando se demonstrava necessário.

A reestruturação dos atendimentos após a pandemia de covid-19

Com o retorno das atividades presenciais no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, foi realizada busca ativa aos pacientes do Protig e estes foram reorganizados em grupos menores, de acordo com o tempo de acompanhamento, e foi criada uma tabela com dados de pacientes vinculados ao Protig. São realizadas entrevistas multiprofissionais pré-cirúrgicas a cada três meses, com os três próximos pacientes a fazer a cirurgia de redesignação sexual. Nessa ocasião, a equipe tanto do ambulatório – psiquiatria, psicologia, serviço social e enfermagem – quanto a cirúrgica se reúnem com o(a) paciente, oportunizando o esclarecimento de dúvidas e reforçando o vínculo e a confiança.

A busca ativa após a pandemia de covid-19 foi importante no retorno das atividades presenciais para retomar contato e permitir a identificação do número de pacientes ativos. Estes foram divididos em grupos com até dez participantes cada, o que – comparado aos grupos com até 20 participantes, como era antes da pandemia – permitiu o fortalecimento do vínculo e o aprofundamento dos temas e dos sentimentos durante os encontros. Com a interrupção forçada causada pelas medidas de proteção diante da pandemia da covid-19, o grupo de trabalho multiprofissional repensou e reorganizou a forma de trabalhar, priorizando a otimização da gestão, trabalho com grupos menores e reforço no vínculo.

Considerações finais

Como resultado do processo de atendimento ambulatorial, e a partir da percepção das dificuldades de acesso ao sistema de saúde pela população T, em específico à saúde mental, notou-se a necessidade de ampliação dos serviços oferecidos dentro da UBS. A entrada da equipe de psicologia na UBS possibilitou a ampliação dos serviços de saúde mental, não somente pelo desenvolvimento de projetos, mas também a partir da observação da

necessidade de maior oferta de psicoterapeutas no local, possibilitando que mais três universidades do município e região metropolitana se vinculassem a tal UBS, para disponibilizar acolhimentos e atendimentos, seguindo o mesmo formato iniciado e descrito neste capítulo.

A ampliação possibilitou também um maior número de acolhimentos, atendimentos psicoterapêuticos e de encaminhamentos de alguns usuários para modalidades específicas de acompanhamento, como a psicoterapia breve, oferecida na sede da ONG, e o grupo de apoio e de convivência dentro da UBS. Ainda se abriu a possibilidade de alguns indivíduos que demonstravam maior necessidade terem acesso a outros auxílios gratuitos, como cestas básicas e cadastramentos em ações governamentais, quando se avaliava necessário. Além disso, também se constatou que, quando os usuários chegavam ao serviço pelo atendimento psicológico e se sentiam acolhidos de forma integral, eles demonstravam maior engajamento em cuidados em saúde, passando a realizar exames de rotina e especiais, assim como tratamentos, com maior frequência.

A relação estabelecida entre as pessoas atendidas nos ambulatórios T e os profissionais desses serviços é a base para o fortalecimento e a ampliação da qualidade de vida dessa população, sendo necessário garantir o acolhimento de forma ética, respeitosa e com sensibilidade profissional no decorrer do acompanhamento, priorizando as especificidades trazidas pelos pacientes de forma individual e/ou nos grupos.

A vivência T torna-se um tema que vem sendo estudado por pesquisadores e exposto na mídia, em novelas, jornais e redes sociais, e essas informações de distintas fontes podem facilitar o acesso aos serviços para os atendimentos especializados. O conhecimento sobre os fatores determinantes do processo de afirmação de gênero tem impacto positivo ao abrir portas para outros estudos e por oportunizar a melhoria nos atendimentos voltados a essa população, contribuindo para o aprimoramento da estrutura, das diretrizes e dos procedimentos do Protig e dos demais centros especializados.

Dessa forma, salienta-se que tais populações necessitam de atenção básica e qualificada à saúde, tendo políticas públicas voltadas, interligadas e embasadas na integralidade e nos direitos humanos. Em outros termos,

o atendimento deve estar norteado pelos princípios da universalização, da equidade e da integralidade, durante atendimentos individuais e em grupo, nos quais ocorrem o desenvolvimento de processos de amadurecimento e empoderamento sobre as identidades de gênero, qualificando fatores sociais e de saúde mental. Sendo assim, isso significa que a educação em saúde não se restringe apenas ao paciente, mas também envolvendo a família e a rede intersetorial.

Referências

ALBUQUERQUE, G. A. *et al.* Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para políticas públicas de saúde no Brasil. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 516-254, 2013.

ALEXANDER, F.; FRENCH, T. *Psychoanalytic therapy: principles and application*. New York: Ronald Press, 1946.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5)*. Oxford: Oxford University Press, 2013. Disponível em: <https://oxfordre.com/socialwork/display/10.1093/acrefore/9780199975839.001.0001/acrefore-9780199975839-e-104>. Acesso em: 7 abr. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOTERAPIA. *Terapia focal: psicoterapia breve psicodinâmica*. São Paulo: ABRAP, 2020. Disponível em: http://www.abrap.org/site/TERAPIA_FOCAL.pdf. Acesso em: 7 abr. 2023.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS. *Diagnóstico sobre o acesso à retificação de nome e gênero de travestis e demais pessoas trans no Brasil*. Brasília, DF: Distrito Drag, 2022. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/11/diagnostico-retificao-antra2022.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. *Acolhimento nas práticas de produção de saúde*. Brasília: DF: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_praticas_producao_saude.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. *Política Nacional de Saúde Integral a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBT)*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 19 ago. 2008. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Fica redefinido e ampliado o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 20 nov. 2013. Disponível em: <https://bvs.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/15498.html>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, considerando a Portaria GM/MS nº 1.707, de 18 de agosto de 2008. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 20 ago. 2008. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275, de 1 de março de 2018*. Direito constitucional, constitucional e registral. registral. Pessoa transgênero. alteração do prenome e do sexo no registro civil. possibilidade. direito ao nome, ao reconhecimento da personalidade jurídica, à liberdade pessoal, à honra e à dignidade. inexistência de cirurgia de transgenitalização ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes. transgênero. alteração do prenome e do sexo no registro civil. possibilidade. direito ao nome, ao reconhecimento da personalidade jurídica, à liberdade pessoal, à honra e à dignidade. inexistência de cirurgia de transgenitalização ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749297200>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CAMPOS, G. W. S. *Acolhimento e (des)medicalização social: um desafio para as equipes de saúde da família*. Rio de Janeiro: Ciência coletiva, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). *Resolução nº 4, de 26 de março de 2020*. Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19. Brasília, DF, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19?origin=instituicao&q=004/2020>. Acesso em: 17 maio 2023.

FERENCZI, F.; RANK, O. The development of psychoanalysis. *International Press*, [s. l.], 1956.

FRANCO, T. B. O acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim, Minas Gerais, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 345-353, 1999.

GUIMARÃES, S. S.; SILVA, G. B. Ofertas e adaptações de serviços de saúde mental à população T de Porto Alegre em meio a pandemia de covid-19. *Boletim Entre SIS*, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 2, p. 41-49, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/St%C3%A9phane/Downloads/21939-1192620972-1-PB%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/St%C3%A9phane/Downloads/21939-1192620972-1-PB%20(7).pdf). Acesso em: 17 maio 2023.

JESUS, J. G. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. 2. ed. Brasília, DF: FBN, 2012. Disponível em: <https://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Ações socioeducativas e Serviço Social: características e tendências na produção bibliográfica. *Temporalis*, Brasília, DF, v. 11, n. 21, p. 211-237, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1378/1634>. Acesso em: 18 ago. 2023.

LOBATO, M. I. *et al.* Transexualismo: uma revisão. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 11/12, p. 379-388, 2001.

LUCASSEN, M. F. G. *et al.* Coping strategies to enhance the mental wellbeing of sexual and gender minority youths: a scoping review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, Basel, v. 19, n. 14, 2022. Não paginado. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph19148738>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MELLO, L. *et al.* Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro v. 9, p. 7-28, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-64872011000400002>. Acesso em: 26 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal de Direitos Humanos*. Geneve: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde [CID-11]*. Geneve: OMS, 2018. Disponível em: <https://icd.who.int/en>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ROCON, P. C. *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2517-2525, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SANTANA, A. D. S. *et al.* Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. *Revista de Enfermagem UFPE*, Recife, v. 14, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.243211>. Acesso em: 2 jun. 2023.

SANTOS, M.; WEINRICH, V. *Processo de acolhimento em Unidades Básicas de Saúde: uma revisão de literatura*. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Marcilene-dos-Santos.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

PESQUISA EM BISSEXUALIDADE: PANORAMA BRASILEIRO E DESAFIOS METODOLÓGICOS

Marina Feijó

Luísa Chaves de Faria Brasil

Thaís de Castro Jury Arnoud

Ângelo Brandelli Costa

Introdução

O termo “bissexualidade” carrega uma multiplicidade de sentidos (Eisner, 2013). Enquanto termo e conceito, sua origem se dá a partir de processos de categorização e patologização da sexualidade. Krafft-Ebbing e Havelock Ellis utilizaram o termo com o propósito de classificar características “masculinas e femininas em um mesmo corpo” (Elia; Eliason; Beemyn, 2018). Posteriormente, Sigmund Freud, apesar de inicialmente endossar tal uso da categoria, passa a utilizar o termo com o intuito descrever características relacionadas ao desejo sexual, expandindo o conceito para significar a base – primitiva e reprimida – de outras sexualidades. A bissexualidade, nessa premissa, não seria classificada como uma orientação sexual *per se*, mas a matéria-prima para sexualidades “adultas”, como heterossexualidade – considerada “normal” –, e a homossexualidade – considerada patológica (Castiel, 2018).

O seu trabalho possibilitou a compreensão das divisões de gênero e sexualidade enquanto categorias construídas em um processo de desenvolvimento ao longo da vida e não enquanto categorias deterministas (Connell; Pearse, 2015), sendo questionado e revisitado dentro – e fora – da

psicanálise contemporânea. Ainda assim, é inegável que dada perspectiva da bissexualidade enquanto “fase” a ser superada, ainda hoje contribui para uma série de estereótipos e imagens de controle dentro da psicologia e de outros campos do conhecimento (Eisner, 2013). Paralelamente, fenômeno similar é visto em produções do biólogo Alfred Kinsey no que se refere ao uso de escalas para mensuração da sexualidade, categorizada através de diferentes níveis de homossexualidade e heterossexualidade, partindo de zero – exclusivamente heterossexual – para seis – exclusivamente homossexual (Kinsey, 1948; Kinsey *et al.*, 1954).

Historicamente, tais pressupostos teóricos contribuem para definições, estereótipos e categorizações estigmatizantes à bissexualidade no imaginário social, sendo entendida nas sociedades ocidentais através de uma perspectiva binária, que indica a existência de duas possibilidades dicotômicas, e as posiciona enquanto mutuamente excludentes (McLean, 2018). Tal premissa reverbera a partir da popularização de conhecimento, como em notícias voltadas à divulgação científica que acabam por produzir e reproduzir discursos de apagamento através da categorização de homens bissexuais como “homossexuais enrustidos” (O Globo, 2011), bem como por léxicos populares que passam a descrever a bissexualidade baseada em psicologismos como “disposições psíquicas simultaneamente masculinas e femininas” (Michaelis, 2023). A maior parte dos estudos e teorias psicológicas ainda parte de uma perspectiva patriarcal, heteronormativa e monossexista da sexualidade, sendo a bissexualidade ora desconsiderada, partindo de uma noção freudiana, ora entendida como entre-lugar em uma dialética heterossexual-homossexual, partindo de uma premissa monossexista.

Definir a bissexualidade não a partir do discurso medicalizante, mas enquanto identidade contemporânea, é uma tarefa atravessada por inúmeras divergências. Popularmente, algumas de suas definições buscam superar o desafio do binarismo. Shiri Eisner (2013) descreve três eixos para a sua definição: envolvendo o desejo como um *continuum*; a comunidade baseada em suas tradições próprias; e, por fim, a política, através do potencial subversivo às normas binárias. Concomitante a essa premissa, *A few Quotes from Robyn Ochs* ([20--]) define a bissexualidade enquanto o

potencial de atrair-se, romântica e/ou sexualmente por pessoas de mais de um sexo e/ou gênero, não necessariamente ao mesmo tempo, da mesma maneira e/ou no mesmo nível. Em contraponto, Joye Swan (2018a) vem a defender a delimitação da classificação pela lente de uma premissa binária, representando possibilidades relacionais por ambos homens e mulheres, tornando a identidade pertencente a uma guarda-chuva plurissexual, sem torná-la, de acordo com a autora, generalista. Apesar disso, a bissexualidade ainda é, politicamente e historicamente, compreendida a partir da rejeição ao binarismo de gênero, sendo explicitamente mencionada no manifesto bissexual construído e publicado em 1990 pelo periódico *Anything That Moves: Beyond the Myths of Bisexuality* (The Bay Area Bisexual Network, 1990) e, posteriormente, reiterada em manifesto bissexual construído nacionalmente (Frente Bissexual Brasileira, 2021).

O monossexismo enquanto uma de muitas faces de estruturas de poder, de modo geral, tem sido amplamente negligenciada por campos da saúde voltados à diversidade sexual e de gênero, contribuindo para a marginalização de pessoas bissexuais e para a manutenção da opressão de pessoas que não se identificam a partir da heteronorma (Obradors-Campos, 2011). Marília Moschkovich discute o binarismo de gênero e seus artifícios para perpetuar essa norma a partir do gênero ocidental como estrutura que “permite que oposições e rupturas positivadas operem em seu interior e sejam por ele incorporadas, garantindo sua manutenção e perpetuação” (Moschkovich, 2020, p. 121). Este capítulo, portanto, apresentará um mapeamento de produções científicas e acadêmicas que ilustram o cenário atual de pesquisa com populações bissexuais no campo da saúde e das humanidades, com o intuito de fornecer base inicial quanto aos conceitos estudados a partir da temática de bissexualidade, panorama voltado a estressores específicos experienciados por identidades monodissidentes, bem como levantar discussão em torno da invisibilidade que métodos científicos podem vir a gerar nesses cenários.

Um olhar para produções acadêmicas em bissexualidade

Um dos conceitos amplamente utilizados para a compreensão do estigma voltado à bissexualidade trata do monossexismo, definido como uma estrutura social que presume que todos sujeitos sejam, essencialmente, monossexuais – atraídos por apenas um objeto de desejo – categorizando outras expressões de sexualidade como desviantes (Eisner, 2013). Tal estrutura contribui para a crença social de que identidades monossexuais – heterossexualidade, homossexualidade e lesbianidade – sejam mais legítimas que sexualidades plurissexuais. Autorias como Yoshino (2000) e Obradors-Campos (2011) buscaram estruturar, conceitualmente, dimensões pelas quais o monossexismo e binegatividade operam. Ao tratar do apagamento da bissexualidade a partir de contrato epistêmico, Yoshino o define a partir de três eixos voltados ao apagamento categórico – descrevendo a negação da bissexualidade enquanto categoria e identidade possível, o apagamento individual, sendo reconhecida como categoria, contudo sendo negada enquanto identidade individual – e à deslegitimação, a partir de características negativas comumente associadas à bissexualidade.

Torna-se essencial ressaltar, contudo, que a maior parte da opressão contra pessoas bissexuais é perpetrada por estruturas sociais de poder heteronormativas. Apesar das discriminações de ambos espaços provocarem consequências negativas, não se deve perder de vista que a heteronormatividade é hegemonicamente estruturante, de modo que a sociedade heterossexual é a principal responsável pela manutenção do monossexismo, da binegatividade, da opressão e do apagamento epistêmico contra pessoas bissexuais (Eisner, 2013).

De todo modo, o preconceito contra a população bissexual não se dá somente em contextos heterossexuais, mas também dentro do próprio movimento de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgênero, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e muito mais (LGBTQIAPN+) (Hayfield; Clarke; Halliwell, 2014; Weiss, 2003). Percepções negativas sobre a bissexualidade são frequentes em espaços homossexuais, nos quais a bissexualidade é questionada enquanto orientação sexual válida

a partir de discursos contrários, hostilidade e ataques em paradas comemorativas (Alarie; Gaudet, 2013; Bostwick; Hequembourg, 2013; McGeorge; Carlson, 2011) e de categorizações da bissexualidade feminina como “parte de um problema maior” e bissexualidade masculina como “invisibilizada, sendo inicialmente presumido por seus pares como gay” (Tavarez, 2022). Ademais, em ambos os espaços heterossexuais e LGBTQIAPN+, tal violência toma forma através de coerções e pressões voltadas à realização de atos físicos em frente a terceiros, como comprovação de identidade sexual a partir de evidências comportamentais (Cipriano; Nguyen; Holland, 2022).

Ao tratar-se dos termos utilizados, torna-se necessário retomar discussão conceitual sobre o uso do sufixo “fobia” para designar atitudes de preconceito e discriminação contra grupos sexuais minorizados socialmente (Costa; Nardi, 2015), uma vez que pode individualizar uma problemática social e estrutural e desresponsabiliza os autores da discriminação (Weiss, 2003). Nessa linha, se propõe o uso do termo “binegatividade” ou “atitudes antibissexualidade”, de modo a descrever crenças e atitudes negativas e estereótipos direcionados a pessoas bissexuais (Dyar; Feinstein, 2018). A binegatividade compõe um *continuum* que vai desde representações problemáticas na mídia (Corey, 2017) e no imaginário social a formas mais sistemáticas de discriminação dentro e fora da comunidade LGBTQIAPN+ (Flanders *et al.*, 2019), estando inerentemente relacionado a estruturas monossexistas. Paralelamente, a categoria bissexualidade também vem sendo utilizada como termo guarda-chuva para outras identidades pertencentes ao espectro monodissidente, possibilitando que uma multiplicidade de experiências, identidades, manifestações de desejos e organizações políticas possam ser consideradas e enfatizadas (Eisner, 2013).

Quanto à literatura científica internacional, encontra-se que populações bissexuais apresentam piores indicadores de saúde mental, física e sexual em comparação a populações gays, lésbicas e heterossexuais (Taylor, 2018). Mais especificamente, pesquisas demonstram que bissexuais são mais propensos a apresentar sintomatologia de depressão, ansiedade, baixa autoestima, problemas com uso de substâncias, bem como maiores taxas de tentativas de suicídio em comparação aos grupos

citados anteriormente (Habibi; Stueck, 2018; Shokoohi *et al.*, 2018). Resultante dos processos de discriminação, monossexismo e binegatividade citados, é descrita a perpetuação de processos de invalidação com demais pares bissexuais, pressão interna em comprovar autoidentidade a partir de comportamentos, resultando em cessão a situações coercitivas, com o propósito de aceitação e comprovação (Cipriano; Nguyen; Holland, 2022). Em adição a esse cenário, pessoas bissexuais também apresentaram maior risco de sofrer violência nas relações íntimas ao longo da vida, com índices mais elevados de vitimização no que diz respeito à violência sexual, física e psicológica em comparação a mulheres lésbicas e heterossexuais (Walters; Chen; Breiding, 2013), com maiores níveis de experiências voltadas ao estigma e binegatividade estando relacionados à maior probabilidade de relatos de violência sexual entre mulheres com identidades monodissidentes (Flanders *et al.*, 2019).

Panorama da pesquisa no Brasil

Produções teóricas voltadas à bissexualidade no Brasil, apesar de diversas, ainda recebem pouco espaço em diferentes instâncias e contextos. Através de um mapeamento geral não sistemático, a literatura acadêmica brasileira na temática tende a abranger temáticas voltadas à bissexualidade como epistemologia, discussão conceitual voltada ao monossexismo, bem como contextualização histórica da categoria. Dentre os mecanismos de apagamento da bissexualidade no campo acadêmico, Lewis (2012, p. 73) descreve que “a bissexualidade, quando não totalmente esquecida, é geralmente mencionada só como parte de uma lista (‘gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, intersexuais...’), mas não examinada, questionada e problematizada profundamente”. Desses escassos estudos, psicanálise, saúde e identidades/direitos sexuais são os campos mais abundantes (Jaeger, 2018).

Destaca-se a tese de Fernando Seffner (2003) como uma das primeiras produções acadêmicas voltadas à temática, tomando a bissexualidade como identidade sexual, com sua amostra a partir de intervenção

social denominada Rede Bis-Brasil, espaço de troca entre homens que têm relações afetivas e sexuais com homens e mulheres. Ao tratarmos de produções acadêmicas voltadas a estruturas monossexistas, Lewis (2017) explorou a perspectiva de mulheres ativistas LGBTQIAPN+ bissexuais também como identidade sexual e o paradoxo do apagamento e hipersexualização da bissexualidade, em que descreve um constante jogo de reprodução de discursos essencialistas e reiteração da monogamia, a fim de findar os estereótipos voltados à binegatividade. Resultante desse processo, é alimentada a percepção social de monossexualidade, cerceando a liberdade sexual e intensificando postura higienista (Lewis, 2017; Monaco, 2021), consequentemente, mantendo a bissexualidade no campo pessoal e subjetivo (Silva *et al.*, 2021).

Também se faz necessário apontar a bissexualidade a partir do Materialismo dialético e existência transgressora dos binarismos culturais, como heterossexual-homossexual (Moschkovich, 2020). A dialética é tomada aqui como a implicação em reconhecer a negatividade enquanto produtora de tensões e de novas significações, de modo a recusar o encaixe da bissexualidade em definições positivas já estabelecidas a partir do monossexismo, da cis-heteronorma e do patriarcado. A compreensão da bissexualidade, portanto, passa pela noção dessa enquanto identidade que não é meramente positiva; que existe em contradição aos binarismos e aos sistemas de gênero e sexualidade. Assim, a bissexualidade é uma multiplicidade de sentidos, práticas e vivências, que se intersecciona com tantas outras categorias sociais e sistemas de opressão e resistência. E, partindo da interseccionalidade, os estudos de Klidzio e Siqueira (2020) sobre mulheres bissexuais moradoras do interior rural gaúcho tensionam os binarismos impostos à identidade bissexual. Ambientes mais conservadores e com menos diversidade sexual e de gênero explícita, menos autonomia econômica, pouca publicização de sexualidades e a luta contra a percepção conservadora de “ideologia de gênero” intensificam sentimentos de solidão e estressores em saúde.

Cruz (2021) traz a lente de Yoshino (2000) para o panorama brasileiro e reitera as experiências de solidão de indivíduos bissexuais explicitadas por Siqueira e Klidzio (2020) e Monaco (2020), enquanto Teixeira-Filho e Rondini

(2012) pontuam as altas taxas de ideações e tentativas suicidas por parte de jovens bissexuais. As principais queixas entre bissexuais brasileiros são os poucos espaços de troca e socialização entre pares bissexuais, não aceitação pela família e escola – mesmo que aceitassem *gays* e *lésbicas* –, hipersexualização/fetichização da bissexualidade – em especial, mulheres –, ausência de mídias voltadas a bissexuais e violências e estigmas perpetuados pelas populações hétero e homossexuais (Oliveira; Oliveira, 2021).

Coletivos e rodas de conversação e validação de experiências bissexuais, as quais põem em xeque a norma monossexual e a bifobia, são reivindicações brasileiras conforme Monaco (2020) e Santos e demais autores (2018). Em contrapartida, não foram encontradas políticas específicas à população bissexual na América Latina, apesar de indicativos de organizações sociais pleitearem por tais medidas em prol da saúde mental (Gutiérrez-Díaz; Fierro-Orozco; Angarita-Navarro, 2021; Monaco, 2020, 2021). Recentemente, o Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2021, difundiu diversos estudos brasileiros em bissexualidade; há indicadores de que a representatividade de pessoas bissexuais e fortalecimento de seus coletivos nos últimos anos adentram agora o campo de pesquisa, em especial, pessoas bissexuais estudando sobre bissexualidade. Nesse mesmo evento, Oliveira e Oliveira (2021) assinalam uma brecha nos estudos e incentivam a investigação da violência sexual contra pessoas bissexuais no Brasil, visto que são comuns tais relatos nas pesquisas qualitativas. Ainda em 2021, ocorreu o primeiro Seminário Nacional de Estudos Bissexuais (Senabi), evento organizado por coletivos de estudos e militância e que teve como eixo os 30 anos de pesquisas sobre bissexualidade no Brasil. O Grupo Amazônida de Estudos sobre Bissexualidade (Gaebi) foi uma iniciativa de estudantes de Psicologia de diferentes instituições de ensino superior do Pará e foi essencial para a realização do evento. Atualmente, o grupo de estudos passou por um processo de expansão e tornou-se a Rede Brasileira de Estudos sobre Bissexualidade e Monodissidência (Rebim). A partir desse e de outros exemplos, é possível perceber que, apesar do extenso apagamento epistêmico que opera nas universidades e nas pesquisas científicas, o ativismo bissexual segue resistindo e encontrando maneiras de produzir conhecimento sobre as populações bissexuais e monodissidentes.

Modelos, definições e medidas

Estudos voltados às populações bissexuais são, também, atravessados por métodos variados de levantamento da categoria *orientação sexual*, resultando na variação e heterogeneidade da coleta e utilização dos dados em análises posteriores. Nesses casos, orientações monodissidentes tendem a serem, unidimensionalmente, limitadas a uma variável, esta frequentemente relacionada ao comportamento sexual, atração ou identidade autorrelatada. Em consequência, tal variável única passa a ocupar o papel de prever os desejos, comportamentos e formas nas quais a sexualidade do respondente é estruturada. Isso contribui não só para o apagamento de uma série de expressões da bissexualidade – como de pessoas dentro do espectro assexual – como homogeneiza uma identidade que é, por si só, caracterizada pela multiplicidade.

Dois métodos são amplamente utilizados para a definição da orientação sexual de respondentes, tendo cada um desses suas próprias ramificações em delineamento, sendo o primeiro voltado a inquéritos simples, voltados a perguntas de autorrelato, e o segundo voltado ao uso de escalas e instrumentos. Em ambos os casos, a imposição de categorias, fazendo com que o respondente venha a enunciar suas respostas em base no que é fornecido por inquéritos, formulários e pesquisas, podendo resultar em dados orientados aos interesses de quem realiza o inquérito (Swan, 2018b). Tais questões, se ignoradas, podem vir a refletir em dados agregados e difusos, dado que o inquérito unicamente voltado a um construto vigente em dada janela temporal do respondente falha em fornecer uma perspectiva multidimensional do contexto em que se encontra sua orientação sexual.

Para maior compreensão dos construtos e variáveis utilizadas na maior parte de ambos os métodos, bem como suas problemáticas, se torna pertinente analisá-las a partir de paradigma voltado às classificações de atração, de comportamento e de autoidentidade (Laumann *et al.*, 1994), que visa estruturar e descrever dadas dimensões do construto de orientação sexual. Tal leitura, ainda que limitada a três categorias, permite a compreensão de orientações sexuais através de determinadas camadas e perspectivas distintas, com dimensões que operam independentemente,

fazendo com que uma dessas não seja, necessariamente, uma previsão efetiva da outra (Park, 2022). Ademais, considerando que processos relacionados ao desejo sexual e a vínculos são independentes, fluidos, mutáveis e não necessariamente vinculados a parceiros do mesmo gênero ou de outro gênero (Diamond, 2003), bem como a atração pode ser descrita como romântica, sexual ou ambas (Park, 2022), tais apontamentos são, igualmente, pertinentes a inquéritos e formulários voltados a identidades monossexuais. Ao levantar a discussão quanto à utilização e levantamento desses dados, não se propõe invalidar o propósito e importância de cada uma dessas dimensões, mas evidenciá-las e delimitá-las sem torná-las responsáveis por informações nas quais essas não podem nos proporcionar.

Tipicamente, inquéritos simples realizam enunciados relacionados à identidade, atração ou ao comportamento do respondente. Ao tratarmos de inquéritos com perguntas simples relacionadas a pacientes, tende-se a entrelaçar subescalas similares à de Kinsey (1948) e Kinsey e demais autores (1954) ao tratar-se do comportamento ou atração sexual do respondente, através da coleta de apenas uma variável. Em análise sistemática da proporção de adultos Assexuais, Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transexuais (ALGBT+) brasileiros e prevalência de violência autorrelatada, Spizzirri e demais autores (2022) realizaram levantamento de dados voltados à orientação sexual dos respondentes utilizando-se de uma pergunta voltada à atração manifestada, sendo essa relacionada a homens e/ou mulheres. A partir das respostas providenciadas pelos participantes, os pesquisadores acabam por classificá-los nas categorias heterossexual, lésbica, *gay*, bissexual e assexual.

O uso único desse construto traz importante problemática e agrega dados de respondentes de diferentes identidades sexuais, visto que a pergunta por si tende a analisar se a manifestação de atração e/ou comportamento sexual de um indivíduo é, dentro da janela estipulada, direcionado ao mesmo gênero ou a outros gêneros (Park, 2022). Um estudo realizado por Bauer e Brennan (2013) buscou analisar a efetividade de inquéritos realizados unicamente em base ao comportamento sexual dos respondentes, principalmente quando orientado à janela de um ano. A maioria dos participantes reportou apenas um parceiro sexual na janela de um ano.

Tal grupo, em ambas as janelas temporais de um ano ou ao longo da vida, acabam por serem categorizados em categorias monossexuais – como *gay*, lésbica e heterossexual –, enquanto participantes sem parceiros sexuais ao longo da vida ou durante o último ano são excluídos da amostra.

Com isso em mente, os autores destacam o risco de informações coletadas a partir de um viés pré-estabelecido, recomendando que inquéritos não se utilizem de uma medida para avaliação de orientação sexual que seja resumida unicamente no comportamento sexual do respondente. Contudo, ainda que preferível que uma medida voltada ao comportamento ao longo da vida seja utilizada, o comportamento ao longo da vida também traz desafios relacionados à heteronormatividade experienciada por minorias sexuais e de gênero e como esse processo social pode vir a afetar no comportamento em diferentes fases da vida.

Mais amplamente utilizada, contudo, são medidas voltadas à identidade sexual do respondente, se referindo às categorias que o indivíduo atribui à sua sexualidade. Mesmo com a presença de categorias tipicamente utilizadas, como *gay*, lésbica e bissexual, outros termos também são utilizados amplamente pelos respondentes, originados de variações culturais, linguísticas (Park, 2022) e contextuais, por vezes havendo o uso de mais de uma categoria. Tais categorias, contudo, são pouco consideradas, ocasionalmente sendo agrupadas a partir da categoria *outros*. Um exemplo pode ser visto através de estudos que buscam avaliar potenciais diferenças entre as múltiplas identidades que pessoas identificadas como bissexuais tendem a adotar (Feinstein *et al.*, 2021; Galupo; Mitchell; Davis, 2015). Para além de um inquérito voltado à identidade autorrelatada do respondente, é solicitado se outros termos são utilizados para descrever sua orientação sexual, observando-se que 55,2% dos respondentes plurissexuais se utilizou de múltiplos termos ao descrever-se, sendo pessoas transgênero e não binárias, bem como mulheres cisgênero, mais prováveis de se identificarem por meio de múltiplas categorias do que homens cisgênero, que tendem a utilizar a categoria bissexual mais do que outros termos para descrever sua sexualidade (Feinstein *et al.*, 2021).

Ao tratarmos de instrumentos voltados ao levantamento de construtos relacionados à sexualidade e como esses se relacionam com orientações

bissexuais, destacam-se em visibilidade os instrumentos de Kinsey e a grade de orientação sexual de Klein (2014). Ambos tendem, de modos distintos, a posicionar a bissexualidade em um intermediário da dupla heterossexual-homossexual (Swan, 2018b), retratando a monodissidência como diferentes níveis da monossexualidade entre polos masculinos e femininos – perspectiva que também se torna limitada à binariedade e ao essencialismo. Ainda que, originalmente, os instrumentos de Kinsey (1948) e Kinsey e demais autores (1954) tenham sido considerados inovadores por uma perspectiva da sexualidade em um *continuum*, a escala anula a possibilidade de identidade autorrelatada. Mesmo com inquéritos voltados à autoidentidade percebida pelo respondente, o encargo de categorizar a identidade sexual desses, através de enunciados voltados ao comportamento e desejo abertamente expressado, ainda se dá ao solicitante.

Em outro rumo, contudo, destaca-se o modelo teórico de configurações sexuais proposto por Van Anders (2015) como crítica pertinente a teorias da sexualidade marcadas pela rigidez e imutabilidade, bem como adição à complexidade das dimensões relacionadas à sexualidade. Van Anders aponta as possibilidades de estruturação da atração pelo sexo ou gênero de terceiros ou a combinação de ambos, e traz elementos como o número de parceiros, expressão de gênero e faixas etárias pelas quais participantes sentiriam-se atraídos como fatores pertinentes e pertencentes à sexualidade. A autora aponta a utilidade do modelo teórico no auxílio a pacientes na compreensão da ramificação e complexidade de suas sexualidades, em vez de visualizá-las linearmente, bem como em decisões voltadas ao mapeamento em políticas públicas e ações de prevenção. Para além de tais pontos, o instrumento busca contemplar, de forma efetiva, a expressão da não binariedade a partir de identidade, desejo sexual e/ou romântico, bem como a ausência completa de expressão de gênero e desejo sexual/romântico, sem que estes venham a anular a identidade autorrelatada. Por buscar abarcar diversas configurações, contudo, o modelo acaba por ser criticado por sua alta complexidade (Swan, 2018b).

Determinadas condutas metodológicas utilizadas ao solicitar dados relacionados à orientação sexual em inquéritos fornecerão determinados dados atravessados por contextos culturais e históricos, bem como pela

diversidade de significados atribuídos à definição de orientação sexual, sendo necessário que, para além de rigor em tal prática, seja necessária transparência na disseminação e interpretação dos dados coletados (Diamond, 2022). A utilização de um método excessivamente simplificado de inquérito à orientação sexual traz, consequentemente, opacidade a dados que podem vir a reforçar interpretações monossexistas e estigmatizantes, como a exclusão em amostras de participantes bissexuais que não tenham relatado relações sexuais com parceiros de mais de um gênero no passado, ou que prefiram não relatar. A partir disso, estudos voltados a estressores e desfechos de saúde específicos às populações bissexuais em que metodologias multidimensionais foram criticamente utilizadas acabam por encontrar benefícios no processo de análise e interpretação de dados (Shokoohi *et al.*, 2022).

Conclusão

A produção de estudos voltados à diversidade sexual e de gênero no campo da saúde apresentou uma crescente na última década. Pesquisas direcionadas aos desfechos em saúde, experiências da população LGBTQIAPN+ com profissionais em diferentes contextos e acesso aos serviços têm sido produzidas internacional e nacionalmente. Ainda assim, o contrato epistêmico do apagamento da bissexualidade segue operando e contribui para que a literatura focada especificamente em populações bissexuais e monodissidentes seja esparsa e limitada. Esse fenômeno pode ser observado, por exemplo, a partir de estudos no campo da saúde que simplesmente agregam participantes bissexuais em estudos com participantes monossexuais, sem discutir especificidades e deixando de explicar como estes serão analisados e interpretados, limitando-se a menções ocasionais de estressores específicos à bissexualidade. O cenário, contudo, se torna ainda mais problemático ao tratar-se de populações bissexuais e monodissidentes não brancas, dada sua escassez em ambos os contextos nacional e internacional (Ghabrial; Ross, 2018). Os estudos em sexualidade seguem contribuindo para o apagamento de outros marcadores

sociais, resultando em uma compreensão incompleta e que desconsidera o entrecruzamento da bissexualidade com categorias como raça e classe.

Ainda que o uso de múltiplas medidas voltadas à atração, comportamento e identidade seja importante para diferentes objetivos em pesquisa, existem limitações inerentes. Cada um desses construtos tem diversas outras ramificações que atravessam significados e discursos dados à temática, fazendo com que o método, mesmo que benéfico quando em comparação com o uso único de uma categoria voltada à identidade ou comportamento, se mostre limitante nas demais instâncias. No que se refere ao comportamento, o foco único em uma dimensão comportamental tende a impor determinadas identidades com as quais o respondente não necessariamente se identifica, ou sequer utiliza tal categoria, bem como o inquérito único voltado à identidade sexual tende a apagar e ofuscar experiências comportamentais e de desejos de indivíduos, quando essas não se encontram de acordo com seu estereótipo associado. Nessa mesma linha, também se encontram desafios na estruturação do formato oferecido aos respondentes ao tratar-se de inquéritos voltados à atração, visto que os construtos de atração e comportamento são, até dado momento, unicamente relacionados ao gênero e/ou sexo designado ao nascer, sendo frequentemente denominado em base à atração e/ou comportamento voltado ora “ao mesmo gênero”, ora “ao mesmo sexo”. Tal denominação se torna problemática uma vez que as definições de gênero e sexo não são as mesmas, bem como as faces da atração e desejo de sujeitos podem vir a se organizar através de variadas dimensões para além de sexo e gênero, levantando o questionamento do que contaria como desejo nesse cenário (Diamond, 2022). Com isso, ao circunscrevermos a sexualidade às categorias *homens* e *mulheres*, anula-se a diversidade de gênero para além do binário, mas também limita a atração à categoria gênero. Contudo, uma alternativa atualmente oferecida para tal desafio é dada com base em perguntas baseadas em instrumentos desenvolvidos similarmente a Kinsey, pendendo para ambas binaridade e anulação da bissexualidade como um entre-lugar monossexual.

Considerando que diferentes medidas trazem diferentes limitações, o propósito de buscar abarcar todas as camadas da sexualidade do sujeito

podem não ser viáveis atualmente, sequer adequadas. A priorização de uma dimensão em detrimento de outras pode, potencialmente, acobertar nuances da sexualidade e orientação sexual do sujeito, visto que tais processos não operam a partir de um sistema rígido de pré-requisitos. Recomenda-se que estudos, projetos e levantamentos para políticas compreendam quais dados estão sendo coletados, com que razão, e quais potenciais inferências de dados não coletados estão sendo realizadas a partir dos dados presentes. A inferência de que uma amostra composta apenas por respondentes identificados como bissexuais manteria, por via de regra, relações sexuais com homens e mulheres e manifestaria desejo e/ou atração do mesmo modo, para além de equivocada, se torna estigmatizante, forçadamente binária e restringida à definição de sexo e gênero do pesquisador. Compreender a bissexualidade enquanto identidade envolve o compromisso ético e político com a sua capacidade de englobar uma multiplicidade de experiências, vivências e identificações, de modo a não tentar cristalizá-la permanentemente em identificações positivas que a limitam.

Ainda, ao analisar o panorama atual de estudos em saúde sobre bissexualidade, cabe ressaltar a insistência em modelos binários e monossexuais nos campos de gênero e sexualidade. O pensamento fundamentado em uma lógica binária compõe uma forma alienada de compreender processos de diferenciação, de modo que noções afirmativas da diferença são invisibilizadas (Plumwood, 1993). O monossexismo, assim como a heteronormatividade, pressupõe congruência entre sexo, expressão de gênero e orientação sexual, partindo de uma perspectiva binária e dicotômica de gênero e sexualidade (Jaeger *et al.*, 2019). Essa lógica predominante contribui para o apagamento e silenciamento da bissexualidade nos estudos acadêmicos, bem como na sociedade de modo geral (McLean, 2018). Um projeto radical de transformação social envolve também repensar a realidade de modo que exista espaço para a multiplicidade de expressões da identidade, confrontando diretamente a lógica binária. Assim, para além da população estudada, é importante atentar-se para as teorias escolhidas para embasar os estudos, bem como os desenhos metodológicos das pesquisas. O processo de produção de conhecimento no campo da saúde não é neutro e, de modo a trabalhar ativamente no combate ao

monossexismo e reduzir estigmas e violências contra pessoas bissexuais e monodissidentes, bem como qualificar serviços em saúde, é preciso trabalhar ativamente na desconstrução de modelos ancorados na lógica binária, cisheteronormativa e patriarcal.

Referências

- A FEW Quotes from Robyn Ochs. *Robyn Ochs*, [s. l.], [20--]. Disponível em: <https://robynocho.com/bisexual/>. Acesso em: 27 ago. 2023.
- ALARIE, M.; GAUDET, S. “I don’t know if she is bisexual or if she just wants to get attention”: analyzing the various mechanisms through which emerging adults invisibilize bisexuality. *Journal of Bisexuality*, London, v. 13, n. 2, p. 191-214, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/15299716.2013.780004>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- BAUER, G. R.; BRENNAN, D. J. The problem with ‘behavioral bisexuality’: Assessing sexual orientation in survey research. *Journal of Bisexuality*, London, v. 13, n. 2, p. 148-165, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15299716.2013.782260>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- BOSTWICK, W.; HEQUEMBOURG, A. Just a little hint’: Bisexual-specific microaggressions and their connection to epistemic injustices. *Culture, health & sexuality*, London, v. 16, n. 5, p. 488-503, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13691058.2014.889754>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- CASTIEL, S. V. Bissexualidade, Édipo e as vicissitudes da sexualidade. *Sig Revista de Psicanálise*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 25-32, 2018.
- CIPRIANO, A. E.; NGUYEN, D.; HOLLAND, K. J. In order to be bi, you have to prove internalized it”: A qualitative examination of plurisexual women’s experiences with external and pressure to prove their identities. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, Washington, D. C., v. 10, n. 4, p. 638-649, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/sgd0000567>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. Gênero: uma perspectiva global. [S. l.]: Versos, 2015.
- COREY, S. All bi myself: analyzing television’s presentation of female bisexuality. *Journal of Bisexuality*, London, v. 17, n. 2, p. 190-205, 2017.

Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15299716.2017.1305940>. Acesso em: 22 jun. 2024.

COSTA, Â. B.; NARDI, H. C. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. *Temas em psicologia*, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 715-726, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-15>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CRUZ, B. F. *Invisi(bi)lidades: vivências bissexuais na comunidade LGBTQIA+ na Região Metropolitana de Belém-PA*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

DIAMOND, L. What does sexual orientation orient? A biobehavioral model distinguishing romantic love and sexual desire. *Psychological Review*, v. 110, n. 1, p. 173-192, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0033-295x.110.1.173>. Acesso em: 22 jun. 2024.

DIAMOND, L. What is a Sexual Orientation? In: EARP, B. D.; CHAMBERS, C.; WATSON, L. (ed.). *The Routledge Handbook of Philosophy of Sex and Sexuality*. London: Routledge, 2022. p. 81-101. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003286523-9>. Acesso em: 22 jun. 2024.

DYAR, C.; FEINSTEIN, B. A. Binegativity: attitudes toward and stereotypes about bisexual individuals. In: SWAN, D.; HABIBI, S. (ed.). *Bisexuality: theories, research, and recommendations for the invisible sexuality*. Cham: Springer, 2018. p. 95-111. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-71535-3_6. Acesso em: 22 jun. 2024.

EISNER, S. *Bi: notes for a bisexual revolution*. [S. l.]: Seal Press, 2013.

ELIA, J. P.; ELIASON, M.; BEEMYN, G. Mapping Bisexual Studies: past and present, and implications for the future. In: SWAN, D. J.; HABIBI, S. (ed.). *Bisexuality: theories, research, and recommendations for the invisible sexuality*. Cham: Springer, 2018. p. 1-18. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-71535-3_1. Acesso em: 22 jun. 2024.

FEINSTEIN, B. A. *et al.* Disclosure, Minority Stress, and Mental Health Among Bisexual, Pansexual, and Queer (Bi+) Adults: the roles of primary sexual identity and multiple sexual identity label use. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, Washington, D. C., v. 10, n. 2, p. 181-189, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1037/sgd0000532>. Acesso em: 22 jun. 2024.

FLANDERS, C. E. *et al.* Bisexual Stigma, Sexual Violence, and Sexual Health Among Bisexual and Other Plurisexual Women: a cross-sectional survey study. *The Journal of Sex Research*, New York, v. 56, n. 9, p. 1115-1127, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00224499.2018.1563042>. Acesso em: 22 jun. 2024.

FRENTE BISSEXUAL BRASILEIRA. Manifesto bissexual brasileiro. *Frente Bissexual Brasileira*, [s. l.] 2021. Disponível em: <https://www.frentebissexualbrasileira.org/manifesto-bissexual-brasileiro>. Acesso em: 22 jun. 2024.

GALUPO, M. P.; MITCHELL, R. C.; DAVIS, K. S. Sexual minority self-identification: Multiple identities and complexity. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, Washington, D. C., v. 2, n. 4, p. 355-364, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/sgd0000131>. Acesso em: 22 jun. 2024.

GHABRIAL, M. A.; ROSS, L. E. Representation and erasure of bisexual people of color: A content analysis of quantitative bisexual mental health research. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, Washington, D. C., v. 5, n. 2, p. 132-142, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/sgd0000286>. Acesso em: 22 jun. 2024.

GUTIÉRREZ-DÍAZ, A. K.; FIERRO-OROZCO, L. C.; ANGARITA-NAVARRO, A. M. Políticas públicas latinoamericanas en la comunidad LGBTIQ (lesbianas, gays, bisexua- les, trans, intersexuales, queer): revisión documental. *Revista Investigación en Salud Universidad de Boyacá*, Boyacá, v. 8, n. 1, p. 112-135, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24267/23897325.629>. Acesso em: 22 jun. 2024.

HABIBI, S.; STUECK, F. Well-Being: Bisexuality and Mental and Physical Health. In: SWAN, D. J.; HABIBI, S. (ed.). *Bisexuality: theories, research, and recommendations for the invisible sexuality*. Cham: Springer, 2018. p. 165-188. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-71535-3_10. Acesso em: 22 jun. 2024.

HAYFIELD, N.; CLARKE, V.; HALLIWELL, E. Bisexual women's understandings of social marginalisation: 'The heterosexuals don't understand us but nor do the lesbians'. *Feminism & Psychology*, Thousand Oaks, v. 24, n. 3, p. 352-372, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0959353514539651>. Acesso em: 22 jun. 2024.

JAEGER, M. B. *et al.* Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. *Periódicus*, Salvador, v. 2, n. 11, p. 1-16,

2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v2i11.28011>. Acesso em: 22 jun. 2024.

JAEGER, M. B. *Experiências de minas bissexuais: políticas identitárias e processos de marginalização*. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205732>. Acesso em: 22 jun. 2024.

KINSEY, A. C. *et al. Sexual behavior in the human female*. Bloomington: Indiana University Press, 1954.

KINSEY, A. C.; POMEROY, W. B.; MARTIN, C. E. *Sexual behavior in the human male*. Bloomington: Indiana University Press, 1948.

KLEIN, F. *The bisexual option*. London: Routledge, 2014.

KLIDZIO, D.; SIQUEIRA, M. D. Bissexualidade e pansexualidade: invisibilidade, estereótipos e o movimento social LGBTQIAP+. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 44., 2020, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPOCS, 2020.

LAUMANN, E. O. *et al. The social organization of sexuality: sexual practices in the united states*. Chicago: University of Chicago press, 1994.

LEWIS, E. S. “*Não é uma fase*”: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=20671@1>. Acesso em: 22 jun. 2024.

LEWIS, E. S. O ciclo paradoxal de apagamento e super-sexualização da bissexualidade nos movimentos LGBT: resistências em narrativas de ativistas bissexuais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 5., 2017, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UNEB, 2017. p. 1-12.

MCGEORGE, C.; CARLSON, T. S. Deconstructing heterosexism: Becoming an LGB affirmative heterosexual couple and family therapist. *Journal of Marital and Family Therapy*, Malden, v. 37, n. 1, p. 14-26, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1752-0606.2009.00149.x>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MCLEAN, K. Bisexuality in Society. In: SWAN, D.; HABIBI, S. (ed.). *Bisexuality: theories, research, and recommendations for the invisible*

sexuality. Cham: Springer, 2018. p. 77-93. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-71535-3_5. Acesso em: 22 jun. 2024.

MICHAELIS. Bissexualidade. *UOL*, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/bissexualidade/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MONACO, H. M. “As pessoas precisam saber o que é bi”: visibilidade e movimentos bissexuais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 12., 2021, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

MONACO, H. M. Acolhimento como ativismo: ações de um coletivo bissexual na criação de espaços “monodissidentes”. *Simbiótica*, Vitória, v. 7, n. 3, p. 228-251, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33701>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MOSCHKOVICH, M. Notas para um Materialismo Bi-Alético. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, Cuiabá, v. 3, n. 10, p. 109-127, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2020.10.11603>. Acesso em: 22 jun. 2024.

O GLOBO. Estudo mostra que o desejo bissexual existe. *Extra*, Rio de Janeiro, 26 ago. 2011. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/saude-e-ciencia/estudo-mostra-que-desejo-bissexual-existe-2512553.html>. Acesso em: 22 jun. 2024.

OBRADORS-CAMPOS, M. Deconstructing biphobia. *Journal of Bisexuality*, London, v. 11, n. 2/3, p. 207-226, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15299716.2011.571986>. Acesso em: 22 jun. 2024.

OLIVEIRA, J. R.; OLIVEIRA, N. A. F. Bifobia e monosexismo: marcas concretas de batalhas invisíveis. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 12., 2021, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

PARK, A. Defining Sexual Orientation: A Proposal for a New Definition. *Michigan Journal of Gender & Law*, East Lansing, v. 29, n. 1, p. 1-61, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36641/mjgl.29.1.defining>. Acesso em: 22 jun. 2024.

PLUMWOOD, V. Dualism: the logic of colonisation. In: PLUMWOOD, V. *Feminism and the Mastery of Nature*. London: Routledge, 1993. p. 41-68. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203006757>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SANTOS, C. G. C. O. *et al.* Da invisibilidade ao reconhecimento: experiência de roda de conversa e validação da bissexualidade em São Paulo. *BIS: Boletim do Instituto de Saúde*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 77-85, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.52753/bis.2018.v19.34594>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SEFFNER, F. *Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/4340>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SHOKOOHI, M. *et al.* Disparities in alcohol use and heavy episodic drinking among bisexual people: a systematic review, meta-analysis, and meta-regression. *Drug and alcohol dependence*, New York, v. 235, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.drugalcdep.2022.109433>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SILVA, M. V. M. *et al.* *Bissexualidade na escola: concepções de estudantes do ensino médio da Escola Doutor Brunilo Jacó em Redenção-CE*. Florianópolis: UFSC, 2021. (Apresentação em Seminário Internacional).

SIQUEIRA, M. D.; KLIDZIO, D. Bissexualidade e Pansexualidade: identidades monodissidentes no contexto interiorano do Rio Grande do Sul. *Revista Debates Insubmissos*, João Pessoa, v. 3, n. 9, p. 186-218, 2020.

SPIZZIRRI, G. *et al.* Proportion of ALGBT adult Brazilians, sociodemographic characteristics, and self-reported violence. *Scientific reports*, London, v. 12, n. 1, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-022-15103-y>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SWAN, D. J. Defining Bisexuality: challenges and importance of and toward a unifying definition. In: SWAN, D.; HABIBI, S. (ed.). *Bisexuality: theories, research, and recommendations for the invisible sexuality*. Cham: Springer, 2018a. p. 37-60. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-71535-3_12. Acesso em: 22 jun. 2024.

SWAN, D. J. Models and Measures of Sexual Orientation. In: SWAN, D.; HABIBI, S. (ed.). *Bisexuality: theories, research, and recommendations for the invisible sexuality*. Cham: Springer, 2018b. p. 19-36. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-71535-3_2. Acesso em: 22 jun. 2024.

TAVAREZ, J. “I can’t quite be myself”: Bisexual-specific minority stress within LGBTQ campus spaces. *Journal of diversity in higher education*,

Washington D. C., v. 15, n. 2, p. 167-177, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/dhe0000280>. Acesso em: 22 jun. 2024.

TAYLOR, J. Bisexual mental health: A call to action. *Issues in mental health nursing*, Cham, v. 39, n. 1, p. 83-92, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01612840.2017.1391904>. Acesso em: 22 jun. 2024.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A. Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 651-667, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000300011>. Acesso em: 22 jun. 2024.

THE BAY AREA BISEXUAL NETWORK. *Fully transcribing The Bisexual Manifesto from: anything that moves: beyond the myths of bisexuality. the bisexual manifesto*. [S. l.: s. n.], 1990. Disponível em: <https://bimanifesto.carrd.co/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

VAN ANDERS, S. M. Beyond sexual orientation: Integrating gender/sex and diverse sexualities via sexual configurations theory. *Archives of Sexual Behavior*, Berlin, v. 44, n. 5, p. 1177-1213, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10508-015-0490-8>. Acesso em: 22 jun. 2024.

WALTERS M. L.; CHEN J.; BREIDING, M. J. *The National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS): 2010 findings on victimization by sexual orientation*. Atlanta: National Center for Injury Prevention and Control, 2013. Disponível em: <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/national-intimate-partner-and-sexual-violence-survey-nisvs-2010>. Acesso em: 22 jun. 2024.

WEISS, J. T. GL vs. BT: The archaeology of biphobia and transphobia within the US gay and lesbian community. *Journal of Bisexuality*, London, v. 3, n. 3/4, p. 25-55, 2003. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J159v03n03_02. Acesso em: 22 jun. 2024.

YOSHINO, K. The Epistemic Contract of Bisexual Erasure. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 52, n. 2, p. 353-461, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1229482>. Acesso em: 22 jun. 2024.

AGEISMO E SEXISMO CONTRA LÉSBICAS: SUBVERSÕES IDENTITÁRIAS E DE SEXUALIDADES NA VELHICE

Juliana Fernandes-Eloi
Aluísio Ferreira de Lima
Anne Joyce Lima Dantas

Ageismo em perspectiva

O prolongamento da vida é uma conquista, na verdade um fenômeno social que engloba toda uma evolução de diversos processos, desde a expansão de consciência acerca dos cuidados com a saúde, alimentação, corpo, higiene, até os avanços tecnológicos que cuidam da manutenção do cotidiano. A prática da sociabilidade e os investimentos em saúde mental são aspectos centrais que contribuem para que atualmente tenhamos mais pessoas velhas ativas, saudáveis e com maior engajamento social (Araújo; Cruz; Rocha, 2013; Fonseca *et al.*, 2022; Neri *et al.*, 2013; Salgado *et al.*, 2017; Santos; Araújo; Cardoso, 2016).

No Brasil, a pessoa entra na velhice com faixa igual ou superior a 60 anos de idade (Lei nº 10.741, 2003), e essa população já representa mais de 30 milhões de brasileiros (Hoffmann, 2019). É importante considerar que os processos de envelhecimento são fortemente influenciados pela condição social que o indivíduo está inserido. No entanto, diversos estudos apontam para uma compreensão negativa e amedrontada da velhice (Araújo; Sá; Amaral, 2011; Valença *et al.*, 2017). A jornalista e escritora espanhola Maruja Torres em algumas de suas entrevistas afirma:

Você tem que ser mais corajoso para ser velho do que para ir para a guerra, porque quem vai para a guerra acredita que vai sobreviver e o velho já sabe, já vai sabendo, que sua decrepitude avança. Esta é a verdadeira guerra [...] remover dos velhos o medo da velhice.

Essa fala traz à tona um aspecto central que envolve a velhice: o medo. Esse medo está inscrito no processo de finitude que perpassa a vida de qualquer pessoa, e é na velhice que a ideia da morte parece bater à porta com mais força. Historicamente, a velhice é marcada por diversas limitações – mentais, físicas, sexuais – e apresentada, muitas vezes, como sinônimo de finitude (Aboim, 2014; Debert, 2012; Neri *et al.*, 1993). É na finitude que encontramos a distância das possibilidades, da novidade de viver a vida olhando para o futuro e foi, por muitas décadas, a ideia de finitude a marca que selava significados ao envelhecimento.

A associação negativa do envelhecimento, seja relacionado ao medo ou a morte, é a demarcação do ageismo e da discriminação materializada em atitudes comportamentais que perpetuam a destituição do indivíduo relacionados à idade. Nesse contexto, faz-se necessário problematizar a distinção entre a discriminação e o ageismo. Ao passo em que a discriminação se configura como a ação que exclui, afasta ou até mesmo violenta pessoas, o ageismo, por sua vez, é um fenômeno perverso, que reproduz a ideia, o símbolo e a crença de que a velhice é abjeta.

É a partir dessa construção negativista, histórica e social que vincula a velhice à finitude/morte que apontamos para a contradição da promoção de um “envelhecimento saudável” na contemporaneidade e, ao mesmo tempo, a reprodução de estereótipos, discriminação e invisibilidades diante dessas identidades. À medida que a velhice passou a fazer parte de um novo nicho de mercado e consumo, a partir da melhoria de condições econômicas e de saúde – com o aumento de expectativa de vida –, a imagem do velho e da velha foi sutilmente se distanciando da visão estereotipada da decadência física, mental e sexual (Debert, 2012).

As mídias e as redes sociais passaram rapidamente a apresentar a imagem da velhice com maior autonomia e liberdade sobre suas expressões identitárias, o que segue na contramão de produções científicas que

lentamente vão mudando seus discursos sobre o envelhecer (Camarano, 2004). A velhice aos poucos vai sendo apresentada para além da finitude, da morte e do medo. Há na fala de Maruja Torres outro ponto central que envolve a velhice: a coragem. A coragem de envelhecer passa a ser atravessada pela dinâmica das identidades em movimento (Hall, 2005), pelas metamorfoses das identidades (Ciampa, 1991) e pelas subversões identitárias (Butler, 2015). Outros corpos e modos de existir entrelaçam a velhice e é nesse contexto que a pluralidade que envolve a discussão do envelhecimento propõe falarmos sobre “velhices”, pois a experiência do envelhecer tem um recorte de classe, raça, gênero e sexualidade que impacta diretamente na experiência do processo de envelhecimento.

Reconhecer o contexto do envelhecimento é extremamente necessário para se compreender qual velhice está sendo considerada. Nesse caso, além de visibilizarmos o envelhecimento da população mundial e brasileira, é importante tornar visível o envelhecimento da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e muito mais (LGBTQIAPN+), população que mais sofre com estigma e preconceito atrelados também ao processo de envelhecimento (Henning, 2017; Pedutto; Lopes, 2017; Santos; Araújo, 2018; Santos; Araújo; Negreiros, 2018).

Pesquisar e discutir sobre a velhice a partir dos contextos que a envolve é propor um olhar justo à diversidade que rodeia o envelhecimento, pois são as transformações sociais e a manutenção nas discussões sobre a pluralidade das identidades na velhice que permitem a visibilidade da população LGBTQIAPN+, propondo uma estrutura interseccional na discussão acerca da velhice. Isso impacta diretamente na maneira como gerações futuras construirão perspectivas sobre a velhice e de que forma as políticas sociais e de direito na atenção às pessoas com mais de 60 anos serão estruturadas, pois, ainda vivenciamos uma realidade que envolve a velhice em padrões de identidade que estigmatizam e constroem diferenças na experiência do processo de envelhecimento a partir da raça, da classe, do gênero, entre outros marcadores de opressão.

Portanto, para se pensar em gênero e sexualidade como um dos recortes da experiência do envelhecimento é preciso destacar os diferentes padrões identitários, de beleza e comportamento impostos, principalmente a imposição feita às mulheres a partir de um poder “institucional” dos homens que impunha um “mito da beleza” (Wolf, 1992). Esse mito envolve a mulher a uma imagem padronizada de corpo, de comportamento e de significados de feminilidade que dão sentido a objetificação do desejo, ou seja, do que é um corpo aceitável, belo e desejável socialmente (Aboim; Vasconcelos, 2012). Naomi Wolf (1992 p. 17) pontua que “as mulheres mais velhas temem as jovens, as jovens temem as velhas, e o mito da beleza mutila o curso da vida de todas. E o que é mais instigante, a nossa identidade deve ter como base a nossa ‘beleza’, de tal forma que permaneçamos vulneráveis à aprovação externa”.

Essa discussão apresenta a relação direta da beleza como base da identidade de mulher, seja ela jovem ou velha. O padrão de beleza impõe ao corpo uma aparência física jovem que promove a manutenção aos modelos sociais do corpo. Se, ao pensar em identidade de mulheres, voltarmos os nossos olhos para a beleza, esta que está estreitamente ligada à juventude, logo, a mulher velha foge do padrão de beleza e consequentemente da identidade de mulher e de feminilidade. Assim, entende-se que o processo de envelhecimento de mulheres está envolvido numa urgência de procedimentos estéticos/cirúrgicos e na promoção do corpo jovem como padrão de beleza e autonomia. Desse modo, questiona-se: pode a mulher envelhecer?

É importante destacar que as relações de poder que envolvem o gênero localizam o processo de envelhecimento de forma diferente no que diz respeito à experiência de homens e mulheres, demarcando modos de vida e posicionando como cada pessoa deve viver determinadas fases da vida. Os cabelos brancos são um dos exemplos de que o gênero influencia na experiência da velhice. Enquanto os homens que assumem seus cabelos brancos são vistos como atraentes, maduros e seguros, as mulheres são vistas como desinteressantes, desleixadas e decadentes. Pensar nessa realidade que perpassa a experiência da velhice, considerando as diferenças e poderes atribuídos ao gênero (Butler, 2015), é estar perante a manutenção e vigilância diante dos corpos das mulheres. Os significados

socioculturais do que é um corpo aceitável ou não passam a influenciar diretamente na relação de homens e mulheres com seus corpos e consequentemente com o seu processo de envelhecimento.

O surgimento de termos como “terceira-idade”, “melhor idade”, “idade maior”, “meia idade” e “coroas” apresenta o movimento sutil de mascaramento da velhice. Existe uma discriminação estrutural diante do processo de envelhecimento, em que o avanço da idade é visto negativamente, resultando na negação da velhice, e consequentemente em crises de idade. Não é preciso ter mais de 60 anos para se ver diante das negações que envolvem o corpo que envelhece, as crises de idade – crise dos 30, crise dos 40, crise de “meia idade” – mostram o quanto a idade que avança é atribuída ao medo da velhice, ao corpo que envelhece e ao cumprimento de padrões normativos de comportamento para cada idade/fase da vida.

Os estudos sobre desenvolvimento humano, seja na medicina, psicologia e gerontologia, reforçam a padronização na discussão acerca da velhice, em que o processo de envelhecimento é apresentado por categorias e experiências que não consideram a diversidade presente nessa temática. A discussão científica sobre a velhice ao se apresentar cristalizada reproduz estereótipos que localizam lugares e invisibilizam identidades. Discutir os lugares que as mulheres ocupam no processo de envelhecimento nos posiciona a um emaranhado de problematizações que atravessam a própria identidade da mulher. Falar sobre a velhice de mulheres é estar diante de estereótipos que acompanham a identidade da mulher desde seus primeiros anos de vida e consequentemente atravessam seu processo de envelhecimento com expressões do ageísmo.

São estereótipos que impõem papéis sociais, restringindo a mulher ao ambiente doméstico/familiar, em que sua identidade se apresenta a partir da maternidade, cuidado, fragilidade. Por isso, ao pensarmos em mulher e velhice, logo nos ocorre a imagem da avó. E como deveria ser essa avó? Ela se apresenta num ambiente doméstica, numa postura leve, anjificada, assexual e inocente – principalmente quando tratada como criança/bebê à medida que sua idade avança. Ao mesmo tempo que a identidade de mulher é apresentada pela maternidade e fragilidade, esta é também representada pelo desejo, corpo, feminilidade, sexualidade.

Do mesmo modo que atribuímos a imagem de vó ao somar mulher e velhice, ao pensarmos em mulher, muitas imagens nos vêm. Porém, das muitas imagens que se destacam, o corpo é o que movimenta a discussão da identidade de mulher. Esse corpo é questionado na infância, na juventude, na maternidade, nas sexualidades, nas expressões do feminino *versus* masculino, nos desejos, na velhice. Socialmente, o corpo da mulher é um símbolo de desejo que impõe padrões nos modos de vida e consumo. Ao somarmos mulher e corpo, a imagem que nos salta é de um corpo que expressa feminilidade e juventude. Assim, falar sobre o corpo da mulher no processo de envelhecimento é trazer à tona a problematização que passa a invisibilidade e rejeição do corpo que envelhece.

Mary Del Priory (2000, p. 11) traz que “diferente de nossas avós, não nos preocupamos mais em salvar nossas almas, mas salvar nossos corpos da desgraça da rejeição social”. O corpo aceitável e belo é um corpo jovem e padronizado ao que é feminino. Daí, o crescimento das cirurgias plásticas e estéticas que trazem a “solução” em retardar o envelhecimento e aproximar a aparência física ao que é considerado e imposto culturalmente/socialmente como critérios de beleza, juventude e saúde. Um corpo saudável é também um corpo jovem que expresse feminilidade e beleza.

Ainda que haja normatividades/padrões pressupostos ao que significa um corpo aceitável/belo, o corpo se apresenta também como potência de subversões identitárias, seja em suas expressões físicas, sexuais, estéticas ou de gênero (Butler, 2015). E é a partir desse potencial subversivo que corpos de mulheres, ao fugirem do que é imposto às suas identidades, deslocam e quebram significados atribuídos ao que é ser uma mulher. Mulheres lésbicas se apresentam nesse contexto como identidades subversivas, indo contra o tabu das sexualidades e rompendo com a lógica heteronormativa na qual impõe como mulheres devem experienciar suas sexualidades, seja na velhice ou não (Glick; Fiske, 1996; Sales-Oliveira; Villas-Boas; Las-Heras, 2016).

Há urgência em discutirmos identidades que subvertem imagens normativas, principalmente quando falamos sobre velhice, trazendo um olhar interseccional que envolva a discussão do envelhecimento de forma plural, considerando a crítica de opressões e privilégios diante das identidades

(Nogueira, 2017). Pensar no processo de envelhecimento de mulheres lésbicas é estar frente a uma problemática discussão sobre velhice, pois a sexualidade na velhice já se mostra como tabu e a sexualidade de mulheres é um tabu que independe da discussão sobre velhice. Ambos os fenômenos, porém, ao se agruparem na experiência de mulheres lésbicas, se acentuam, tornando-as mais vulneráveis a um contexto de sofrimento psíquico e violências.

Sexismo e homofobia contra lésbicas

Não por acaso, o sexo entre mulheres é visto socialmente como um *não sexo* – como uma masturbação –, pela falta da penetração com pênis – cultura falocêntrica –, e a relação romântico-afetiva entre mulheres é envolvida em uma visão sociocultural de *amizade*. Caso frequente em que muitas namoradas, mulheres de mulheres em relações lésbicas são apagadas e nomeadas socialmente como “a amiga da...”.

Assim são vistas as lésbicas, em imagens invertidas: dotadas de furor sexual, ou de uma frágil sexualidade, de uma pulsão sexual quase inexistente ou de um insidioso poder de sedução. Porque finalmente, não passam de mulheres. Por um lado, são vistas como um perigo à inocência das jovens, por outro são seres assexuados brincando de tomar um lugar que não lhe é próprio (Navarro-Swain, 2004, p. 81).

Mulheres lésbicas ao se relacionar, sexualmente ou romanticamente, com mulheres têm sua identidade de mulher “cassada”, visto que ao mesmo tempo que subvertem essa identidade, também passam a ser vistas como “não mulheres”, pois se distanciam da experiência que envolve a figura do homem como centralidade de busca, desejo e proteção. Passam a ser “seres abjetos” que subvertem as noções heteronormativas diante da sexualidade e dos desejos. Pensar nas figuras de mulheres lésbicas durante a velhice, vivendo a liberdade erótico-sexual, performando feminilidades e masculinidades, é trazer à tona a subversão identitária

como realidade e potencialidade subversiva, na qual constrói e possibilita a diversidade necessária e urgente na discussão que perpassa as velhices.

Mulheres que transacionam o patriarcado e experimentam sexualidades lésbicas ainda passam pela experiência de serem associadas a pessoas patológicas, adoecidas pela fraqueza e ausência da sexualidade (Fernandes-Eloi *et al.*, 2019). Muitos casais de mulheres quando estão juntas socialmente enfrentam frequentemente estigmas e preconceitos quando questionadas se são irmãs, primas, ou mesmo mãe e filha, quando há discrepância da idade entre as mulheres do casal, devido à reprodução estereotipada da ausência de sexualidade entre mulheres e significativamente entre mulheres mais velhas.

As hierarquias de gênero são perpassadas por fatores sócio-históricos, um fenômeno complexo que carece de melhor compreensão (Fredriksen-Goldsen *et al.*, 2017). É importante visibilizar que os estereótipos e as discriminações não são as causas diretas das hierarquias de gênero, existe um sistema que antecede a produção da ideia assimétrica entre identidades generificadas. A raiz maléfica e perturbadora é o sexismo que se sustenta no patriarcado e reproduz a discriminação sistemática. São os estereótipos, por sua vez, que aparelham e institucionalizam os preconceitos, reproduzindo as hierarquias de gênero e, portanto, os direitos e não direitos à vida, ser e não ser mulher.

O sexismo é assim, um conjunto de estereótipos que metrificam e avaliam os afetos, comportamentos, corpos e expressões da sexualidade apropriados aos indivíduos de acordo com o sexo biológico e o suposto gênero (Glick; Fiske, 1996; Sales-Oliveira; Villas-Boas; Las-Heras, 2016). Existem, portanto, o sexismo hostil e o sexismo benevolente. Sexismo hostil se configura como uma aversão global, uma intolerância contra a diversidade de papéis sexuais, uma antipatia acerca de quaisquer possibilidades de romper com a binaridade entre homem-forte-superior e mulher-fraca-inferior. Já o sexismo benevolente se camufla na paternalização de papéis, se apropriando da superproteção para justificar a postura preconceituosa como, por exemplo, dizer que a mulher não precisa trabalhar porque o homem é naturalmente o provedor (Glick; Fiske, 1999; 2001).

É perceptível e permanente o necessário confronto exaustivo contra o sexismo, pois o sexo biológico para mulheres e homens não se configura como fator predominante na definição dos modos de expressão da sexualidade. As interações entre as expressões da sexualidade são em relação entre corpos, prazer, estigma e saúde mental e não cabem no relativizado modelo prescrito pela hierarquia binarizada de gênero que aprova o modelo do comportamento sexual com pênis-vagina e joga à condenação outras expressões de gênero e sexualidades (Fernandes-Eloi *et al.*, 2017).

Toda a população LGBTQIAPN+, ou mais especificamente como foco deste estudo, as mulheres lésbicas, está em constante confronto contra as regras do jogo sexual implantado pelo patriarcalismo que mantém a estrutura sexista de inferioridade e superioridade, saúde-doença, pecado-salvação (Aboim; Vasconcelos, 2012; Fredriksen-Goldsen *et al.*, 2015; Watanabe; Rodrigues, 2018). Esse contexto apresenta uma consistência na transição histórica que incansavelmente, mas com muito sofrimento, resiste para existir. É sobre considerar que ser mulher lésbica é problematizar uma inédita experiência que se antecipa diante dos conflitos psíquicos e sociais, e que todo o processo de expressão sexual está também atrelado ao processo de envelhecer.

A expressão sexual e o envelhecimento de mulheres lésbicas, e mais amplamente de toda a população LGBTQIAPN+, sofre cotidianamente com riscos de sobrevivência (Orel, 2014). Sofre com atos de violência, com banimento social, com a exploração sexual e o apagamento corriqueiro do direito à vida, a ponto de termos no Brasil a expectativa de mulheres transsexuais reduzidas a absurdos 35 anos de vida, não chegando a entrarem na velhice (ANTRA, 2022). Dito tudo isso, é preciso reconhecer o contexto que aniquila pessoas não heterossexuais e como o sexismo reproduz e naturaliza a violência.

Estudo realizado por Albuquerque e demais autores (2016) buscou identificar o perfil de violência psicológica perpetrada contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) no interior cearense. Participaram do estudo 316 indivíduos LGBTT nos municípios de Juazeiro do Norte e Crato, Ceará. Os dados apontaram para a prevalência de violência psicológica, sendo insultos o tipo mais frequente por parte dos

agressores, cujos resultados sugeriram a criação de um planejamento de estratégias para redução desse agravo. Contudo, mesmo atualmente, ainda é possível nos depararmos com pautas nas agendas políticas que querem apagar o direito à conjugalidade na tentativa de anulação dos casamentos de pessoas LGBTQIAPN+.

Infelizmente, o contexto é diverso e complexo. É preciso, antes de tudo, considerar que diversas populações compõem os grupos que sofrem com o sexismo, o ageismo ou o próprio racismo, e cada fronteira vivida por populações específicas carecem ser articuladas e consideradas em seus processos interseccionais, como, por exemplo, o ageismo, e principalmente a invisibilização do racismo ainda presente na perpetuação das hierarquias de existência. Toda e qualquer pessoa da comunidade LGBTQIAPN+ se for negra, mais justificativas aniquiladoras sexistas e racistas viverá, ou seja, na intersecção das estereotípias, dos preconceitos e das discriminações, a violência contra pessoas não heterossexuais negras se reproduzem em maior frequência e intensidade.

Em relação às mulheres lésbicas, estudo realizado por Melo (2016) buscou refletir sobre as formas de violência praticadas contra mulheres lésbicas, analisando esses processos em suas percepções e como influenciam na construção de seus discursos e práticas. Para isso, realizou entrevistas com dez mulheres que se identificavam como lésbicas. Os resultados apontaram processos violentos em suas narrativas, bem como tais processos atuam diretamente em suas construções enquanto sujeitos ou não sujeitos, nas relações com outros indivíduos e instituições sociais. O estudo apresenta ainda a categoria de violência diretamente conectada com questões de gênero e sexualidade.

Todo o desenvolvimento intrapsíquico e social de mulheres lésbicas brasileiras aponta para momentos e experiências que anunciam possibilidades de tensões, violações de corpos e questões acerca dos direitos de existência. Desde a inexistência de políticas públicas à ausência de informações nos cuidados com saúde e educação se evidenciam negligências para proteção a manutenção da vida e direitos humanos, ou seja, estar numa realidade em que vigiar corpos lésbicos que envelhecem e puni-los são atos naturalizados socialmente, e facilmente se institui a crença do

pavor entre as expressões da sexualidade de mulheres lésbicas no Brasil, tem-se que além de desenvolverem homofobia internalizada, intensifica-se o sofrimento psíquico diante da perseguição por sua sexualidade.

Estudo que corrobora a naturalização do pavor entre as próprias expressões da sexualidade de lésbicas foi realizado por Fonseca e demais autores (2022) com 105 mulheres lésbicas em contexto nacional e que buscou analisar as representações sociais da velhice LGBT sob a ótica de mulheres lésbicas brasileiras. Para a coleta de dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada, aplicado Técnica de Associação Livre de Palavras (Talp) e questionários sociodemográficos para caracterização da amostra. Os dados apresentaram três tipos de percepções, que são: a visão de uma sociedade preconceituosa com a comunidade LGBT, em que questões como medo e incerteza são presentes, a naturalização negativa da velhice LGBT e, por fim, a falta de conhecimento ou contato com algum idoso LGBT.

O pavor que o sexismo provoca e reproduz se instala na prática da homofobia, que se apresenta como um fenômeno vivido na relação com o contexto e consigo mesmo. O termo “homofobia” foi reconhecidamente utilizado por Kenneth Smith pela primeira vez em 1971, embora seja constantemente atribuída ao psicólogo George Weinberg que discutia, em 1972, a homofobia como expressão de medo contra a diversidade sexual (Blumenfeld, 2004; Oliveira, 2010).

Lembremos que foi somente em 1973 que a Associação Americana de Psiquiatria declarou que a homossexualidade não era uma doença mental (Ceará; Dalgalarrodo, 2010). Entretanto, a reprodução da homofobia está ainda presente na atualidade e reconhecidamente sabe-se que a homofobia sempre foi um conceito delicado e denso e com intensas discussões epistemológicas. Desde o início de sua propagação, seu sentido semântico já se fragilizava por estar mais associada a simplesmente medo, enquanto atravessa fragmentos e particularidades que escapam ao poder de sua definição.

As atitudes em torno da sexualidade e da orientação sexual são aprendidas e culturalmente construídas (Herek, 1984). Portanto, a homofobia pode ser reduzida a ideia de “preconceito pessoal e institucional contra lésbicas e homossexuais” (Herek, 1988, p. 453). Para Ross e Rosser (1996),

inclusive, a homofobia sempre se relaciona com concepções negativas em relação à homossexualidade, em vez de pavor ou medo de pessoas homossexuais. Assim, é importante considerar que, quanto menos contato pessoal com pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, menos informação, menos educação e mais doutrinação religiosa, a homofobia é maior, mais intensa e violenta (Cerqueira-Santos; Nunes; Silveira, 2017; Herek, 1984; Fernandes-Eloi *et al.*, 2017). As mulheres lésbicas que envelhecem e que vivem diretamente sob essa perspectiva podem vivenciar o processo de sexismo-ageismo-homofobia de modo mais intenso e violento. Não obstante, a homofobia é o conceito mais utilizado e conhecido popularmente, algumas vezes até de forma superficial.

Narrativas como método de investigação: subversão identitária

Mas como investigar o processo de envelhecimento de mulheres lésbicas que podem vivenciar o processo de sexismo-ageismo-homofobia de modo mais intenso e violento de forma crítica e mais profunda, localizando as diferentes ocasiões em que a homofobia se apresenta? Mais do que apresentar uma resposta definitiva para essa questão, talvez valesse fazer um convite à leitura da proposta teórico-metodológica inaugurada por Ciampa (1991), que focava nas histórias de vida, e nos desdobramentos realizados por Lima (2010) e Lima e Ciampa (2012), mais especificamente acerca do potencial da pesquisa com narrativas.

A pesquisa com a metodologia da narrativa de histórias de vida, através da teoria da identidade enquanto metamorfose, nos possibilita analisar, junto às narrativas autobiográficas, articulações que envolvem os contextos históricos e sociais, bem como a construção identitária a partir das experiências individuais narradas pelas participantes da pesquisa (Lima, 2014). É importante considerar que quem pesquisa através desse método de pesquisa em psicologia social se apresenta como testemunha das narrativas, analisando-as junto a uma postura ético-política, diante das desigualdades, vulnerabilidades e contradições sociais; para que seja possível

desenvolver problematizações críticas que localizem as expressões do corpo, da sexualidade e da idade das mulheres pesquisadas como eixos de vulnerabilidade e/ou potencial identitário de subversão.

É importante destacar que, enquanto ouvimos as narrativas, entramos em contato com uma diversidade de personagens que fizeram – e fazem – parte das metamorfoses identitárias das participantes da pesquisa, assim como com perspectivas subjetivas em relação ao processo de envelhecimento e a experiência da velhice destas mulheres. Com isso, não buscamos através das narrativas encontrar significados e generalizações sobre o envelhecimento lésbico e sua relação com o sexismo-ageísmo-homofobia. A escuta deve ser voltada para a busca da exploração e apresentação das singularidades de cada participante. Não há nenhuma pretensão em *universalizar* a identidade da mulher idosa lésbica através de suas narrativas, e nem identificar algo *comum* à todas. Segundo Lima e Ciampa (2017) o que interessa está na compreensão dos elementos singulares que desenharam o universal. Esses mesmos autores pontuam:

A preocupação com a generalização dos dados, deve ceder lugar para a preocupação com o aprofundamento dos dados. Desse modo, se é possível falar de um ponto de saturação de sentido nas narrativas de história de vida, este deve ser considerado pelo aprofundamento da análise que se pode obter a partir da narração a qual se tomou contato. A preocupação com a quantidade adequada para se conseguir uma generalização dos dados deve ceder lugar para a consideração da qualidade da análise das narrativas, que dependerá da capacidade do pesquisador em trabalhar com as histórias que conseguir (Lima; Ciampa, 2017, p. 6).

É através da narrativa que quem pesquisa entra em contato com a fluidez de fragmentos e instantes rememorados da vida de quem narra, em que se apresentam metamorfoses da identidade na trajetória de vida das participantes. Com a narrativa, é possível localizar a temporalidade que a história de vida traz, apresentando tanto a permanência de si como as mudanças/metamorfoses. A narrativa de história de vida não apresenta uma linearidade e sim “uma constelação, em que os acontecimentos mais

significativos tomam cena e podem confirmar as trajetórias ou contribuir para defini-las” (LIMA; CIAMPA, 2017, p. 2). Ao pesquisar através de narrativas, deve-se entender que o interesse pelo que é narrado – pela narração – ultrapassa o tema do que nos propomos pesquisar, pois a narração nos apresenta a complexidade das identidades, das metamorfoses, dos reconhecimentos, a partir de um contexto histórico e social que desenha e manipula modos de existir.

Lima e Ciampa (2017) assinalam que, por meio das narrativas, é possível perceber como têm funcionado os diferentes dispositivos de captura das metamorfoses de determinadas formas de existência e “fabricado” personagens correspondentes a uma estética específica na lógica capitalista, todos alinhados ao contexto histórico de dominação colonial, patriarcal, racista, cisheteronormativo e antiecológico, permitindo escapar da sedução e ingenuidade de analisar os processos identitários como se eles fossem exteriores às determinações materiais da vida em sociedade. Aqui nos parece que, seguindo aquilo que se apresenta nos diferentes relatos, registros, imagens, é possível perceber a complexidade da intolerância contra diversidade sexual e de gênero que afeta desde a base do fundamentalismo religioso às práticas de satisfação sexual vivida por pessoas da comunidade LGBTQIAPN+.

Identidade não é um monte de cubículozinhos abarrotados respectivamente com intelecto, raça, sexo, classe, vocação, gênero. Identidade flui entre e sobre os aspectos de uma pessoa. Identidade é um rio - um processo. Contida dentro do rio está sua identidade, e ela precisa fluir, mudar para continuar um rio - se parasse seria um corpo de água contido, como um lago ou um tanque. As mudanças no rio são externas [mudanças no ambiente - leito do rio, clima, vida animal] e internas [águas adentro] (Anzaldúa, 2021, p. 133).

Além disso, esse tipo de metodologia também permite vislumbrar identidades pós-convencionais que podem estar antecipando formas de vida com valores e normas ainda não estabelecidos. Sobretudo, porque o singular materializa o universal e pode assinalar arranjos nas metamorfoses das diferentes formas de existência de mulheres lésbicas brasileiras frente

às imposições e violências sofridas, rumo à emancipação. Importante dizer que ao nos referirmos à emancipação recorremos a uma ideia de vontade de decisão sobre o próprio bem de uma maneira cada vez mais autônoma, ou seja, “um tipo especial de auto experiência porque nela os processos de auto entendimento se entrecruzam com um ganho de autonomia” (Habermas, 1993, p. 99).

Obviamente, isso não significa que um método que se apoie na pesquisa com narrativas e atenta para o desenvolvimento de identidades pós-convencionais frente à homofobia, por exemplo, por si só seja garantia de uma emancipação completa, ou definitiva de mulheres lésbicas, isso seria convencionar/predeterminar o que entendemos por emancipação, ignorando toda a lógica de dominação assinalada no texto que a todo instante oferece saídas heterônomas e ilusórias para todos nós. Pensamos que é somente pela luta de todos pela possibilidade de viver uma vida-que-merece-ser-vivida, contra toda forma de aniquilação da (re)existência de mulheres lésbicas, é que viveremos em uma sociedade melhor.

Considerações finais

Atitudes negativas que podem ser internalizadas, implícitas, explícitas e que justificam o aniquilamento social por questões sexuais e de gêneros são compreendidas como atitudes homofóbicas (Melo, 2016). E mesmo ao considerar que a homofobia está enraizada no cotidiano e que são frequentes as atitudes homofóbicas que fundamentam práticas discriminatórias e preconceituosas no Brasil, é necessária maior compreensão frente aos desafios que justificam atitudes que cerceiam e violentam mulheres lésbicas.

O desenvolvimento intrapsíquico e social de mulheres lésbicas brasileiras aponta para momentos e experiências que anunciam possibilidades de tensões, violações de corpos e direitos de existência, ou seja, estar numa realidade em que vigiar corpos lésbicos que envelhecem e puni-los são atos naturalizados socialmente, se institui a crença do pavor entre as expressões da sexualidade de mulheres lésbicas no Brasil. Nesse sentido, o presente estudo discutiu sobre o ageismo e sexismo contra lésbicas e as

subversões identitárias da sexualidade na velhice. Apresentou ainda uma discussão crítica acerca dos processos do sexismo e homofobia contra lésbicas e apresenta as vicissitudes da narrativa como método de investigação. Espera-se que este capítulo visibilize as negligências para proteção e manutenção da saúde para mulheres lésbicas e que se evidenciem a carência de políticas públicas para o direito à vida dessa população.

Referências

- ABOIM, S. Narrativas do envelhecimento: ser velho na sociedade contemporânea. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 207-232, 2014.
- ABOIM, S.; VASCONCELOS, P. Study on the Role of Men in Gender Equality in Portugal. *Estudos e Relatórios*, Lisboa, p. 1-32, 2012.
- ALBUQUERQUE, G. A. *et al.* Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 109, p. 100-111, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201610908>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- ANZALDÚA, G. *A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios*. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2021.
- ARAÚJO, L. F.; CRUZ, E. A.; ROCHA, R. A. Representações sociais da violência na velhice: estudo comparativo entre profissionais de saúde e agentes comunitários de saúde. *Revista Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 203-212, 2013. Disponível em: <https://doi.org/gmfjht>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- ARAÚJO, L. F.; SÁ, E. C. N.; AMARAL, E. B. A. Corpo e velhice: um estudo das representações sociais entre homens idosos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 31, n. 3, p. 448-468, 2011.
- BENEVIDES, B. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras no ano de 2022*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.
- BLUMENFELD, W. J. *Conceitos de homofobia e heterossexismo*. [S. l.: s. n.], 2004.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 2 out. 2003.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMARANO, A. A. *Jovens e idosos nordestinos: exemplos de trocas intergeracionais?*. Brasília, DF: Ipea, 2004.

CEARÁ, A. D. T.; DALGALARRONDO, P. Transtornos mentais, qualidade de vida e identidade em homossexuais na maturidade e velhice; mental disorders, quality of life and identity in middle-age and older homosexual adults. *Revista de Psiquiatria Clínica*, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 118-123, 2010.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; NUNES, L. M.; SILVEIRA, A. P. Homofobia internalizada e religiosidade entre casais homoafetivos. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 25, n. 2, p. 691-702, 2017.

CIAMPA, A. D. C. *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: EdUSP: Fapesp, 2012.

DEL-PRIORE, M. *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: Editora SENAC/SP, 2000.

DEL-PRIORE, M. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 e 2000*. São Paulo: Planeta estratégia, 2020.

FERNANDES-ELOI, J. *et al.* Intersecções entre envelhecimento e sexualidade de mulheres idosas. *Health & Social Change*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 61-71, 2017.

FONSECA, L. K. D. S. *et al.* Representações sociais a respeito da velhice LGBT sob a ótica de mulheres lésbicas brasileiras. *Salud & Sociedad*, Antofagasta, v. 12, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22199/issn.0718-7475-3508>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FREDRIKSEN-GOLDSSEN, R. *et al.* The health and well-being of LGBT older adults: Disparities, risk, and resilience across the life course. In: OREL, N. A.; FRUHAUF, C. A. (org.). *The Lives of LGBT Older Adults: understanding*

challenges and resilience. Washington, D. C.: American Psychological Association, 2015. p. 25-53.

FREDRIKSEN-GOLDSSEN, R. I. *et al.* The health and well-being of LGBT older adults: disparities, risk, and resilience across the life course. In: OREL, N. A.; FRUHAUF, C. A. (org.). *The Lives of LGBT Older Adults: understanding challenges and resilience*. Washington, D. C.: American Psychological Association, 2015. p. 25-53.

GLICK, P.; FISKE, S. Ambivalent sexism. In: ZANNA, M. P. *Advances experimental social psychology*. San Diego: Academic Press, 2001. p. 115-188.

GLICK, P.; FISKE, S. The ambivalence toward men inventory: differentiating hostile and benevolent beliefs about men. *Psychology of Women Quarterly*, New York, v. 23, n. 3, p. 519-536, 1999.

GLICK, P.; FISKE, S. The ambivalent sexism inventory: differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, [s. l.], v. 70, n. 3, p. 491-512, 1996.

HABERMAS, J. *Passado como Futuro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HENNING, C. E. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 283-323, 2017. Disponível em: <https://doi.org/hvv7>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HEREK, G. M. Beyond “Homophobia”: A social psychological perspective on attitudes towards lesbians and gay men. *Journal of Homosexuality*, New York, v. 10, n. 1-2, p. 1-21, 1984.

HEREK, G. M. Heterosexuals’ attitudes toward lesbian and gay men: Correlates and gender differences. *The Journal of Sex Research*, New York, v. 25, n. 4, p. 451-477, 1988.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda no Brasil em 2017: uma apresentação didática das principais características da distribuição da renda no Brasil de acordo com dados da PNAD Contínua de 2017. *Economia & Região*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 5-27, 2019.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

LIMA, A. F. D. *Metodologias de pesquisa em psicologia social crítica*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LIMA, A. F. D.; CIAMPA, A. D. C. “Sem pedras o arco não existe”: o lugar da narrativa no estudo crítico da identidade. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 29, p. 1-10, 2017.

LIMA, A. F. de; CIAMPA, A. D. C. Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In: LIMA, A. F. de. (org.). *Psicologia social crítica: paralaxes do contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 11-29.

MELO, M. S. P. *Formas de violência contra mulheres lésbicas: um estudo sobre percepções, discursos e práticas*. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

NAVARRO-SWAIN, T. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

NERI, A. L. *et al.* Metodologia e perfil sociodemográfico, cognitivo e de fragilidade de idosos comunitário de sete cidades brasileiras: estudo FIBRA. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 778-792, 2013.

NOGUEIRA, C. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

OLIVEIRA J. M. Orientação Sexual e Identidade de gênero na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In: NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA J. M. (ed.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2010. p. 19-44.

OREL, N. A. Investigating the Needs and Concerns of Gay, Bisexual, and Transgender olds adults: the use of qualitative and quantitative methodology. *Journal of Homosexuality*, New York, v. 61, n. 1, p. 53-78, 2014. Disponível em: <https://doi.org/ggj2r4>. Acesso em: 15 jan. 2024.

PEDUTTO, G. Q.; COSTA LOPES, R. G. da. Velhice e homossexualidade: uma contribuição da novela “Babilônia”. *Revista Portal de Divulgação*, São Paulo, v. 46, p. 83-86, 2017.

ROSS, M. W.; ROSSER, B. R. S. Measurements and correlated of internalized homophobia: a factor analytic study. *Journal of Clinical Psychology*, [s. l.], v. 52, p. 15-21, 1996.

SALES-OLIVEIRA, C.; VILLAS-BOAS, S.; LAS-HERAS, S. Estereótipos de gênero e sexismo em docentes do ensino superior. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, Ciudad de México, v. 7, n. 19, p. 22-41, 2016.

SALGADO, A. G. A. T. *et al.* Velhice LGBT: uma análise das representações sociais entre idosos brasileiros. *Ciências Psicológicas*, Montevideo, v. 11, n. 2, p. 155-163, 2017. Disponível em: <https://doi.org/ghkkgc>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SANTOS, J. V. O.; ARAÚJO, L. F. *Análise psicossocial da velhice LGBT: um estudo das representações sociais*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, 2018.

SANTOS, J. V. O.; ARAÚJO, L. F.; CARDOSO, A. C. A. Gerontologia e políticas Educacionais: aspectos históricos e construtos em formação. In: NEGREIROS, F.; SILVA, A. M. P. M. (org.). *Políticas Educacionais e Escolarização em Diferentes Contextos*. Teresina: Ed. UFPI, 2016. p. 330-342.

SANTOS, J. V. O.; ARAÚJO, L. F.; NEGREIROS, F. Atitudes e estereótipos em relação a velhice LGBT. *Interdisciplinar*, Aracaju, v. 29, p. 57-69, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3C1O3nc>. Acesso em: 15 jan. 2024.

VALENÇA, T. D. C. *et al.* Deficiência física na velhice: um estudo estrutural das representações sociais. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 1-8, 2017. Disponível em: <https://doi.org/h8bg>. Acesso em: 15 jan. 2024.

WATANABE, K. V.; RODRIGUES, M. S. Vivências de trabalhadoras lésbicas em organizações de Pelotas/RS. *Revista Perspectivas Contemporâneas*, Campo Mourão, v. 13, n. 2, p. 151-170, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ApfRR0>. Acesso em: 15 jan. 2024.

WOLF, N. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

MISOGINIA E DISCURSO DE ÓDIO NO CIBERESPAÇO: IMPLICAÇÕES, DEMANDAS E POSSIBILIDADES À PSICOLOGIA

Anderson Moraes Pires
Keilane Ferreira de Araujo
Juliana Fernandes-Eloi

Ciberespaço • Contexto em Psicologia

Nestes momentos da atualidade em que o virtual e o real se misturaram, a internet se expandiu expressivamente e os dispositivos tecnológicos revolucionaram os modos de viver (Silva, 2001). O *Relatório Digital in 2021* revela que existem 160 milhões de usuários de internet no Brasil (75%), com 150 milhões de usuários de mídias sociais no país (70,3%), o que mostra que a *internet* se popularizou de maneira considerável. Na esteira da globalização e do avanço tecnológico, é possível perceber a emergência das novas sociabilidades presentes nas redes, reconfigurando a comunicação e a informação e proporcionando a possibilidade de interações em escala global. Entre os benefícios das redes sociais digitais, especificamente, estão: a ampliação de novas sociabilidades, o desenvolvimento dos processos de aprendizagem, o empoderamento e a organização psíquica (Marra e Rosa; Santos; Chagas-Ferreira, 2016).

Observa-se um fluxo contínuo de geração de dados sobre variados temas na internet (Freitas, 2018). Em 2015, a Think Olga, uma Organização Não Governamental (ONG) de inovação social com foco em criar impacto positivo na vida das mulheres do Brasil e do mundo, divulgou a *hashtag* #PrimeiroAssédio como resposta ao assédio sofrido por uma garota de 12

anos, na época, participante de um programa televisivo, que foi alvo de comentários com teor pedófilo e machista nas redes sociais. O impacto da #PrimeiroAssédio impulsionou uma onda de novas campanhas, como #MulheresContraCunha, que tinha o foco de mobilizar mulheres contra o Projeto de Lei nº 5.069, e a #AgoraÉQueSãoElas, que questionava a fraca presença de mulheres nos espaços de opinião da mídia convencional (Costa, 2018).

Contudo, entre esses dados e assuntos, os discursos de ódio, que são insultos, desvalorizações, menosprezo e inferiorização de outras pessoas (Brugger, 2007; Martins, 2019; Silva *et al.*, 2011) têm ganhado mais expressividade. As redes sociais estão sendo utilizadas, de certo modo, como arenas de insultos através dos discursos de ódio, por causa de pertencimento racial, religioso, condição financeira e da própria identificação de gênero. Em outras palavras, a ascensão das redes sociais abriu espaço para a expressão dos discursos de ódio (Freitas, 2018) às pessoas em processos de marginalização social, a exemplo de mulheres (Escobar, 2019). Outrossim, a consolidação e expansão da internet tem gerado impacto nos setores político e econômico, bem como na subjetividade humana (Hasky; Fortes, 2022; Souza, 2022).

Isso ocorre em consequência da hipervalorização ocidental ao masculino. Na contemporaneidade, as mulheres deparam-se com as dificuldades impostas pelo preconceito e discriminação baseada no gênero, pois as sociedades ocidentais costumam valorizar tudo aquilo que se afasta do feminino (Haraway, 2004; Nogueira, 2001; Piscitelli, 2009; Zanello, 2018). Foi naturalizado que os homens podem ter orgulho de quem são em detrimento de outros sujeitos, podendo expressar tal orgulho com comportamentos, muitas vezes, nocivos (Pérez; Fiol, 2000; Aguiar; Pelá, 2020). Um resultado disso é a misoginia: oposição ao feminino que se manifesta como difamação e violência, até mesmo nos espaços virtuais. Entendemos que, consequentemente, a misoginia tem implicações subjetivas em diversos sujeitos, mas em especial naqueles que divergem *do que são os homens*.

Considerando a tradição violenta da misoginia e dos novos modos de sociabilidade na internet, perguntamo-nos: quais são as expressões contemporâneas da misoginia? Como os conteúdos nas redes de sociabilidade

on-line se relacionam com a misoginia? Como as subjetividades de mulheres e, conseqüentemente, de outros sujeitos constituem-se a partir das violências praticadas no mundo virtual? A constituição dessas interrogações se estrutura em torno de se fazer visível as – novas – demandas que atravessam a psicologia. Nesse sentido, quais são as implicações e possibilidades de uma práxis psicológica comprometida com o desmantelamento da violência de gênero no ciberespaço?

Assim, temos a intenção de discutir como a misoginia, caracterizada nos discursos de ódio no ciberespaço, gera impacto na constituição e desenvolvimento das subjetividades de mulheres. Também queremos problematizar, por meio dos estudos feministas e da psicologia, com destaque à psicologia social crítica, o modo indiscriminado que as pessoas encontram para violentar as mulheres. Com isso, sem dúvidas, pretendemos apontar as implicações, demandas e possibilidades à psicologia que se compromete lutar contra os modos de violentar as mulheres.

Para esse diálogo, nas próximas seções, abordaremos as principais concepções de gênero, bem como de misoginia, e evidenciaremos alguns processos de socialização digital, a fim de visualizar horizontes de como isso interfere na constituição da subjetividade humana, destacando o surgimento e a crescente prática do discurso de ódio *on-line* contra mulheres. As seções estarão entrelaçadas em uma perspectiva de nos fazer pensar a respeito das implicações, demandas e possibilidades contemporâneas para a psicologia diante da misoginia no ciberespaço.

Accionando as abordagens feministas e os saberes psicológicos para pensarmos em questões de gênero

As pensadoras feministas se dedicam ao conceito de gênero para demonstrar um duplo procedimento, em uma perspectiva binária: de naturalização mediante às diferenças que se atribuem a homens e mulheres consideradas inatas e as desigualdades percebidas como resultado dessas diferenças (Piscitelli, 2009). Essas distinções inatas, biológicas, costumam ser representadas pela palavra “sexo”, mas autoras feministas, como Joan

Scott (1989), Gayle Rubin (1993), Margareth Rago (1998), Donna Haraway (1995, 2004) e Valeska Zanello (2018), começaram a utilizar a palavra “gênero”, pois consideram o caráter social, histórico e cultural das diferenças entre homens e mulheres. O conceito de gênero foi elaborado no âmbito da segunda onda do feminismo, por pesquisadoras que procuravam uma ferramenta alternativa aos conceitos e categorias considerados problemáticos – como o patriarcado (Piscitelli, 2009; Zanello, 2018).

Colocar o *gênero* em discussão, apesar de muito frequente, não é um movimento simples. Hoje, conseguimos entender as questões de gênero como construções sociais e como espaços simbólicos produzidos pela cultura (Ferreira; Nogueira, 2013), pois o gênero foi construído a fim de facilitar o processo de valorização de um determinado grupo social: homens-cisgênero-brancos-héteros. Desse modo, a categoria gênero, que surge para desligar o desenvolvimento humano de questões estritamente biológicas, pode, também, ser espelho de uma reprodução hierárquica entre as expressões e possibilidades de ser (Rago, 1998; Scott, 1989).

Desejamos destacar, para não cairmos no erro do esquecimento, que outrora a imagem das mulheres foi fixada, com colaboração do saber psicológico, na ideia de uma emocionalidade mais rica e variada, em comparação à emocionalidade dos homens, que condiciona o comportamento cotidiano, resultando em timidez, docilidade, vaidade e sem espírito de aventura (Machado *et al.*, 2022; Zanello, 2018). Essas características que ressaltam as diferenças de gênero são características introvertidas que ajudam a construir o imaginário de mulheres servis. Nesse modo de pensar e viver, poderíamos afirmar que os temperamentos se organizariam em função da oposição entre esfera pública e privada: trabalho e família. As esferas privada e pública conseguiram traçar uma linha que divide os papéis sexuais; uma separação simbólica que compromete até os dias atuais.

No início do século XX, os estudos de Terman e Miles foram baseados “[...] na premissa de que a ausência de diferenças na medida de inteligência devia indicar que estas (diferenças) se situavam a outros níveis, como sentimentos, interesses, atitudes e comportamentos” (Nogueira, 2001, p. 10), construindo, assim, uma imagem da mulher através de uma série de oposições ao homem típico, mulheres supostamente menos inteligentes. Esses

estudos foram aceitos pela comunidade científica e inauguraram as condições para o aparecimento dos temperamentos masculinos e femininos (Scott, 1989; Zanello, 2018), além do início de um vasto programa de pesquisa sobre as diferenças sexuais.

Pensando nos modos de viver do último século, se buscarmos abordar as questões de gênero no Brasil sob a ótica de diferenças entre homens e mulheres – dos papéis sexuais –, é possível problematizar as realidades nas quais as mulheres, que embora componham um grupo com maior escolaridade em relação aos homens, são excluídas e/ou subvalorizadas do mercado de trabalho (Piscitelli, 2009). Além disso, podemos nos inquietar quanto às experiências de mulheres como vítimas de violências, com destaque ao expressivo quantitativo desse fenômeno e as formas de tentar defender os homens e/ou culpabilizar as mulheres. Encontram-se maneiras de colocar a responsabilidade dos acontecimentos violentos nas contas das mulheres. Nessa lógica patriarcal, elas são, ao mesmo tempo, vítimas e culpadas.

No começo do referido período, a psicologia, em uma tentativa de se solidificar e garantir um *status* de prestígio, omitiu-se de pautas, agendas e problemáticas sociais. Podemos dizer que seu compromisso era, em primeiro lugar, com uma ciência asséptica, sem cor, sem cheiro, sem sentimentos, sem envolvimento algum com as pessoas que, de algum modo, estavam submetidas a processos de subalternização. É correto afirmar, afinal, que a psicologia já teve – e ainda tem, por mais que queiramos que não tenha – o potencial para contribuir para a produção e a manutenção de normatividades (Kitzinger, 1991; Haraway, 1995; Schwartz; Batista, 2022).

Todavia, a partir da década de 1970, como modo de se implicar, de se envolver e romper com modos de vida que advogam para uma não vida de determinados sujeitos em processos de subalternização, a psicologia social crítica surge a partir da insatisfação com a psicologia tradicional, inclusive com a psicologia social tradicional, questionando a ideia de ciências nos moldes do positivismo. A preocupação da psicologia crítica é estimulada pelo interesse de perceber como as pessoas se localizam na sociedade em relação às marcas de diferença, às iniquidades e às relações de poder (Borges, 2014), como ocorre nas disputas de gênero. Desse modo, pensar

em questões de gênero, nas situações de homens, mulheres e, mais recentemente, de pessoas não binárias, tornou-se urgente e indispensável.

Nas últimas décadas, vínhamos focando – e continuaremos até quando houver necessidade – nas situações de mulheres no mercado de trabalho, nas escolas, nos ambientes de serviço de saúde e nas famílias, com foco nas experiências de violências produzidas pela assimetria de gênero. Nas diversas situações, a misoginia presentifica-se, com uma aparência de hegemonia, como ódio ou aversão às mulheres, manifestando-se como discriminação sexual, difamação, violência e objetificação sexual das mulheres. O ódio contra o gênero feminino, enquanto uma emoção ou até mesmo um sentimento, influencia as opiniões ou crenças negativas sobre as mulheres (Pérez; Fiol, 2000). Por sua vez, os discursos de ódio contra mulheres transformam-se em ações, como manifestações de violência.

Após esse panorama contextual, seguiremos com foco nos dias de hoje, considerando as novas tecnologias e as formas de viver, pois parece haver uma conexão do *ontem* com o *hoje*, isto é, as violências e os modos de pensar da modernidade insistem em fazer sangrar as experiências de mulheres. Mas, quais são essas tais tecnologias? Como se caracterizam essas novas formas de viver? E o que isso diz respeito às questões de gênero e, especialmente, para a psicologia?

Misoginia e discursos de ódio no ciberespaço: modos de constituição da subjetividade e práticas psis

A reflexão que está sendo construída ao longo dessas páginas tem interesse no ambiente de intensa e crescente comunicação e de estabelecimento de relações sociais cada vez mais mediadas pelas mídias digitais: o ciberespaço, definido enquanto um espaço virtual, no qual ocorrem interações *on-line*, ausente de materialidade e visível por conexão à internet (Souza, 2022; Rebs; Ernst, 2017). Esse campo social próprio da contemporaneidade engendrou novos paradigmas sociais, informativos e comunicativos fazendo com que emergissem novas sociabilidades garantidas, segundo Pinho e Prudente (2022), por meio de redes sociais. As redes

sociais, nesse caso, são os agrupamentos em rede, formados por indivíduos e as conexões estabelecidas entre sistemas (Recuero, 2009), como o Facebook, X – antigo Twitter –, Instagram, WhatsApp, TikTok, além de plataformas digitais de compartilhamento de conteúdo, como o Youtube.

Reconhecemos que os dispositivos tecnológicos e digitais revolucionaram sobremaneira a comunicação e os modos de viver. Com o advento da internet, sua expansão e consolidação, é fato que as experiências no ambiente digital impactaram nos mais diversos setores da sociedade: político, econômico, comportamental (Silva, 2001; Souza, 2022) e, sobretudo, as subjetividades humanas (Marra e Rosa; Santos; Chagas-Ferreira, 2016; Santaella, 2004). Atualmente, o universo virtual é parte indivisível da realidade ou entrelaçados de tal modo que torna difícil a tarefa de delimitá-los, visto que a vida *on-line* se fez extensão da vida *off-line*.

Estamos diante de uma cultura digital, tecnológica e com forte inserção na cultura atual que teve seu irrompimento a partir dos anos 2000 (Hasky; Fortes, 2022), principalmente com a ampliação do acesso à internet, a expansão dos *sites* de redes sociais e com a emergência de novas formas de comunicação e de socialização em rede. Nesse sentido, Castells (2015) afirma que a transformação mais importante na comunicação foi a transição da comunicação de massa para a intercomunicação individual, ou seja, a comunicação na contemporaneidade foi transformada de forma profunda com impacto na interatividade, na produção e na recepção dos conteúdos digitais que descentralizaram a forma como até então a comunicação ocorria. Também importa explicar que a intercomunicação individual se caracteriza como o processo de comunicação interativa que tem o potencial de alcançar uma audiência de massa, mas em que a produção da mensagem é autogerada.

A repercussão das redes digitais em sociedade trouxe, entre tantas benesses, o potencial de ampliação de novas interações e sociabilidades, de aprendizagem, de empoderamento e de elaboração psíquica (Marra e Rosa; Santos; Chagas-Ferreira, 2016). Essa implicação sociocultural demanda que nós, *sujeitos psis*, compreendamos que a subjetividade atravessa e é atravessada pela dinâmica das redes, em um movimento de

articulação e incidência com o ciberespaço trazendo consigo outras implicações e desafios para a sociedade e para a subjetividade.

As interações e comunicações mediadas pelas mídias digitais repercutem na sociabilidade, pois, de acordo com Castells (2015), as pessoas usuárias da internet não são suas meras espectadoras, mas, antes de tudo, coexistem com ela, vive-se em rede. Desse modo, no constante uso da internet e das redes digitais mediante à rapidez, à facilidade e à velocidade nelas presentes, reconfigurou-se o modo de se relacionar, informar e comunicar (Amaral, 2016). Assim, as novas tecnologias digitais permitiram a sensação de onipresença, de organização social fluida, de papéis menos rígidos e lugares sociais intercambiáveis, inclusive de inimitabilidade.

Se estamos situadas(os) em uma perspectiva crítica e atual, nossos posicionamentos enquanto profissionais da psicologia têm de, cada vez mais, dialogar com os novos debates, as novas formas de viver e com conceitos pertinentes do contexto contemporâneo, a exemplo de *haters* – odiadores que fazem uso da violência em seus discursos de ódio para com aqueles que divergem em ideias e posicionamentos diferentes dos seus (Aguiar; Pelá, 2020; Martins, 2019) – e os *trolls*, que se utilizam de perfis falsos, tumultuam o ambiente das redes em que estão inseridos e propagam mensagens de cunho agressivo, irônico ou ofensivos. Outrossim, temos, de alguma maneira, que saber que a *cultura do cancelamento* pode ser ligeiramente definida como a exclusão, apagamento ou boicote dos meios digitais e das atividades realizadas por algo ou alguém (Amaral, 2016).

Instigadas por esse debate mais que atual, pudemos tomar conhecimento que o surgimento e a crescente de prática de condutas nocivas – detendo-se, aqui, ao discurso de ódio nas redes digitais – fazem parte do contexto cultural presente no ciberespaço, que tomaram proporções inimagináveis a partir da informatização da sociedade (Escobar, 2019). Nesse sentido, o discurso de ódio, originário do termo inglês “hate speech”, engloba um conjunto de palavras de insultos contra a diversidade humana, caracterizado como qualquer expressão que desvalorize, menospreze, desqualifique ou inferiorize os indivíduos por motivos de raça, cor, sexo, religião, orientação sexual etc. (Santos, 2016).

Há quase uma década, a professora doutora Dolores Aronovich Agüero vive experiências constantes de ameaças que também nos aparecem como ataques às noções convencionais de direitos humanos. Sua caixa de mensagem nas redes sociais acumula comentários odiosos que, sem pudor, narram maneiras perversas de invasão ao seu corpo, suas emoções, sentimentos e à sua noção de mulheridade. Recentemente, a professora recebeu mais uma ameaça:

Já tenho as suas informações, em breve vou viajar até a sua cidade, te estuprar e depois cortar a sua cabeça. Vou filmar isso tudo e jogar nas redes sociais. Será o ato mais belo desse ano de 2023. Pode acreditar que desse ano aqui você não passa. Vamos te matar¹.

Em 2018, foi aprovada a Lei Lola (13.642/2018), elaborada a partir do contexto vivido pela professora doutora Dolores Aronovich Agüero, vinculada à Universidade Federal do Ceará (UFC), que é paulatinamente perseguida e ameaçada de morte por sua militância na internet. A Lei Lola combate os discursos de ódio, especificamente, a misoginia na internet, que, segundo pesquisa realizada por Escobar (2019), assume a primeira posição no *ranking* de crimes cometidos na rede mundial de computadores.

Outro caso de perseguição e ameaças foi experienciado pela professora doutora Débora Diniz, da Universidade de Brasília (UnB), que até hoje vive em exílio devido às ameaças, perseguições e discursos de ódio na internet motivados por seu trabalho com temas relacionados aos direitos de mulheres, reprodução e aborto. Essa professora, incluída no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Governo Federal, foi aconselhada a deixar o país, o que demonstra a própria fragilidade democrática presente no Brasil (Pires, 2018), especialmente após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, também conhecido como “golpe de estado” (CUT, 2022), que é, infelizmente, mais uma mulher massivamente atacada nas redes sociais.

¹ Esse trecho compõe um *e-mail* recebido pela professora Lola. Mais informações sobre esse caso, ver: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/03/01/professora-denuncia-ameacas-de-morte-e-estupro-nas-redes-sociais.ghml>.

Chamamos atenção para como o ambiente digital se configura como um espaço antropológico construído a partir de laços e valores sociopolíticos, de modo que as relações estabelecidas nas redes repercutem na construção da subjetividade. Lembramo-nos que, nas vésperas das festividades do final do ano de 2021, foi publicada uma matéria na conta do X do G1 (Globo) que perguntava “Por que 2021 foi o ano de Luísa Sonza?”. É possível ler comentários que concordam e parabenizam a cantora, a exemplo de “Maravilhosa, merece muito a carreira que construiu” e “Porque ela tem uma voz incrível, é uma artista brilhante, uma mulher linda e mereceu muito ter seu trabalho aplaudido, depois de tanta perseguição”. Mas, os que se destacam, devido a uma repetição exacerbada, são os contrários à ideia de que Luísa fora considerada uma pessoa importante para o cenário musical brasileiro, a exemplo de: “Pois fora o ano em que a imbecilidade atingiu o seu ápice, eu creio”, “Porque o pacto com satanás foi aprovado” e “Por que ficou entre ela e a morte?”. Esses revelam como as pessoas se expressam com violência e misoginia nas redes sociais. Por isso, quando alguém comenta que “A Globo quando cisma de enfiar uma coisa goela abaixo não há quem consiga parar. Fala uma música dessa mulher” já se tem muitas ideias formadas sobre um determinado contexto, como é no caso de já se ter uma imagem, ou várias, formada sobre uma empresa/emissora e uma artista.

Corroborando com nossa insistência de que o ambiente digital pode interferir nas subjetividades, na referida matéria jornalística, a artista relata que deseja não ser odiada novamente. Esse ódio mencionado pela artista diz respeito à sua experiência nos espaços midiáticos de sociabilidade e aproximação dos sujeitos desde o início de sua carreira – com vídeos no YouTube –, que ganhou uma repercussão negativa, principalmente, quando se relacionou afetivamente com Whindersson Nunes, outro artista brasileiro, que, em relação aos números, era mais famoso. Assim, os discursos de ódio, ou discursos misóginos, proferidos à cantora Luíza Sonza sempre foram de palavras com a intenção de insultar, intimidar e assediá-la, e inclusive de ameaçá-la de morte, processo já citado quando trouxemos o exemplo da violência experienciada pelas professoras Lola Aronovich e Débora Diniz.

A partir desses casos – incluindo o golpe de estado sofrido pela presidenta Dilma –, notamos que, diante da audiência e da visibilidade proporcionada pelas interações mediadas pela internet, as práticas de misoginia, de discursos de ódio e de preconceito explícito são evidentes principalmente porque estão embasadas na noção de anonimato e da liberdade de expressão. As pessoas que atacam, ameaçam, xingam e depredam as mulheres no ambiente virtual costumam manter suas identidades escondidas. Em contrapartida, em diferentes momentos e espaços, diversas psicólogas questionaram as matrizes de violência e opressão, muitas vezes mostrando seus rostos. Colocamo-nos à disposição para compreender o que estava se passando e para intervir de modo a gritar contra a misoginia – e patriarcado –, bem como promover um acolhimento de outras mulheres em processos similares de subalternização. Continuamos promovendo e participando de rodas de diálogos, de ações comunitárias, de eventos científicos, de pesquisas acadêmicas e institucionais etc. Contrariando os limites dos nossos corpos, exaustivamente, somos interpeladas a nos mover contra as matrizes de opressões que tentam capturar as possibilidades de vida de mulheres no ciberespaço.

É inegável que nossas ações – pensando nas rodas de diálogos, nas participações em eventos científicos e comunitários, nas produções de pesquisas etc. – têm inspiração em diversos movimentos sociais que, atualmente, também vêm desbravando-se nos terrenos da internet. O ciberativismo de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transvestis/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e muito mais (LGBTQIAPN+), por exemplo, tem levantado pautas e estratégias que competem ao ciberativismo feminista que, por sua vez, também dialoga com o ciberativismo negro e, no final, refletem nos nossos modos de pensar e de fazer a psicologia.

Cientificamente, alguns estudos inseridos no campo da psicologia carregam a intenção de evidenciar e, de algum modo, pensar em estratégias de sobrevivência de mulheres no ambiente virtual em que se encontra nas transações sexuais a comercialização do erotismo; o apagamento do corpo da mulher; a relativização da inteligência da mulher; e toda subjugação

sexista no ciberespaço, em que podemos perceber que a misoginia e os mitos do estupro são arraigados culturalmente e se estendem em conjuntos de crenças e estereótipos sociais. Os mitos de estupro, por sua vez, se instalam no contexto do ciberespaço e relativizam a gravidade do estupro colocando em dúvida a nobreza da mulher. E, se por acaso, o perpetrador do estupro for um homem branco, cis, hétero e jovem, a mulher estuprada será ridicularizada e culpabilizada, pois a violência sexual é reduzida até no ciberespaço (Saffioti, 2004).

Santos, Nunes e Castro (2021) estudaram as representações sociais do estupro contra a mulher em comentários de uma notícia *on-line*, indicando a existência de uma representação que leva a mulher a culpar-se, limitar-se em suas ações, para então evitar o estupro. Lima-Santos e Santos (2022) problematizaram como os discursos misóginos e antifeministas são produzidos e disseminados contemporaneamente no mundo digital, verificando que os fluxos discursivos misóginos encontram um terreno fértil para proliferarem, engendrando práticas discursivas que convergem para o reforço da dominação masculina.

Tendo as rodas de diálogos e os grupos terapêuticos como outras possibilidades de intervenção psi, podemos citar a organização individual e coletiva de psicólogas na extensão do território brasileiro. Em Fortaleza, por exemplo, o Coletivo Psicologia Denegrida, liderado por quatro psicólogas negras, oferece atividades como clube de leitura e momentos vivenciais, com o propósito de escutar, acolher e, quando possível, tecer estratégias de enfrentamento de violências em decorrência do gênero e do pertencimento racial.

Não tiramos dos nossos horizontes as fotografias que refletem o que, neste momento, chamamos de contemporaneidade. São inúmeros os ataques de ódio realizados através das redes digitais que se constituíram em terreno aberto a toda sorte de disseminação de ódio, sobretudo às mulheres (Machado *et al.*, 2022; Pérez; Fiol, 2020). Nesse sentido, reiteramos ser pertinente o debate crítico das psicologias, considerando sua pluralidade, sobre essas novas formas de sociabilidades e de expressão de si na internet primordialmente quando se refere às condutas nocivas que envolvem os discursos de ódios sobrecarregados de intolerância e preconceito.

A problematização acerca das reverberações dessas formas de socialidades na subjetividade é urgente, tendo em vista que a construção da subjetividade se dá no espaço das relações e as redes digitais são territórios relacionais, de trocas que acabam por refletir e incidir sobre os modos de ser e agir. Nosso argumento – parcialmente implícito neste capítulo, que diz respeito à nossa prática profissional, bem como ao nosso posicionamento ético e político – é o de tentarmos compreender os fenômenos vividos na internet e produzidos por ela, como o discurso de ódio e misoginia. Tal tarefa está sendo promovida por profissionais da psicologia que atuam em salas de aulas, grupos de pesquisa, instituições públicas e privadas, grupos comunitários e, até mesmo, em espaços da internet. Mas, pela própria dinamicidade e velocidade no modo de viver na internet, aparenta-se que a violência de gênero na cibercultura é imbatível.

Considerações finais

Nessa discussão sobre como a misoginia atravessa as subjetividades de mulheres, contextualizamos o ciberespaço, bem como o modo que o discurso de ódio ganhou protagonismo após o crescimento das redes sociais e a possibilidade ao anonimato por parte de quem deseja proferir as violências de gênero. Nesse novo campo social que interfere na forma como as pessoas percebem e se relacionam com o mundo e com suas expressões de gênero, deparamo-nos com expressões de misoginia parecidas com as existentes antes da internet, como a inferiorização, a invisibilização e imposição de medo em mulheres.

As mulheres costumam ser perseguidas no ciberespaço por expressões de um profundo sentimento de aversão de maneira desproporcional se comparadas aos homens. No entanto, não defendemos e/ou incitamos, com isso, que homens e pessoas de outros gêneros sejam alvos de discursos de ódio na internet. Pelo contrário, lutamos por uma rede ampla de apoio e de valorização das qualidades e habilidades de todos os sujeitos. Com isso, refletimos sobre o modo corriqueiro que coloca a mulher em posição de subordinação ao homem. Alguns exemplos utilizados nesse

capítulo representam as realidades brasileiras nas quais o patriarcado, enquanto uma configuração social em que a diferença sexual serve como base da opressão e da subordinação da mulher, tem predominância. Afinal, a quem interessa que os poderes sejam distribuídos e/ou centralizados para e com somente os homens-cis-brancos-hétero senão eles mesmos?

Percebemos, assim, que o sistema que reproduz a misoginia organiza o poder a partir das hierarquias de gênero e, sem dúvidas, oprime mulheres. Pensar nesse contexto é ultrapassar fronteiras do presencial e adentrar os espaços do digital, em que o poder na cibercultura se torna a capacidade de comunicação direta com milhares de pessoas independente dos motivos. Portanto, ao perceber que as mulheres citadas ao longo do texto recebem comentários de ódio em muitas publicações e por mensagens diretas, é possível afirmar que existe um contexto de misoginia no ciberespaço.

Observamos que a misoginia se impõe em espaços que buscam silenciar mulheres, violentar seus direitos e sua manifestação. Entendemos que essa discriminação de gênero é a misoginia mediada pelo discurso de ódio no ciberespaço. Essa prática consiste no não reconhecimento da alteridade, uma violência que é fundamentalmente simbólica e que compactua com a intolerância. Refletimos, então, que a revolução ocasionada pelas redes digitais abriu espaço para todas as pessoas que se beneficiam com o cibersexismo, pois há possibilidade de expressar pensamentos e opiniões violentas.

Então, percebemos que as subjetividades aqui mencionadas são atravessadas pela dinâmica virtual misógina. Desse modo, apontamos a necessidade de uma maior mobilização de profissionais da psicologia e da participação popular para práticas que valorizem os diversos modos de vida das mulheres. Além da elaboração de leis, como a referida Lei Lola, e políticas públicas acerca da proteção de dados e de segurança para mulheres em contexto nacional, podemos destacar a urgência para financiamentos de pesquisas que reflitam e intervenham em sociabilidades díspares. As práticas individuais de profissionais psis, que não se conectam estritamente aos movimentos sociais, também são importantes e merecem esse destaque. Por fim, também podemos apontar a urgência de intervenções das próprias redes sociais e de outras grandes empresas privadas sobre o fenômeno da misoginia no ciberespaço.

Referências

- AGUIAR, R. Q.; PELÁ, M. C. H. Misoginia e violência de gênero: origem, fatores e cotidianos. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, Goiânia, v. 9, n. 3, p. 68-84, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/10842>. Acesso em: 3 mar. 2023.
- AMARAL, I. *Redes sociais na internet: sociabilidades emergentes*. Covilhã: LabCom, 2016.
- BORGES, L. S. Feminismo, teoria queer e psicologia social crítica: (re) contando histórias. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 280-289, 2014.
- BRUGGER, W. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. *Direito Público*, Brasília, DF, v. 4, n. 15, p. 117-136, 2007. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1418/884>. Acesso em: 16 abr. 2023.
- CASTELLS, M. *O Poder da Comunicação*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- COSTA, C. Rede. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 31-43.
- CUT. Depois de seis anos, ministro do STF admite: Dilma foi vítima de um golpe de estado. *Central Única dos Trabalhadores Brasil*, São Paulo, 3 fev. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/depois-de-seis-anos-ministro-do-stf-admite-dilma-foi-vitima-de-um-golpe-de-estad-116e>. Acesso em: 14 abr. 2023.
- DIGITAL 2021: BRAZIL. [S. l.], 11 fev. 2021. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2021-brazil#:~:text=There%20were%20160.0%20million%20internet,at%2075.0%25%20in%20January%202021>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- ESCOBAR, P. E. S. *Misoginia e Internet: a manifestação do ódio contra mulheres no ambiente virtual e as possíveis implicações da Lei nº 13.642/2018*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.
- FERREIRA, J. M.; NOGUEIRA, E. E. S. Mulheres e suas histórias: razão, sensibilidade e subjetividade no empreendedorismo feminino. *Revista de*

Administração Contemporânea, Curitiba, v. 17, n. 4, p. 398-417, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552013000400002>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FREITAS, E. T. Linchamentos virtuais: ensaio sobre o desentendimento humano na internet. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, Niterói, v. 1, n. 42, p. 140-163, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2017.1i42.a41893>. Acesso em: 16 abr. 2023.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 22, p. 201-246, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009>. Acesso em: 10 mar. 2023.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 5, n. 1, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 8 mar. 2023.

HASKY, F.; FORTES, I. Desconstruindo polarizações acerca da internet: entrelaçamentos entre os universos online e off-line. *Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, v. 16, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://10.34019/1982-1247.2022.v16.32787>. Acesso em: 14 abr. 2023.

LIMA-SANTOS, A. V. de S.; SANTOS, M. A. dos. Incels e Misoginia On-line em Tempos de Cultura Digital. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 1081-1102, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2022.69802>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MACHADO, E. C. R. et al. Misoginia: o discurso de ódio e seus impactos na saúde mental da mulher. *TCC-Psicologia*, Porto Alegre, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/1455/1389>. Acesso em: 11 abr. 2023.

MARRA E ROSA, G. A., SANTOS, B. R. dos; CHAGAS-FERREIRA, J. F. Uma cartografia das repercussões das redes sociais na subjetividade. *Psicologia Em Estudo*, v. 21, n. 2, p. 279-289, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v21i2.29657>. Acesso em: 11 abr. 2023.

MARTINS, A. C. L. Discurso de ódio em redes sociais e reconhecimento do outro: o caso M. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-30, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201905>. Acesso em: 19 abr. 2023.

- NICOLETE, J. N.; FERRO, E. G.; MARIANO, J. L. M. Políticas educacionais e gênero: desafios e polêmicas atuais. *Educação em Revista*, v. 21, p. 37-54, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2020.v21esp.04.p37>. Acesso em: 14 mar. 2023.
- NOGUEIRA, C. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 107-128, 2001. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4117>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- PÉREZ, V. A. F.; FIOL, E. B. Violencia de género y misoginia: reflexiones psicosociales sobre un posible factor explicativo. *Papeles del Psicólogo*, Madrid, v. 75, p. 13-19, 2020.
- PINHO, C.; PRUDENTE, R. “Espelho, Espelho Meu...”: os impactos das redes sociais na construção da subjetividade feminina. *Cadernos de Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 6, p. 320-337, 2022.
- PIRES, B. Antropóloga convive com a “covardia da dúvida” de quem a ameaça de morte. *El País*, São Paulo, 16 dez. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/15/politica/1544829470_991854.html. Acesso em: 1 maio 2023.
- PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Belendis & Vertecchia, 2009. p. 116-148.
- RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 25-37.
- REBS, R. R.; ERNST, A. Haters e o discurso de ódio: entendendo a violência em sites de redes sociais. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 6, n. 2, p. 24-44, 2017. Disponível em: <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/DDL/article/view/1014>. Acesso em: 14 abr. 2023.
- RECUERO, R. Social Media and Symbolic Violence. *Social Media + Society*, Stephenville, v. 1, n. 1, p. 1-3, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F2056305115580332>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- RUBIN, G. Misguided, Dangerous, and Wrong: an analysis of antipornography politics. In: ASSITER, A.; AVEDON, C. (org.). *Bad Girls and Dirty Pictures: the challenge to reclaim feminism*. Londres: Pluto, 1993. p. 18-40.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.

SANTAELLA, L. Sujeito, subjetividade e identidade no Ciberespaço. In: LEÃO, L. (org.). *Derivas: cartografias do ciberespaço*. São Paulo: Senac, 2004. p. 45-54.

SANTOS, M. A. M. *O discurso do ódio em redes sociais*. São Paulo: Lura Editorial, 2016.

SANTOS, T.; NUNES, R.; CASTRO, A. “Moça Séria não é Estuprada”: representações sociais em comentários online. *Revista de Psicologia da IMED*, Passo Fundo, RS v. 13, n. 2, p. 59-74, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2021.v13i2.4254>. Acesso em: 28 abr. 2023.

SARMENTO, G. Por que 2021 foi o ano de Luísa Sonza? *G1 Pop & Arte*, Rio de Janeiro, 16 dez. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2021/12/16/por-que-2021-foi-o-ano-de-luisa-sonza.ghml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1. Acesso em: 23 abr. 2023.

SCHWARTZ, C. M.; BATISTA, P. V. The scientific exercise front the perspective of non-neutrality. *Revista Teías*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 68, p. 265-272, 2022.

SCOTT, J. *Gender: a useful category of historical analyses: gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1989.

SOUZA, R. L. D. *O futuro já começou? Televisão, streaming e o conjunto de estratégias da Globo em busca de uma nova plataforma de público com o Globoplay*. 2022. Tese (Doutorado em Comunicação – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022).

SILVA, L. J. O. A Internet – a geração de um novo espaço antropológico. In: LEMOS, A.; PALACIOS, M. (org.). *Janelas do Ciberespaço*. Porto Alegre: Sulina, 2001. p. 151-171.

SILVA, R. L. et al. Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 445-468, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1808-24322011000200004>. Acesso em: 16 abr. 2023.

ZANELLO, V. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

CIBERRACISMO CONTRA MULHERES NEGRAS COMO FORMA DE EXTERMÍNIO DA DIFERENÇA NO CIBERESPAÇO

Juliana Fernandes-Eloi
Aluísio Ferreira de Lima

A linguagem (dizer, escutar, ler) pode incentivar, ou mesmo exigir a entrega, a eliminação das distâncias que nos separam, sejam elas continentais ou apenas um mesmo travesseiro, sejam distâncias de cultura ou as distinções e indistinções de idade ou gênero, seja elas consequências da invenção social ou da biologia. A imagem rege cada vez mais o reino da fabricação, às vezes se transformando em conhecimento, outras vezes contaminando-o. Ao provocar a linguagem e eclipsá-la, uma imagem pode determinar não apenas o que sabemos e sentimos, mas também o que acreditamos que vale a pena saber sobre o que sentimos (Morrison, 2019, p. 61).

Do ciberespaço ao ciberracismo

A linguagem e a imagem nos permitem acessar o mundo, a viver a experiência de universos compartilhados. A imagem permite aos grupos comunicarem-se com mundos nos quais não se falam as mesmas línguas, revelando até mesmo o invisível. A linguagem, por sua vez, tem a capacidade de criar imagens para o pensamento sem que qualquer visão jamais tenha acessado os objetos descritos por ela. Por suas qualidades, elas também arrastam consigo alguns problemas, entre eles, a produção de

preconceitos e estigmas, racismos e violências, que se perpetuam ao longo do tempo em forma de fantasmas e vestígios. Anne-Marie Christin (2023, p. 18) dirá que o próprio “signo que nasce da imagem não possui referência linguageira: ele resulta do mesmo exercício de observação de superfícies anunciadoras de revelações”.

Em um país que foi fundado a partir de destruição de povos originários, explorações de povos escravizados trazidos desde o Atlântico do continente africano, ou seja, uma pátria construída, literalmente, com violência e exploração de todos os recursos naturais e pessoas, onde o sufixo para a nacionalidade se refere ao explorador da madeira mais nobre dessas terras, fruto de um parasitismo imperial – ou parasitismo imperialista –, para sustentar a imagem de nação que seguia rumo a superação da própria barbárie que representava, precisou de muito escritores e muito trabalho de linguagem para sustentar a reprodução da negação de sua própria história, em um esforço de apagamento dos rastros.

E o trabalho foi de certo modo até bem executado, pois como escreve Abdias Nascimento (2016, p. 59), em *Genocídio do negro brasileiro*:

Durante séculos, por mais incrível que pareça, esse duro e ignóbil sistema escravocrata desfrutou a fama, sobretudo no estrangeiro, de ser uma instituição benigna, de caráter humano. Isso graças ao colonialismo português que permanentemente adotou formas de comportamento muito específicas para disfarçar sua fundamental violência e crueldade. Um dos recursos utilizados nesse sentido foram a mentira e a dissimulação.

Considerando que apagar os rastros e produzir uma mentira a partir daquilo que se quer negar sempre foi uma estratégia política de governo neste país, vale lembrar que no dia 14 de dezembro de 1890, pouquíssimo tempo após a dissimulada abolição legal do regime escravocrata, o então ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, assinou um despacho ordenando a destruição de documentos referentes à escravidão, uma vez que defendia que a república era “obrigada a destruir esses vestígios por honra da pátria e em homenagem aos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que a abolição do elemento servil entraram na

comunhão brasileira” (*O Estado de São Paulo*, 1890, p. 2), tal como transcrito da edição de 19 de dezembro daquele mesmo ano, no jornal *O Estado de São Paulo*. A “honra da pátria”, nesse caso, era a destruição de provas que seriam importantes para não deixar as pessoas negras expostas à humilhação e à exposição, segundo o então ministro, quando, na verdade, sabemos que a prática criminosa de destruição de documentos históricos serviu para apagar os rastros do vergonhoso genocídio, comércio de pessoas, maus-tratos, torturas e humilhações produzidas pelos senhores.

Sem nenhuma reparação histórica e nenhuma indenização pelos assassinatos, torturas e sequestros, o Brasil que temos e o que conhecemos ainda traz visivelmente entre seus fantasmas, memórias e produção de cotidiano atual a desigualdade estrutural e hierárquica que mantém e reproduz negatividades sobre direito a vida, dignidade humana e diferenças sociais para pessoas negras, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e muito mais (LGBTQIAPN+), velhas, pobres etc. (Almeida, 2018; Bento, 2022, Carneiro, 2023). As riquezas culturais, geográficas e a nossa própria história ainda estão com placas que descrevem a posse de colonizadores e são perpetuadas em discursos de ódio também nas comunidades do contexto cibernético (Santaella, 2004).

A transição de gerações, de espaços e linguagens não criou fronteiras para o banimento de violências e com o avanço das tecnologias, do acesso livre às inteligências artificiais, do reconhecimento do ciberespaço, como “espaço que as redes fizeram emergir, espaço informacional, virtual, global, pluridimensional” (Santaella, 2021, p. 32), temos novas dimensões para a execuções de sistemas colonialistas e ditatoriais.

A invenção do Brasil, portanto, segue ainda um *script* escravocrata, uma “pura violência como *design* global” que marginaliza suas fontes naturais em detrimento de uma linguagem de desvalorização do gênero, da cor da pele, sexualidade, idade, sotaque e modos comportamentais que se expressam em contextos presenciais cibernéticos (Mombaça, 2021). Essa conjuntura complexa reproduz o escoamento-apagamento da população que materializa em práticas do cotidiano o contexto de vulnerabilidades,

em que a pessoa não é pessoa, é apenas uma diferença, um erro da construção social que deve ser consertado-apagado, como a população indígena, negra, LGBTQIAPN+, velha e periférica que ainda sofre perseguição e aniquilamento todo dia no Brasil. E isso aconteceu ontem, acontece hoje e acontecerá em diversos contextos, seja nas ruas, seja diante de uma tela no espaço cibernético em que se curte, se vende e deseja a brancura e a riqueza europeia. Por isso, cabe considerar que o ciberespaço¹ não é mais uma jaula conceitual que abriga a oposição entre presença e ausência, uma guerra fria separatista entre *on-line versus off-line*, na verdade, é um universo pré-dado em que todos estamos conectados quer queríamos ou não.

Atualmente, vivemos em uma sociedade global em rede, 24/7, ou seja, conectada 24 horas por dia, 7 dias por semana, de modo ininterrupto e transnacionalmente. Nesse campo, no qual não existe mais dentro e fora, as territorialidades demarcadas e possuídas estão em constante apropriação e atualização de sistemas patriarcalistas, racistas, heteronormativas, cissupremacistas e neocolonialistas que possuem maior poder de fogo, munições, dados e algoritmos. Em outros termos, existe uma lógica de extermínio na tentativa de aparelhamento do país, que supervaloriza tanto em relações presenciais como no ciberespaço, com fortalecimento de supremacistas brancos que pregam e fomentam o embraquecimento da população, fazendo com que a comunicação de modo geral apresente o homem branco e jovem como o belo, o eleito, o escolhido.

Assim, vemos crescendo no ciberespaço a presença do racismo como uma das suas características mais facilmente reconhecíveis. E é praticamente impossível entrar em qualquer mídia social contemporânea sem se deparar com uma imagem, vídeo, *meme*, postagem no Instagram, página no Facebook etc. que não faça uso da diferença a partir da raça para rebaixar ou intimidar alguém ou algum grupo. No caso das pessoas negras, em geral, suas imagens são colocadas como forma de entretenimento e “humor”

1 O termo “ciberespaço” foi criado por William Gibson em 1982, escrito no conto “Burning Chrome” e publicado também em 1984 no romance *Neuromancer* e carece de ser discutido até hoje, articulado como campo complexo das redes, informações e dados que mesmo em nuvens é acessado na palma das mãos (Santaella, 2021).

que só faz rir pessoas que se retroalimentam dessa diferença para afirmar sua branquitude. Abusos racistas e sexistas se tornaram algumas das consequências mais problemáticas e desatentas dessa forma de comunicação sem fronteiras.

A negação e abjeção de corpos desprezados socialmente se intensificam quando o corpo é não somente visibilizado, mas, principalmente, quando o corpo é generificado, racializado e/ou envelhecido (Akotirene, 2022; Barbosa; Rabelo; Fernandes-Eloi, 2020). O caso de João Freitas, que em 2020 foi espancado e assassinado por seguranças do supermercado Carrefour em Porto Alegre, é um exemplo. João Freitas era um homem negro que foi vítima do racismo estrutural que justifica o aniquilamento de pessoas inocentes e opera na geração da violência ao longo da história e em diferentes territorialidades, seja em espaços presenciais, seja no contexto digital em que se assume o ciberracismo como prática e extensão do crime de racismo, fenômeno produto do racismo estrutural que reproduz o apagamento, aniquilamento da população negra em rede. Sua morte ficou conhecida no mundo inteiro devido à expansão da comunicação nas mídias. Contudo, diversas comunidades ganharam também visibilidade e apoio de pessoas, perfis e seguidores que aprovam o aniquilamento-apagamento de pessoas que transgridam as normas da lógica de extermínio da diferença.

O trabalho pioneiro de Back (2002), que utilizou pela primeira vez o termo “cyber-racism”, que traduzimos como “ciberracismo”, analisou uma série de movimentos culturais, que sustentam retóricas de singularidade racial, nacional ou sectária e destino comum, sustentadas por ideias de supremacia e separação racial, alimentadas por um repertório de alteridade racial e por uma visão de mundo utópica – ou distópica –, descobrindo que para essas pessoas “a Internet proporcionou um meio para as pessoas perceberem, ouvirem, sentirem e estarem intimamente envolvidas na cultura racista à distância”, tanto publicamente através da internet, como privadamente em frente dos seus próprios ecrãs (Back, 2002, p. 629). Para Back, a internet proporcionou espaços culturais de apoio aos racistas.

Foi assim que presenciamos a extensão do ciberracismo vivido pela Miss Mundo Leila Lopes, em 2011, quando foi chamada de filha do King Kong na internet, ao concorrer o concurso de beleza mundial com mulheres brancas

de diversos países. O acontecimento mostrou que a utilização da internet como meio para disseminação do ciberracismo pode significar um desafio ético-político, em que o racismo se instala em contextos digitais e a prática ciberracista adentra no cenário mundial e nacional em linguagens violentas, discriminações e estereotípias, principalmente contra mulheres negras.

É na classificação de seres humanos distintos que se implanta a ideia da criação de “direitos humanos para humanos direitos” e se implementa todo dia a lógica de extermínio da diferença que opera “o monopólio da violência e tem como premissa gerenciar não apenas o acesso às técnicas, às máquinas e aos dispositivos com que se performa a violência legítima, mas também as técnicas, as máquinas e aos dispositivos com que se escreve a violência, os limites de sua definição” (Mombaça, 2021, p. 67). Passa-se assim a acreditar que a mulher deve ser dominada e colocada em posse, que a indígena comparada a arroubas de gado deve ser domesticada, que a mulher negra deve ter até seus filhos abandonados para que caiam de ricos prédios altos, e para isso permanecer impune e reportado todo dia, até os dias atuais, tem-se, assim, o estabelecimento de uma lógica de extermínio da diferença que reduz consistentemente a vida da negra, da mulher, da indígena, da pessoa LGBTQIAPN+ etc., ou seja, é sangue demais nas mãos de todos nós.

É na reprodução dessa lógica de extermínio da diferença que o ciberracismo se encontra, no sistema da branquitude e generificação dos corpos, fenômeno este que age como uma necropolítica do terror, uma prática higienista, uma forma de limpar o que é sujo, de embranquecer o escuro, ou humanizar o desumano e hierarquizar abruptamente a heterocismasculinidade branca e jovem como supremacia tanto em contexto da presença, como em toda dimensão do ciberespaço. Esse fenômeno, portanto, opera na produção de corpos abjetos, arquitetados em pactos narcísicos da branquitude e que amplia para o contexto digital a perpetuação da lógica de extermínio da diferença (Bento, 2022).

Ora, na lógica de extermínio da diferença temos disposições bem distintas, uma triangulação de encarceramentos, em que do lado A tem-se o silêncio diante da violência contra pessoas classificadas como abjetas, e nessa direção quem cala consente porque lhes é confortável perpetuar

a hierarquia da branquitude e o sistema transgressor de aniquilamento, opera na hipocrisia sutil da benevolência. Também temos, antagonicamente, o lado B: a posição de quem descreve, decide e marca em ferro e brasa o corpo classificado e marcado para morrer, é sobre quem decide quem deve morrer, opera na justificativa da violência heterocismasculina-branca-jovem. Em outra posição, o lado C: as outras, pessoas racializadas, desprezíveis, generificadas, velhas, as que em sua grande maioria morrem mais todo dia no Brasil, como, por exemplo, as mulheres negras brasileiras.

Diante disso, o foco deste estudo se direciona à problematização do ciberracismo contra mulheres negras e, portanto, considera que “a raça opera enquanto princípio do corpo político. A raça permite classificar os seres humanos em categorias distintas supostamente dotadas de características físicas e mentais específicas” (Mbembe, 2017, p. 105). Envolve-se aqui também a discussão sobre quem tem saúde mental, quem pode falar e andar livremente pela sociedade e principalmente, mais uma vez, sobre quem não pode andar livremente e aquelas que devem ser deletadas socialmente. Portanto, este estudo se interessa em desarquitar a lógica de extermínio da diferença que mantém os sistemas de branquitude no contexto histórico, social e cibernético ao problematizar dentre as diferenças: o ciberracismo.

Dados da base ciberracista

Durante muito tempo, a história brasileira operou na lógica de extermínio da diferença e a produção de conhecimento no país reproduziu um pensamento elitista, sexista e racista, que transmitia a abertura das fronteiras que reproduziam mais fronteiras de violência associando as sociedades primitivas à incivilização, atraso, sujeira e abjeção. E portanto,

Pelo ‘relativismo cultural’ e pelo ‘multiculturalismo’ não se explica por uma ‘revolução interior’ ou por uma ‘evolução do espírito’, mas por mudanças na estrutura econômica e política que exigem formas mais sofisticadas de dominação. O incremento das técnicas de exploração econômica é acompanhado de uma evolução

das técnicas de violência e opressão, dentre as quais, o racismo (Almeida, 2018, p. 57).

Ou seja, na lógica de extermínio da diferença, o racismo se imune e na violência escancarada e explícita assume camuflagem, um esconderijo político genocida da população negra que se expande a toda tecnologia de informação e comunicação, gerida como ciberracismo. Nesse sentido, não se pode negar que na história do Brasil os povos originários e negros foram capturados de suas vidas e trancafiados a modelos escravistas que violentamente lhes roubavam a vida. Para Mbembe (2017, p. 19), “este nome [Negro] foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria”, a classificação permitiria o apagamento, a exploração e genocídio da população negra em nome da expansão da civilização europeia.

As relações de opressão, as hierarquias em detrimento da cor da pele e os sistemas de subjugação arquitetam o ciberracismo, fazendo com que atualmente ainda presenciemos esse mal social entre contextos diversos. É necessário compreender, portanto, que o nascimento da discussão sobre raça e racismo no Brasil advém de um período de escrita em que o conflito estava posto entre a inferioridade da população negra ou na sua resistência.

Não se pode negar, portanto, que o Brasil tem se implicado na tentativa de reparação histórica com a população negra, contudo, ainda se tem muita estrada pela frente. Tem-se atualmente um contexto que reverbera a organização da população negra, que se mobiliza em reivindicações de direitos e territórios de visibilidades, fazendo com que a expansão da consciência e a criação de leis sejam instituídas em contexto nacional como dívida histórica frente aos povos negros e originários, como, por exemplo: o *Manifesto da Convenção Nacional do Negro*, escrito em 1945; a Lei nº 7.716 de 1951, que foi a primeira legislação jurídica que inclui o preconceito de raça e cor como contravenção penal e passa a punir práticas consideradas racistas; a Lei nº 7.716 de 1989, que passou a criminalizar práticas racistas contra o coletivo de pessoas negras; e a Lei nº 9.459 de 1997, que incluiu no Código Penal o crime de injúria racial contra a pessoa negra, que mesmo

sendo pauta no Supremo Tribunal Federal (STF), ainda permite pagamento de fiança e sofre prescrição.

Tem-se também: a institucionalização da Lei nº 10.639/03 complementada pela Lei nº 11.645/08 que tornou fundamental e obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no sistema de ensino fundamental e médio, seja no ensino público ou privado; a Lei nº 12.288/10 que institui o *Estatuto da Igualdade Racial* que estabelece um marco significativo na história contra o racismo no Brasil, rompendo fissuras e quebrando paradigmas frente às legislações antirracistas; em 2011, a implementação do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra através da Lei nº 12.519; em 2012, a Lei de Cotas nº 12.711 que propõe as políticas de reparação para a inserção das populações negras, pobres e indígenas em universidades públicas; e a Lei nº 12.990/14 que prevê ações afirmativas para população negra ao acesso a instituições e concursos federais (Brasil, 2003, 2008, 2011, 2012, 2014).

É importante ressaltar que a história brasileira precisa se implicar continuamente na criação de leis de combate ao racismo/ciberracismo, para que haja mobilização ético-política e expansão da consciência sobre as bases sistemáticas que mantêm a estrutura da lógica do extermínio da diferença. A prática institucional e estrutural do racismo/ciberracismo é perversa, e pode até estar disfarçada em comprometimento superficial jurídico, que na entrelinha sutil da manutenção ou reprodução do racismo/ciberracismo² torna-se abonado pela branquitude.

Na trajetória que busca transformar a dívida estrutural global e principalmente nacional contra os povos originários e negros, a criação de pautas e agendas lançadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) trouxe para o cenário mundial discussões étnico-raciais a partir de 1966, ano que estabeleceu o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Deve-se reconhecer que toda a conjuntura que gira em torno da transformação de comportamentos e de uma consciência mundial acerca

2 Cabe considerar que o ciberracismo é prática da expansão do racismo estrutural e que por estar em contexto do ciberespaço, ou seja, em todas as relações pessoa-máquina, máquina-máquina, a partir de agora, será utilizado em todo o estudo o conceito ciberracismo.

dos direitos dos povos originários teve como base a criação e a mobilização das entidades negras.

No ano de 2011 foi instituído o Ano das e dos Afrodescendentes, um movimento de combate ao racismo em contexto internacional, contra a intolerância e violência diante das diferenças étnico-raciais. E outra agenda significativa foi a instituição da Década Internacional de Afrodescendentes estabelecida por meio de sua Resolução nº 68.237/13, com o intuito de promover, na década entre 2015-2024, políticas de cuidado para a população negra.

Embora haja o reconhecimento mundial da necessidade do combate à discriminação racial, em Minneapolis, no dia 25 de maio de 2020, George Floyd, homem afro-americano de 40 anos, desarmado, foi imobilizado no chão, estrangulado e assassinado pelo policial branco enquanto dizia “não consigo respirar”. Esse episódio foi visto mundialmente através das redes e enquanto parte da população sofria a indignação de tamanha violência e brutalidade, outra parte exaltava o ciberracismo. Essa situação traz referência a inúmeras outras formas de aniquilamento em detrimento do estereótipo, preconceito e discriminação racial, como no caso de Eric Garner, homem negro que, em 2014, em Nova Iorque, também foi assassinado ao ser estrangulado por policial branco enquanto dizia que “não podia respirar”. Corpos negros importam foi o movimento que ganhou força no ciberespaço na tentativa de erradicação desses crimes.

Estudo realizado por Keum e Wong (2022) sobre o ódio como sistema – examinando crimes de ódio e grupos de ódio como moderadores estaduais sobre o impacto do racismo *on-line* e *off-line* na saúde mental – pesquisou 935 adultos de minorias raciais em 43 estados norte-americanos. Realizou uma análise multinível com o que denominou de racismo *on-line* e *off-line*. Nos estados com um baixo número de grupos de ódio, a ligação entre o racismo *off-line* e o *stress* não foi significativa, enquanto essa ligação foi significativa nos estados com um elevado número de grupos de ódio. As conclusões do estudo sugeriram que o racismo *on-line* é um fator significativo que está diretamente ligado às percepções de *stress* dos indivíduos de minorias raciais, e estabelece as bases para que políticas e futuras intervenções de saúde mental levem a sério a presença de grupos de ódio

como uma forma de desigualdade racial estrutural que pode exacerbar o *stress* psicológico entre pessoas negras.

Ou seja, com a rápida evolução dos dispositivos tecnológicos e o importante avanço nas tecnologias de comunicação e informação, houve uma intensa quebra de paradigmas nos processos interrelacionais e culturais de distintos lugares do planeta. A chegada do livre acesso no *world wide web* (www) promoveu quebra de fronteiras, criou grupaldades e globalizações quase inimagináveis até bem pouco tempo atrás e criou a rápida rasa ideia de que a tecnologia conduziria a humanidade para o melhor desenvolvimento possível, pois na internet está o futuro, como foi bem questionado por André Lemos e Pierre Levy (2010) na obra *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia*.

Contudo, com o acesso à livre expressão de comunicação, a ausência de controles e medidas punitivas, a ideia de camuflagem e que tudo poderia ser dito e feito, no início dessa revolução tecnológica, se instalou a crença de que as criminalizações não seriam descobertas e nem punidas. Na verdade, o ciberespaço ainda como campo de existência configurou-se, por curto tempo, como campo sem lei e sem a responsabilização pelos atos que se comete *on-line*.

Entretanto, já em 2014, mais de 11 mil denúncias foram realizadas no Facebook em detrimento de experiências ciberracistas (Trindade, 2017). E, nesse sentido, o ciberracismo se configura como fenômeno social de origem polifórmica e multifatorial, que implica na estruturação de relações hierárquicas com base no constrangimento sobre alguém, estando relacionada à busca por autoridade, poder e a necessidade de dominar e/ou destruir o outro. O ciberracismo engloba práticas que se instalam em contextos distintos, entre qualquer espaço relacional enquanto experiência *on-life*, são nas conexões em rede tecnológica, pessoa-máquina, pessoa-pessoa, na internet das coisas que o ciberracismo se organiza.

O fenômeno do ciberracismo é denso e possui múltipla variedade conceitual, como, por exemplo, o já citado *cyber-racism* pensado por Back (2002), que foi elaborado ao perceber e analisar discursos de ódio nazistas na internet. A expressão foi criada diante de movimentos que defendiam a singularidade, alteridade e supremacia racial e o rompimento com a

democracia. Nesse sentido, o ciberracismo é um conceito complexo e tem múltiplas designações como *racism the internet*, de Glaser e Kahn (2005); *hate crime*, de Glaser, Dixit e Green (2013); Keum e Miller (2018); ciberracismo, de Oliveira Junior (2020); preconceito racial na internet (Farias *et al.*, 2017). No presente estudo, portanto, adota-se o ciberracismo como violência que arquiteta em rede de conexões a insegurança, medo e pavor, em que a violência pode chegar por qualquer lugar e por qualquer usuário conectado, seja um perfil falso, um perfil legítimo, uma frase dita, ou por qualquer pessoa em qualquer lugar e idade.

O ciberracismo é uma expressão da intolerância às diferenças raciais. Estudo de Farias e demais autores (2017) que teve como objetivo avaliar o preconceito racial emitido na internet contra crianças e jovens negros em conflito com a lei, mediante o julgamento social atribuído, analisou 879 comentários por meio do *software* Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (Iramuteq), os quais constituíram um único *corpus* submetido a uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a Análises de Similitude. A CHD reteve 83,32% dos segmentos de texto, dividindo o *corpus* em três classes. Os resultados indicaram expressivo preconceito racial contra crianças e jovens negros, estigmatizando-os e legitimando as suas mortes. O estudo apresentou, ainda, contribuições para a análise do preconceito racial na internet contra jovens negros em conflito com a lei, possibilitando avaliar expressões do preconceito e da discriminação racial no país.

Outra pesquisa significativa foi a dissertação realizada por Silva (2021) que questionou os principais pontos discutidos em decisões judiciais sobre racismo *on-line* no Brasil. Para tanto, adotou uma abordagem quanti-qualitativa de decisões judiciais do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no período de 2010 a 2020. Os resultados apontaram para um número reduzido de decisões envolvendo racismo *on-line* contra pessoas negras, enquanto que existe um número bem maior de julgamentos envolvendo esse tipo de discurso contra nordestinos e indígenas. Os dados apresentam cinco categorias principais: a) delimitação do racismo somente em sua forma de discriminação direta; b) materialidade e autoria do delito mais facilmente demonstrados por meio das provas coletadas na internet; c) necessidade

de demonstração do dolo do acusado; d) embate entre o direito à liberdade de expressão *versus* propagação de racismo e discurso de ódio; e) a nocividade do alcance permitido pelo uso da internet como meio de propagação do racismo *on-line*. Os resultados indicaram, ainda, a necessidade de se considerar uma reforma efetiva na legislação penal antirracista.

Entre as múltiplas possibilidades de manifestação de caráter violento do ciberracismo, encontra-se o ciberracismo contra mulheres negras, que se presentifica em diversas etapas de suas trajetórias de vida, apresentando-se em diferentes formas, como a violência que se estabelece tanto de modo sutil ou evidente nas mídias, no apagamento dos corpos e performances, em *stalkings*, e também na reprodução da violência sexual no contexto cibernético (Santi; Nakano; Lettiere, 2010; World Health Organization, 2013). Esse fenômeno denuncia modos de naturalização do racismo contra mulheres negras, em que na supremacia de dominância social as mulheres negras estão mais vulneráveis ao ciberracismo, classismo e às violências sexistas.

No caso do ciberracismo especificamente contra mulheres negras, pode-se perceber a prática de diversas configurações e implicações que se manifestam gerando impacto na vida das pessoas, a partir de danos físicos, psíquicos e morais, estando associada ao aumento da demanda dos serviços de saúde, representando um importante problema de saúde pública em que o contexto de instabilidade psicoemocional, o medo e o pavor geram também sofrimento psíquico e mal-estar subjetivo (Minayo, 2005; Rodrigues *et al.*, 2018).

No contexto brasileiro há mais de 53 milhões de mulheres negras, diante de uma população estimada em mais de 201 milhões de brasileiros e com frágeis e raras políticas de proteção para essas mulheres no ciberespaço (IBGE, 2014). E, ao percebermos esse quantitativo de mulheres negras, vemos que existe uma imensa variabilidade de expressões e contextos, como idade, classe social, escolaridade além de territorialidades rurais, urbanas e periféricas. Também possuem distintas expressões da sexualidade, como: lésbicas, transexuais, travestis; de características comportamentais; manifestações de afetos, deficiências, poliglotas. Mas, um fenômeno é preciso ser considerado: em sua grande maioria são as mulheres negras as que morrem mais cedo e são as mais pobres. Esse

fenômeno não pode passar despercebido como se não houvesse responsabilização para toda lógica de extermínio da diferença. Esse fenômeno, na verdade, apresenta uma combinação opressora e histórica entre racismo-sexismo e classe que arquiteta a intersecção entre desprestígio, pobreza e preconceito contra mulheres negras (Carneiro, 2023; Collins, 2022, Saffioti, 2004).

O corpo racializado perfoma imagens, percepções e satisfações que confundem a expectativa ciberracista e cibersexista. Então, evidencia-se que, para além de uma guerra simbólica contra a mulher, foi travada também uma guerra real, em que os corpos de mulheres negras são os corpos tidos como negociáveis. E entre as negociações existem as expressões cibersexistas que se sobressaem também no ciberespaço (Burt, 1980). Nesse sentido, os mitos de estupro no contexto do ciberespaço servem para minimizar o agravo do estupro, justificando ou relativizando a violência sexual. Caso o estuprador-perpetrador seja um homem branco, rico e jovem, é possível que além da ridicularização, a mulher violentada seja humilhada socialmente e culpabilizada, ou seja, contextos e perspectivas privilegiadas relativizam o ciberracismo e também a violência sexual no ciberespaço.

Atualmente, existe em âmbito nacional medidas que buscam proteger a mulher brasileira como, por exemplo, a Lei Maria da Penha, nº 11.340/06, criada como resultado da importante mobilização de movimentos sociais, feministas e de mulheres. A lei permite a criação de sistemas que coíbem e previnem a violência contra a mulher e tenta assegurar direitos, independente da classe, raça, etnia, orientação sexual, idade e religião (Brasil, 2006; Meneghel *et al.*, 2013).

Um importante marco histórico nacional ocorreu na institucionalização da Lei nº 13.104/15, que caracteriza o feminicídio como um crime hediondo e inafiançável, o qual envolve a morte da mulher por razão da condição de ser mulher, atrelado à violência doméstica e familiar, e a discriminação da condição da mulher (Brasil, 2015; Sadalla *et al.*, 2019). A criminalização do feminicídio no Brasil faz parte de um movimento presente em toda a América Latina, que reconhece a violência contra mulheres como um crime específico (Campos, 2015).

A publicação do Atlas da Violência do ano de 2019 mostra que em 11 anos (2008-2018) a violência contra mulheres negras subiu 12% e a violência contra mulheres brancas caiu 11% (Cerqueira et al., 2019). Esse fenômeno corrobora os dados apontados pela Casa da Mulher Brasileira, localizada na cidade de Fortaleza, Ceará, que entre junho de 2018 e agosto de 2023 foram atendidas 198.530 mulheres vítimas de violência – primeiro atendimento e retorno. Diante desses dados, em que 29% das usuárias tem entre 25 e 34 anos, e 72% das usuárias se consideram pardas, 20% brancas e 5% pretas (Silva, 2023), vale considerar que muitas das percepções da cor parda se estabelece na negatividade e ausência do reconhecimento de ser mulher negra vítima de violência, e “ora não me peças explicações sobre coisas que tu inventaste, como esse pardo. Só sei que cada dia que passa ele fica mais negro (Carneiro, 2023, p. 11).

Em todo o contexto que envolve violência contra mulheres negras, o sofrimento psíquico é um dos resultados de um somatório de condições violentas que a lógica de extermínio da diferença apresenta. Esse fenômeno, por sua vez, base do ciberracismo, impõe às populações vulneráveis, e principalmente às mulheres negras, desde a prática do estupro cibernético até o assédio sexual, as ameaças de violência física e psíquica produzidas por uma sociedade patriarcal que exclui e aniquila mulheres negras (Meneghel; Portela, 2017). Essas práticas, inclusive a própria morte, são silenciadas pela sociedade, a qual é coberta de tradições sexistas e práticas misóginas que perpetuam a irrelevância da mulher negra, reproduzindo a supremacia cisheteromasculina no cenário das relações interpessoais (Meneghel; Portela, 2017; Pasinato, 2011, 2016).

Considerações em ciberespaço

Um dos grandes questionamentos acerca da humanidade gira em torno dos processos identitários dos indivíduos, principalmente quando relacionado às mulheres negras. É no corpo de mulheres, em especial o corpo da mulher pobre e racializada, que se vivencia de modo mais evidente os discursos de poder que se encontram em um Estado de exceção através do

epistemicídio (Carneiro, 2013; Machado; Elias, 2018). Em outros termos, o racismo estrutural atribui exigências e padrões sobre o corpo da mulher negra, que se torna culpada até mesmo pela apropriação do próprio corpo, “concepção de controle corporal baseado numa epistemologia racial (um saber racial) que reserva aos corpos negros a culpabilidade e a punição” (Alves, 2015, p. 29).

O que se deseja uma mulher negra? Mas, afinal, existe mulher negra no reinado do alecrim dourado? Óbvio! É preciso, portanto, reconhecer que o corpo da mulher negra historicamente foi e ainda é associado ao pecado, à hipersexualização, e a naturalização de estereótipos e discriminações que se estabelecem com base na lógica do extermínio da diferença é a base para a reprodução do ciberracismo no ciberespaço.

É preciso que se haja a quebra do encastelamento da branquitude, mais intervenção jurídica, é preciso maior revolução na expansão da consciência, é preciso maior desenvoltura das políticas públicas contra o ciberracismo. É preciso que mulheres negras sejam livres e que não morram invisibilizadas-apagadas todo dia no Brasil. E como bem diz Sueli Carneiro (2023, p. 14), “nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro”. Por isso, estamos nós autores, corpos de gente, na barricada contra o ciberracismo (Mombaça, 2021), na fronteira ativa contra a lógica de extermínio da diferença.

Referências

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. 6. ed. São Paulo: Feminismos Plurais, 2022.

ALMEIDA, S. L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, E. D. A. *Rés negras, Judiciário branco: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

BACK, L. Aryans Reading Adorno: Cyber-Culture and Twenty-First- Century Racism. *Ethnic and Racial Studies*, London, v. 25, n. 4, p. 628-651, 2002.

BARBOSA, V. S.; RABELO, D. F.; FERNANDES-ELOI, J. Indicadores de Saúde Mental e do Clima Familiar de Idosas Negras Matriarcas. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 12, n. 2, p. 94-107, 2020.

BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013.

BRASIL. *Programa Mulher, Viver Sem Violência*: diretrizes gerais e protocolos de atendimento. Brasília, DF: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, [20--].

BRASIL. Projeto de Lei nº 562, de 1950. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça ou de cor. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, n. 125, p. 5513, 1950. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18JUL1950.pdf#page=44>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BURT, M. R. Cultural myths and supports for rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, Washington, D. C., v. 39, p. 217-230, 1980.

CAMPOS, C. H. Feminicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista. *Sistema Penal & Violência*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 103-115, 2015.

CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade*: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança*: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERQUEIRA, D. R. D. C. *et al.* Atlas da violência 2019. Brasília, DF: Ipea, 2019.

COLLINS, P. H. *Bem mais que ideias*: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

FARIAS, J. W. F. *et al.* Racismo e julgamento social na Internet: crianças e jovens negros como alvos. *Revista de Psicologia*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 119-128, 2017.

- GLASER, J.; DIXIT, J.; GREEN, D. Studying Hate Crime with the Internet-What Makes Racists Advocate Racial Violence? *Journal of Social Issues*, Hoboken, v. 58, n. 1, p. 177-193, 2003.
- GLASER, J.; KAHN, K. Prejudice, discrimination, and the Internet. *The Social Psychology of the Internet*, [London], p. 1-44, 2005.
- GUATTARI, F. *Caosmose*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- IBGE. [Portal do IBGE]. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- KEUM, B. T.; LI, X.; WONG, M. J. Hate as a system: examining hate crimes and hate groups as state level moderators on the impact of online and offline racism on mental health. *International Journal of Intercultural Relations*, Amsterdam, v. 91, p. 44-55, 2022.
- KEUM, B.; MILLER, M. Racism on the Internet: conceptualization and recommendations for research. *psychology of violence. Psychology of Violence*, [s. l.], v. 8, n. 6, p. 782-791, 2018. Disponível em: 10.1037/vio0000201. Acesso em: 5 jan. 2024.
- LEMONS, A.; LÉVY, P. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- MACHADO, I. V.; ELIAS, M. L. G. Feminicídio em cena. Da dimensão simbólica à política. *Tempo social*, São Paulo, v. 30, p. 283-304, 2018.
- MBEMBE, A. *A crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2017.
- MBEMBE, A. Necropolitics. *Public Culture*, New York, v. 1, p. 11-40, 2003.
- MELO, E. M. *Podemos prevenir a violência: teorias e práticas*. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.
- MENEGHEL, S. N. et al. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 691-700, 2013.
- MENEGHEL, S. N.; PORTELLA, A. P. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 3077-3086, 2017.
- MINAYO, M. D. S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. p. 117-140.
- MOMBAÇA, J. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MORRISON, T. *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MORIN, E. *Complexidade e liberdade: a sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Vestígios da escravidão. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 19 dez. 1890. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18901219-4745-nac-0002-999-2-not>. Acesso em: 26 out. 2023.

OLIVEIRA JUNIOR, J. M. D. “*Entre a rua e o ciberespaço*”: ciberracismo nas redes sociais brasileiras. Salvador: Edufba, 2021.

PASINATO, W. *Diretrizes Nacionais Feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, 2016.

PASINATO, W. Feminicídios e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 37, p. 219-246, 2011.

RODRIGUES, E. A. S. *et al.* Violência e Atenção Primária à Saúde: percepções e vivências de profissionais e usuários. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 52, p. 55-66, 2018.

SADALLA, N. P. *et al.* A lei do feminicídio: sua aplicabilidade e consequências. *Revista Eletrônica de Direito da Faculdade Estácio do Pará*, Belém, v. 6, n. 9, p. 1-25, 2019.

SAFFIOTI, H. I. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 16, p. 115-136, 2001.

SANTAELLA, L. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 23-32, 2003.

SANTAELLA, L. *Humanos hiper-híbridos: linguagens e cultura na segunda era da internet*. Salvador: Paulus, 2021.

SANTAELLA, L. *Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*. Salvador: Paulus, 2004.

SANTI, L. N. D.; NAKANO, A. M. S.; LETTIERE, A. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. *Texto & Contexto-Enfermagem*, Florianópolis, v. 19, p. 417-424, 2010.

SILVA, F. D. S. R. *Racismo online no Brasil: uma análise a partir da perspectiva de decisões judiciais*. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

TRINDADE, L. V. P. *Formas contemporâneas de racismo e intolerância nas redes sociais*. Southampton: University of Southampton, 2017.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. São Paulo: Flacso Brasil, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and nonpartner sexual violence*. Geneva: World Health Organization, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global consultation on violence and health. Violence: a public health priority*. Geneva: WHO, 1996.

FEMINILIDADE, RAÇA E CISNORMATIVIDADE NA PSICOTERAPIA: ÉTICA E CUIDADO PARA ALÉM DA VIOLÊNCIA

Karin Juliana Daffiny da Silva

*Incapaz de
deixar a sua
própria reflexão,
Narciso afogou-se
no lago
(Grada Kilomba).*

Breve apresentação

Peço licença para iniciar este capítulo em tom pessoal e, dessa forma, dar o tom da perspectiva que aqui pretendo falar. Sou uma psicóloga negra de pele clara, cisgênero, nascida na periferia de um bairro marcado pela cultura da imigração italiana, em uma capital da região Sul do país. Ao longo da escrita desse capítulo, pude refletir sobre os atravessamentos raciais e de gênero que me impeliram a exercer a audácia de transformar em palavras as ideias que já estavam presentes e pulsam em minha prática clínica. Um desses motivadores se refere ao contato com a literatura transfeminista e outras intelectuais transgênero em espaços de debate e formação educacional, levantando questões sobre a diversidade de gênero e a suposta universalidade das identidades cisgênero. Outro estímulo veio de minha prática de pesquisa no campo das relações raciais, percebendo-me enquanto autora negra, pessoal e profissionalmente posicionada no campo dos saberes, rompendo com as lógicas de pesquisa que historicamente tornaram pessoas como eu e minha família objetos de estudo. Por

fim, parto também das minhas lembranças sobre gênero, desde a infância, as quais me localizam em uma cisgeneridade precária, mas ainda sim normatizante. A frase que me norteia nesse último ponto é a de Sojourner Truth “e não sou uma mulher”? (Truth, 2014).

Segurando o espelho aos sete anos de idade, eu me perguntava por que eu não era ou podia ser como as meninas brancas que eu observava na vizinhança, na igreja e na escola, por que meus traços expressivos de um fenótipo afro-indígena eram daquela forma e por que minha mãe não deixava meu cabelo crescer. Nesse período, meu cabelo já tinha passado por um corte químico – quando a fibra capilar é destruída pelo excesso de química cosmética resultando em um aspecto seco e sem vida. Desde os seis anos, minha mãe e avó, também mulheres negras que alisavam seus cabelos, levavam-me a um salão de alisamento que exagerou na guanidina, um composto usado para tal fim. Em um ciclo, isso fazia com que de tempos em tempos eu fosse novamente ao salão para renovar as tentativas de dominar meu crespo que, após ser devastado, seria cortado novamente.

Nessa época, lembro de uma vez que olhando para um espelho pequeno disse pra mim mesma: “*será que eu sou um monstro? por que eu sou tão feia? eu sou a menina mais feia desse mundo!*”, larguei imediatamente o espelho depois desses pensamentos e fui fazer qualquer outra coisa para esquecer aquele sentimento de tristeza e horror. Nesse mesmo período, ocorriam situações em que vizinhas perguntavam às minhas tias se eu era um menino: até os nove anos, além do cabelo curtíssimo, me vestia com roupas de doação que ficavam largas e tinha o hábito de brincar com os meninos da escola, pois na hora do recreio era rejeitada pelas meninas da minha turma. Anos depois, já quando adulta, falei desse episódio em uma sessão de psicanálise e a primeira coisa que o analista ressaltou foi: “*nossa, a menina mais feia do mundo? Por que entre tantas meninas feias você seria a campeã?*”. Lembro do quanto essa pergunta me soou estranha e me causou culpa, além de certo arrependimento por ter contado isso para alguém que parecia não entender do que eu estava falando. Como ele era o analista, um homem branco, cisgênero, vestido como se fosse o Sherlock Holmes, e tendo ainda aceitado um valor social para sessões,

fiquei com medo de contrariá-lo, afinal de contas, quem era eu? Decidi que era melhor silenciar, fui em mais duas sessões e depois desisti da análise.

Anos depois, meses antes de estar escrevendo este capítulo, tenho revisitado essa memória de infância, conseguindo reformular em palavras o que eu estava dizendo naquela sessão, após ter acessado os escritos de Lélia Gonzalez quando afirma “preto tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos dão um apelido... ao gosto deles” (*apud* Bairros, 2000, p. 3), a obra de Castiel Vitorino quando retrata “[...] quarto de cura quarto de Exú quarto de despejo/ Ontem consegui dormi e foi bom” (Castiel, 2023).

Atualmente, tenho dito: hoje consegui produzir outro significado para a experiência de me olhar no espelho sendo uma criança negra, assim como do momento em que fui interpretada pelo psicanalista, e isso tem sido bom... Atualmente, a minha versão dessa cena é que eu realmente era a menina mais feia do meu mundo, lugar cercado por meninas brancas de longos cabelos lisos, amparadas por suas famílias corretas e limpas, com as quais as professoras e as demais crianças constantemente me comparavam. Como não ser a mais feia quando nesse contexto você é o destaque?

Outro aspecto dessa experiência são as palavras com as quais me questionava antes de dizer que eu era a menina mais feia do próprio mundo: “*eu sou um monstro?*” (leia-se uma pessoa?), “*por que sou tão feia?*”. E é justamente desse lugar que gostaria de localizar a constituição da minha feminilidade cisgênero, com a qual me proponho a falar neste capítulo. Uma feminilidade sim reconhecida pela existência dos genitais de um corpo negro socialmente animalizado pelo racismo, mediado pela ideia de que uma mulher negra apta ao sexo seria uma “mula, mulata” e a apta ao cuidado materno seria a “mãe preta” (Gonzalez, 2020, p. 16), ambas vistas pelas funções corporais biológicas. Mulheres negras cisgênero supostamente capacitadas para fornicar, cuidar e trabalhar (Gonzalez, 2020). A esse tipo de feminilidade resíduo, de segunda categoria, não é necessário o reconhecimento social, pois objetos e ferramentas não falam, sentem ou precisam de cuidado, objetos foram feitos para serem usados, descartados e substituídos. Reduzidas ao papel de meras fontes de satisfação não somente pela força de trabalho como também do aparato biológico do seus corpos, ao qual foram e são sumariamente reduzidas (Gonzalez,

2020), mulheres negras cisgênero foram cultural e historicamente subalternizadas por uma cisgeneridade que concebo como precária, mas que ainda sim é posta como normativa através do embranquecimento ou de um enganoso enegrecimento.

Tomando por base os efeitos das colonizações descritos por Walter Mignolo (2008), Viviane Vergueiro (2016) descreve a cisgeneridade, ou normatividade cisgênera, como a afirmação de uma identidade de gênero como superior às demais, reproduzindo hierarquizações coloniais, tais como os ideais de superioridade racial disseminados pelas colonizações em solo brasileiro. A autora ressalta a importância do conceito de cisgeneridade como resistência a perspectivas de normalidade colonial sobre corpos e identidades de gênero tão múltiplos quanto os contextos políticos e socioculturais que os constituem. Não se trata, portanto, como ela bem afirma, de mais uma classificação ou constatação objetivo-científica sobre uma identidade, assim como transexual ou travesti em termos médicos, psiquiátricos ou psicológicos. Trata-se de visibilizar que a cisgeneridade não é natural, mas tão inventada quanto identidades não cis, que a cisnormatividade aponta como “falsificações” (Favero, 2020, 2021; Vergueiro, 2016), tentativas fracassadas de serem cisgênero ou construções para se aproximar cada vez mais deste (Vergueiro, 2016).

Nesse sentido, propõe-se aqui um relato de experiência clínica focado na experiência de atuação profissional de quem vos fala, da psicóloga que *analisa*. A ideia de relato de experiência clínica sugere a exposição de casos. Todavia, como não existe uma clínica, mas várias, não se faz coerente um gênero acadêmico que se pretenda universal em seus formatos. Portanto, esse relato de experiência clínica não trará trechos de falas de mulheres transexuais ou travestis nos atendimentos, visto que se trata de um relato de experiência da cisgeneridade no uso de suas posições de análise, com maior ou menor abertura às realidades que se apresentam no cenário psicoterapêutico. Trata-se de um relato sobre o histórico de deslocamentos que se tem feito das cisnormatividades e a problematização das armadilhas que colocam em constante demanda a criatividade política.

Tal como recordam Dumaesq (2016) e Jota Mombaça (2015), problematizar o lugar de escuta em vez do lugar de fala, pretende-se problematizar

a escuta, a fala, a expressão e os afetos posicionados a partir de uma identidade negra cisgênero intrincada em uma identidade profissional de psicóloga constituída também a partir desses marcadores. No entanto, como afirmam as autoras, não se trata de um processo de alterização, mas de difração, um processo de desafogar-se de si mesma, abandonando o Narciso interior descrito no trecho de Grada Kilomba, apresentado na epígrafe deste capítulo.

Será abordada a cisnormatividade na psicologia a partir das expressões dos processos de dominação racial e a superioridade branca sobre a população negra brasileira, a produção de adoecimento psíquico reflexo dessas lógicas e, por fim, notas sobre a prática da psicologia clínica apontando os rastros ancestrais e baseados em uma gramática pajubariana como pistas para caminhos mais emancipadores das humanidades miradas por esse campo profissional.

“Não fale mais sobre isso”: cisnormatividade e racismo na psicologia

Se o biologismo atuou no século XIX a partir da condenação das diferenças raciais, atualmente, esse mesmo problema tem sido utilizado para negar a diversidade de gênero e fixar o sexismo como um sinônimo de feminilidade. Há décadas que a psicologia tem sido destacada pela sua adesão aos modelos de ciência hegemônicos que negligenciavam as desigualdades sociais e situações de opressão. A psicóloga brasileira Silvia Lane, ao propor uma psicologia social crítica, enfatizou a necessidade de teorias e conceitos que promovessem transformação social em vez de utilizar a realidade apenas como um exemplo para a prática acadêmico-científica (Bock *et al.*, 2007). Para essa teórica, os fenômenos estudados pela psicologia não seriam naturais em uma realidade em que os indivíduos teriam de se adaptar, mas ideologicamente naturalizados em uma narrativa pertinentes a interesses políticos de uma parte da sociedade beneficiária desse discurso, o biologismo seria o ato de tornar biológico – natural – aquilo que é social, histórico e cultural (Bock *et al.*, 2007).

Embora o modelo de ciência biologista não tenha sido uma invenção da psicologia, ele se constituiu como um atravessamento das ciências humanas importadas do continente europeu sendo recriado no campo da psicologia (Bock *et al.*, 2007). Segundo Márcia Jungles (2009) e Heloisa Domingues (2014), a gênese do biologismo no Brasil remonta à propagação das teorias darwinistas durante a passagem do regime colonial ao Estado republicano na América Latina, quando se buscava construir países-nação reproduzindo modelos europeus de civilização. Essas autoras ressaltam que houve uma distorção da obra de Charles Darwin, levando à utilização de princípios supostamente darwinianos para justificar a superioridade da raça branca às demais. Márcia Jungles (2009) chega a destacar que as ideias de Darwin chocaram o catolicismo predominante dos colonizadores íbero-portugueses. Todavia, o pensador Édouard Glissant afirma que essa teoria foi apenas uma substituição do paradigma cristão quando se trata da preservação de uma origem unânime da humanidade da qual derivariam todos seus descendentes pela filiação. Segundo o autor, o pensamento ocidental se fundamenta na ideia de que a humanidade e a natureza provêm de uma raiz única e hierárquica que molda o modo de ser e existir no planeta. Para ele, isso se contrapõe a outros saberes e culturas em que haveria uma pluralidade de pertencimentos (Glissant, 2021).

Seja pela reprodução de uma racionalidade ocidental moderna ou de uma cultura de dominação e desumanização de outros povos, a noção de biologia tem se destacado através da noção de natureza e tipo de relação com a mesma no mundo ocidental. Em algumas cosmogonias africanas, isto é, formas de perceber a realidade não somente com a razão nos moldes europeus, mas também com o corpo – que também não é somente individual, mas também coletivo e espiritual –, a biologia corporal não determina o papel social em dada comunidade, o impacto e posição de uma pessoa em um tecido coletivo se dá por critérios etários e ritualísticos. O gênero não se resume aos órgãos genitais, estando associado à função social e espiritual (Oyěwùmí, 2004).

É nesse sentido que uma psicologia derivada do pensamento moderno ocidentalizado e biologista, que ainda hoje perdura nas ciências humanas e da saúde (Conceição; Riscado; Vilela, 2018), se torna cúmplice de sistemas

de dominação há séculos perpetrados na história das sociedades. No Brasil, o curso de Psicologia, juridicamente formalizado em 1962, buscou atuar para classes sociais elitizadas por meio da clínica individual ou pela avaliação psicológica, com o intuito de cancelar os mais aptos para o mercado de trabalho (Cordeiro; Spink, 2018). Tanto o campo da avaliação quanto o campo clínico foram baseados em uma ideia de indivíduo responsável por si mesmo e pelo seu destino independentemente da vida social e histórica de onde provém e participa (Cordeiro; Spink, 2018). O atendimento psicológico passou a operar de e para as elites, atento a suas demandas e produzindo conhecimento universalizado a partir dessas realidades (Cordeiro; Spink, 2018).

Os hospitais psiquiátricos, popularizados pela Liga Brasileira de Saúde Mental nas décadas de 1920 e 1930, produziram efeitos materiais, simbólicos e políticos ao disseminar a tese eugenista de que quanto mais longe da racialidade branca, mais perigosas e inferiores seriam as outras raças (David; Vincentin, 2020). O estigma da loucura advindo dessas instituições, as quais se baseavam no modelo asilar-manicomial europeu, isto é, uma forma de isolamento dos corpos improdutivos, problemáticos e com necessidades especiais, converteu-se em um instrumento de controle e repressão de corpos negros e dissidentes no Brasil (Figueirêdo; Delvati; Tavares, 2014). Isso porque as teorias eugenistas postulavam que o estágio mais evoluído da humanidade era o homem branco, heterossexual, cisgênero, sem deficiências e demais marcadores sociais considerados dissidentes (Andrade Júnior, 2016). Emiliano David e Maria Vincentin (2020) destacam Eliane Brum, que ao prefaciá-lo o livro *Holocausto brasileiro*, de Daniela Arbex, afirma a composição majoritária de um dos maiores manicômios da história do Brasil: epiléticos, alcoolistas, homossexuais, pessoas incômodas para alguém com mais poder, prostitutas, entre outras pessoas que se rebelavam – todas sem diagnóstico de doença mental. Quando consideramos que 90% das travestis e mulheres trans tem recorrido à prostituição (Associação Nacional de Travestis e Transsexuais, 2022), fica visível que os manicômios também foram utilizados como violência institucional contra esse grupo social.

São gritantes as formas de violência formalizadas em práticas de cuidado dentro do campo da saúde. Desde a abolição da escravidão e início da construção da República brasileira, é possível observar o modo como o Estado vem tratando as populações dissidentes. No caso da população negra, a Lei Áurea outorgou o interrompimento do escravagismo, mas os libertos foram deixados à mercê do desemprego e da miséria, sem nenhuma política pública direcionada à mínima inserção social (Cunha Junior, 2019). Pelo contrário, foram criadas Leis “anti-vadiagem” para combater a suposta ociosidade natural dessas populações, quando eram cogitados para o mercado de trabalho formal os ex-escravizados eram vistos como crianças a serem reeducadas e ressocializadas pelo trabalho assalariado (Lucas; Monteiro, 2020). A legislação abolicionista se baseava nos cânones europeus, na medida em que se configurava como um braço do Estado direcionado a construir uma nação moderna e próspera, sendo o embranquecimento um instrumento para “civilizar” o país (Cunha Junior, 2019).

Esse tipo de concepção perdura até os dias atuais, mediante as formas como o Estado “cuida” das populações negras e dissidentes ao torná-las casos de polícia, de patologização e demais formas de institucionalização dedicadas a controlar, disciplinar e tutelar, lógica que se estende às políticas e diretrizes públicas de saúde e impactam a prática clínica da psicoterapia (Cordeiro, 2013). Um exemplo disso se dá no processo de hormonização, quando passa a ser autorizado após a emissão de documentos tais como o laudo psicológico (Favero, 2021), como se um profissional de psicologia tivesse de conceder autorização para tal procedimento. Sofia Favero (2021) demonstra como essa necessidade burocrática está atrelada à constante preocupação com os casos em que pessoas se arrependem do processo de hormonização ou transição, mesmo que esses casos sejam estatisticamente mínimos. A autora ressalta como essa exigência está enraizada em concepções transfóbicas, nas quais a reversão da transição se torna mais importante do que as demandas da maioria da população que transiciona, além dos procedimentos de cirurgias plásticas extremamente invasivas, realizadas por pessoas cisgênero não serem alvo desta vigilância.

Se ainda hoje se constata a reprodução do racismo científico no campo da saúde (Santos *et al.*, 2022), em que a psicologia clínica busca seus

referenciais teóricos, éticos e epistemológicos, não é difícil imaginar o palco de violência que as psicoterapias podem se tornar. Basta observar a quantidade de profissionais que reclamam da divulgação de pautas políticas nas redes sociais dos Conselhos de Psicologia com a ideia de que esses assuntos não são pertinentes ao nosso campo de atuação. Muitas vezes, são os mesmos psicólogos que dizem considerar a “diversidade humana” em seus consultórios, mas partindo de uma neutralidade científica que ignora as repercussões éticas e sociais das posturas profissionais, além da concepção de humanidade centralizada em referenciais europeus. Isso abre espaço para casos em que psicólogos, ao entender gênero como sexo ou feminilidade como sexismo, passam a desrespeitar as feminilidades não cisgênero ou mesmo a orientar mulheres trans e travestis a “se tornarem femininas” copiando o comportamento e trejeitos estereotipados de mulheres cisgênero. Em ambos os casos, essa noção distorcida de “inclusão” ou valorização das relações de gênero na psicologia clínica pode utilizar a raça como escudo, tanto ao diluir um marcador social em outro completamente distinto – não distinguir gênero e raça –, como para afirmar concepções transfóbicas de negritude.

Meu cabelo natural? Embranquecimento e cisnormatividade

Há mais de duas décadas, Maria Aparecida Bento já constatava que quando empresas e instituições publicizavam a “diversidade” em seus quadros, na prática se estava considerando mulheres e homens cisgênero, lésbicas e homossexuais (Bento, 2002). Ao longo dos últimos anos, foram outorgadas políticas afirmativas para populações negras no ensino superior e timidamente em alguns concursos públicos, mas só recentemente, em 2023, têm sido protocolados Projetos de Lei (PL) para a reserva de vagas para pessoas transgênero em empresas privadas, concursos públicos, universidades públicas e institutos federais (Brasil, 2021, 2023). Isso alude a duas temáticas que têm emergido do encontro entre pautas sociais trans e negras: a transfobia em movimentos sociais

negros e o racismo em movimentos sociais de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e muito mais (LGBTQIAPN+), ambas podem ser abordadas a partir do problema social causado pelo embranquecimento e adoção de valores civilizatórios europeus.

Megg Gomes Rayara de Oliveira, em seu artigo “Por que você não me abraça?” (2018), descreve como, na década de 1950, travestis negras eram relegadas à pobreza, exposição à violência e vigilância policial constante, enquanto a comunidade cishomossexual branca de classe média já estava mais assistida e até mesmo as travestis brancas conseguiam trabalho, ainda que restritas à prostituição e ao teatro. A autora também chama atenção para a participação de mulheres trans e travestis em movimentos sociais negros, no quais se tem a predominância de homens cis e heterossexuais como lideranças políticas. Segundo ela, historicamente os significados de negritude tem gravitado em torno da figura do negro cisheterossexual, viril pela força física, violento e de sexualidade fetichizada¹ (Megg Gomes Rayara de Oliveira, 2018). Isso em um país em que uma das principais pautas dos movimentos negros tem sido o combate ao genocídio da juventude negra, ao mesmo tempo em que no Brasil, o país recorde em assassinatos de pessoas trans no mundo, 80% dos homicídios correspondem a pessoas transgênero negras que também são jovens (Megg Gomes Rayara de Oliveira, 2018).

Essa contradição ganha um ponto em comum quando se considera a imbricação entre gênero e raça presentes no processo de embranquecimento brasileiro, derivado da disseminação global da superioridade branca ao longo de diferentes sociedades e períodos históricos. Discorrendo sobre o surgimento dos proto-racismos na Antiguidade, Carlos Moore Weddenburn (2007) destaca a tese do pensador Cheik Anta Diop sobre as origens sociais e culturais das sociedades europeias, sendo possível sublinhar os

1 A autora recomenda que a referência e citação aos seus textos seja realizada com o nome completo, visibilizando seu gênero. Nas citações indiretas e referência optou-se por reproduzir o formato indicado por ela.

trechos em que suas matrizes culturais são caracterizadas pela maior propensão para a violência, o expansionismo, a xenofobia e o individualismo. Segundo Diop, durante a Era Paleolítica, a vida nômade era constrangida por um ambiente hostil, com baixas temperaturas, solo gelado e dependência da caça, fato que levou os povos da região setentrional europeia a se organizarem em ambientes fechados, de pequenos grupos, e vendo no desconhecido e estrangeiro uma ameaça externa a sua autopreservação (Weddenburn, 2007). Para esse autor, a centralidade no homem e no falo como símbolo de poder mediante a inferiorização feminina, somados à violência e conquista desenfreados, conduziram à formação de religiões e sistemas metafísicos pessimistas, além do sentimento de medo e repulsa pelo Outro (Weddenburn, 2007). A eleição do fenótipo racial e dos traços corpóreos na formação do pensamento greco-romano também são relacionados por Weddenburn (2007) ao desenvolvimento das primeiras formas de racismo, considerando os valores civilizatórios profundamente sexistas vinculados à figura masculina do guerreiro conquistador, apresentando uma interpretação restrita das relações de gênero. Nessa perspectiva, os estrangeiros eram vistos como bárbaros adequados ao regimes da escravidão devido a sua suposta inferioridade (Weddenburn, 2007).

A utilização do fenótipo como critério de valor e dignidade é comumente relatada na literatura historiográfica como dispositivo de racismos e opressões, seja para se referir a valores morais e religiosos, como nas sociedades greco-romanas e cristãs, ou às capacidades humanas nas sociedades modernas (Diop, 2014; Wedderburn, 2007). Como demonstram Emiliano Deivid e Maria Cristina Vicentin (2020), a medicina eugenista adotada no Brasil promoveu a relação entre o estigma da loucura e a população negra devido às diferentes características fenotípicas, utilizando a biologia para patologizar grupos sociais e postulando que o embranquecimento promoveria a evolução das raças. Em ambos os contextos históricos, chama atenção a influência do gênero e da raça como critérios de inferiorização nas matrizes culturais europeias e no pensamento ocidental moderno. Principalmente quando o gênero masculino, acompanhado da simbologia sexista do falo, passa a significar dominação, força e expropriação, marcas históricas da raça branca e seus ideais de superioridade.

A antropóloga e pesquisadora Marimba Ani (1994) também caracteriza as bases estéticas originárias da matriz cultural europeia, ela afirma que a noção de beleza eurocentrada advém de uma concepção de estética que, em suma, serve a duas finalidades: universalizar ideais de beleza embranquecidos e controlar os sentidos por meio de um racionalismo estético. Ani (1994) demonstra como os europeus passaram a conceber a beleza através da análise intelectual, em primeiro lugar por desprezar ou condenar os sentidos e privilegiar a razão, introduzindo no corpo a hierarquia de valor que direciona aos outros povos, em segundo lugar por estabelecer como belo aquilo que se assemelha a sua imagem fenotípica idealizada. Nas palavras de Alice da Silva Vitória (2020), “a razão é branca como a emoção é negra”. A desvalorização das emoções na recepção estética, o belo pensado, justificado e validado por poucos entendedores passa a ser a norma, o exclusivismo individualista passa a ser sinônimo de virtude (Ani, 1994). Ao contrário da estética em matrizes culturais africanas, a beleza não tem apenas valor contemplativo-passivo, mas está conectada com a vida comunitária e à sacralidade, expressa a relação e comunicação com a natureza cósmica das cosmo percepções de mundo africanas (Ani, 1994). Portanto, essa estética não prioriza uma beleza calculada, não há exigência de originalidade ou excepcionalidade, a imitação e o mimetismo são agradáveis e a repetição musical, o ritmo, opera como um drama-ritual, uma lógica espiritual em que o foco se desloca para a experimentação e espontaneidade criadoras, mais que social, comunalmente compartilhadas (Ani, 1994).

Diante de tais referências, é possível problematizar as representações de beleza contemplativas atreladas às feminilidades cisnormativas ocidentais, representações sexistas que agridem corpos racializados e dissidentes de gênero. A passividade que acompanha os ideais de beleza cisnormativos, cada vez mais abstratos à vida concreta e comprometidos com a exclusividade individualista de elites econômicas e midiáticas, atua pela docilização das que são capturadas por essa lógica, tendo em vista que objetiva adaptar a uma sociedade embranquecida. As estéticas negras e trans, ao contrário, periféricas, quilombolas, faveladas e não conformáveis, comunicam em tom ativo os valores e intenções comuns de grupos sociais insubordináveis. Nessas perspectivas, o desejo de legitimação externa

cede lugar à expressão, à comunicação, à provocação e à pulsação junto a uma natureza concebida como parte de humanidades cosmopertencentes.

A imposição de feminilidades sexistas e cisnormativas atua como disparadora de adoecimento, fixando as diversas identidades femininas em lugares sociais mortificadores, pois demanda uma comparação e qualificação interminável de quem é mais e menos feminina, de quem é “verdadeiramente” portadora de feminilidade. Nessa lógica, o compromisso com uma verdade inventada a partir do biologismo passa atuar como critério religioso, moral e até mesmo de saúde em práticas que incluem a atuação da psicologia. Esse tipo de violência dada pelo embranquecimento via centralização de valores civilizatórios europeus aparece nas pressões estéticas e diversas formas de rebaixamento social sobre mulheres cisgênero brancas; nas objetificações racistas e desumanizadoras sobre mulheres cisgênero negras; assim como nas normatizações dos processos de transição de mulheres transgênero e travestis, ao colocar as feminilidades embranquecidas como única possibilidade de autoafirmação.

Partindo do feminismo negro estadunidense, Patrícia Hill Collins (2016) denomina os diversos estereótipos, positivos ou não, imputados a mulheres negras como “imagens de controle”. Collins (2016) chama atenção para esse mecanismo social que atua com a finalidade de colocar essas mulheres em seus “devidos lugares”, a rotulação e a ridicularização de feminilidades que desafiam ideários patriarcais tendem a ser mecanismos de opressão voltados para controlar esse público. Segundo a autora, existe uma expressiva diferença entre incentivar mulheres negras a incorporarem as imagens de controle, tornando-as refém das mesmas, ou estimular que elas assumam qualidades e características úteis à autoafirmação mesmo quando forem objeto de escárnio público. Nesse caso, seria possível criar autoavaliações e autodefinições desafiantes das imagens controladoras, possibilitando assim modos de resistência aos processos de dominação. Em recente estadia na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Patrícia declarou que o feminismo negro tem os mesmos interesses que o movimento trans: “lutar para viver em um corpo livre” (Ferreira; Avelar, 2023). Partindo dessa perspectiva, é possível gerar perguntas sobre como as imagens de controle cisnormatizantes afetam a autodefinição e autoafirmação de feminilidades

transgênero, considerando, por exemplo, casos em que profissionais de psicologia insistem em interpretar como passabilidade os momentos de processos de transição, que nada tem a ver com a internalização de imagens de controle direcionadas às pessoas cisgênero.

O biologismo cisnormativo também pode se apresentar como resgate ancestral, fazendo-se presente em discursos militantes, como o da visibilização identitária dos cabelos crespos. Com a intenção de valorizar características físicas que remetem à negritude, alguns posicionamentos acabam por associar a ausência de química invasiva nos fios à valorização de uma suposta pureza fenotípica. Quando isso acontece nos meios sociais negros, é importante ressaltar que nenhuma característica cisgênero é natural, mas sim *naturalizada* ou *politicizada*. O *black power* por si mesmo nada representa enquanto símbolo negro isolado, simplesmente como um cabelo, por mais que o descarte das chapinhas facilite a vida de muitas. A ênfase demasiada nas características físicas faz com que as pessoas se percam em personagens abstratas, levando, por exemplo, à equivalência entre consciência e aparência racial. A ostentação de símbolos que remetam à cultura negra pode gerar compartilhamento coletivo pontual, mas não irá passar disso se não estiver articulada com pautas que de fato busquem uma transformação substancial da realidade concreta de populações negras. Por isso, mais que “meu cabelo natural”, torna-se relevante a assertiva “meu cabelo político!”.

Outra forma de biologismo disfarçado de ancestralidade ocorre quando se distorcem afirmações, como as da pesquisadora nigeriana Oyèrónkè Oyěwùmí ao apontar o gênero como uma invenção ocidental não familiar às matrizes culturais africanas pré-colonizações. Atualmente, existem interpretações que, conforme a própria autora, traduzem de forma sexista e genitalista a matrifocalidade e a noção de feminino nessas sociedades, compreendendo de modo binarista e em mútua negação as noções de feminino e masculino ligadas aos papéis coletivos nas comunidades matrifocais (Oyěwùmí, 2021). Dessa perspectiva, o útero metafísico ligado à prosperidade e poder é reduzido ao útero biológico e a atuação feminina ativa nas decisões coletivas e gestão de recursos é visto como superioridade do gênero feminino, sendo que a complementariedade dos papéis sociais de

algum modo correspondentes às noções ocidentais de gênero sempre estiveram ligados à vida comunitária dessas culturas (Oyěwùmí, 2021).

Na obra *Cosmopoéticas do refúgio* (2020, p. 32), o antropólogo Dénêtem Bona endossa essa narrativa ao descrever que as experiências de transe espiritual africano, como as do vodu e do candomblé, possibilitam “metamorfoses místicas”, pois nelas:

[...] o corpo não se reduz mais a uma coleção de órgãos, se transforma em onda vibratória. A metamorfose surge das pulsações rítmicas de um erotismo sagrado. O corpo tomado pelo transe é corpo carnavalesco, utópico, onde se opera a subversão da identidade, do estado civil, da máquina binária dos gêneros [...] o transe implica uma transsexualidade, pois os Iwas são incorporados pelos housi, sem levar em conta seu sexo.

Diferenciando da espiritualidade europeia hegemônica, o autor acrescenta:

Como transgridem diariamente a ordem social heteronormativa ‘consagrada’ pela Igreja (uma das matrizes da ordem colonial), pois seu modo de vida já pressupõe uma espécie de metamorfose, travestis e homossexuais ocupam um lugar privilegiado no vodu (Bona, 2020, p. 31).

Assim, compreende-se que, embora a violência racial e a violência transfóbica se encontrem no embranquecimento e na disseminação da superioridade branco-europeia, a potencialidade ancestral e diaspórica das populações negras une vozes além do Atlântico e das gerações às existências travestigêneres. Dessa forma, a emancipação trans torna-se indissociável da emancipação negra, sendo imprescindível uma educação para as relações raciais que também seja uma educação para as relações de gênero. É nesse sentido que a orientação técnica e ética da psicologia clínica em sua prática cotidiana poderá beber de outras matrizes culturais para outros frutos resultantes de um efetivo compromisso ético-político.

Do pretuguês à gramática pajubariana: tensionamento e criatividade clínico-política

Assim como as mães escravizadas transmitiram valores civilizatórios africanos, atuando como as “mães pretas” através de uma linguagem de afetos denominadas por Lélia Gonzalez (2020, p. 16) como “pretuguês”, variadas foram as tecnologias criadas pelas populações negras para sobreviver à violência escravista. Segundo Lélia, o pretuguês nasceu no Quilombo do Palmares, considerado por ela como o berço da nacionalidade brasileira. O pretuguês constituiu-se como a língua oficial dos quilombos, sendo a própria africanização da cultura brasileira que escapou ao embranquecimento. Esse dialeto possibilitou a difusão das culturas e valores civilizatórios de matrizes africanas, levando à constituição de um imaginário popular subversivo através do carnaval, do samba, da ginga, da descontração e outras formas de preservação e recriação das africanidades diaspóricas, processo chamado por Abdias do Nascimento (2009, p. 197) de “quilombismo”.

Em meio ao epistemicídio apagador de referências e existências africanas desde o período colonial, a cisnormatividade racista, ou “ciscolonialidade” nas palavras de Viviane Vergueiro (2016), promoveu a invisibilização de populações africanas transgênero. Xica Manicongo é descrita pela psicóloga e pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus (2019) como a primeira travesti negra brasileira identificada durante o período colonial. Tal apagamento se soma à ocultação e distorção das contribuições africanas para a consolidação e desenvolvimento da sociedade brasileira, fato que impõe à psicologia uma ampla jornada de resgate e afirmação histórico-cultural das humanidades dissidentes do “ethos” dominante colonizador.

Os referenciais europeus incutidos nas noções de sujeito adotadas nas teorias psicológicas clássicas e também em perspectivas atuais das ciências psicológicas têm sido cada vez mais questionados e fragilizados por apresentarem limites éticos, epistemológicos e conceituais. As mudanças políticas ocorridas nos governos brasileiros após a ditadura militar facilitaram a consideração de pautas há décadas pressionadas pelos movimentos sociais, como a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS),

e a reforma psiquiátrica (Figueirêdo; Devalati; Tavares, 2014). Nessa época, o fortalecimento da psicologia social na América Latina se estendeu ao Brasil, endossando o desenvolvimento de uma psicologia social crítica e com compromisso ético-político (Cordeiro, 2013, Crochick, 2018, Cordeiro; Spink, 2018), a inauguração da Associação Nacional de Psicologia Social (Abrapso) em 1980, corrobora essa dinâmica. A partir da década de 1990, com a chegada dos estudos estadunidenses sobre branquitude no Brasil, as relações raciais passam a tematizar importantes estudos de psicologia dedicados à análise do racismo institucional e das condições de vida das populações negras (Bento, 2002, 2022; Carone; Bento, 2007). Quase no mesmo período, em 1992, inicia-se a articulação do Movimento Nacional de Travestis e Transexuais com a criação da Associação de Travestis e Liberados (Astral), que em 1997 se transformará na Rede Nacional de Travestis e Liberados (Rental), e nos anos 2000 será novamente renomeada como Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

Tal como relata Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018), o desenvolvimento do ativismo trans gerou lideranças políticas importantes para a reivindicação de demandas essenciais às populações trans brasileiras. Algumas intelectuais e lideranças negras citadas por ela são Keila Simpson, presidenta da Antra, Jovana Baby, Cris de Madri, Cris Stefany, Janaína Lima e Dediane Souza. A educadora social Pullet Furacão, mulher transexual, relata em entrevista as dificuldades geradas pela falta de políticas públicas voltadas para populações trans e negras, ressaltando o efeito negativo que a ausência de políticas públicas para populações negras gera nos segmentos trans. Na mesma direção, Nicole Machado, transexual negra, estudante de Bacharelado em Mediação Cultural, afirma que embora haja certa abertura para a participação de mulheres trans em debates centrais em movimentos negros, as reflexões sobre as demandas dessa comunidade acabam resultando em ponderações superficiais, dado que esse grupo acaba sendo generalizado nos assuntos sobre toda a comunidade LGBTQIAPN+. Os exemplos citados demonstram a importância da autodeterminação transgênero em movimentos sociais e em espaços de poder, pois não há como contemplar populações sem a escuta e inserção política de suas integrantes em espaços de decisão e representação política.

Do mesmo modo, não há como construir uma prática clínica qualificada e consonante com o *Código de ética profissional do psicólogo* sem levar em conta as intelectualidades desse grupo social. Sobre isso, a psicóloga, escritora e pesquisadora Sofia Favero (2021) ressalta a importância de não somente valorizar literaturas, saberes e experiências trans, mas também somar às reivindicações pela maior inserção e formação qualificada dessa população nos cursos de psicologia. A autora também propõe a adoção de uma pajubá-terapia, orientação ética e epistemológica pautada nas gramáticas, imaginários e vivências compartilhadas pelas diversas experiências de transgeneridade no Brasil. A pajubá-terapia não somente se coloca como produção qualificada de terapêuticas comprometidas com a saúde de pessoas transgênero, mas também como alternativa a modelos científicos normatizantes que em nada contribuem para as outras realidades brasileiras (Favero, 2021).

Assim como o pretuguês, o pajubá se coloca como recurso intelectual para a orientação ética e teórica da psicologia clínica, essas gramáticas sociais que a princípio podem se mostrar restritas às populações dissidentes, tem, em realidade, uma proposta de substituição das psicologias normatizantes e reprodutoras do racismo à brasileira. Colocam-se como modelos que podem substituir conceitos baseados em visões individualistas, tutelares e essencialistas dos processos subjetivos que compõem as relações sociais em suas dimensões coletivas e individuais.

Considerações finais

Diante do panorama realizado, compreende-se a necessidade da psicoterapia como clínica política, recorrendo não somente à criatividade, mas também ao desejo de transformação de estruturas sociais historicamente opressoras. Neusa Santos Souza (1990) orienta que tornar-se negro, tornar-se pessoa, significa também um processo de (des)tornar-se objeto, abandonar a objetificação na qual populações negras são obrigadas durante a violência racial. Isso significa renunciar a ideia de sujeito e humanidade hierarquizada e exclusivista que sustenta a visão branca e

ocidental hegemônica, compreendendo as origens coletivas da singularidade e da individualidade (Diop, 2014; Krenak, 2019). E também conceber que a rejeição da cisnormatividade fornece caminhos sustentáveis para esse processo, simpatizando a construção de diálogos multiculturais des-toantes do humanismo clássico europeu e seus modos de relação social fundados em violência. Da estética e imagens de controle à produção de narrativas genuínas e autodeterminantes.

Ao construir e fortalecer formas de socialibilidade horizontais, valorizando os conhecimentos e cosmopercepções subalternizados ao longo da história, podemos nos lançar a outras bases de convivência e relação com a natureza. Propor-se a esse projeto é saber, por exemplo, que quando não há mais o espelho de Narciso, ainda é possível se enxergar pelo abebé de Oxum, e tantas outras referências não corroídas pela soberba colonial.

Referências

ANDRADE JÚNIOR, M. de J. *A contribuição da Medicina na construção do Racismo Científico no Brasil: um olhar sobre a Eugenia*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Medicina) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/20751>. Acesso em: 5 mar. 2023.

ANI, M. *Yurugu: uma crítica afrocentrada do pensamento e comportamento cultural europeu*. Trenton: Africa World Pr, 1994. Disponível em: <https://estahorareall.wordpress.com/2015/08/07/dr-marimba-ani-yurugu-uma-criticaafricanocentrada-do-pensamento-e-comportamento-cultural-europeu/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. Brasília, DF: Distrito Drag, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

BAIRROS, L. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, 2000. Não paginado. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20990>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BENTO, M. A. da S. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia da Aprendizagem) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.47.2019.tde-18062019-181514>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BENTO, M. A. da S. *O pacto da branquitude*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Luciana Genro protocola projeto de lei para garantir cotas para pessoas trans em concursos públicos. *Assembleia Legislativa*, Porto Alegre, 14 jul. 2023. Disponível em: <https://ww4.al.rs.gov.br/noticia/332240>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei nº 144, de 2021. Dispõe sobre a reserva de vagas de emprego, ou estágio para Mulheres transexuais, travestis e homens transexuais nas empresas privadas e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2021. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1989655#:~:text=APENSE%2DSE%20%C3%80\(AO\)%20PL%2D5593%2F2020.&text=Deputado%20Alexandre%20Padilha\)-,Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20reserva%20de%20vagas%20de%20emprego%2C%20ou%20est%C3%A1gio,privadas%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1989655#:~:text=APENSE%2DSE%20%C3%80(AO)%20PL%2D5593%2F2020.&text=Deputado%20Alexandre%20Padilha)-,Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20reserva%20de%20vagas%20de%20emprego%2C%20ou%20est%C3%A1gio,privadas%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias). Acesso em: 23 jun. 2024.

BOCK, A. M. B. et al. Sílvia Lane e o projeto do “Compromisso Social da Psicologia”. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 19, p. 46-56, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500018>. Acesso em: 3 jan. 2023.

BONA, D. T. *Cosmopoéticas do refúgio*. Florianópolis: Cultura e barbárie, 2020.

CARONE, I.; BENTO, M. A. *A Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2007.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CONCEIÇÃO, M. C. da; RISCADO, J. L. de S.; VILELA, R. Q. B. Relações étnico-raciais na perspectiva da saúde da população negra no curso de medicina: análise curricular. *Revista Brasileira de Ensino Superior*,

Passo Fundo, v. 4, n. 3, p. 34-56, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18256/2447-3944.2018.v4i3.2606>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CORDEIRO, M. P. Psicologias sociais cientificista e crítica: um debate que continua. *Psicologia: Ciência E Profissão*, Brasília, DF, v. 33, n. 3, p. 716-729, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300015>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CORDEIRO, M. P.; SPINK, M. J. P. Apontamentos sobre a História da Psicologia Social no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 2018. Não paginado. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/42223/29270>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CROCHICK, J. L. Teoria crítica e psicologia social: relevância das pesquisas empíricas. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 30, p. 1-9, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30174315>. Acesso em: 5 fev. 2023.

CUNHA JUNIOR, H. Bairros negros: a forma urbana das populações negras no Brasil. *Revista da ABPN*, Curitiba, v. 11, p. 65-89, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.31418/2177-2770.2019.v11.c.1.p65-86>. Acesso em: 9 mar. 2023.

DAVID, E. de C.; VICENTIN, M. C. G. Nem crioulo doido nem negra maluca: por um aquilombamento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 44, p. 264-277, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E322>. Acesso em: 1 abr. 2023.

DIOP, C. A. *A unidade cultural da África Negra*: esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica. Rio de Janeiro: Edições Mulemba, 2014.

DOMINGUES, H. M. B. O darwinismo no Brasil, nas ciências e na sociedade. *Revista da UFMG*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1/2, p. 114-137, 2014. Disponível em: https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/21/06_pag114a137_heloisadomingues_darwinismobrasil.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

DUMARESQ, L. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). *Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 5, p. 121-131, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17180>. Acesso em: 23 jun. 2024.

FAVERO, S. *Pajubá- terapia*: ensaio sobre a cisnorma. Porto Alegre: Nemesis, 2020.

FAVERO, S. Não somos (todas) garotas dinamarquesas: gênero, ciência e a produção de conhecimento em esquinas latinas. *Periferia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 185-206, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/47535> . Acesso em: 23 jun. 2024.

FIGUEIRÊDO, M. L. de R.; DELVATI, D. M.; TAVARES, M. G. Entre loucos e manicômios: história da loucura e a reforma psiquiátrica no Brasil. *Caderno de Graduação: Ciências Humanas e Sociais*, Alagoas, v. 2, n. 2, p. 121-136, 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/1797>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FERREIRA, C.; AVELAR, D. Feminismo negro e ativismo trans têm mesmo interesse, diz Patricia Hill Collins. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 jun. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/06/feminismo-negro-e-ativismo-trans-tem-mesmo-interesse-diz-patricia-hill-collins.shtml> Acesso em: 10 mar. 2023.

GONZALES, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GLISSANT, É. *Poética da Relação*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

JESUS, J. G. de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 250-260, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/redoc.2019.41817>. Acesso em: 20 mar. 2023.

JUNGLES, M. O darwinismo no Brasil e na América Latina. *IHU online*, São Leopoldo, 31 ago. 2009. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2776-heloisa-maria-bertol-domingues>. Acesso em: 20 mar. 2023.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUCAS, E, S, R.; MONTEIRO, M, G. Nas margens do mundo livre: anti-vadiagem, punição e relações de trabalho no mundo lusófono no contexto da abolição e do pós-abolição. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 19., 2020, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/anais/trabalhos/trabalhosaprovados>. Acesso em: 30 abr. 2023.

OLIVERIA, M. R. de. Por que você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. *International Journal on Human Rights*, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 167-179, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp->

content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-megg-rayara-gomes-de-oliveira.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

MOMBAÇA, J. Pode um cu mestiço falar? *Medium*, [s. l.], 6 Jan. 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7944094/mod_resource/content/1/MOMBACA_Jota_Pode_um_cu_mestico_falar_Pu.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

NASCIMENTO, A. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico- cultural da população afro- brasileira. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2019. p. 197-219.

OYĒWÙMÍ, O. *Conceituando o Gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. Dakar: CODESRIA, 2004. (Gender Series).

OYĒWÙMÍ, O. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

TRUTH, S. “E não sou uma mulher?”. *Portal Geledés*, São Paulo, 8 Jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 8 mar. 2023.

SANTOS, M. C. dos *et al.* Análise da abordagem da história do racismo científico no ensino de ciências: resultados de uma revisão da literatura. *História da ciência e ensino*, [s. l.], v. 25, p. 45-61, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/2178-2911.2022v25esppp.45-61>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M. G.; MOUTINHO, L. (org.). *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*. Salvador: Edufba, 2016. p. 249-270. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>. Acesso em: 20 mar. 2023.

VITÓRIA, A. da S. O impacto do utamawazo ocidental na emocionalidade negra diaspórica. *Diálogos interdisciplinares (Braz Cubas)*, Mogi das Cruzes, v. 10, n. 1, 2020. Não paginado. Disponível em: <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/970>. Acesso em: 20 jun. 2024.

VITORINO, C. Castiel23. *Instagram*, [s. l.], 10 mar. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cpn5g24P4bc/?igsh=d2c1czhnOWJzaXhn>. Acesso em: 30 jan. 2023.

WEDDERBURN, C. M. *O racismo através da história: da antiguidade à modernidade*. Brasília, DF: Associação Brasileira das Instituições Comunitárias do Ensino Superior, 2007. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180411135846id_/http://www.abruc.org.br/sites/500/516/00000672.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA SOROPOSITIVIDADE AO HIV NA ATUALIDADE

Airton Pereira do Rêgo Barros

São quase 40 anos de presença social do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) nas sociedades ao redor do mundo, fato que levou a transformações não só ao nível da concepção da doença, mas nos comportamentos sexuais das pessoas ao longo desses anos (Bueno Abad; Vilchez, 2008). Desde o início da epidemia de Aids dos anos 1980, muito se tem feito acerca do combate ao HIV a fim de se evitar o crescimento do número de doentes e infectados. Contudo, ainda são muitos os atingidos pela infecção e, nos últimos anos, o número de jovens infectados tem aumentado.

Com os avanços no tratamento do HIV, a doença que antes era vista como uma sentença de morte passou a ter o *status* de uma infecção crônica e facilmente controlável, permitindo aos infectados ter uma vida longa e fisicamente normal. Apesar dos avanços a nível do tratamento, a infecção pelo HIV segue afetada por um grande estigma, sendo o preconceito e a discriminação os problemas que, a nível social, mais afetam as pessoas soropositivas, causando um impacto negativo na qualidade de vida e nas condições psicológicas desses sujeitos. Dessa forma, compreender como as pessoas que vivem com HIV lidam com a realidade da infecção e do seu tratamento, assim como aperfeiçoar as estratégias de prevenção contra novas infecções passaram a ser as maiores preocupações no que tange a esse tema no campo da psicologia social.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é discutir as estratégias de enfrentamento a soropositividade ao HIV/Aids na atualidade, a partir de informações coletadas em estudos desenvolvidos com pessoas soropositivas e populações vulneráveis a infecção no Brasil e em outros países, para, dessa forma, entender como esse fenômeno tem sido vivenciado tanto a nível da prevenção, como a nível do tratamento e da experiência de se viver com o vírus.

Uma breve histórico da epidemia de HIV

De acordo com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaids) (2021), os dados referentes às estatísticas globais sobre o HIV mostram que, no ano de 2020, havia cerca de 37,4 milhões de pessoas em todo o mundo vivendo com o vírus; e 28,2 milhões de pessoas possuem acesso à terapia antirretroviral. No ano de 2020, houve 1,5 milhão de novas infecções por HIV, somando cerca de 79,3 milhões de pessoas infectadas pelo vírus desde o início da epidemia, totalizando 36,3 milhões de mortes decorrentes de doenças relacionadas à Aids. Em 2020, as principais populações – profissionais do sexo e sua clientela, *gays* e outros homens que fazem sexo com homens, pessoas usuárias de drogas e pessoas trans – e seus parceiros sexuais foram responsáveis por 65% das infecções pelo HIV em todo o mundo: 93% das novas infecções por HIV fora da África subsaariana e 39% das novas infecções na África subsaariana. O risco de se adquirir HIV é 25 vezes maior entre homens *gays* e outros homens que fazem sexo com homens. É importante ressaltar que esses dados refletem a situação até a chegada de pandemia de covid-19.

Santos (2018) compreende que, entre os primeiros casos de HIV na época, pouco se conhecia a respeito da infecção, sendo sua síndrome associada à morte. Esse fato propiciou a propagação do estigma e do preconceito enfrentados pelos coletivos de homossexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis, pois tais coletivos foram diretamente associados à doença, passaram a ter suas relações sociais permeadas pelo medo de contrai-la. Denise Jodelet (2002) destaca que em seu famoso estudo acerca das representações sociais da Aids, desenvolvido na década de 1980, foi constatado que, no início da pandemia, as representações sociais da doença estavam ancoradas em dois paradigmas principais: um de caráter moral e outro de caráter biológico. O estigma e o preconceito com relação à doença estariam relacionados ao paradigma moral, objetivados como castigo divino em consequência de comportamentos imorais. Portanto, tais representações associando determinados grupos a comportamentos moralmente condenáveis a partir do ponto de vista religioso têm alimentado o estigma e o preconceito até os dias atuais, por isso é

fundamental entendê-las e conhecer o processo de elaboração dessas representações. Apesar das transformações ocorridas no tratamento e nas características da epidemia, grupos específicos como os *gays* e profissionais do sexo ainda são vistos com muito preconceito.

Pensando nas estratégias de enfrentamento a nível preventivo, Seidl e demais autores (2007) falam sobre a relevância dos medicamentos antirretrovirais (ARV) que são utilizados desde meados dos anos 1980 para o tratamento do HIV e da Aids. Os primeiros antirretrovirais permitiam somente benefícios temporários, por conta de sua baixa eficácia sobre a recuperação da capacidade imunológica e os efeitos limitados sobre a redução da carga viral do HIV no organismo. A partir de 1996, novas classes de ARV foram distribuídas para o tratamento, sendo possível alcançar, por meio de terapia combinada, avanços significativos na qualidade do tratamento de pessoas infectadas pelo HIV. Contudo, alguns pacientes não usufruíram totalmente das vantagens do tratamento, por ser necessário o compromisso para adesão ao tratamento. Pesquisas mostram que mesmo falhas ocasionais na adesão à Terapia Antirretroviral (Tarv) podem comprometer os benefícios do tratamento. No passado, as dificuldades na adesão do tratamento ocorriam à medida que alguns medicamentos precisavam ser ingeridos com alimentos, outros em jejum, ou em períodos delimitados combinados com outros medicamentos, exigindo organização e compromisso do paciente em tratamento. Outra situação importante refere-se à presença de efeitos colaterais, tornando o uso da medicação como aversiva em decorrência de consequências desconfortáveis. Na atualidade, os medicamentos são muito mais modernos e seus efeitos colaterais são bem menores, ocorrendo mais a curto prazo, através de desconforto abdominal, e a longo prazo, afetando funcionamento de alguns órgãos como fígado, rins etc.

De acordo com Ledlie e demais autores (2001), como citado em Seidl e demais autores (2005), anteriormente ao surgimento da terapia antirretroviral combinada, a taxa de mortalidade infantil por Aids de crianças soropositivas era elevada, bem como a ocorrência frequente de déficits no desenvolvimento psicomotor e neurocognitivo devido à ação do HIV sobre o sistema nervoso central. Com o advento da medicação antirretroviral e o acesso ao tratamento, a qualidade de vida das crianças soropositivas

tem melhorado, fazendo com que necessidades de natureza psicossocial passem a ter novo significado e relevância. Em concordância, Brown e Lourie (2000) e Thorne e demais autores (2002), conforme citado por Guerra e Seidl (2009), complementam que destoante ao que ocorria no início da epidemia da Aids, atualmente uma quantidade significativa de crianças infectadas por transmissão vertical – transmissão do HIV da mãe para o bebê durante a gestação, parto ou aleitamento – atinge a adolescência e a idade adulta.

Com o passar dos anos, as características da epidemia foram se transformando e a infecção que antes estava associada a grupos específicos passou a atingir outras populações inicialmente não associadas à doença. A epidemia foi se entranhando em todos os espectros das sociedades ao redor do mundo e passou a atingir fortemente os heterossexuais, mulheres, idosos etc.

Os processos de pauperização, heterossexualização e feminilização da infecção por HIV foram seguidos pela vulnerabilização de pessoas mais velhas, porém, na atualidade, os jovens entre 15 e 25 anos, sobretudo os jovens homossexuais nessa faixa etária, passaram a assumir o protagonismo dos novos casos de infecção por HIV. Terto (2002 *apud* Santos, 2018) destaca que durante o século passado, as relações entre homossexualidade e saúde mobilizaram diversos debates e controvérsias, visto que os grupos de indivíduos que mantêm relações homoafetivas foram historicamente marginalizados e rotulados como grupos de risco.

Com o passar dos anos, o perfil da epidemia se diversificou, o que diz respeito a novos desafios relacionados às ações preventivas ao HIV/Aids. A mudança no perfil da epidemia alterou a significação do termo “grupos de risco”, expressão que foi substituída por “populações vulneráveis ao HIV/Aids”. A vulnerabilidade está relacionada à possibilidade de uma pessoa adoecer não somente enquanto indivíduo, mas também ao coletivo, observando o indivíduo como um todo e considerando os fatores de risco, as questões sociais, econômicas e culturais, bem como o que o levou a estar inserido no contexto da vulnerabilidade ao HIV/Aids (Soares *et al.*, 2017).

Com relação à condição socioeconômica, Soares e demais autores (2017) dizem que homens e mulheres podem se submeter à prostituição

devido a oportunidades econômicas limitadas, trocando sexo por dinheiro ou até mesmo por drogas para alimentar algum vício. As drogas também fazem parte de um fator de risco para o HIV/Aids. Se referindo ao aspecto cultural, a falta de informação sobre a epidemia está relacionada à baixa escolaridade, também sendo vista como um fator de vulnerabilidade para o HIV/Aids. O não uso do preservativo também está muitas vezes relacionado à submissão das mulheres aos homens, bem como as questões de gênero, tornando-as vulneráveis à infecção. Dados do Ministério da Saúde (MS) indicam que a prevalência do HIV/Aids na população em geral é 0,4%, enquanto a prevalência em populações vulneráveis como usuários de drogas, homens que fazem sexo com homens, mulheres profissionais do sexo tem sido estimada em 5,9%, 10,5% e 4,9%, respectivamente.

Não somente na relação entre homens que fazem sexo com outros homens, a infecção pelo vírus HIV tem se destacado também em maior parte entre os mais novos. Em relação à discussão acerca da saúde do homem, Junior e demais autores (2012) destacam questões sobre a prevenção e a disseminação do HIV/Aids, em que os homens jovens são apontados como mais vulneráveis do que os adultos. Rios (2003 *apud* Marques Junior; Gomes; Nascimento, 2012) observa que há um aumento da incidência de HIV/Aids nos grupos representados pelos adolescentes e jovens.

A teoria das representações sociais e o HIV/Aids

As representações sociais foram introduzidas como sistema teórico após a publicação da obra de Serge Moscovici intitulada *La psychanalyse: son image et son public* (1961), estudo que analisou a introdução dos conceitos psicanalíticos no cotidiano dos parisienses e como esses conceitos influenciavam o comportamento das pessoas. Desde então, a teoria das representações sociais tem exercido gradativamente uma função conciliadora na psicologia social entre os paradigmas cognitivo, experimental e construcionista.

As representações sociais servem, sobretudo, para o estabelecimento de uma ordem que permita a orientação dos indivíduos no mundo social,

bem como a sua comunicação nos grupos sociais, sendo necessário, no processo de sistematização científica, contrastá-las com as condições em que se encontram, em que são produzidas: as comunicações veiculadas nos meios de comunicação formais e informais. Segundo Moscovici (2003), a principal função das representações sociais é converter o que não é familiar em algo próximo, prático e familiar.

As representações sociais são modalidades de conhecimento social, elaboradas e compartilhadas em grupos, com o objetivo prático de construir uma realidade comum para um grupo social. A literatura chama essas teorias criadas por grupos de teorias do senso comum e, segundo palavras do próprio Moscovici (2003), essas teorias do senso comum são o principal objeto de estudo das representações sociais.

Voltando ao contexto do HIV/Aids, caracterizado nos seus momentos iniciais como um fenômeno desconhecido sobre o qual as sociedades tiveram que desenvolver teorias e explicações que pudessem orientar os seus comportamentos. Segundo Jodelet (2001, 2002), as principais representações sociais da Aids estavam associadas a grupos marginalizados nos Estados Unidos e na Europa, como *gays*, prostitutas e viciados em drogas, percebidas a partir de um prisma moral e religioso, associadas à morte imediata como punição à opção de vida hedonista, *versus* representações sociais ligadas a abordagens biológicas ou médicas, bem como representações associadas a teorias da conspiração sobre a criação do vírus etc. Tais representações começaram a surgir e a se espalhar pela mídia (Bueno Abad; Madrigal Vilchez, 2008).

Com a evolução e as mudanças na presença social da doença, alguns aspectos das antigas representações sofreram mutações e novos elementos específicos do fenômeno hoje também foram acrescentados. No estudo realizado por Bueno Abad e Madrigal Vilchez (2008), com familiares, pacientes e profissionais no contexto da doença, constatou-se o surgimento de novas representações que concebem a doença não tanto como fatal, mas sim como crônica, devido a avanços no tratamento alcançados nos últimos anos. Outra transformação foi observada no momento de considerar as causas da infecção, não concebendo mais a infecção como punição aos comportamentos hedonistas, mas como consequência

de práticas e preferências pessoais em relação ao sexo que resultam em maiores chances de exposição ao vírus. Em outras palavras, a conotação de punição começa a dar lugar àquela que responsabiliza o comportamento sexual e as preferências pessoais. Essas novas representações foram corroboradas por estudo realizado Bueno Abad e Barros (2013).

Estudos realizados no Brasil sobre as representações do HIV/Aids por Barros, Alvarenga e Victorino (2007) e Castanha, Coutinho e Saldanha (2006, 2007) também mostraram que o senso comum não costuma separar a infecção pelo HIV do desenvolvimento da doença Aids, isto é, dentro do senso comum, ser soropositivo e ter Aids significam a mesma coisa. Essas investigações também corroboraram a presença de representações que associam a doença ao preconceito e à exclusão social, bem como a associação do problema às limitações decorrentes do tratamento que tem prolongado sobremaneira a expectativa de vida das pessoas infectadas.

Em uma análise transcultural das representações sociais do HIV/Aids em pacientes soropositivos e pacientes com Aids realizada por Bueno Abad e Barros (2009), com o objetivo de comparar as representações nos contextos do Brasil e da Espanha, foram observadas várias convergências entre as representações desenvolvidas pelos sujeitos de ambos os contextos socioculturais: forte influência do modelo biomédico; presença dos antigos modelos de representação; introdução do aspecto da cronicidade; concepção da doença baseada na infecção e tratamento; dimensão do preconceito e da exclusão social, destacando que na área das divergências os participantes espanhóis sentem menos os efeitos da discriminação e da exclusão social, da mesma forma, os participantes brasileiros tendem a fixar suas representações mais em modelos mítico-religiosos, destacando que essas formas de representação estão presentes em ambos os contextos, mas em níveis diferentes.

Sem dúvida, esses estudos psicossociais realizados em diversas partes do mundo contribuem para consolidar alguns aspectos, como a importância fundamental do enfrentamento da doença. A manutenção da adesão ao tratamento, a necessidade de redes de apoio social, assumir a identidade de soropositivo, falar sobre a condição de soropositividade com as pessoas e não vivê-la em segredo, como também o desenvolvimento de uma vida social

ativa e produtiva são fatores que influenciam positivamente a qualidade de vida das pessoas que vivem com o vírus (Bueno Abad; Barros, 2013).

Portanto, para articular estratégias de prevenção, bem como de adesão ao tratamento, devemos reconhecer que esses comportamentos estão intimamente ligados às imagens, representações e concepções, tanto coletivas quanto individuais, que uma pessoa ou grupo tem de uma doença (Bueno Abad; Madrigal; Mestre Luján, 2005).

O enfrentamento da soropositividade ao HIV na atualidade

Segundo Seidl (2005), enfrentamento refere-se aos esforços cognitivos e comportamentais voltados para o manejo de demandas externas ou internas, que são avaliadas como sobrecarga aos recursos pessoais. Dessa forma, a mediação cognitiva influencia o processo de enfrentamento numa situação de estresse e/ou transformação abrupta da realidade vivenciada pelo indivíduo numa situação limite.

O diagnóstico de infecção pelo vírus HIV tem implicações médicas, psicológicas e sociais significativas, impondo esforços adaptativos relevantes às pessoas soropositivas. Apesar de ainda não possuir uma cura, hoje o vírus possui tratamento e possibilidades efetivas de controle, trazendo novos desafios aos pacientes e profissionais da saúde que trabalham nessa área. As intervenções para a promoção do enfrentamento juntamente com os avanços da terapia antirretroviral, o fortalecimento do suporte social, a vivência plena da sexualidade, a adesão do tratamento e a concretização dos projetos de vida são alguns dos tópicos de interesse diante da perspectiva de uma vida longa e com qualidade para as pessoas soropositivas.

Pesquisas desenvolvidas por Bueno Abad e Barros (2011, 2013) e Barros e Rodrigues (2022) demonstraram que o processo de enfrentamento à soropositividade ao HIV por parte das pessoas infectadas se inicia com a adequada comunicação do diagnóstico da infecção. Um diagnóstico realizado sob suporte médico e psicológico adequados influencia

positivamente o processo de aceitação do problema e na consequente adesão ao tratamento.

Bueno Abad e Barros (2013) em pesquisa realizada com imigrantes soropositivos na cidade de Valência, Espanha, verificaram, a partir do discursos dos pacientes soropositivos e dos profissionais de saúde, que os indivíduos que por desinformação ou influências culturais associam a infecção a uma sentença de morte tendem a reagir de forma mais negativa a condição de soropositividade e, consequentemente, apresentam mais dificuldade na adesão ao tratamento. Esse aspecto ficou bastante evidente no comportamento dos imigrantes da África subsaariana, que apresentaram uma concepção mais atrasada da infecção por HIV que outros imigrantes europeus ou até mesmo da América Latina. Nesse sentido, um diagnóstico realizado corretamente tem sobretudo a intenção de informar e preparar a pessoa para aceitação da sua condição de soropositivo.

Em contextos de cuidados à saúde, observa-se uma frequente influência de aspectos religiosos como auxiliares na cura e no tratamento de enfermidades. Com base em estudos diversos, Faria e Seidl (2006) notam que as pessoas atribuem a Deus o aparecimento ou a resolução de problemas de saúde que as acometem e recorrem muitas vezes a Ele como recurso cognitivo, afetivo ou comportamental para enfrentar tais problemas. Completam, ainda, que o estudo realizado com adultos soropositivos norte-americanos por Siegel e Schrimshaw (2002) investigou os benefícios percebidos na utilização do enfrentamento religioso. Os participantes relataram uma variedade de benefícios provenientes de suas crenças, incluindo: favorecimento de emoções e sentimentos de conforto; sensação de força, poder e controle; disponibilidade de suporte social e senso de pertencimento; facilitação da aceitação da doença; alívio do medo e da incerteza perante a morte. Pesquisas realizadas com pessoas soropositivas no Brasil e na Espanha, respectivamente por Barros e Rodrigues (2022) e Bueno Abad e Barros (2011, 2013), também verificaram a importância do enfrentamento religioso como um valioso recurso para se adaptar à condição de infectado. Nesses estudos, verificou-se um significativo número de menções ao suporte indispensável que esses indivíduos encontraram em suas crenças e práticas religiosas.

Outro aspecto muito importante deve ser levado em consideração: o índice de qualidade de vida das pessoas soropositivas. No estudo de Meirelles e demais autores (2010), observa-se que o impacto da infecção pelo HIV pode gerar mudanças em diversas áreas na vida das pessoas. Enfrentar esse problema, associado às dificuldades que a condição sorológica impõe em relação à qualidade de vida, tem sido um dos desafios lidados pelas pessoas com HIV/Aids. Pesquisar qualidade de vida em pessoas portadoras de um vírus incurável revela-se uma estratégia de aproximação de uma realidade, muitas vezes, não demonstrada, apenas vivenciada. Mesmo com a concepção de que é possível ter qualidade de vida sendo portador de uma infecção, há fatores que podem interferir na mesma.

Como ressalta Marques e demais autores (2020), de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) (*apud* Marques *et al.*, 2020, p. 28), a Qualidade de Vida (QV) pode ser definida como uma “percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, dentro do contexto da cultura e no sistema de valores no qual ele vive e em relação a suas expectativas, seus padrões e suas preocupações”. Dessa forma, identifica-se a QV das pessoas vivendo com HIV como um elemento multifatorial, associado aos aspectos funcionais; físicos; econômicos; emocionais; sociais; de espiritualidade; crenças pessoais e do meio ambiente envolvendo a vivência subjetiva do HIV, assim como a atenção integral à saúde.

Um dos fatores que geram impacto na qualidade de vida é o recebimento do diagnóstico de HIV/Aids. Esse diagnóstico pode interferir negativamente na percepção de qualidade de vida das pessoas, gerando mudanças nos planos de vida. Porém, ao longo do processo de saúde-doença as pessoas vão se adaptando e aprendendo a conviver com a doença e, com isso, a percepção de qualidade de vida vai se modificando. Ao deparar-se com o diagnóstico da infecção pelo HIV, o indivíduo corre o risco de romper relações pessoais, afetivas e sociais. Diante do processo de fragilização causado pela descoberta da infecção, as intervenções psicossociais se tornam necessárias a fim de viabilizar o enfrentamento do processo de adoecimento, e o fortalecimento social passa a ser o objeto de ação (Meirelles *et al.*, 2010).

Lobo e Leal (2019) relatam ainda em seus estudos que o diagnóstico de HIV/Aids é atravessado por processos de estigmatização que definem de forma simbólica o que deve ser aceito como normalidade. Assim, os grupos sociais têm afastado, isolado e legitimado a marginalização dos pacientes soropositivos. Esses processos impactam psicologicamente na vida dos pacientes tanto ao nível cognitivo quanto emocional. Dessa maneira, os profissionais da saúde se deparam com uma importante tarefa, que é promover qualidade de vida com adesão ao tratamento, de forma que seja necessário humanizar o contato entre profissional e usuário, sendo a comunicação de más notícias um princípio a ser desenvolvido. Diante das dificuldades encontradas, a revelação diagnóstica passa a exigir dispositivos estratégicos que visem acolher e informar os pacientes, promovendo qualidade relacional com o intuito de reduzir as vulnerabilidades dos usuários frente às questões decisivas em que se encontram.

As Profilaxias de Pré e Pós-Exposição ao HIV (Prep e PEP)

Um dos métodos mais atuais que objetiva frear e/ou impedir a disseminação do HIV é a Profilaxia de Pré-Exposição ao HIV (Prep) e que, ao ser ingerida em comprimidos diariamente, protege o indivíduo antes da relação sexual ocorrer, preparando e protegendo o organismo para um provável contato com o vírus.

Zucchi e demais autores (2018) discutem que a Prep tem sido percebida como uma estratégia essencial no controle da epidemia de HIV no mundo, em uma posição de destaque quando se trata de nova possibilidade de prevenção do HIV. Assim, a Prep se identifica pelo uso diário da combinação de dois antirretrovirais – tenofovir associado à entricitabina (TDF/FTC) –, anteriormente às práticas sexuais, com grau de proteção de 96% nas relações anais, quando utilizada de forma correta.

O uso de Prep é recomendado especialmente às populações vulneráveis à infecção, dentre os quais se destacam os HSH, isto é, homens que fazem sexo com homens (Queiroz; Lopes, 2017). Quando se trata de pessoas em situação de vulnerabilidade social, é notável que homens

racializados são menos propensos a terem acesso a serviços de saúde e de serem protegidos pela Prep, mesmo quando se percebe que a incidência do vírus HIV nessa população os atinge três vezes mais do que homens brancos em Atlanta (EUA) (Kelley *et al.*, 2015).

Assim, a Prep é comercializada nos Estados Unidos com o nome de “Truvada” e sua utilização é realizada diariamente por via oral. No Brasil, em 2015, o MS anunciou o desenvolvimento do primeiro estudo nacional com HSH visando a distribuição de Prep gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e, em julho de 2016, durante a 21ª Conferência Internacional de Aids, na África do Sul, a diretoria do Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis, Aids e Hepatites Virais anunciou que o Brasil, por meio do MS, ofereceria até o fim de 2016 o medicamento pelo SUS (Queiroz; Lopes, 2017).

Desse modo, a oferta de Prep no Brasil foi iniciada no final de 2017 para grupos com maior risco de infecção. Entre os desafios para a ampla incorporação da Prep, estão informar e transmitir o conhecimento à realidade dos serviços e populações mais vulneráveis à infecção, que são: gays e outros HSH; pessoas transgênero; trabalhadores(as) do sexo; e parcerias sorodiferentes, desde que tenham tido, nos últimos seis meses, relações anais ou vaginais sem preservativo, episódios de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) recorrentes ou uso repetido de Profilaxia de Pós-exposição ao HIV (PEP). Pessoas de segmentos com maior vulnerabilidade social e dificuldades de acesso aos serviços, notadamente pessoas negras, adolescentes, usuárias de drogas e privadas de liberdade figuram como prioritárias nos documentos de prevenção combinada, mas não há ações específicas relativas à oferta de Prep para elas (Zucchi *et al.*, 2018).

Spinner e demais autores (2016) apontam também para a mudança no comportamento sexual de risco dos usuários da Prep, já que foi observado um aumento de comportamentos de risco devido à superestimada sensação de segurança quando se utilizam esses medicamentos. Além disso, foi observado um aumento de outras ISTs e os programas de educação sexual parecem não ser efetivos para promover o sexo seguro entre os usuários de Prep.

Segundo a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (2021), houveram variados estudos desde 2010 referentes ao uso da Prep, revelando sua redução no contágio do HIV, sendo testada com homens e mulheres cisgênero, transgênero e travestis sendo esses indivíduos héteros, homossexuais e/ou bissexuais. Os voluntários fizeram o teste de HIV no começo do estudo para ter certeza de que não estavam previamente infectados e tomaram comprimidos da Prep diariamente, sob orientações de sexo seguro, testagens regulares para ISTs e recebimento de preservativos.

O primeiro estudo, denominado iPrEx, constatou que os homens homossexuais e bissexuais, travestis e mulheres trans que receberam a Prep tiveram uma média de 44% menos chances de contágio. Entre os indivíduos que fizeram os exames e tomaram o medicamento regularmente, a redução da infecção pelo vírus foi de 95%. O segundo estudo, Partners PrEP, foi realizado com casais sorodiferentes – no qual um membro tem HIV e outro não – e os que usaram a Prep tiveram 75% menos chance de contágio. O terceiro estudo, PROUD, foi feito com homens cisgênero homossexuais e bissexuais, que mostraram uma redução do risco de aquisição em 86% (São Paulo, 2021).

Todavia, apesar das novas perspectivas e resultados otimistas que os testes com a Prep apresentam, existe uma outra problemática paralela ao tema do uso dessa forma de profilaxia, referente ao contágio de formas secundárias de ISTs. Como o Departamento de Doenças de Condições Crônicas e ISTs do Ministério da Saúde bem explicita, a Prep não funciona de modo a proteger o indivíduo de outras infecções, de modo que é de vital importância a necessidade de fazer o uso dessa profilaxia combinada com outras formas de prevenção (Brasil, 2021).

Santana e demais autores (2021) analisaram o fenômeno de rejeição de preservativos e a preferência do ato sexual – majoritariamente anal – sem esses, justificados em relatos pelo tipo de relação de confiança – ou sua falta – entre os envolvidos, a diminuição do prazer sexual, entre outros. Dito isso, ainda existe uma lacuna de conhecimento quanto as vivências em que a Prep é presente e subjugada em praticidade e prazer o uso de preservativos, de modo que ainda há a uma incógnita da disseminação de

infecções secundárias e como essas afetam a rotina e estilos de vida de sujeitos usuários de Prep.

Monteiro e Andrade (2019) ainda trazem considerações pertinentes à temática ao discutir a precocidade da vida sexual, apontando o déficit de orientação sexual para adolescentes quanto aos métodos preventivos de IST, resultando na vulnerabilidade e o início das atividades sexuais cada vez mais cedo: há uma insuficiência de instrução, de modo que a autopercepção do risco não é percebida. A sexualidade precoce, costurada ao uso de álcool e demais substâncias, torna a juventude vulnerável aos contágios e à multiplicidade de parceiros sexuais, além de, principalmente, o sexo desprotegido. Monteiro e Andrade ainda comentam que pelo fato de a Prep ser uma terapêutica relativamente nova, representa pouco ou nenhum conhecimento entre os jovens, de modo que seu público-alvo acaba sendo majoritariamente profissionais do sexo, homossexuais, transexuais e HSH adultos e parcerias sorodiferentes.

Apesar das questões apontadas, o uso das Prep e PEP por pessoas não infectadas e a correta adesão ao tratamento com o uso dos antirretrovirais por parte das pessoas soropositivas têm se demonstrado as principais formas de enfrentamento ao HIV/Aids a nível da prevenção na atualidade. No caso da Prep, o dados dos estudos não deixam dúvida a cerca do sucesso dessa estratégia e, como já sabemos, a correta adesão ao tratamento antirretroviral reduz a presença do HIV a níveis indetectáveis no sangue que impede o contágio.

Considerações finais

Com base na literatura de referência, é possível perceber que as vivências de pessoas com HIV na atualidade ainda são fortemente marcadas por processos históricos de preconceito e exclusão social, de modo que estratégias de enfrentamento ao HIV e ao preconceito tenham sido identificadas: como o apoio na espiritualidade; a atenção às recomendações médicas e adesão ao tratamento medicamentoso; bem como o *falar* sobre

o HIV, que parece ser de grande importância quando pensamos no suporte social a esses sujeitos.

Assim, a importância de estudar as estratégias de enfrentamento da soropositividade ao HIV/Aids se justifica a partir de sua relevância científica e social, no sentido de poder contribuir na identificação de estratégias de enfrentamento mais eficazes, possibilitando que o conteúdo obtido através das experiências dos atores sociais envolvidos, pacientes e profissionais, sirva como modelo de suporte social para demais pesquisadores, profissionais socio sanitários e para população em geral.

Também, é de suma importância possibilitar a elaboração de novos modelos de intervenção mais eficazes, que sirvam de apoio para políticas públicas humanas e efetivas direcionadas aos grupos populacionais mais vulneráveis.

O enfrentamento ao HIV sempre se dará nos níveis individual e coletivo, assim como nas dimensões da prevenção à infecção e da vivência da soropositividade com qualidade de vida. Apesar de todo preconceito e estigma associados ao vírus, viver com HIV não é mais uma sentença de morte e muito menos sinônimo de sofrimento e exclusão, porém a dimensão sociológica do fenômeno nunca foi tão premente, e seu manejo bem como suporte devem ser baseados na informação científica e no acolhimento humanizado.

Referências

BARROS, A. P. R. *Vulnerabilidad y afrontamiento del VIH/SIDA en el contexto de la inmigración: un estudio cualitativo*. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de Valência, Valência, 2013. Disponível em: <https://roderic.uv.es/bitstream/handle/10550/27894/tesisairtonfinal.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BARROS, A. P. R.; ALVARENGA, C. R.; VITORINO, F. C. O HIV/AIDS e seus determinantes psicossociais: representações sociais de pacientes soropositivos. In: JORNADA INTERNACIONAL, 5.; CONFERÊNCIA BRASILEIRA SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, 3., 2007, Brasília, DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: [s. n.], 2007. p. 122-131.

BELTRÃO, R. P. L. Saúde e qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/aids: uma revisão narrativa dos últimos 15 anos. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, São Paulo, n. 40, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e2942.2020>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. *Departamento de Doenças de Condições Crônicas e ISTs*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2019]. Disponível em: aids.gov.br. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. PrEP (Profilaxia Pré-Exposição). *Ministério da Saúde*, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/prevencao-combinada/prep-profilaxia-pre-exposicao>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BUENO ABAD, J. R.; BARROS, A. P. R. Representaciones sociales de la seropositividad entre Brasil y España: un acercamiento cualitativo. *Trabajo Social y Salud*, Zaragoza, v. 64, p. 27-52, 2009.

BUENO ABAD, J. R.; BARROS, A. P. R. Vulnerabilidad y afrontamiento del VIH/SIDA en el contexto de la inmigración: representaciones sociales de profesionales de ONG's. *Trabajo Social y Salud*, Zaragoza, v. 70, p. 9-44, 2011.

BUENO ABAD, J. R.; MADRIGAL VILCHES, A. Y.; MESTRE LUJÁN, F. J. El SIDA como enfermedad social. *Cuadernos de Trabajo Social*, Madrid, v. 18, p. 33-55, 2005.

BUENO ABAD, J. R.; VILCHEZ, A. Y. M. *Vivir más y mejor: 25 años de presencia social del VIH / SIDA*. Madrid: Fipse, 2008.

CASTANHA, A. R. *et al.* Avaliação da qualidade de vida em soropositivos para o HIV. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 24, p. 1, p. 23-31, 2007.

CASTANHA, A. R.; COUTINHO, M. P. L.; SALDANHA, A. A. W. Aspectos psicossociais da vivência da soropositividade ao HIV nos dias atuais. *PSICO*, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 47-56, 2006.

FARIA, J. B.; SEIDL, E. M. F. Religiosidade, enfrentamento e bem-estar subjetivo em pessoas vivendo com HIV/Aids. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 1, p. 155-164, 2006.

FEITOSA, L. M. L. *et al.* Principais características da atuação dos profissionais de enfermagem da Atenção Primária em Saúde na assistência ao paciente soropositivo. *Revista Amazônia: Science & Health*, Gurupi, v. 8, n. 2, p. 1-23, 2020.

- GOMES, M. P. *et al.* A Vivência do Preconceito após a Revelação da Soropositividade para o HIV. *Revista Rede de Cuidados em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 47-56, 2021.
- GUERRA, C. P. P.; SEIDL, E. M. F. Crianças e adolescentes com HIV/Aids: revisão de estudos sobre revelação do diagnóstico, adesão e estigma. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 42, n. 19, p. 59-65, 2009.
- JODELET, D. Les représentations sociales dans le champ de la culture. *Information sur les Sciences Sociales*, Paris, v. 41, n. 1, p. 111-133, 2002.
- JODELET, D. *Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- KELLEY, C. F. *et al.* Applying a PrEP Continuum of Care for Men Who Have Sex With Men in Atlanta, Georgia. *Clinical Infectious Diseases*, Oxford, v. 61, p. 10, p. 1590-1597, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cid/civ664>. Acesso em: 24 jun. 2024.
- LENZI, L. *et al.* Suporte Social e HIV: Relações Entre Características Clínicas, Sociodemográficas e Adesão ao Tratamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 34, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e34422>. Acesso em: 24 jun. 2024.
- LOBO, A. S.; LEAL, M. A. F. Comunicação de más notícias: a revelação do diagnóstico de HIV/Aids e seus impactos psicológicos. *Investigação Qualidade em Saúde*, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 174-189, 2019.
- MARQUES JUNIOR, J. S.; GOMES, R.; NASCIMENTO, E. F. Masculinidade hegemônica, vulnerabilidade e prevenção ao HIV/AIDS. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, p. 511-520, 2012.
- MARQUES, S. *et al.* Avaliação da qualidade de vida de pessoas vivendo com HIV/AIDS: revisão integrativa. *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2020.39144>. Acesso em: 24 jun. 2024.
- MEIRELLES, B. H. S. *et al.* Percepções da qualidade de vida de pessoas com HIV/Aids. *Revista Rene*, Fortaleza, v. 11, n. 3, p. 68-76, 2010.
- MONTEIRO, A. P. V. B.; ANDRADE, K. S. *O aumento do HIV entre jovens e a aderência da Profilaxia de Pré-Exposição (PrEP) como intervenção*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, Brasília, DF, 2019.
- MOSCOVICI, S. *La psicanálise son image et son public*. Paris: Press Universitaires de France, 1961.

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis. Vozes, 2003.

NIEROTKA, R. P.; FERRETTI, F. Estratégias de enfrentamento adotadas por pessoas idosas com HIV. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562022025.220111.pt>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PAIVA, V.; PUPO, L. R.; BARBOZA, R. O direito à prevenção e os desafios da redução da vulnerabilidade ao HIV no Brasil. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 109-119, 2006.

PEREIRA, G. M. *et al.* Naturalizando a infecção pelo HIV como estratégia de enfrentamento da síndrome. *RECIMA21: Revista Científica Multidisciplinar*, Jundiaí, v. 2, n. 10, p. 2675-6218, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v2i10.765>. Acesso em: 24 jun. 2024.

QUEIROZ, A. A. F. L. N.; SOUSA, A. F. L. de. Fórum PrEP: um debate online sobre uso da profilaxia pré-exposição no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, p. 1-9, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00112516>. Acesso em: 24 jun. 2024.

REIS, R. K. Parceria sexual entre pessoas vivendo com HIV: gerenciando as diferenças sorológicas. *Enfermería Global*, Cádiz, v. 19, n. 2, p. 507-518, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.6018/eglobal.384261>. Acesso em: 24 jun. 2024.

RODRIGUES, T. *Vivência da soropositividade ao HIV/AIDS: vulnerabilidades e estratégias de enfrentamento*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/38295>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SANTANA, A. F. P. *et al.* Perfil de atendimentos da profilaxia pré-exposição de risco a infecção pelo HIV (PrEP) em um serviço de referência no interior de Minas Gerais. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 12421-12441, 2021.

SANTOS, P. A. P. *Relatos positivos: uma análise acerca da experiência de homossexuais masculinos com HIV*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/23494/1/RelatosPositivosAnálise.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SÃO PAULO. Informações sobre PrEP. *Secretaria da Saúde*, São Paulo, [20--]. Disponível em: <https://www.saude.sp.gov.br/centro-de-referencia-e-treinamento-dst aids-sp/homepage/acesso-rapido/informacoes-sobre-prep>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SCHRIMSHAW, E. W.; SIEGEL, K. HIV-infected mothers' disclosure to their uninfected children: Rates, reasons, and reactions. *Journal of Social and Personal Relationships*, New York, v. 19, p. 19-43, 2002.

SEIDL, E. M. F. Enfrentamento, aspectos clínicos e sociodemográficos de pessoas vivendo com HIV/Aids. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 421-429, 2005.

SEIDL, E. M. F. *et al.* Crianças e Adolescentes Vivendo com HIV/Aids e suas Famílias: Aspectos Psicossociais e Enfrentamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 279-288, 2005.

SEIDL, E. M. F. *et al.* Pessoas vivendo com HIV/AIDS: variáveis associadas à adesão ao tratamento anti-retroviral. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 2305-2316, 2007.

SOARES, J. P. *et al.* Prevalência e fatores de risco para o HIV/Aids em populações vulneráveis: Uma revisão integrativa de literatura. *Arquivos Catarinenses de Medicina*, Florianópolis, v. 46, n. 4, p. 182-194, 2017.

SPINNER, C. D. *et al.* HIV pre-exposure prophylaxis (PrEP): a review of current knowledge of oral systemic HIV PrEP in humans. *Infection*, Munchen, v. 44, n. 2, p. 151-158, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s15010-015-0850-2>. Acesso em: 24 jun. 2024.

TAGLIATE, A. D. da S.; FRANCO, N. Travestis vivendo com Hiv/Aids e seus determinantes sociais: antes e depois do diagnóstico. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, Salvador, v. 5, n. 13, p. 419-435, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2020.v5.n13.p419-435>. Acesso em: 24 jun. 2024.

UNAIDS. Brasília, DF, [2021]. Disponível em: unaidsonline.org. Acesso em: 19 maio 2022.

ZANARDO, G. L. de P. *et al.* Aconselhamento na perspectiva de profissionais da atenção básica: desafios na descentralização do teste rápido HIV/Aids. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 67-78, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22235/cp.v12i1.1597>. Acesso em: 24 jun. 2024.

ZUCCHI, E. M. *et al.* Da evidência à ação: desafios do Sistema Único de Saúde para ofertar a profilaxia pré-exposição sexual (PrEP) ao HIV às pessoas em maior vulnerabilidade. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 7, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00206617>. Acesso em: 24 jun. 2024.

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA OPERAÇÃO ACOLHIDA

Kelly Cristina Kohn
Mariana Resener de Moraes

Este capítulo nasce do desejo de compartilhar nossa experiência em uma missão humanitária, enquanto psicólogas integrantes do Exército Brasileiro (EB), cada uma com uma caminhada distinta dentro da psicologia e do exército, mas com uma história de participação em uma missão em comum: a Operação Acolhida. Participamos de dois contingentes – 10º e 11º –, pelo período de 4 a 5 meses, de janeiro a setembro de 2021, completamente mergulhadas no contexto da Operação, em um trabalho que marcou nossa jornada pessoal e profissional.

Convidamos você, que está lendo este capítulo, a conhecer, de maneira geral, a trajetória de trabalho que desenvolvemos ao longo da Operação, por meio da atuação com a tropa de militares e através da coordenação e assistência em saúde aos venezuelanos refugiados que utilizaram os diferentes serviços disponíveis da Operação Acolhida. Inicialmente, trazemos uma breve contextualização sobre a Operação Acolhida, para em seguida relatar nossa experiência e desafios. Não é nosso objetivo, neste capítulo, fazer uma apreciação crítica sobre o contexto político e econômico da Venezuela, ou mesmo a respeito da implementação da Força-Tarefa (FT) como resposta humanitária ao elevado número de migrantes venezuelanos. Nossa intenção é compartilhar do nosso trabalho nesse contexto, pouco conhecido dentro da psicologia, de maneira que possa contribuir para outros psicólogos que atuam em contextos institucionais semelhantes, além de, através da escrita e testemunho de nossas vivências e experiências, auxiliar em nossa própria elaboração de significados sobre essa experiência tão profunda e desafiadora em diversos sentidos.

A Operação Acolhida e a participação do Exército Brasileiro

Mas afinal, do que se trata a Operação Acolhida? Antes de falarmos sobre a nossa experiência pessoal e profissional, é importante compreender o contexto da nossa atuação e no que consiste uma Força-Tarefa Logística Humanitária.

Atualmente, é reconhecida a crise humanitária vivida na Venezuela, que nos últimos anos tem marcado a vida de milhares de venezuelanos que buscam novas oportunidades de vida em outros países. Em 2018, o governo federal, em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU) através do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), Forças Armadas e mais de 100 Organizações Não Governamentais (ONGs), organizou a Força-Tarefa Logística Humanitária Operação Acolhida¹ como uma resposta humanitária frente ao fluxo migratório intenso e desordenado provocado pela crise na Venezuela. Reconhecida como um modelo na América do Sul, a Operação tem o objetivo de fornecer assistência e acolhimento a venezuelanos que atravessam a fronteira buscando refúgio no Brasil. Segundo dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), desde o início da crise até maio de 2023, mais de 900 mil venezuelanos entraram no país, buscando assistência em saúde, alimentação e melhores condições de vida (Operação [...], 2023).

A Operação Acolhida realiza suas atividades a partir de três pilares: i. a *Gestão de fronteiras* – que chamamos de ordenamento da fronteira –,

1 Instaurada através da Medida Provisória nº 820/18 e posteriormente convertida na Lei nº 13. 684/18. A participação do EB em ações de caráter humanitário ocorre por determinação do Ministério da Defesa, decorrente da decisão do governo brasileiro, em atendimento à solicitação dos estados-membros da ONU ou de outro organismo internacional – regional ou mundial – do qual o Brasil seja participante. Tem como finalidade prestar urgente socorro a população de países atingidos por efeitos de catástrofes naturais ou decorrentes de guerra ou situação de crise. Algumas de suas características são: o ambiente complexo; a execução de tarefas atípicas; a coordenação interagências; o caráter episódico; a maior interação com a população e a união de esforços políticos, econômicos, ambientais, sociais, militares, científicos e tecnológicos (Brasil, 2017).

incluindo o acolhimento, emissão de documentação, cuidados médicos básicos e imunizações; ii. *Abrigamento*, disponibilizando alimentação, educação, cuidados psicossociais, de saúde e proteção social; e, por fim, iii. *Interiorização* para famílias que buscam deslocar-se por ocasião de oportunidades de emprego, melhores condições econômicas e de integração familiar e social em outras partes do Brasil.

Para acolher inicialmente os imigrantes, a Operação conta com três bases de trabalho nos municípios de Pacaraima e Boa Vista-RR e em Manaus-AM. No momento de nossa participação da Operação, em Boa Vista, havia um Posto de Identificação e Triagem (Pitrig), um Centro de Coordenação e Interiorização (CCI), um Núcleo de Saúde da Acolhida (NSA) e 14 abrigos para moradia para os venezuelanos – sendo quatro desses, indígenas – divididos por segmentos, como abrigos para homens solteiros, para famílias com crianças, para casais sem filhos, para mulheres, para pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e muito mais (LGBTQIAPN+) e para indígenas. A base de Pacaraima dispunha de um Posto de Triagem, um Núcleo de Saúde reduzido, um grande alojamento geral para os recém-chegados ao Brasil (Abrigo BV8) e um abrigo indígena (Abrigo Janokoida). Já a Unidade Gestora Executora (UGE) de Manaus funcionava mais como uma unidade administrativa e gestora da Operação, embora contasse com serviços psicossociais aos imigrantes e com abrigos.

Diversos atores fazem parte desse trabalho, entre eles profissionais de agências da ONU e ONGs, e militares das três forças armadas – Marinha, Exército e Aeronáutica, com predomínio do segundo. O EB fornece apoio humano e logístico à Operação através do envio de contingentes² militares

2 Grupamento de militares designados a participar da missão. Importante salientar que a maioria desses costuma ser voluntário, porém há alguns militares que são designados a determinadas funções independentemente de sua vontade. O afastamento familiar e permanência por período prolongado costumam ser os principais fatores indicados por esses militares para não desejarem participar da Operação. Os contingentes são compostos por militares de diferentes regiões do Brasil. Neste relato, trazemos a experiência dos contingentes com tropas dos Comandos Militares do Sudeste e Sul (CMSE e CMS).

e desloca homens e mulheres que servem em vários estados brasileiros para atuar na missão por cerca de quatro meses. Entre esses homens e mulheres, estamos nós: duas psicólogas. Cada uma atuou em um contingente distinto – no 10º e no 11º Contingente –, mas as ações se entrecruzaram e fizeram do ano de 2021 muito peculiar para ambas.

Duas psicólogas e uma missão • Será?

Muitos acreditam que o trabalho da psicologia em uma missão no contexto das Forças Armadas se restringe ao cuidado da saúde mental da tropa. Entretanto, conosco não foi exatamente assim. As atribuições requeridas as nossas funções, determinadas pelo Comando da Operação, se relacionavam ao cuidado dos militares que compunham a missão – por uma série de fatores que explicaremos adiante. Na prática, nosso trabalho foi muito além dos muros das bases operacionais da missão.

Desde o início da Operação Acolhida, nem todos os contingentes tiveram uma psicóloga presente na missão. A participação do exército se modificou ao longo do tempo, e passou a contar com mais militares de diversas áreas profissionais, incluindo a presença da psicologia, assistência social e capelania, a fim de assistir a tropa. A partir do 10º contingente, a psicologia e o serviço social passaram a somar esforços para o cuidado tanto de militares como de venezuelanos que eram assistidos no NSA – uma espécie de unidade básica de saúde para os beneficiários venezuelanos.

Neste relato de experiência, queremos levar vocês a pensarem conosco como a atuação da psicologia não é estanque, não segue um manual – como a maioria das ações e atividades realizadas pelo exército. Ela é fluida, atuamos e dançamos conforme as demandas apresentadas. E, talvez por isso, em uma missão dessas, pouco podemos dar como previsto, esperado ou certo para os comportamentos dos militares. Mas muitos chefes – seja no exército ou em outros contextos institucionais – esperam isso de um profissional da área psi, que a nossa capacidade técnica nos leve a sermos capazes de darmos soluções simples e respostas precisas: sim ou não. Certo e errado. Capaz ou incapaz.

Queremos dividir com vocês uma experiência não só de atuação técnica, mas de vida. Como afetamos e fomos afetadas por essa missão. Cada uma de uma forma diferente, mas também desfrutando de aspectos em comum, e que, apesar de participarmos da mesma Operação, na mesma função técnica, o lugar da psicologia ao longo da missão se modificou de acordo com as diferentes demandas que surgiam, exigindo resiliência e criatividade da nossa parte para assumir novas frentes de trabalho.

A missão, uma pandemia e a atuação da psicologia

De maneira geral, a preparação para participar da missão ocorre em dois tempos. O primeiro, antes da Operação, com instruções sobre o funcionamento da missão, objetivos, organização dos abrigos e unidades de triagem e identificação, bem como as *células* de funcionamento administrativo do contingente – gestão de pessoal, suprimento, transporte, saúde, comunicação, alimentação etc –, momento no qual cada um recebe de forma mais detalhada os objetivos e características da função que assumirá. Em um segundo momento, logo após a chegada na Operação, são retomadas características dela, bem como é apresentada a estrutura da cidade, transporte, recursos de lazer, cuidados necessários, regras de funcionamento e convivência, entre outros, a fim de proporcionar uma melhor adaptação dos militares ao contexto da Operação Acolhida.

No ano de 2021, os militares chegaram para a missão ainda em um contexto de pandemia da covid-19 e, nesse sentido, muitos estavam mais fragilizados emocionalmente por deixarem suas casas e famílias em momentos delicados de luto e doenças. O medo tomava conta de muitos deles e o trabalho de escuta e acolhimento iniciou até mesmo antes do embarque para Roraima.

Logo no início da missão do 10º Contingente, enfrentamos um agravamento da pandemia da covid-19, em especial na região Norte do país, com destaque para a falta de recursos e leitos e uma nova variante do vírus detectada em Manaus. Em paralelo, os militares que desembarcaram para a missão, após um período de isolamento para evitar contato e infecções

pela covid-19, iniciaram com seus primeiros casos e quadros sintomáticos, e uma nova onda de adoecimentos se instalou dentro da tropa. Isso ocorreu em um momento delicado, justamente na substituição do contingente que partia e recebimento da função e atividades pelo novo contingente. Chegamos em meio a um contexto de falta de insumos, de testes rápidos e de leitos de internação na cidade de Boa Vista, de mais medidas de *lockdown* que trouxeram instabilidade e um clima bastante ansiogênico para a tropa que desembarcava em Roraima para iniciar a missão. Muitos foram infectados pela covid-19, sendo que 45 militares necessitaram ser transferidos por meios aéreos para hospitais militares de outras regiões do Brasil – como São Paulo, Belém e Brasília –, com necessidades de internações gerais ou nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI), pela falta de estrutura hospitalar na cidade de Boa Vista e arredores.

Nesse período, realizamos atendimento aos militares adoecidos pela covid-19 e nos colocamos como meio de comunicação com suas famílias. Também realizamos atendimentos de militares através de conversas “informais”, os quais passavam por medos sobre seu próprio adoecimento ou por sentimentos de preocupação e culpa por estarem longe de suas famílias em um período tão vulnerável. A situação de estar em uma missão, impossibilitado de fornecer um auxílio imediato à família, é uma realidade difícil para os militares, e saber que existe uma equipe assistencial que o apoiará – tanto na missão, como na cidade de origem através da equipe psicossocial da sua região de origem – proporciona maior segurança emocional para permanecer na missão (Tupinambá, 2018). Esse canal é reforçado ainda pelo estabelecimento de um militar padrinho em sua guarnição de origem, chamado de “canga”³ no linguajar militar, figura destinada a auxiliar em casos excepcionais de adoecimento e outras necessidades,

3 “Canga” faz referência ao jugo, peça de madeira encaixada sobre a cabeça dos bois, que os mantém juntos quando conduzidos por uma carroça ou arado. O sistema de “cangas” no exército visa estimular os laços afetivos e de cuidado mútuo entre os companheiros de farda, sendo o primeiro a se recorrer quando o militar necessitar de ajuda. Para a operação, no momento de preparação, cada militar indica um “canga” de referência, fornecendo seu contato telefônico na relação do seu cadastro junto à equipe psicossocial, tanto da sua região de origem como à equipe psicossocial que se desloca para a missão.

fazendo essa rede de suporte e *link* com a família. Alguns desses passaram por perdas durante o contexto da operação, ou mesmo reviviam lutos experienciados no ano anterior e outros momentos de suas vidas.

Cabe destacar que um militar faleceu em decorrência da covid-19 no 10º Contingente, o que afetou de forma importante a tropa. Notamos que a euforia inicial de participar da missão se transformou, nesse primeiro tempo, em um certo silenciamento, preocupações e uma maior ansiedade experimentada por todos, frente ao retorno de maiores ameaças vividos pelo risco de adoecer. Identificamos e manifestamos ao Chefe do Estado-Maior Conjunto (ChEM) da Operação Acolhida, que é uma espécie de diretor, a necessidade em falar sobre o assunto de forma abrangente e coletiva, abordando o tema, manifestando os cuidados, preocupações e assistência por parte do comando para necessidades da tropa. Sugestão essa que foi bem aceita e realizada. A relação com essas figuras de comando, no geral, foi bastante positiva, no sentido de que se colocavam sensíveis às nossas percepções e sugestões, cuidadosos e preocupados sobre o bem-estar dos militares que compunham a Operação.

A partir de nossos atendimentos e avaliações, alguns dos militares acompanhados durante a covid-19 ou após o tratamento dela necessitaram retornar às suas cidades de origem, em função das mobilizações emocionais e físicas que o adoecimento lhes trouxe. Após cerca de um mês e meio de missão, a situação se estabilizou, o medo reduziu e apesar de a cidade seguir com medidas sanitárias restritas para evitar o alastramento da doença, o clima emocional dentro da tropa melhorou consideravelmente, favorecendo o envolvimento da maioria com suas atribuições e atividades da missão.

Nesse sentido, podemos perceber que na transição do 10º para o 11º Contingente pouca coisa havia mudado. Em maio de 2021, as restrições ainda existiam, mas uma diferença importante e considerável foi adicionada: a vacinação da tropa. O 11º Contingente foi amplamente vacinado para a covid-19, sendo que alguns militares, por serem profissionais da saúde ou se enquadrarem em outras situações, já estavam recebendo a segunda dose indicada pelos órgãos de saúde.

Entretanto, a vacinação não impediu – como era de se esperar – que muitos militares adoecessem. Logo, isso continuou a ser um ponto de dedicação da psicóloga: o atendimento de militares internados por situações de covid-19 – alguns casos de outras doenças também, como malária, hemofilia e casos cirúrgicos – e situações de Evacuação Aeromédica (Evam). A atuação, além de contemplar os militares internados, tinha como objetivo acolher os familiares nas suas angústias diante das situações de saúde vivenciadas e pelo distanciamento enfrentado em um momento de fragilidade física e emocional. Podemos citar ainda que, como tínhamos um canal direto com o comando da operação, pudemos sugerir oportunidades de melhorias identificadas nesses atendimentos, como implementação de áreas de lazer para os militares em isolamento ou em tratamento, mudanças de cardápio – com inclusão de sopa –, suprimento de outras necessidades de saúde – como fornecimento de medicações – etc.

Além de acompanhar os militares que estavam em isolamento, também foi realizado o acompanhamento dos militares que foram evacuados para tratamento médico, através de contatos telefônicos. Foram necessárias diversas ações feitas pela psicologia e pelo serviço social, tais como o acompanhamento diário do estado de saúde desses militares, a atualização desses dados junto à Seção de Pessoal Militar e ao Comando da Força Tarefa para fins administrativos, acompanhamento de familiares, atendimento a demandas de suporte sociais diversas – envio de bagagem à cidade do tratamento, solicitação de hospedagem, entre outros – e o contato com as Organizações Militares (OM) de origem dos militares.

A psicologia no acolhimento aos imigrantes venezuelanos

O 10º Contingente chegou em meio ao segundo ano de pandemia da covid-19 e, nessa perspectiva, em uma formatação da Operação que visava responder às necessidades de saúde da população venezuelana, especialmente a respeito dos cuidados advindos por conta da pandemia. No ano anterior, uma grande estrutura física e de recursos humanos foi montada a fim de responder essa demanda, chamada de Área de Proteção e Cuidados

(APC)⁴. Com a redução do número de casos de covid-19, essa estrutura foi reduzida ao NSA ao final do ano de 2020, e passou a assumir a assistência em saúde de forma híbrida, em nível primário, secundário e terciário, mantendo leitos e espaço de isolamento a pessoas infectadas pela covid-19.

Conforme dito anteriormente, a psicologia se adapta às necessidades da Operação que surgem ao longo do tempo, embora o cuidado da tropa seja o elemento comum entre todos os contingentes. Após cerca de dois meses de missão, a psicóloga e a assistente social foram designadas a compor a equipe de saúde no NSA. Nessa nova função, o apoio ocorria através da coordenação e participação de atividades de uma equipe psicossocial, composta por duas psicólogas e duas assistentes sociais civis contratadas através de regime de trabalho temporário pelo município de Boa Vista. O cuidado da tropa e a coordenação e apoio à equipe psicossocial do NSA seguiram como atribuições da psicologia no contingente seguinte.

A atuação dessa equipe se dava em diferentes frentes, tanto na área hospitalar, como em outras ações ligadas à prevenção e promoção de saúde de venezuelanos, especialmente os que residiam no Abrigo Pricumã – abrigo de venezuelanos que ficava ao lado do NSA –, e que pela sua especificidade e localização recebia famílias venezuelanas com alguma condição de saúde que requeria cuidados – tendo doenças crônicas ou outras enfermidades, venezuelanos com restrições de locomoção, entre outros.

O NSA dispunha de: uma área de internação hospitalar que totalizava 24 leitos de internação, 18 desses destinados para adultos e 6 para crianças; uma área de isolamento para pacientes com covid-19 ou tuberculose, com 9 carpas⁵ para pacientes em geral e 10 carpas para pacientes indígenas,

4 A saúde é uma das áreas mais impactadas pelo fluxo migratório em Roraima. Os recursos humanos, estruturais e de insumos em saúde são insuficientes tanto para a população, quanto para os venezuelanos que se apresentam em condições de extrema vulnerabilidade, necessitando de assistência desde a atenção primária a leitos de internação hospitalares (Instituto de Pesquisa Econômica, 2021).

5 “Carpas” são as unidades habitacionais nomeadas *Better Shelter*, utilizadas pelo Acnur mundialmente em ações humanitárias e pela primeira vez instaladas na América Latina. Elas tiveram de ser adaptadas ao calor intenso característico da região de Roraima, necessitando abertura de janelas maiores para oferecer maior ventilação.

além de outras 14 carpas em condições de expansão para tornarem-se leitos de enfermaria; uma extensão ambulatorial e setor de imunizações, com salas de atendimento, dentre elas, uma sala destinada aos atendimentos psicológicos e outra à assistência social. Os cuidados da psicologia na área hospitalar e de isolamento envolviam o acolhimento e acompanhamento psicológico dos pacientes e de seus familiares, na internação e área de isolamento, por meio de visitas itinerantes; e na discussão de casos junto à equipe multiprofissional, contribuindo na comunicação entre paciente e equipe multidisciplinar, auxiliando de modo direto ou indireto na elaboração do processo de adoecimento e fortalecendo os recursos de enfrentamento.

Cabe destacar que muitos dos pacientes permaneciam por longos períodos internados, por problemas frequentes de infecção, tornando as internações emocionalmente mais desgastantes. A falta de estrutura externa disponível para a manutenção de certos cuidados – pela falta de rede de apoio ou mesmo condições que favorecessem cuidados de higiene – aumentava o risco de novas e frequentes internações hospitalares.

Como forma de levar algum tipo de lazer, ao mesmo tempo utilizando recursos terapêuticos que auxiliassem na verbalização de suas vivências, às sextas-feiras, por solicitação dos pacientes como momento de recreação nas enfermarias, desenvolvemos o “viernou” – paralelo do termo “sextou” utilizado no Brasil, denotando o prenúncio do fim de semana e de possibilidade de diversão –, espaço no qual escolhiam algumas atividades tais como jogos de bingo, cartas e dominó, tarde de músicas venezuelanas, comemoração de datas festivas, entre outras. Esses momentos aproximavam relações entre os próprios pacientes da enfermaria adulta e deles com a equipe, além de facilitar trocas e compartilhamento de seus desejos e suas histórias.

Em nível ambulatorial, pela alta demanda de solicitações por atendimento e pelos poucos recursos humanos, a modalidade de atendimento era breve e focal, para crianças, adultos e idosos. Também foram realizados encaminhamentos de casos com transtorno psiquiátrico ou sofrimento psíquico grave aos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) infantil, adulto focado em álcool e outras drogas, bem como casos de internação ou outros serviços da rede municipal ou estadual. De maneira geral, os

venezuelanos trouxeram para os atendimentos questões ligadas ao luto por terem deixado sua pátria; seus lares e familiares na Venezuela; as dificuldades enfrentadas frente a crise político-humanitária; a perda de suas condições de sobrevivência; episódios de violência vividos em seu país e/ou no trajeto para conseguir atravessar as fronteiras; desafios enfrentados na adaptação ao Brasil na busca de regularizar documentação, especialmente para buscar oportunidades de emprego; dificuldades vividas nos abrigos; conflitos conjugais e familiares; escassa rede de apoio, entre outros.

Em casos que fosse importante conhecer as condições e dinâmica familiar, foram realizadas visitas domiciliares com atendimento nas carpas dos pacientes. No abrigo Pricumã, trabalhamos em articulação aos agentes de proteção dos abrigos – geralmente profissionais ligados às agências da ONU que estavam presentes em todos os abrigos, como forma de auxiliar os imigrantes mais diretamente nas suas necessidades psicossociais –, auxiliando no cuidado e visando a melhor adaptação após a alta hospitalar. Realizamos, ainda, visitas domiciliares para a elaboração de relatório psicossocial com fins de subsidiar o tratamento de saúde especializado – como em casos de crianças com problemas no desenvolvimento, como macrocefalia e com necessidade de neurocirurgia, famílias com crianças cadeirantes, crianças com situações oncológicas, entre outros.

A fim de proporcionar maior acesso aos dispositivos de saúde e assessorar o comando sobre necessidades da população atendida, a psicologia também realizou reuniões periódicas com a equipe da Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI)⁶ do Abrigo Pricumã, levantando principais demandas e dificuldades referidas pelos venezuelanos aos agentes de proteção e coordenação do abrigo. Entre elas, podemos listar a necessidade de cadeiras de rodas, muletas e bengalas, óculos; necessidades de fornecimento de fórmula infantil e fraldas; de medicações

6 A AVSI era associação responsável por coordenar o Abrigo Pricumã. Cada abrigo contava com uma coordenação civil, formada por agentes de proteção capacitados para essa função, que permaneciam em contato direto com os venezuelanos e tinham domínio do espanhol, e uma equipe de coordenação militar para apoio logístico – das instalações gerais, como banheiros, saneamento, distribuição de alimentos – e proteção dos abrigos.

de uso controlado; e demandas por desavenças entre famílias e situações de violência – conjugal e/ou familiar.

Além disso, por solicitação do comando da Operação, a equipe psicossocial construiu um projeto para um serviço de ouvidoria a ser implementado no NSA, com identificação e orientações bilíngues – em português e em espanhol. Não obtivemos sucesso nessa iniciativa e foi uma situação bastante peculiar. Para sua construção, conversamos com vários venezuelanos a fim de conhecer o que dispunham no país deles como serviço de ouvidoria e como a nomeavam. Ocorre que, após longo estranhamento e explicações de diversas formas, rindo sobre nossas perguntas, disseram-nos que esse tipo de serviço não existe na Venezuela. Que queixas são enviadas por cartas, jogadas em frente ao Palácio de Miraflores – sede da presidência –, nos movimentos populares, que sofrem diversas repressões. Cabe destacar que, segundo os autores Vasconcelos e Santos (2022), os imigrantes relatam ter sofrido agressões físicas e verbais dos próprios militares da Guarda Nacional da Venezuela, o que pode ser identificado como um fator de distanciamento e desconfiança frente aos militares brasileiros que atuam na Acolhida. Apesar de, na experiência com as Forças Armadas no Brasil, essa relação ser ressignificada após essa postura de cuidado e receio, e de apresentarem uma visão positiva acerca dos anfitriões militares brasileiros, ainda assim, um sistema de ouvidoria ganhou pouca ou quase nenhuma popularidade entre eles. A busca de soluções para seus problemas não passava por mecanismos institucionais, senão através dos profissionais com os quais eles sentiam maior acesso para recorrer sobre suas demandas de maneira informal. É possível que houvesse receio de que pudessem sofrer retaliações frente as queixas referidas, o que lhes fazia adotar outros caminhos.

A imagem de uma família venezuelana carregando seus documentos protegidos dentro de uma sacola plástica comum de mercado foi frequente em nosso dia a dia no NSA, e é uma memória que ainda nos sensibiliza profundamente. Compreendemos que diante da perda de tudo, ou quase tudo, o que os venezuelanos carregavam de maior valor era sua própria identidade – como que para lembrar de onde vinham, quem são e para onde vão. Consideramos que um importante objetivo da nossa presença

nesses espaços era, sim, auxiliar na adaptação ao novo contexto, porém, integrando e levando consigo sua história de vida e identidade. Talvez essa fosse nossa maior especificidade, acolher e assistir sem tutelar, auxiliar na adaptação sem excluir suas referências identitárias. Em meio a um contexto de diversas vulnerabilidades que se somam à condição de estrangeiro e refugiado, um dos grandes desafios para nós enquanto psicólogas foi delimitar espaços de atuação e não confusão entre a área psi e assistência social. Pode-se dizer que essas *fronteiras* deviam ser frequentemente redefinidas, tanto por nós como profissionais como frente as equipes de saúde, aos venezuelanos refugiados e também à própria gestão militar.

O permanente cuidado com a tropa

De volta para a tropa, embora a atuação junto ao NSA demandasse muito da psicologia, os militares também necessitavam de acolhimento e escuta diante de várias situações enfrentadas nos meses de missão. Podemos dizer que a nossa atuação teve início antes mesmo de desembarcar em solos roraimenses. No 11º Contingente, durante o período de preparação, ocorreram atendimentos de militares que estavam apresentando situações importantes em suas vidas, vindo a fragilizá-los emocionalmente e indicando que não seria adequado que estivessem na missão. Nesse sentido, houve os primeiros contatos com as OM em que esses serviam e comando da operação, para conduzir da melhor forma as situações apresentadas pelos militares, possibilitando, quando necessário, o seu desligamento, sempre respeitando o sigilo dos atendimentos, porém, atuando de forma preventiva para evitar situações de adoecimento e futuras baixas.

Ao início da missão, como uma de nossas ações no eixo de prevenção e promoção de saúde, desenvolvemos e aplicamos um questionário de avaliação psicossocial com a tropa, com o objetivo de levantar demandas sociais, psicológicas e de suporte religioso. O questionário tinha por objetivo o levantamento de dados do militar, rede de apoio, recursos e vulnerabilidades sociais, fatores estressores, queixas somáticas, identificação de sintomas ansiosos e depressivos, entre outros. No 10º Contingente, foram

realizados 124 questionários e no 11º Contingente, 301 deles foram aplicados no efetivo militar das três Forças Armadas envolvidas na Operação. Os principais fatores estressores da missão indicados nesses questionários foram a adaptação à estrutura física – banheiros, alojamento –, a vivência permanente de estar em coletividade – todos os espaços são divididos, restringindo a privacidade – e a distância da família. Outros estudos internacionais sobre a participação em missões de paz identificam esses mesmos fatores estressores indicados pelos questionários e atendimentos: as longas jornadas de trabalho, as condições climáticas, a estrutura física, a falta de privacidade, além de outras condições precárias, e a ausência da família se somam e podem influenciar o bem-estar dos militares (Adler; Litz; Bartone, 2003; Britt; Adler, 1999; Chambel; Oliveira-Cruz, 2010). As respostas oriundas dessa primeira aplicação foram importantes para nortear nosso trabalho com a tropa, perceber pontos de atenção e dedicação e ainda, sugerir melhorias e mudanças ao comando da FT.

Nossa atuação, nesses dois contingentes, teve grande influência pelo contexto pandêmico e pela atuação junto ao NSA. Houve pouco espaço para implementar as atividades que inicialmente havíamos planejado dentro do objetivo inicial de cuidado da saúde mental da tropa, como, por exemplo, visitas periódicas aos militares que compunham as coordenações de abrigos, aplicação de questionários para avaliar o estado emocional da tropa ao longo do tempo, e atuação itinerante, visitando os diversos pavilhões de trabalho dispostos na base de operações. Consideramos que o cuidado com os militares que estão atuando nas coordenações de abrigos se mostra especialmente importante, uma vez que eles têm o contato diário e constante com os venezuelanos, gerenciam crises, resolvem demandas, ou seja, estão na linha de frente dos problemas advindos da imigração. Esse contexto pode criar condições para níveis mais intensos de ansiedade e estresse, além de dificuldades de relacionamentos no convívio entre militares e venezuelanos.

Nas primeiras conversas entre nós duas como psicólogas – uma chegando e a outra se despedindo da missão – um ponto importante e de preocupação foi justamente os atendimentos aos militares. A necessidade de escuta e acolhimento era permanente e constante e, até o 11º Contingente,

por vezes, aconteciam de maneira informal, em bancos distantes dispostos nas áreas externas da base militar, embaixo dos cajueiros e mangueiras. Uma das dificuldades identificadas foi a falta de uma sala adequada para esses atendimentos na Base Militar em Boa Vista, que preservasse o sigilo e a privacidade daqueles que nos procuravam. Os militares muitas vezes sentiam-se constrangidos em buscar o atendimento frente aos demais companheiros de farda, deixando de recorrer a esse suporte quando necessário. Após cerca de um mês e meio de atuação do 11º Contingente, foi disponibilizada a sala do consultório médico para o atendimento e, posteriormente, uma sala compartilhada com o capelão e a assessoria jurídica, utilizada somente para a escuta e acolhimento de militares, o que contribuiu muito com o trabalho realizado ao longo da missão e se mostrou efetivamente uma conquista de espaço da psicologia.

Foram realizados e documentados 82 atendimentos a militares nos quatro meses de participação da Operação no 11º Contingente. Entretanto, muitos acolhimentos em conversas informais aconteceram, uma vez que alguns militares se sentiam mais à vontade dessa forma, ocorrendo nos mais diversos contextos – podendo ser no trabalho, durante as refeições, nas áreas de lazer, ou mesmo, na vizinhança dos pavilhões e contêineres, locais onde ficávamos alojados nas bases militares de Boa Vista e Pacaraima.

Reconhecemos a necessidade de uma sala para os atendimentos, ao mesmo tempo, enfatizamos que o nosso trabalho nesse contexto dispõe de uma natureza itinerante. Trabalhamos nesse formato por acreditar que, assim, aumentamos o acesso à nossa escuta, possibilitando, mesmo que pontualmente e de forma informal, o acolhimento desses militares em suas demandas emocionais. Buscar o atendimento formalmente envolve que a pessoa identifique uma necessidade de apoio e decida-se por nos procurar, o que pode ser evitado em função de diversos receios. Entendemos que, diferentemente do trabalho individual em consultório, trabalhar em uma missão requer do(a) psicólogo(a) sair da zona de conforto de uma atuação *passiva* – no sentido de aguardar que as demandas cheguem a ele(a) – para uma abordagem mais ativa, pela sua presença em todos os espaços, circulando entre os militares, conhecendo-os, falando sobre diversos assuntos para, ao mesmo tempo, estar disponível a escutar o que é difícil e como estava sendo vivida a experiência no um a um.

Algumas das situações compartilhadas conosco estavam ligadas às experiências de estresse, da sobrecarga física e emocional advindas do dia a dia no trabalho, da tristeza por estar longe de casa, desconforto com familiares – como esposa e filhos – que geraram preocupação e desmotivação, situações de saúde graves desses, bem como situações de militares que enfrentaram o falecimento de seus genitores no período em que estavam na operação. Importante destacar também que observamos um aumento considerável do consumo de tabaco e álcool entre os militares nos meses de missão, sendo esses recursos comumente utilizados como *válvula da escape* para uma maior sensação de bem-estar e prazer imediatos.

Também realizamos, através de visitas pontuais, atendimentos à tropa nas bases de Pacaraima-RR – cidade que faz fronteira com a Venezuela – e Manaus-AM. É interessante pontuar que o efetivo de Pacaraima enfrenta diariamente as principais demandas das questões humanitárias dos imigrantes, que necessitam de suporte imediato diante da situação de vulnerabilidade dos venezuelanos que atravessam a fronteira. Além disso, a elevada carga horária de trabalho e o pouco descanso se relacionavam ao maior desgaste físico e mental, resultando em menor motivação, maior descontentamento e baixa moral da tropa. Essas características foram observadas e acompanhadas pela psicóloga no 11º Contingente, principalmente vividas pela equipe do NSA de Pacaraima, que enfrentava uma demanda exaustiva de trabalho. Importante destacar que, mesmo em operações, períodos de descanso e lazer são necessários para que se mantenha a qualidade nos trabalhos realizados. Ocorreram demandas de atendimento psicológico por militares da Base de Pacaraima, sendo acompanhados em atendimentos presenciais, sempre que possível e, por vezes, através de videochamada.

Na visita realizada à Base de Manaus, foi percebido que o efetivo lá presente era em sua grande maioria composto por militares da Marinha e Aeronáutica, e que serviam em sua sede, sendo deslocados para a Operação. Pela observação das três bases da missão, foi possível verificar características e atuações específicas de cada local, com diferentes exigências e impactos na saúde mental da tropa. Apesar disso, essas variações costumam ser motivo de frequentes comparações entre os militares. Comparações essas que envolvem os locais de alojamento e refeição, as

oportunidades de lazer de cada cidade e que interferem de maneira significativa na manutenção da saúde mental dos militares.

Cabe destacar que uma situação inovadora ocorreu na passagem do 11º para o 12º Contingente. Geralmente, militares que estão em funções de comando no contingente subsequente da Operação visitam as bases da missão para conhecerem mais de perto as atividades e prepararem a tropa com instruções acerca do que enfrentarão. No caso citado, também ocorreu o inverso: uma equipe de militares do 11º Contingente viajou até o Rio de Janeiro acerca de realizar palestras e conversas com a tropa que nos substituiria. Entre essa equipe, o comando achou importante que a psicologia estivesse presente, a fim de destacar os principais aspectos da preparação psicológica para os militares.

A respeito da relação com o comando, cabe destacar que ao longo dos quatro meses de missão do 11º Contingente, o contato com o Chefe do Estado-Maior foi quase diário, a fim de assessorar o Comando da Operação acerca de intervenções da psicologia junto à tropa. Em diversas ocasiões, foram solicitados pareceres técnicos para militares, por motivos pessoais ou de saúde, com a finalidade de orientar a decisão do Comando sobre sua permanência ou seu desligamento da Operação. Além disso, o assessoramento se deu no sentido informar o Comando sobre as situações vivenciadas pela tropa e fatores que contribuíam para a desmotivação, como condições dos alojamentos e alimentação, possibilitando-o a atuar em melhorias para os militares. Essa proximidade com o Comando foi importante para que a tropa se sentisse escutada nas suas demandas, para que o Comando pudesse ter uma melhor noção das dificuldades enfrentadas na missão, e, ainda, como uma forma do próprio Comando ter um espaço de escuta para si. Falamos muito sobre a solidão que a função de comandar traz e o quanto as próprias questões pessoais também impactam nesses militares. Nessa relação, percebemos que os oficiais que estavam nessas funções se mostravam sensíveis e abertos às nossas percepções e conhecimentos, sendo que o assessoramento funcionava no sentido de diminuir, em alguma medida, a solidão do comando, ou mesmo auxiliando a sentirem-se mais seguros para a tomada de algumas decisões.

O autocuidado das psicólogas

Muitas vezes nos perguntavam: “*tu estás aqui cuidando de tanta gente e quem está cuidando de ti?*”. Também vivíamos as mesmas condições da tropa a respeito da distância de nossos lares e relações, atuando em funções novas e com exigências de trabalho que não havíamos sido preparadas a desempenhar, especialmente considerando a nova atividade no NSA junto as demais que já desempenhávamos. Além disso, também enfrentamos receios com a covid-19, vivemos o impacto de perder um colega de farda durante a missão, e nos adaptamos, ainda, ao contexto da pouca privacidade no compartilhamento de alojamentos e instalações bem como outras restrições sobre a estrutura precária das instalações.

Nos afetávamos diariamente com as situações de desamparo e vulnerabilidade de nossos *hermanos* venezuelanos, e, como não poderia ser diferente, nos questionamos sobre nossas vidas, valores, histórias, relações. Como norte, consideramos que nossa atuação deveria ir sempre na direção de promover maior autonomia aos venezuelanos refugiados, evitando assumir uma postura assistencialista e de tutela. Muitos deles nos solicitavam desse lugar, o que exigiu, de nossa parte, negar certas expectativas. Por exemplo, alguns ficavam irritados ou chateados por não fornecermos apoio de viaturas para transporte com o intuito de buscar algum *item* que necessitassem – como medicamentos –, quando objetivamente eles tinham condições e não apresentavam quaisquer restrições para ir até o local através de uma caminhada de cerca de 5 a 10 minutos. Negar alguns benefícios significava, ao nosso ver, incentivar a busca por meios próprios, por autonomia, ao mesmo tempo que conduzia recursos a quem de fato necessitasse.

Fato é que cada uma de nós contou com seus próprios recursos e buscou outros tantos para enfrentar a sobrecarga física e emocional que a missão impôs. Podemos citar nosso próprio suporte da psicoterapia, amigos, família, atividades físicas e de lazer, entre outras atividades que foram a nossa *válvula de escape*. Esses recursos mostraram-se fundamentais ao longo da missão, para nos mantermos bem e podendo atuar junto à tropa e ao NSA.

Cada uma de nós tinha uma trajetória distinta dentro da psicologia e do próprio Exército – uma militar de carreira e outra temporária. Cada uma tinha recursos distintos para lidar com as dificuldades que a missão impôs. Entretanto, percebemos que cuidar de nós era fundamental para conseguir ser o suporte para tantas vidas e histórias que nos atravessaram durante o tempo em que permanecemos na Operação.

O findar da missão

É possível observar que o militar selecionado para participar em uma missão como a Operação Acolhida se apresenta satisfeito e orgulhoso com a possibilidade de representar seu país e trabalhar em prol de uma missão humanitária. Entretanto, é perceptível que esse estado de euforia tende a passar à medida que o militar se depara com a realidade vivenciada e as privações impostas pela missão. Consideramos que uma das importantes tarefas da missão está relacionada à adaptação ao seu contexto geral, que demandam esforço psíquico do militar. Podemos citar aqui o compartilhamento de alojamento e banheiros; privacidade reduzida; distância dos familiares e dificuldades em manter contato através de videochamada ou ligação; recursos de lazer limitados, principalmente em Pacaraima; alta carga de trabalho; mudanças inopinadas de função; dificuldades nos relacionamentos interpessoais no trabalho; vivência nos abrigos e contato com pessoas em situações de extrema vulnerabilidade; dificuldades em entender o idioma espanhol, entre outros.

Este capítulo foi desenvolvido como um relato de experiência de duas psicólogas que atuaram na Operação Acolhida em dois contingentes distintos, de janeiro a setembro de 2021. Nosso trabalho foi desenvolvido em meio ao segundo ano da pandemia da covid-19, que aumentou a vulnerabilidade emocional de todos os envolvidos e atravessou nossa experiência ao longo da missão. Nosso trabalho foi conduzido através de duas grandes frentes: o cuidado com a saúde mental da tropa e as ações desenvolvidas de coordenação e apoio ao NSA. Foi necessário adaptar o trabalho e aprender sobre o funcionamento das agências e rede intersetorial dos municípios

de Boa Vista e Pacaraima, uma vez que os beneficiários refugiados apresentam diversas vulnerabilidades e expressões da questão social.

O reduzido efetivo de recursos humanos; a sobrecarga física e emocional da missão; o afastamento da família; as limitações das instalações provisórias da operação e o contexto pandêmico foram identificados como os principais fatores estressores pela tropa. Acreditamos que o trabalho da psicologia junto à tropa tem grande valor e importância para a manutenção da saúde dos militares em Operação, além de funcionar como um canal junto ao comando militar, oportunizando uma visão mais próxima das condições da tropa e auxiliando em melhorias.

Além disso, a atuação junto ao NSA nos proporcionou uma outra forma de imersão à missão, atuando com as equipes de psicólogas e assistentes sociais de forma direta, junto aos venezuelanos. As principais dificuldades compartilhadas por eles foram as histórias de perdas; violências vividas; a situação de abrigo; o afastamento da família e de seu país de origem; na adaptação ao novo país; na busca de emprego e restrições financeiras. Para nós, o lugar da psicologia durante a Operação se modificou, exigindo resiliência e criatividade para assumir novas frentes de trabalho, sendo o nosso principal desafio atuar favorecendo a autonomia aos venezuelanos refugiados e uma melhor adaptação no novo país.

A missão findou para cada uma das psicólogas em uma data distinta no ano de 2021. Entretanto, percebemos que ela não se encerrou de fato: construímos novas relações; aprendemos sobre como diminuir a distância e a saudade dos familiares e amigos; crescemos profissionalmente ao nos desafiar e sermos desafiadas pelas demandas advindas, seja do comando da Operação seja dos imigrantes venezuelanos, dos nossos colegas de farda e as nossas próprias questões pessoais. E ressignificamos nossas memórias e vivências ao compartilhar um pouquinho da nossa experiência através dessa escrita.

Referências

- ADLER, A. B.; LITZ, B. T.; BARTONE, P. T. The nature of peacekeeping stressors. In: BRITT, T. W.; ADLER, A. B. (ed.). *Psychological dimensions to war and peace. The psychology of the peacekeeper: lessons from the field*. Westport: Praeger Publishers: Greenwood Publishing Group, 2003. p. 149-167.
- BRASIL. Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13684.htm. Acesso em: 10 jul. 2023.
- BRASIL. Medida provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. *Congresso Nacional*, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/132234>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Manual de Campanha Operações*. 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2017.
- BRITT, T. W.; ADLER, A. B. Stress and health during medical humanitarian assistance missions. *Military Medicine*, Oxford, v. 164, n. 4, p. 275-279, 1999.
- CHAMBEL, M. J.; OLIVEIRA-CRUZ, F. Breach of psychological contract and the development of burnout and engagement: A longitudinal study among soldiers on a peacekeeping mission. *Military Psychology*, Los Angeles, v. 22, n. 2, p. 110-127, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/08995601003638934>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- FARIA, F. Com unidades habitacionais inovadoras, novo abrigo temporário para venezuelanos é inaugurado em Boa Vista. *UNHCR ACNUR*, [São Paulo], 24 jul. 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2018/07/24/com-unidades-habitacionais-inovadoras-novo-abrigo-temporario-para-venezuelanos-e-inaugurado-em-boa-vista/>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA (Brasil). *Imigração Venezuela-Roraima: evolução, impactos e perspectivas*. Brasília, DF: Ipea, 2021.

Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10418/1/Imigracao_Venezuela_Roraima.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

OPERAÇÃO Acolhida dá aos venezuelanos um novo começo no Norte do Brasil. *OIM ONU Migração*, Brasília, DF, 5 abr. 2023. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/operacao-acolhida-da-aos-venezuelanos-um-novo-comeco-no-norte-do-brasil>. Acesso em: 10 jul. 2023.

TUPINAMBÁ, G. S. *Uma proposta de intervenção psicológica para minimizar os efeitos do estresse vivenciado por militares em Missão de Paz*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2018.

VASCONCELOS, I. dos S.; SANTOS, S. M. de A. Sobre afetos e fardas: gestão militar e emocionalidade em abrigos para venezuelanos em Roraima, Brasil. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, DF, v. 30, n. 66, p. 243-264, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006614>. Acesso em: 10 jul. 2023.

A VIDA NÃO É UM FILME: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE OFICINAS COM HOMENS CUMPRINDO PENA EM REGIME SEMIABERTO

Raquel Meyer Fagundes Backes

Diana Flores

Carmem Regina Giongo

Sabrina Daiana Cúnico

Introdução

A população carcerária brasileira tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, sendo que o cenário das prisões no Brasil revela o desleixo da sociedade e dos mecanismos de segurança pública com os indivíduos privados de liberdade (Monteiro; Cardoso, 2013; Oliveira *et al.*, 2020). Os dados apresentados no último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), mostram que a população carcerária brasileira se aproxima de 900 mil pessoas, a qual é formada majoritariamente por homens, cerca de 780 mil (Brasil, 2022). Os dados apresentados pelo Infopen indicam ainda que aproximadamente 330 mil pessoas estão em regime fechado e cerca de 200 mil pessoas estão presas provisoriamente. Além disso, as principais acusações estão relacionadas a crimes contra o patrimônio e contra a pessoa de acordo com o Código Penal, seguidos por crimes relacionados às drogas, embasados pelas Leis nº 6.368/76 e nº 11.343/06.

Outro ponto relevante apresentado pelo Infopen refere-se ao encarceramento em massa de pessoas pretas e pardas, que corresponde a quase 70%. O baixo índice de escolaridade dos indivíduos privados de liberdade

também é alarmante, estima-se que cerca de 350 mil pessoas possuem o ensino fundamental incompleto. Nesse ínterim, nota-se que a população carcerária brasileira representa um grupo social com um perfil específico e seletivo, inserida em um sistema que não promove a reinserção social (Brasil, 2022; Monteiro; Cardoso, 2013; Oliveira *et al.*, 2020).

Tanto em relação à infraestrutura, quanto à dignidade humana, o ambiente prisional mostra-se agressivo e extremamente precário, segregando cada vez mais os sentenciados. O que se vê é um encarceramento massivo, no qual há um endurecimento na aplicação de penas e violação de direitos humanos em detrimento do investimento em políticas sociais. O cenário do sistema prisional brasileiro desvela uma realidade que se aproxima da ideia relacionada ao senso comum, a de que a finalidade do encarceramento é tão somente excluir indivíduos da vida social, distanciando-se da suposta ideia de ressocialização.

O conceito de ressocialização é controverso e passível de questionamentos, uma vez que em seu cerne está a suposta tentativa da prisão de não só punir o indivíduo pelo crime cometido, mas também de transformar “indivíduos criminosos em não criminosos” (Fonseca, 2006; Miyamoto; Krohling, 2012), um entendimento explícito da criminalidade como algo intrínseco ao sujeito, desconsiderando questões sociais mais amplas e apostando no adestramento social. No entanto, a ideia de reabilitação social ou de ressocialização sempre pautou as discussões sobre a manutenção do uso da privação de liberdade como pena por excelência no Brasil. Mesmo assumindo a precariedade e o fracasso da prisão no seu objetivo ressocializador, é fato que a sua manutenção alimenta e solidifica o mundo do crime em contraposição aos cidadãos de bem. Essa dualidade serve de álibi para a sustentação e o incremento da repressão policial e mantém o sistema em funcionamento, na medida em que torna aceitável o controle e a vigilância judicial e policial sobre a sociedade (Foucault, 2004).

É comum que a população em geral acredite que a segurança pública esteja diretamente relacionada com a lotação do sistema carcerário. Assim, o modelo político brasileiro, centralizado na atuação punitiva, busca atuar como “mecanismo tranquilizador da opinião pública que, hegemonicamente, busca proteção ao invés de cidadania” (Pastana, 2007, p. 211).

Monteiro e Cardoso (2013, p. 101) nomeiam de “aspirador social” o processo de aprisionamento no Brasil, ao considerar que o crescimento da população prisional se deve mais a uma política de repressão e de criminalização da pobreza, especialmente da população preta, do que a uma política capaz de diminuir as ocorrências criminais.

O fato é que as instituições de privação de liberdade refletem trajetórias de punição e contenção, permitindo “o avanço e a continuidade das práticas de tortura, como um elemento constituidor das relações de poder no Brasil” (Fernandes, 2022, p. 289). Segundo Fernandes (2022), a população negra no Brasil é torturada há mais de 500 anos, tortura essa que cotidianamente é vista como uma forma de poder, utilizada tanto para disciplina, quanto para controle e punição, com a finalidade de garantir e reproduzir a dominação de um grupo – branco e privilegiado – sobre outro – negro e pobre. O autor complementa:

Aglomeração, amontoado, montante, lotação, abarrotamento e superlotação, todos esses são termos que podem ser utilizados para expor uma realidade destinada à população empobrecida, encontrada do processo de escravização de pessoas negras e indígenas, na construção das favelas e espaços periféricos das cidades com suas moradias e atualmente, na produção do encarceramento em massa no País (Fernandes, 2022, p. 286).

Diante disso, torna-se fundamental pensar em políticas públicas e em formas de atuação que considerem as diferentes privações vivenciadas por populações vistas como marginalizadas e que culminam, não raramente, na privação de liberdade. O que a psicologia pode fazer diante desse contexto de vulnerabilização?

Em relação ao papel do psicólogo no contexto carcerário, há muitos debates sobre as possibilidades de atuação nesse contexto. Para além das estratégias de trabalho que focam exclusivamente em intervenções avaliativas e julgadoras para fins de decisões judiciais, interessam as possibilidades de intervenção que potencializam a emancipação do pensamento e das ideias, auxiliando na reflexão sobre a experiência do encarceramento e seus possíveis efeitos na vida dos sujeitos encarcerados (Pacheco; Vaz,

2015). Para tanto, um debate sobre como pautar a prática em um viés crítico, considerando o fazer ético e político da psicologia, se torna fundamental. O olhar interseccional do(a) psicólogo(a) – que leve em consideração aspectos de classe, raça, gênero e sexualidade – deve se somar à busca pela abertura de espaços institucionais criativos e humanizantes no ambiente prisional, especialmente por se tratar de um espaço marcado pela coexistência do racismo estrutural com demais mecanismos de opressão.

A psicologia no contexto prisional enfrenta dificuldades relacionadas às inúmeras vulnerabilidades – estigma, segregação, exclusão. A infraestrutura precária, a superlotação e a inexistência de sigilo também interferem na atuação dos profissionais que buscam acolher, mediar e potencializar processos emancipatórios. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia:

Caberá, portanto ao psicólogo, no contexto prisional, direcionar seu fazer e sua escuta aos conflitos subjacentes aos discursos produzidos, tanto pela pessoa presa, quanto pelas instituições prisionais e os agentes jurídicos e sociais em ação, fazendo com que as suas intervenções possam constituir-se como possibilidades que viriam a produzir um outro discurso mais criativo e libertador. Ou seja, um fazer que se abre para uma possibilidade de elaboração e de estabelecimento de um novo laço social de um modo geral, fazendo com que se repense até mesmo a continuidade deste sistema penitenciário (Conselho Federal de Psicologia, 2012, p. 74).

Diante desse cenário complexo e desafiador, entende-se que a extensão universitária pode ser uma importante aliada no desenvolvimento de projetos e ações pautados numa psicologia com compromisso social. O artigo 207 da Constituição Federal de 1988 dispõe que as universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, formalizando o compromisso social do ensino superior no Brasil e a necessidade de desenvolver conhecimentos científicos e formações profissionais que atendam às demandas da sociedade (Moita; Andrade, 2009).

Para o campo da psicologia, as interlocuções com a extensão universitária representam uma forma de ultrapassar os limites historicamente

construídos pela área que se desenvolveu no Brasil de maneira elitista, orientada predominantemente pela atuação clínica e por leituras individualizantes dos sujeitos (Oliveira *et al.*, 2017). O compromisso social de transformação da psicologia no Brasil, considerando em seu fazer os aspectos políticos, sociais, econômicos, de desigualdades e injustiças tornou-se tema central das discussões e diretrizes estabelecidas pelo sistema conselhos, orientando também a construção das diretrizes e bases dos cursos de graduação responsáveis pela formação de novos psicólogos (Lane, 1984, 1989; Martins, 2003).

Considerando as problematizações realizadas acerca do sistema carcerário no Brasil e a importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão na construção de práticas psicológicas socialmente orientadas e atentas às demandas sociais, este capítulo tem o objetivo de compartilhar um relato de experiência sobre a atuação da psicologia junto a indivíduos que estão privados da liberdade em uma instituição prisional masculina de regime semiaberto, localizada na região metropolitana de Porto Alegre-RS.

“Não somos os crimes que cometemos”: construindo vínculos e possibilidades de intervenção

O trabalho que será compartilhado e problematizado neste capítulo foi desenvolvido através do projeto de extensão intitulado “Educação em Direitos Humanos: por uma cultura de paz e tolerância” que faz parte do programa Educação e Cultura em Direitos Humanos da Universidade Feevale; instituição localizada na região metropolitana de Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul. Do ponto de vista teórico e metodológico, a intervenção foi baseada nos pressupostos da psicologia sócio-histórica, fazendo uso das contribuições de autores como Lane (1984, 1989) e Martins (2003).

A demanda pela realização das atividades na instituição prisional já mencionada partiu da própria casa prisional, que procurou a universidade com o intuito de parceria para desenvolver atividades junto aos homens que cumpriam pena em regime semiaberto. A partir desse contato, deu-se início a um levantamento pela equipe do projeto de extensão formada por

professoras e alunas do curso de Psicologia. Essa etapa de aproximação e análise da demanda contou com reuniões envolvendo o setor de Psicologia e Assistência Social da instituição prisional, entrevistas com os(as) agentes prisionais e aplicação de questionários e rodas de conversa com o público-alvo da intervenção, a saber: os indivíduos privados de liberdade.

Os dados coletados nesse diagnóstico inicial apontaram que os homens que cumpriam pena em regime semiaberto tinham de 23 a 56 anos, sendo que o tempo médio de permanência na instituição variava de 21 dias a 24 meses. Dentre os participantes, a maioria era solteiro e com filhos. Outro aspecto que chamou a atenção foi que a maioria era analfabeta ou semianalfabeta, com ensino fundamental incompleto, corroborando dados de outros estudos sobre o perfil da população carcerária no Brasil (Monteiro; Cardoso, 2013; Oliveira *et al.*, 2020). Além disso, a maior parte do grupo realizava atividades laborais dentro da própria instituição prisional ou fora dela, mas a maioria das atividades eram informais.

No que se refere às sugestões de temas para as oficinas, diversas propostas foram apresentadas pelo público-alvo da intervenção, como, por exemplo: documentários com exemplos de vida que pudessem servir de motivação para uma mudança e opções de profissões e oportunidades de trabalho. Um aspecto que chamou a atenção foi o pedido de que as oficinas mantivessem uma regularidade, ou seja, que não fossem interrompidas após determinado período de tempo, já que, como trazido por um dos internos em uma roda de conversa: *“todo mundo desiste de nós”*. Nos primeiros encontros de levantamento de demandas, os sujeitos salientaram a importância de serem olhados para além dos crimes cometidos, como mencionado por um participante: *“não somos os crimes que cometemos”*.

Os dados coletados e as propostas de atividades foram apresentadas para a equipe técnica da instituição prisional e, a partir disso, foi realizado um planejamento semestral das oficinas que foram organizadas a partir de documentários, de oficinas de emprego e de construção de currículo, além de debates e encontros informativos sobre saúde, cidadania e direitos humanos. A etapa inicial de escutas e levantamento de demandas junto aos participantes das oficinas foi fundamental e contribuiu para a formulação de atividades coletivamente construídas e alinhadas aos interesses do grupo.

Do ponto de vista metodológico, foram realizadas oficinas quinzenais abertas, com duração aproximada de 1h30. Em relação ao número de participantes, havia uma média de 15 pessoas por encontro. A cada início dos grupos, a proposta do projeto e a equipe eram reapresentadas, uma vez que sempre havia algum novo integrante. Em aspectos gerais, os internos que integravam as oficinas eram bastante participativos, contribuindo sobremaneira com suas experiências pessoais e também sugerindo temáticas para os encontros seguintes. Conforme Lane (1984), quando as pessoas são reunidas em grupos, as questões que antes eram tidas como isoladas e individuais passam a ser vistas como coletivas, fruto das condições sociais e de vida. Essas trocas contribuem para o estabelecimento de debates políticos e para a construção de ações grupais frente à demanda de resolução de problemas concretos, daí a escolha por se trabalhar com intervenção grupal.

Vale mencionar que a opção de manter aberto os encontros, se deu tanto em função da alta rotatividade na casa prisional, uma vez que há novas entradas e saídas diariamente, mas também como forma de priorizar o desejo e não a obrigatoriedade e o dever da participação, algo tão presente nos espaços da prisão. A ideia era, assim como para Pacheco e Vaz (2015, p. 189), “ofertar um espaço de escuta a fim de constituir uma demanda de fala sem que isso ficasse atrelado à chamada justiça terapêutica ou ao que se denomina psicoterapia como pena”. Como incentivo à participação, no entanto, foi estabelecido pela equipe psicossocial da casa prisional a remissão da pena de um dia para cada três presenças nas oficinas, algo que foi muito bem recebido pelos indivíduos privados de liberdade.

As oficinas tiveram início em março de 2019 e buscaram, desde o princípio, articular ações de caráter educativo e reflexivo. O trabalho foi coordenado e supervisionado por duas professoras do curso de Psicologia e contou com a participação de acadêmicas da área. Após o primeiro ano de atividades, o projeto precisou ser pausado, em função das recomendações sanitárias por conta da pandemia do covid-19, sendo retomado no ano de 2022, com a inclusão de professores e alunos(as) do curso de Direito nos encontros grupais.

Os encontros organizados a partir da exibição de curtas ou documentários contavam com a exibição do material seguida por um debate aberto entre os participantes, momento em que havia a livre exposição de sentimentos, reflexões e problematizações. O objetivo principal das oficinas era trabalhar, através do cinema, temáticas relacionadas à garantia dos direitos humanos, cidadania e projetos de vida. Dentre os filmes utilizados nos encontros podem ser citados: *Vida Maria*, *A ilha*, *Ilha da flores*, *Um lugar ao sol*, *Nunca me sonharam*, *À procura da felicidade*, *No presídio* e *Não é uma tragédia*. As oficinas voltadas para a orientação profissional ofereceram informações sobre o mercado de trabalho, direitos trabalhistas e construção de currículos. Em 2022, com a inserção do curso de Direito no projeto, também foram debatidos temas relacionados aos direitos humanos, cidadania e inclusão social.

Todos os(as) facilitadores(as) das oficinas realizaram diários de campo que foram sistematicamente analisados e discutidos em supervisões coletivas quinzenais. Os diários de campo foram construídos conforme orientações de Angrosino (2009) e Minayo (2014). Esses materiais foram utilizados para a construção deste relato de experiência e terão suas temáticas principais problematizadas a seguir. Como a maioria das oficinas foi estruturada a partir de um dispositivo fílmico, optou-se por apresentar os conteúdos dos diários de campo em cenas que caracterizam o processo de inserção e intervenção da equipe de trabalho, a saber: Cena 1 – A entrada em campo: reconhecendo fronteiras; Cena 2 – A vida é um desafio; Cena 3 – Descartáveis: para quem?; Cena 4 – Nunca me sonharam; Cena 5 – Limites e dificuldades; Cena 6 – Pra não dizer que não falei de flores.

Cena 1 • A entrada em campo: reconhecendo fronteiras

A chegada da equipe à instituição prisional é um ponto importante a ser exposto, uma vez que a universidade acaba por não preparar completamente seus(suas) alunos(as) para tal experiência. No início de cada diário de campo, há uma ênfase sobre as percepções e sentimentos experienciados pelos(as) alunos(as) e professores(as). Nesses relatos,

destacam-se o medo do desconhecido vivenciado pelas acadêmicas, que logo se dissipou e deu lugar a uma nova percepção – menos estereotipada – da população carcerária. Cabe pontuar que, inicialmente, a equipe era composta somente por mulheres brancas de classe média, demarcando uma diferença identitária importante dos participantes: homens – em sua maioria negros – e em situação de vulnerabilidade social. Apoiamo-nos em Padovani (2019) para sustentar o argumento de que práticas críticas e transformadoras não implicam na supressão das diferenças. Ao contrário, é justamente o reconhecimento das fronteiras de classe, raça e gênero que deve ser tomado como central ao propormos ações que dependam da colaboração e da intimidade. Assim, ao adentrarmos o espaço da prisão, não buscamos dirimir as diferenças que nos constituíam frente aos indivíduos privados de liberdade, mas sim entender de que forma poderíamos *atravessar* essas diferenças, construindo um espaço comum de trocas.

De modo geral, todos os grupos aconteceram em um ambiente tranquilo e cooperativo. O acolhimento do trabalho por parte dos internos se deu de maneira afetiva e respeitosa. Em nossos diários de campo, há diversas menções a respeito do quão transformador foram os primeiros encontros, principalmente pelo fato da equipe notar nos participantes a necessidade de um espaço em que pudessem falar e serem ouvidos. Todos – equipe e internos – se mostraram muito interessados nas temáticas apresentadas pelo grupo.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, a questão de gênero nunca havia sido percebida pela equipe como limitadora do desenvolvimento do trabalho, ainda que se tratasse de uma equipe exclusivamente feminina coordenando grupos exclusivamente masculinos. No entanto, foi evidente a mudança na dinâmica das oficinas com a chegada de um professor homem, do curso de Direito. Junto com esse professor, outros homens, acadêmicos, também se juntaram à equipe. Em diversos momentos, era possível perceber que os participantes se dirigiam ao professor ou aos acadêmicos, mesmo que a reflexão ou a pergunta tivesse sido feita por uma das professoras mulheres. Ademais, o fato deles serem do curso de Direito parecia conferir mais legitimidade em algumas discussões, em especial, quando se referiam às questões políticas ou legais. Isso ficava evidente

quando a explicação de algum aspecto legal era iniciado por uma das professoras mulheres do curso de Psicologia – com bastante experiência em trabalhos no sistema prisional – mas parecia ganhar credibilidade somente quando a informação era corroborada pelo professor homem. Considerando que vivemos numa sociedade regida por uma matriz cultural fortemente atravessada por relações assimétricas e estereotipadas de gênero, pode-se supor que a ideia de que eram os homens ali presentes que detinham maior conhecimento técnico e objetivo sobre determinadas questões, sendo as mulheres apenas representantes de gentileza e compaixão (Panke; Iasulaitis, 2016), permeou os encontros de forma mais explícita com a chegada dos homens na equipe.

Diferentemente dos internos, o acolhimento realizado pelos(as) policiais penais se mostrou abstruso e bastante burocrático. Praticamente em todo o período do projeto, as chegadas da equipe ao local demandavam uma (re)apresentação do projeto, entrega de documentação pessoal e conversa inicial com a equipe psicossocial do local, que autorizava a entrada e que buscava facilitar o trabalho ao máximo. Os(as) policiais penais, por outro lado, olhavam a equipe desconfiados e se mantinham pouco dispostos a cooperar, sem entender, talvez, o trabalho e os motivos que levavam a equipe a estar trabalhando com essa população, conferindo um julgamento que em nada se relacionava com as funções laborais que devem ser desempenhadas naquele espaço.

Mesmo que os grupos ocorressem quinzenalmente durante o ano todo, fazendo parte, inclusive, do cronograma de atividades da casa prisional, dificilmente os(as) policiais que recebiam nossa equipe “lembravam” quem éramos e do objetivo do nosso trabalho. A dificuldade em compreender o trabalho ali realizado reverberava na forma com que novos internos eram chamados para a atividade. Tendo em vista que o convite para a participação nos grupos não poderia ser feito pela nossa equipe, era importante que os(as) policiais informassem com precisão sobre a dinâmica dos grupos no momento em que fizessem a apresentação nas galerias, reforçando, inclusive, que se tratava de uma atividade de participação voluntária. No entanto, não raramente, após a introdução das oficinas – momento em que a equipe se apresentava e explicava o funcionamento

dos grupos, assim como reforçava a voluntariedade da participação – muitos homens se retiravam ou por terem entendido que se tratava de um momento com a Defensoria Pública ou por terem sido chamados de forma compulsória para participar.

Cena 2 • A vida é um desafio

A pedido de um dos participantes, a música “A vida é desafio” dos Racionais MC’s foi tocada em um dos encontros. A canção fala sobre como a desigualdade e a pobreza limitam a capacidade de sonhar, fazendo com que muitas pessoas precisem abrir mão de sonhos em detrimento da sobrevivência. Fala também sobre como o crime, num mundo consumista e que incentiva a ambição e o ter, pode ser percebido – num primeiro momento – como uma solução rápida e fácil para os problemas, mas que traz sofrimento e privações. A música, ainda, passa uma mensagem de que nunca se deve deixar de sonhar e acreditar, mesmo com os desafios, já que é alimentando o presente que se constrói o futuro.

No momento em que a música tocava, todos se atentaram à letra. Notou-se que a canção mobilizou os participantes. Enquanto os pés se moviam na batida do *rap*, era possível ver as mãos na cabeça, o olhar cabisbaixo e ouvir suspiros. Ao final, um dos participantes verbalizou que a letra trazia consigo uma verdade muito dolorosa, o que fez com que o grupo comesçasse a refletir sobre os motivos que os levaram à situação de cárcere. Muitos refletiram sobre a pobreza que vivenciavam em suas comunidades, bem como trouxeram relatos de vivências familiares marcadas por violência e/ou negligência.

A temática das relações familiares se fez bastante presente no decorrer dos encontros. Em um deles, um dos participantes narrou o início da sua história de vida como criança em situação de rua. Sua mãe estava em situação de traficância e criou sozinha – enfatizando a não presença do pai –, ele e seus 12 irmãos, situação que o fez passar a praticar pequenos furtos ainda criança na tentativa de ajudar a mãe. A partir desse relato, houve uma

identificação coletiva por parte dos internos que também relacionavam seu início em atividades criminosas com a necessidade de sustento.

A constatação de que a pobreza e a desigualdade social são fatores que contribuem sobremaneira para a vinculação de algumas pessoas com atividades ilegais, não deve ser entendida, no entanto, como um processo natural de modo a não incorrermos na chamada criminalização da pobreza. Coimbra (2006) menciona o quanto o dispositivo da periculosidade, proposto por Foucault, ainda se encontra presente na subjetividade da sociedade brasileira. Esse dispositivo vai afirmar que tão importante quanto o que um indivíduo fez é o que ele poderá vir a fazer. Assim, certos sujeitos – em geral pobres, negros, periféricos, com baixa escolaridade etc. – passam a ser vistos como criminosos em potencial e seus territórios são vistos como espaços cujo destino deve ser a extinção. Identificarmos semelhanças nas histórias de opressão e de desamparo vivenciadas pelos indivíduos privados de liberdade serve não para traçarmos a prisão como um caminho inevitável em suas trajetórias, mas para mostrar que as prisões brasileiras funcionam de modo a oficializarem a exclusão que já paira sobre os pobres. Nesse contexto, à medida que muitos deles ali narraram terem vivenciado situações de negligência, falta de oportunidades e demais violências, todos concordavam com a afirmação de que “o tráfico acolhe”, ou seja, as facções criminosas acabavam por assumir a função de cuidado negada pelo Estado.

Os relatos sobre suas imersões em atividades ilegais foram acompanhados por afirmações de que o crime não compensa e promessas de que almejam fazer novas escolhas ao terminarem de cumprir sua pena. A vontade de mudança era, segundo eles, motivada pelo fato de quererem privar suas famílias do estigma de ter um familiar encarcerado, algo que causava muito sofrimento especialmente nos(as) filhos(as). A preocupação com as famílias, as quais funcionavam como sustentação afetiva e, muitas vezes, financeira, durante o período do aprisionamento foi muito presente. O receio dos sujeitos com a família é compreensível. O processo de criminalização envolve muito mais do que somente uma suposta tentativa de combater o crime. Ele envolve o estabelecimento de marcadores sociais que identificam as pessoas que – mesmo não violando nenhuma lei – terão mais

chances de sofrer as punições, legais ou não, do Estado, sendo incluídas aí as pessoas que possuem um ente encarcerado (Nascimento, 2021).

Ainda que, na prisão, as noções de família e parentalidade precisem ser entendidas para além dos significados culturais hegemônicos, uma das histórias narradas envolvendo a paternidade nos chamou atenção devido à naturalidade com que a ausência paterna foi descrita por um dos participantes. Ele contou que não conhece o filho de menos de um ano, que nasceu quando estava preso. Por não ter mais relacionamento amoroso com a mãe da criança, esta nunca levou a criança a nenhuma visita. A história não era contada com tristeza ou com arrependimento, mas com resignação. Ao ser perguntado se pretende ter convívio com a criança quando sair da prisão, ele respondeu: *“agora já é tarde pra isso, e ele também não vai querer um pai ladrão”*. Após muitos relatos sobre vivências com pais ausentes, desconhecidos ou violentos e os impactos que essa relação ou afastamento teve na vida dos sujeitos ali encarcerados, chamou a atenção a impossibilidade de crítica desse sujeito a respeito de como ele próprio repetia com seu filho uma história de ausência que teve com seu próprio pai. A história mobilizou todos do grupo que se apressaram em estimular o participante a não desistir do filho e de buscar estabelecer uma relação afetiva com ele. Esse grupo em específico foi fundamental para compreendermos a relevância de que as relações afetivas, entre elas a relação entre pai e filho(a), tenham espaço nas discussões que circundam o sistema prisional brasileiro.

Cena 3 • Descartáveis: para quem?

Fazendo uso dos materiais audiovisuais e outros, também estimulou a fala a respeito da situação escolar dos internos. Muitos citaram que eram analfabetos e que não frequentaram a escola, ou frequentaram e evadiram. Sobre os motivos que os levaram a evadir, eles falaram das dificuldades vivenciadas por conta da frágil situação econômica, social e familiar em que viviam e que essas experiências retiraram o sentido da escola. Assim, preferiram sair da escola e trabalhar para garantir o sustento financeiro,

mas, vendo que esse caminho não era tão simples, optaram por caminhos “mais fáceis”.

A relação entre privação de liberdade e evasão escolar não é novidade. Isso porque, ao analisarmos os dados oficiais sobre a escolaridade da população prisional brasileira, identificamos que a maioria das pessoas privadas de liberdade nem sequer completou o ensino fundamental. Um dado que contrasta com os dados da escolaridade da população brasileira emitido pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em que há uma maior dispersão entre todos os níveis educacionais indo de encontro com a realidade da população prisional que majoritariamente possui baixa escolaridade (Brasil, 2018).

Diversos podem ser motivos para que alunos e alunas abandonem a escola. O uso de substâncias psicoativas, sucessivas reprovações, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar e conteúdo escolar que não se comunica com a realidade concreta das crianças e jovens, podem ser fatores que influenciam na decisão de ficar ou sair da escola (Silva Filho; Araújo, 2017). Todas essas questões, contudo, não podem ser entendidas de forma isolada, uma vez que a evasão escolar é multicausal. No entanto, é evidente supor que a desigualdade social – que faz com que crianças e adolescentes passem a querer se inserir no mercado de trabalho, de modo a garantir melhores condições de sobrevivência para a família – assuma um papel central na evasão escolar, especialmente em famílias em condição de vulnerabilização, realidade de muitos dos participantes.

No decorrer das oficinas, outros temas também foram discutidos. Entre eles, os que tinham forte caráter social e político predominaram. As críticas aos governos estadual e federal foram assuntos presentes, os internos citavam que não há investimento do Estado, que eles são “descartáveis”, que não existem muitas oportunidades de trabalho com foco na não reincidência. Questões de raça e classe, que parecem ser tão difíceis de ser mencionadas em alguns espaços, ganhavam uma tonalidade de naturalidade na discussão. Os internos estavam cientes das práticas racistas e punitivistas do Estado, por isso, demonstravam seu descontentamento e indignação frequentemente. Enquanto equipe, nosso foco era, tal qual para Pacheco e Vaz (2014), problematizar a dinâmica social e institucional,

bem como as relações entre todas as instâncias que entrelaçam e norteiam as práticas de institucionalização e a produção da criminalidade a partir da reflexão sobre direitos humanos e seletividade penal. No entanto, em alguns momentos, sentíamos como se nossas problematizações inflavam sobremaneira o sentimento de revolta dos internos, alguns – inclusive – se exaltando ao descrever sua relação com o Estado. Não que devêssemos agir em prol da conformidade ou da negação, mas em alguns momentos a equipe se questionou sobre de que forma poderia avançar no sentido de não produzir apenas revolta, mas também potência de vida, de ação.

Em um dos grupos, por exemplo, um dos participantes pediu “dicas” de como poderia burlar a tornozeleira eletrônica. Em outro momento, questionou que desculpa poderia usar para justificar o rompimento da tornozeleira e não perder o benefício. Essas perguntas ficaram reverberando nas discussões da equipe por muitos dias. Houve uma sensação de incômodo com as perguntas. Isso porque, se por um lado elas refletiam a confiança e o vínculo que estava sendo formado ali, por outro, parecia que nosso trabalho estava sendo visto a partir de uma suposta cumplicidade ou mesmo de um encorajamento para o cometimento de atos fora da lei. Era isso que estávamos mostrando? Nosso trabalho podia ser lido assim?

Frente às questões éticas que surgiram nesse momento e as demandas emergentes durante o manejo das oficinas, passamos a colocar em questão nossa atuação, questionando o nosso papel, os limites e as possibilidades de atuação e de transformação social naquele contexto. Para isso, as discussões propostas por Lane (1984) e Martíns (2003) tornaram-se ainda mais centrais, permitindo pensar o grupo como um processo capaz de expressar as determinações sociais presentes naquele coletivo que perpassavam, inclusive, o nosso papel como facilitadores das oficinas. Mais do que nunca, era necessário assumir que o próprio grupo era construído e determinado por um tempo e espaço, fruto das relações sociais e com potencial para expressar suas contradições, realidades, cotidiano e problematizações. Além disso, passamos a colocar em questão nosso lugar no mundo, nossos privilégios, dúvidas e questionamentos acerca das práticas no campo da psicologia.

As reflexões da equipe mobilizaram os próximos encontros. Assim, além de mantermos as discussões a respeito do punitivismo do Estado e da criminalização da pobreza – marcas incontestáveis do sistema penal brasileiro –, passamos também a propor reflexões de ações e práticas que visassem provocar rupturas nesse sistema. A ideia era poder construir juntos possibilidades de alteração nesse sistema degradante e nefasto que tem como ponto de chegada, não raramente, a privação de liberdade.

Cena 4 • Nunca me sonharam

Durante um dos grupos, um questionamento foi levantado por parte da equipe do projeto: “com o que vocês sonham?”. O incômodo com o silêncio que perdurou por alguns minutos incomodou algumas das estagiárias. Parecia uma pergunta com muitas possibilidades de respostas, mas ali, naquele momento, os sujeitos não pareciam saber como responder a esse questionamento. Mencionaram o desejo de sair da prisão, os poucos internos que se aventuraram a responder. No entanto, não conseguiam trazer desejos e anseios para além do momento da sonhada liberdade. A dificuldade em sonhar, em fazer planos, ou mesmo conseguir verbalizar desejos futuros, pareceu ter ligação com a descrença que os indivíduos tinham sobre si mesmos. Descrença essa alimentada e potencializada pelo preconceito contra aqueles que estão ou já passaram pela situação de prisão.

Em um dos grupos, um dos participantes explicitou o quanto o endosso por parte da sociedade de que “bandido bom é bandido morto” revela o descaso da sociedade brasileira com os mais pobres, especialmente com aqueles que estão aprisionados, esses últimos passíveis de serem animalizados, mortos em sua existência. As poucas expectativas dos participantes após a saída da instituição poderiam estar, em certa medida, relacionadas justamente à introjeção da ideia de que outra possibilidade de vida que não estivesse relacionada com a instituição prisional não seria possível. Sujeitos não sonhados, não desejados, que se tornam, portanto, sujeitos institucionalizados. A própria presença da equipe no Instituto Penal era questionada, em vários momentos, pelos internos. O fato de serem ouvidos e de

terem espaço de fala parecia algo muito incomum, o que causava curiosidade de o porquê deliberadamente escolhemos intervir naquele lugar.

A partir da pergunta mobilizadora sobre os sonhos e o silêncio que se seguiu, passamos a refletir se essa pergunta não estava baseada em nossas próprias vivências e lugares sociais ocupados. Nos demos conta de que era preciso, constantemente, sensibilizar nossa escuta para compreender as experiências dos participantes das oficinas a partir dos lugares históricos que ocupavam. Para Martins (2003), a atuação da psicologia nos processos grupais deve considerar pelo menos três aspectos principais: i. a inclusão do caráter histórico dos grupos; ii. a ideia de que existe uma realidade social do grupo que não pode ser reduzida às características dos indivíduos que compõem o grupo; e iii. o uso de uma abordagem compreensiva para incluir os pequenos e os grandes grupos.

Cena 5 • Limites e dificuldades

No processo de construção e realização das oficinas, inúmeras foram as dificuldades e limites encontrados. Sobre a prática das oficinas, cabe citar que o local escolhido pela instituição foi a biblioteca, espaço amplo, com várias estantes de livros, classes, cadeiras, um quadro branco e, ao lado, uma sala de informática. Para chegar ao local, passava-se pela recepção, pela entrada da cozinha e adentrava-se num corredor escuro, com um forte odor de mofo – causado pela intensa umidade – para então chegar à biblioteca. O local era precário, mas contava com ar-condicionado – que amenizava o forte calor nos dias de verão – e também com retroprojetor, através do qual era possível utilizar recursos audiovisuais nas oficinas.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, contudo, tanto o ar-condicionado quanto o retroprojetor estragaram, não sendo consertados. Em um dos diários de campo, há menção sobre o dia em que os próprios internos buscaram ventiladores em suas celas para tentar amenizar o calor que fazia na biblioteca. Os ventiladores, no entanto, não puderam ser utilizados, pois nenhuma das tomadas da sala estavam funcionando. A respeito do retroprojetor, a saída encontrada pela equipe foi levar músicas em caixa de som

própria e também utilizar recursos de texto. Estes, no entanto, acabavam sendo de difícil acesso para os internos que não eram alfabetizados, sendo, aos poucos, substituídos por outros materiais. A cada encontro era preciso improvisar e fazer uso da criatividade para viabilizar as oficinas.

Ademais, cabe pontuar que a rotatividade de participantes se tornou um desafio para a equipe, bem como a necessidade de flexibilidade em relação aos cronogramas dos grupos por conta das intercorrências que poderiam acontecer a qualquer momento, como, por exemplo: conflitos internos; revistas policiais; atrasos na liberação de entrada da equipe facilitadora; entre outros aspectos. Outro dificultador do trabalho era a falta de transporte para a equipe de trabalho, visto que a instituição estava localizada em um bairro distante do centro da cidade. Além disso, muitos alunos que atuavam nas oficinas realizavam o trabalho voluntariamente, sem subsídio de bolsas e também apresentavam dificuldades socioeconômicas.

A precariedade e a falta de interesse estatal em garantir condições mínimas aos estabelecimentos prisionais ficou evidente desde a nossa entrada na casa prisional. A má conservação da estrutura física, o forte odor de umidade e a falta de reparos dos equipamentos explicitam a degradação e o pouco investimento no sistema carcerário brasileiro. Ao nos depararmos com essa realidade, foi preciso que a equipe tivesse flexibilidade para (re)pensar, (re)organizar e lidar com as intercorrências enfrentadas ao se propor práticas e ações que buscavam garantir o direito à dignidade humana num sistema tão nefasto e degradante como a prisão.

Cena 6 • Pra não dizer que não falei de flores

Nos inspiramos em Geraldo Vandré para construir esta última cena do nosso capítulo. *Pra não dizer que não falei flores* apresenta alguns dos elementos que produziram subjetividade, fortaleceram os processos grupais, geraram vínculos e floresceram em um ambiente substancialmente inóspito. Ao longo das oficinas queremos destacar que, do mesmo modo em que a questão do vínculo apresentou-se como um desafio, também foi uma ponte para que a experiência do grupo pudesse ser descrita como positiva.

Por mais que a construção de vínculos se mantivesse em todos os encontros, visto que a cada oficina novos participantes eram integrados, essa construção se dava de maneira muito consistente. Um dos pontos que facilitou a formação de vínculo foi a abertura para que os internos pudessem falar e se sentissem ouvidos.

Com a presença do professor do curso de Direito, inúmeros foram os questionamentos jurídicos por parte dos presos. Em um dos encontros, causou surpresa em todos quando foi informado que qualquer pessoa poderia impetrar um *habeas corpus* para si. Conhecer mais sobre a lei e os direitos humanos pareceu animar os internos. Diante desse cenário, buscamos, além de fornecer informações legais e jurídicas que estavam ao nosso alcance, também problematizar as razões pelas quais o acesso às informações importantes sobre o processo penal são dificultadas. O objetivo era ponderar e realizar

uma análise da conjuntura mais ampla, institucional, social e política, que possibilita ou não que elas, na condição atual de pessoas presas, possam constituir meios de resistir às forças opressoras que as impediam de se empoderar das suas questões e assim buscar seus direitos e garantias fundamentais (Pacheco; Vaz, 2015, p. 191).

Assim como Lane (1989), entendemos que os grupos representam também uma realidade total, uma estrutura social, e não podem ser resumidos simplesmente à soma de seus membros. Os vínculos, afetos e debates realizados nas oficinas mobilizaram toda a instituição, mesmo àqueles que não participavam dos encontros. A partir disso, pensamos que, ao tratar das oficinas descritas nesse espaço, privilegiamos “o andar e não o chegar” (Meyer; Soares, 2005, p. 38), assumindo uma perspectiva de intervenção processual, em que os vínculos e as intervenções eram colocados em questão a cada encontro, sem esperar, necessariamente, um resultado final ou um desfecho de sucesso. O sucesso, aqui, talvez possa ser representado pelas dúvidas constantes, pelas problematizações, pelos desconfortos e pelas possibilidades de afeto e de criação.

Problematizações finais e espaços a alcançar

O trabalho realizado possibilitou uma maior aproximação com os homens privados de liberdade, abrindo espaço para reflexões e problematizações acerca das práticas da psicologia nesse contexto. A construção do vínculo foi desafiadora ao longo dos encontros, visto que a cada oficina novos participantes eram integrados, o que exigiu flexibilidade, cuidado e sensibilidade ao planejar as atividades. O trabalho proporcionou aos(as) professores(as) e acadêmicos(as) a oportunidade de desmistificar preconceitos e entender as diversas histórias de vida dos participantes.

Ademais, no processo de inserção e planejamento das intervenções, destaca-se a importância da análise inicial da demanda e levantamento dos interesses dos participantes das oficinas. O processo sistemático de redação dos diários de campo, supervisões e estudos da equipe responsável pelas intervenções permitiu diversos aprendizados, além da melhoria contínua do trabalho e problematizações das implicações dos(as) facilitadores(as). Afinal, como defende Minayo (2014), é preciso incluir a perspectiva de que um trabalho considere todas as suas etapas e os conteúdos como fenômenos sociais, historicamente construídos e condicionados, no qual o tema trabalhado, os participantes, os facilitadores, as relações e as técnicas utilizadas, encontram-se também implicados nesse artifício.

A realização de trabalhos humanizados no contexto prisional não está associada à ideia de que a privação de liberdade é algo natural e inevitável, longe disso. Esse sistema, punitivo e segregador – que historicamente subjuga indivíduos – deve ser passível de questionamento. No entanto, considerando sua manutenção, é importante que a psicologia lance luz às possíveis ferramentas de intervenção capazes de promover reflexões nesse contexto. Uma dessas possibilidades são as intervenções coletivas.

O grupo pode ser visto como um espaço privilegiado para construção de reflexões, tanto pela sua abrangência quanto pela sua capacidade de trabalhar com os processos identificatórios dos seus membros, quebrando a lógica instituída e partindo para uma reflexividade e relativização dificilmente conquistada em outros espaços terapêuticos. Ademais, cabe destacar que o audiovisual se apresentou como importante aliado na

construção de sensibilização e mobilização política e social. Para Padilha (2015), o cinema possui um caráter político, com poder de interferir na realidade e provocar uma reação social.

Finalmente, é preciso lembrar que, apesar dos avanços obtidos na psicologia como ciência e profissão socialmente comprometida e das inúmeras possibilidades apresentadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ainda há muitos espaços a alcançar e novas formas de intervir visando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Essas formas dependem não apenas da disponibilidade e abertura das instituições de ensino, dos professores(as) e alunos(as), como também do investimento em educação e políticas públicas que viabilizem a manutenção de projetos e ações sociais.

Referências

ANGROSINO, M. V. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 24 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 4 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976. Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 set. 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6360.htm. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* – INFOPEN. Brasília, DF: Autores Associados, 2018.

BRASIL. *Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN: 13º Ciclo* – INFOPEN. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2022.

COIMBRA, C. M. B. Neoliberalismo e Direitos Humanos. In: AMARANTE, P. (org.). *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 257-265.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) no sistema prisional*. Brasília, DF: CFP, 2012.

FERNANDES, I. dos S. Da escravidão à prisão pelo fio condutor da tortura no Brasil. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 283-290, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e83873>. Acesso em: 6 abr. 2024.

FONSECA, K. P. (Re)Pensando o crime como uma relação de antagonismo entre seus autores e a sociedade. *Psicologia: Ciência e profissão*, Brasília, DF, v. 26, n. 4, p. 532-547, 2006.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2004.

LANE, S. T. M. O processo grupal. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (ed.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 78-98.

LANE, S. T. M. Questões teóricas e metodológicas em Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 21-31, 1989.

MARTINS, S. T. F. Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 15, p. 201-217, 2003.

MEYER, D. E. E.; SOARES, R. F. Modos de ver e de se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em Educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. In: COSTA, M. V.; BUJES, M. I. E. (org.). *Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 23-44.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIYAMOTO, Y.; KROHLING, A. Sistema prisional brasileiro sob a perspectiva de gênero: invisibilidade e desigualdade social da mulher encarcerada. *Direito, Estado e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 40, p. 223-241, 2012.

MOITA, F. M. G. D. S. C.; ANDRADE, F. C. B. D. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista brasileira de educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009.

MONTEIRO, F. M.; CARDOSO, G. R. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.1.12592>. Acesso em: 10 set. 2023.

NASCIMENTO, L. G. do. *Ser pai, estar preso: vivências e sentidos da paternidade em presídios cariocas*. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

OLIVEIRA, A. et al. A precariedade do sistema prisional brasileiro. *Caderno Humanidades em Perspectivas*, Curitiba, v. 4, n. 8, p. 37-45, 2020. Disponível em: <https://cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1490>. Acesso em: 6 abr. 2024.

OLIVEIRA, I. T. de. et al. Formação em Psicologia no Brasil: Aspectos Históricos e Desafios Contemporâneos. *Psicologia Ensino & Formação*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 3-15, 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.21826/2179-5800201781315>. Acesso em: 6 abr. 2024.

PACHECO, P. J.; VAZ, V. N. Outras práticas possíveis da psicologia na prisão. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória, v. 15, n. 1, p. 177-198, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18759/rdgf.v15i1.647>. Acesso em: 9 mar. 2024.

PADILHA, J. *Saiba porque não vai ter tropa de elite 3*. Entrevista concedida por José Padilha. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AC2eKZ0DMuU&ab_channel=mtoentretenimento. Acesso em: 7 jan. 2017.

PADOVANI, N. C. Na caminhada: “localizações sociais” e o campo das prisões. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 55, p. 1-31, 2019. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/18094449201900550001>. Acesso em: 10 set. 2023.

PANKE, L.; IASULAITIS, S. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 385-417, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912016222385>. Acesso em: 12 nov. 2023.

PASTANA, D. R. Os contornos do Estado Punitivo no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, Curitiba, v. 46, p. 207-221, 2007.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. de L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. *Educação por Escrito*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2017.1.24527>. Acesso em: 4 set. 2023.

CUIDADO E PODER: PARADOXOS DO TRABALHO DA PSICOLOGIA EM INSTITUIÇÕES DE PRESERVAÇÃO DA ORDEM

Clara Santos Henriques de Araújo
Ana Carolina Bispo Pereira
Jimena de Garay Hernández

Os campos que habitamos

“A dominação é, portanto, *sine qua non* de todo poder” (Quijano, 2009, p. 112).

Françoise Vergès, em seu livro *Uma teoria feminista da violência*, afirma que o neoliberalismo nunca é apenas um programa econômico, mas que visa uma transformação cultural do “eu” (Vergès, 2021) – o neoliberalismo deseja a transformação do Estado em “uma ferramenta ativa e central de fabricação das subjetividades, relações sociais e representações coletivas” (Vergès, 2021, p. 138). As políticas públicas, como forma de organização e efetivação do poder estatal, seriam, então, instrumentos centrais para esse projeto de dominação, de criação e preservação da ordem.

Dentre as perguntas que surgem a partir daí, podemos pensar: que população está sendo dominada? Como se pretende que a ordem seja preservada? E, sendo a configuração macropolítica um projeto de dominação, como se dão as práticas no micro do fazer profissional? É possível

criar algo diferente? No presente trabalho, discutiremos o que a psicologia entende como cuidado com populações vulnerabilizadas a partir das práticas de trabalho, intervenção e pesquisa em certos campos das políticas públicas ou por elas atravessados, todos no estado do Rio de Janeiro. O primeiro é um percurso de atuação profissional e pesquisa de mestrado em uma unidade de acolhimento para adultos, equipamento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) – Resolução nº 109/09. O segundo é um projeto de intervenção em unidades socioeducativas de internação para adolescentes em privação de liberdade – Lei nº 12.594/12. O terceiro é um projeto de acolhimento de proteção social prévio às audiências de custódia em unidades prisionais. O quarto é uma pesquisa de mestrado com mulheres sobreviventes do cárcere, conceito que utilizamos em vez do termo “egressa”, considerando que o cárcere é um processo de extermínio subjetivo, do qual se sobrevive – ou não.

As nossas experiências nesses campos, que em vários momentos se cruzam, nos provocam a pensar nas formas em que a psicologia tem sido convocada historicamente, a partir de uma perspectiva de cuidado como tutela de populações vulnerabilizadas, tais como adolescentes e adultos em privação de liberdade; mulheres cis e trans sobreviventes do cárcere bem como adultos e famílias em situação de acolhimento, contribuindo para a culpabilização, a individualização e a punição de corpos. Dessa forma, as tramas de poder articulam discursos e práticas que, por vezes, se contradizem, mas também convergem, disputam, se potencializam.

Assim, neste texto, iremos narrar quatro histórias vividas em cada um dos campos de atuação e pesquisa, e a partir delas tecer considerações sobre o que se considera população vulnerabilizada e qual é o projeto ético-político construído pela psicologia. Em seguida, traremos o conceito de cuidado decolonial para pensar o que pode ser construído na prática de psicólogas e psicólogos na interface com instituições de preservação da ordem. Por fim, sem pretender esgotar o assunto, faremos algumas considerações finais.

Violência e processos de vulnerabilização

A seguir, registramos histórias de pessoas com as quais dialogamos nos campos anteriormente citados, buscando produzir, nas leitoras e leitores, afetações que nos mobilizam nas reflexões aqui apresentadas. Os nomes utilizados são fictícios, buscando garantir o anonimato. Porém, buscando subverter a objetificação que marca as suas vidas, recorremos a nomes de autoras e autores negros, que usam a escrita como estratégia estética de ocupação social e resistência política.

História 1

Nossas reflexões acerca da psicologia com pessoas sobreviventes do cárcere advêm principalmente de uma pesquisa de mestrado em andamento. Uma pessoa que sobrevive ao cárcere não se encontra mais institucionalizada, entretanto, o trabalho aqui proposto será de alertar psicólogas e psicólogos sobre as marcas que permanecem em suas vidas.

A título de organização didática, podemos demarcar a vida de uma pessoa que esteve no cárcere como um antes, durante e depois. Em sua grande maioria, o antes é permeado por diversos tipos de violência, algo relatado por Carolina (Maria de Jesus), mulher cis de 40 anos, negra, que teve a mãe e o pai mortos pela polícia quando ainda era criança. Pouco tempo depois, perdeu seus dois irmãos também mortos por policiais. Uma guerra que deixa um rastro de morte na vida de muitas pessoas. Assim, Carolina, que gostava de estudar, se viu dentro do tráfico como único caminho possível, em suas palavras. A morte dos pais e, consequentemente, o desamparo de Carolina, moldam sua existência.

Durante o cárcere, ela relata que vivia em constante desespero e que apesar de nunca ter pedido para morrer, como era o caso de outras companheiras de cela, ela relata em entrevista:

Porém, o que eu pedia pra Deus, falava assim: Deus, me dá um apagão na minha mente, que eu esqueça quem eu sou, eu quero vegetar, eu não sei lidar mais com essa saudade, eu não sei lidar mais com isso aqui, não tem mais psicológico pra isso aqui.

Outra entrevistada que tem sua vida marcada por intervenções do Estado é Hilda (Hilst), mulher trans, parda, de 41 anos. Hilda apresenta em seu discurso muitos conflitos dentro de instituições governamentais. Ela relata um caso específico de transfobia, após o cárcere, no local em que estava morando, em um abrigo. Hilda havia sofrido transfobia por profissional de nível superior, o que em suas palavras era um absurdo ainda maior. Após esse episódio, Ela retomou o uso de medicação para dormir, sendo que não fazia uso do mesmo há um pouco mais de um ano.

Como já dito, esse antes, durante e depois funciona no presente texto apenas a título didático, pois uma vida não pode ser definida seguindo apenas esse critério. Entretanto, demarcar esses três momentos ajuda para que possamos pensar em intervenções possíveis, tendo em vista o contexto que cada momento exige. A partir dos relatos coletados na pesquisa e que foram também trazidos nesse trabalho, o antes do cárcere é muitas vezes permeado por uma ausência do Estado, dado confirmado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), em que a maior parte das pessoas privadas de liberdade (315.613) tem ensino fundamental incompleto, ou seja, pessoas que por motivos diversos não concluíram o ensino básico (Brasil, 2022), ao mesmo tempo que há também uma presença violenta no antes do cárcere, como foi o caso de Carolina.

É importante que psicólogas e psicólogos, que atendem dentro ou fora do cárcere, compreendam que a prisão tem uma dinâmica própria, seja por uma questão institucional que delimita horários, comportamentos, uso de uniformes, como bem pontuou Goffman (1974), seja por como retira, muitas vezes, a humanidade de quem ali está e isso repercute no comportamento de quem está sendo privado(a) da liberdade, assim como no seu pós-cárcere. Essa compreensão contribui para que profissionais possam realizar uma escuta que acolha essa pessoa e não utilize de discursos advindos do senso comum para guiar suas intervenções.

História 2

Instituições de acolhimento são equipamentos do Suas que fazem parte da Proteção Social Especial. Sendo assim, são equipamentos que visam a proteção integral de seus usuários, não apenas acolhendo suas necessidades básicas, mas também buscando o fortalecimento de vínculos sociais e comunitários, prevenindo situações de negligência e abuso e promovendo acesso a outras políticas públicas e a espaços de lazer – Resolução nº 109/09.

Contudo, na prática, instituições de acolhimento podem se constituir, e frequentemente o fazem, também como instituições de controle e preservação da ordem. Como ressalta Romagnoli (2012), fazer um trabalho social não é por si só ter uma prática ética, libertária e, podemos acrescentar, crítica. As políticas públicas, como o Estado, são compostas por práticas de poder diversificadas (Porto, 2017), e a assistência social tem uma herança assistencialista. Os abrigos, em especial, eram locais organizados por instituições religiosas, onde se recolhiam pobres, idosos e desamparados, com o objetivo de docilizar e colonizar (Medeiros *et al.*, 2020). Essa herança, longe de estar distante, atravessa e compõe o trabalho de profissionais ainda hoje. A história da Unidade de Acolhimento (UA) que trazemos é um relato de atravessamento da política de assistência com a política de saúde.

Neusa (Santos) é uma mulher cis, preta, de 30 anos. Ela chega na UA com uma perna machucada: havia se acidentado dois anos atrás e feito uma operação, porém agora a região da operação estava inflamada e com um pino saindo de seu joelho. Depois de lidar com alguns percalços, como a falta de transporte e o trabalho com a equipe reduzida, conseguimos acompanhá-la à única emergência ortopédica da cidade onde estávamos.

Ao chegar no hospital, a emergência estava vazia. Mas nem por isso os dois médicos, homens cis, brancos, se levantam para atender Neusa. Sequer dão bom dia. Embora tenha uma maca e uma cadeira vazia, eles se limitam a olhar em silêncio entediado. Neusa fala o problema, começa a desenfaixar o joelho para mostrar o pino: se abaixa, apoiando-se na parede. Ela que estava mancando e com um pino saindo da perna!

Falam em marcar uma data para ela no ambulatório. Mencionamos que aquele resultado deve ter sido um erro médico da operação de seu acidente – realizada naquele hospital. Os médicos reagem: agora é tudo erro médico! E afinal, qual a extensão do problema? Neusa segue desenfaiando a perna. Se apoia na parede para se abaixar mais. As faixas e as saídas de pus vão até seu tornozelo. A maca vazia! A cadeira vazia! Os médicos sem se mexer!

— Não é melhor ela se sentar para mostrar? Posso pegar a cadeira? – Perguntamos. Os médicos não respondem. Pedem raio X, exame de sangue e passam uma medicação. Para depois voltar lá com o resultado dos exames, e marcam retorno para o ambulatório dali a uma semana. Ao ser acompanhada ao local do exame de sangue e medicação, Neusa agradece:

— Obrigada! Se eu estivesse sozinha, tinham me mandado embora que nem da última vez. – E nós não havíamos feito nada além de estar ao lado dela.

Contudo, ir com ela ao hospital e acompanhá-la em seu atendimento, em um momento em que a UA estava com a equipe reduzida, já foi um posicionamento sobre cuidar que diz sobre as tensões presentes no serviço público da assistência social. A falta de profissionais para dar conta de todas as demandas faz com que as visitas institucionais sejam pensadas diferentemente, afinal, uma pessoa sair para acompanhar a demanda frequentemente significa que a unidade ficará sem profissional para atendimento durante esse período. Nesse caso, em que há uma urgência médica que não pode ser evitada, a orientação é deixar a usuária no hospital e buscá-la quando for liberada.

O que fazer então quando tanto a usuária quanto as profissionais da rede sinalizam a dificuldade de atendimento no serviço da emergência ortopédica? Para estar ao lado de Neusa, foi preciso afirmar a importância da presença da equipe, não apenas para apoiar a usuária em um momento de fragilidade, mas para tentar garantir a efetivação de seu direito de atendimento em saúde. Nos perguntamos se esses mesmos médicos teriam

esse comportamento se não estivessem atendendo no serviço público uma mulher negra e em situação de rua¹.

História 3

Em uma equipe de mais de 30 pessoas, diversas instituições de educação superior se esforçam por garantir um espaço de escuta a pessoas que acabaram de ser presas, fazendo parte de um serviço de acolhimento de proteção social prévio à audiência de custódia. As dores e desesperos são diários, no que podemos entender como o pior momento de qualquer pessoa. Entretanto, para algumas, ele é só mais uma dobradura da violência que as vulnerabiliza desde a infância. Isso é nitidamente produzido pelos marcadores sociais da diferença – raça, gênero, classe, sexualidade, deficiência, território, neurodivergência.

Guilherme (Almeida) é uma pessoa transmasculina preta², de 38 anos. O conhecemos no contexto do atendimento prévio, tendo sido preso no dia anterior. Ele conta, com pesar e revolta, que já foi preso 13 vezes. Quando começamos a perguntar sobre as condições sociais e econômicas nas quais vive, ele passa a relatar sua história. O pai o violentava duramente desde os cinco anos de idade, incluindo estupro. Também exercia violência contra a mãe que, em alguns momentos, graças à percepção da situação que Guilherme passava e à articulação com a rede de uma professora da escola, conseguiu fugir do relacionamento e ser acolhida em instituições junto com Guilherme, momentos relatados por ele como cheios de amor e alegria. No entanto, conforme ele aponta, a mãe não consegue se distanciar do pai por muito tempo e volta para a casa, onde ela é morta pelo pai, que esconde o corpo embaixo do sofá – onde Guilherme dormia – e foge.

1 De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua – Decreto nº 7.053/09 –, os usuários de UA, de forma temporária ou como moradia provisória, são considerados população em situação de rua, independente de seu histórico de já ter ou não feito moradia em locais públicos.

2 Guilherme não se apresentou como um homem trans, mas expressou uma identificação com o masculino, usando ambos os pronomes.

Guilherme identifica que esse é o momento em que ele começa a roubar, prática que apesar de considerar reprovável, encontra como estratégia de sobrevivência não apenas financeira, mas de contestação a uma vida de violência que não acaba na infância, mas continua até hoje. Com aguçada consciência política, Guilherme relata o abuso sofrido em abrigos durante a adolescência, a precariedade do mercado de trabalho que insiste em usar jargões de empreendedorismo individual sem construir de fato possibilidades coletivas de trabalho digno, a impossibilidade de visitar os filhos mais velhos que vivem em área dominada pela milícia que é inimiga da facção de tráfico que domina o bairro onde ele mora, e a forma em que essa facção se apodera de todo o território de forma cada vez mais violenta, vendendo inclusive o parquinho para crianças construído pela prefeitura da cidade. Contesta também o fato de não poder votar, sendo impossibilitado o exercício da sua cidadania. Além da escuta que conseguimos habilitar nesse momento, realizamos, como parte do projeto, um relatório de condições pessoais e sociais que é enviado ao(à) juiz(a) da audiência de custódia, bem como à Defensoria Pública. Relatório em que não conseguimos traduzir tanta violência sofrida, mas que pelo menos podemos situar as condições de vulnerabilização em que ele vive. No dia seguinte, Guilherme passa por audiência e recebe liberdade provisória com medidas cautelares. Em nós, fica a angústia de encontrá-lo novamente em alguns meses – inclusive, ele já tinha passado pelo nosso acolhimento no ano anterior –, bem como a profunda dor produzida pela escuta de uma história de vida tão dilacerante.

História 4

Como parte de um projeto maior, realizamos uma série de oficinas sobre acesso à justiça e direitos de meninas em privação de liberdade, em uma unidade socioeducativa feminina de internação. A unidade se encontra nos holofotes públicos, desde que, em 2021, houve uma denúncia de estupro de algumas adolescentes por parte de agentes socioeducativos, reacendendo um debate sobre a necessidade de ter apenas agentes mulheres. A mudança foi efetuada, o que não tem deixado de trazer tensões intensas, que percebemos nessas oficinas.

Kika (Sena) é uma travesti negra de 17 anos. Durante a atividade proposta pela nossa oficina, ela e outras adolescentes são convidadas a desenhar, em um papel pardo grande, uma personagem, bem como criar uma história para ela. Desde o início, percebemos que o grupo estava inquieto, diferente de outros momentos em que já tínhamos trabalhado com ele. A história que elaboram para a personagem é de uma mulher que era ao mesmo tempo delegada da polícia e prostituta. Entre risos e xingamentos, elas mostram um desprezo pela personagem, juntando elementos de uso de poder – tal como uma arma – e ao mesmo tempo de desvalorização social – maquiagem borrada após uma noite de prostituição – sem nos dizer se se referem a uma pessoa real.

Quando uma agente socioeducativa entrou na sala e viu o nome criado para a personagem – o mesmo nome de uma outra agente –, bem como os elementos com os quais as meninas tinham relatado a história, ela começa a discutir com as meninas, mas aos poucos enuncia que é melhor elas extravasarem com a personagem, ao invés de continuar criando problemas na unidade. Nesse momento, Kika, que tinha sido protagonista na criação da personagem, afirmou que iria mesmo destinar seu ódio à personagem, tirou seu chinelo e arremessou de forma certa contra o rosto da personagem. O clima ficou ainda mais tenso, a agente saiu da sala, e a maioria das meninas dispersou-se da atividade, retirando-se também.

Aproveitamos a situação para sentar com Kika e uma amiga, perguntando o que tinha acontecido. Kika relata que está em sofrimento, pois foi colocada em um alojamento sozinha, onde passa isolada a maior parte do dia. Situamos, aqui, que a alocação de meninas trans e travestis na unidade feminina tem sido um processo tortuoso e de muita articulação junto ao sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. A iminência de uma gravidez decorrente da relação sexual entre elas e as meninas cis – “quem vai se responsabilizar por uma criança gestada por uma menor de idade sob tutela do Estado?” – é um dos argumentos mais potentes nas contestações frequentes a essa movimentação. A partir do que Kika nos relata, percebemos que as meninas trans e travestis são colocadas de forma isolada às outras. Já começamos aqui a pensar de que formas o cuidado é acionado nas práticas de disciplinarização dos corpos.

Kika relata que frente a tal sofrimento, um dia, revoltada, começou a destruir coisas no seu alojamento, seguida por outras meninas amigas. As agentes, dentre elas aquela com o mesmo nome da personagem, acionaram o Grupo Especializado em Intervenção e Segurança Socioeducativa, composto por apenas homens – o que já contraria a recente determinação de que são apenas agentes mulheres que devem estar em contato com as adolescentes –, que entraram no alojamento e a levaram à delegacia. Isso tudo aconteceu um dia antes da nossa atividade. Nesse momento, conversamos longamente com Kika e sua amiga, exercitando uma escuta da violência que ela vem sofrendo na unidade.

Violência e vulnerabilização

A partir dessas histórias, que nos atravessaram e movimentaram nossos caminhos de pesquisa, intervenção e atuação, refletimos no que seria para nós uma *população vulnerabilizada*. É na singularidade de cada corpo/sujeito que trazemos aqui que se produz uma condição de marginalização a respeito do corpo social. No entanto, esse processo não é individual e nem inato. Conforme Reis e demais autores (2014), o conceito de vulnerabilidade social, em contraponto ao de grupo de/em risco, coloca em análise os arranjos sociais e políticos que fazem com que determinada população seja vulnerável, isto é, se desloca a ideia de que é o indivíduo que não tem acesso aos bens e serviços para sinalizar as formas de organização social que não apenas excluem certas pessoas do acesso a direitos, mas justamente se baseiam nessa marginalização para continuar a engrenagem do regime colonial-capitalístico (Rolnik, 2018). Assim, entendemos que corpos/sujeitos não são naturalmente vulneráveis, mas passam por constantes processos de vulnerabilização, muito convenientes para a manutenção das hierarquias sociais e, portanto, para o funcionamento da sociedade neoliberal, neocolonial, neofascista e machista.

Seguimos bell hooks (2000) quando a autora propõe que a sociedade ocidental se baseia na noção da regra hierárquica e na autoridade coercitiva, o que está na base da violência racista, machista e imperialista. Nesse

contexto, o cuidado pode e tem sido um dispositivo de tutela e controle das populações vulnerabilizadas, reafirmando uma hierarquia que opera através da dominação de modos de ser e estar no mundo.

É assim que instituições pertencentes a políticas destinadas a resolver problemas sociais buscam sustentar certas noções de civilização e de ordem, formulando categorias que oprimem certos grupos populacionais. Se essas noções partem da produção de uma hierarquia social, as instituições encarregadas de preservá-la acionam mecanismos apropriados para tal. É nesse sentido que nos referimos às instituições que compõem as experiências aqui discutidas – unidade de acolhimento, prisão, unidade socioeducativa – como “instituições de preservação da ordem”, conceito proposto por Bicalho, Rossotti e Reishoffer (2016). Se bem que as diferenças entre essas instituições são significativas e é politicamente importante apontá-las, consideramos que elas fazem parte de uma engrenagem de imposição de rigidez, criminalização e manicomialização de corpos/sujeitos.

Nesse sentido, que projeto ético-político é partilhado pela psicologia que atua nessas instituições? De que forma um entendimento individualista e classificador mobilizado pela psicologia hegemônica não leva em conta a produção social e histórica dos corpos/sujeitos, contribuindo para a manutenção das estruturas hierárquicas e, portanto, para a violência? Conforme Patto (2009, p. 408) aponta, “psicólogos assim ficam, eles também, reduzidos a coisas: tornam-se máquinas de gestão de riscos sociais, exercem a função de cães de guarda do sistema”.

Psicologia: a serviço de quem?

Para que possamos compreender a inserção da psicologia no campo social, é preciso compreender historicamente o contexto político e econômico no qual ela é construída no Brasil. De acordo com Lane (1996), a ditadura militar no Brasil é um marco na concepção da psicologia comunitária, pois se antes havia uma possibilidade de uma psicologia elitista, que não conversava com as bases comunitárias, com a ditadura e, consequentemente, o recrudescimento das leis, faz com que professores(as)

universitários(as), psicólogos(as) e estudantes de psicologia passem a analisar suas próprias práticas. Entretanto, nesse início, a prática da psicologia era de cunho assistencialista e manipulativo.

No campo da saúde, diversos(as) profissionais se dedicavam a um cuidado da população que se diferenciava do cuidado anteriormente estabelecido. No campo da educação, houve o surgimento, nos anos 1960, de uma educação popular, propondo compreender a educação como meio de conscientização da classe trabalhadora. Diversos(as) psicólogos(as) estavam imersos(as) nessas práticas, sem nomearem enquanto campo de atuação da psicologia. Desse modo, psicólogas e psicólogos vão realizando trabalhos com intuito de fazer um trabalho popular. Na década de 1970, então, a psicologia vai se consolidando no campo da prevenção em saúde mental, em conjunto com psiquiatras e assistentes sociais. Vai se consolidando também no campo da educação popular em conjunto com pedagogas e pedagogos, sociólogas e sociólogos e assistentes sociais (Lane, 1996). O estabelecimento de uma psicologia que propõe o diálogo entre os(as) trabalhadores(as), as comunidades e o trabalho a ser desenvolvido não foi estabelecido *a priori*, mas sim a partir de diálogos constantes que foram se estabelecendo e que ainda se estabelecem a partir principalmente de eventos científicos.

A psicologia, que historicamente já desempenhou um papel que visava intervenções individualizadas, que buscava compreender fenômenos psíquicos descolados do contexto social, tem se transformado com o tempo. Uma psicologia que desconsidera fatores sociais e culturais acaba por fazer um trabalho que reforça diversos tipos de violências. Homofobia, transfobia, racismo, machismo e capacitismo são exemplos de processos violentos que se perpetuam em diversos contextos sociais e institucionais, sendo assim, é necessário que psicólogas e psicólogos ampliem cada vez mais o significado de colonização (Veiga, 2019).

Nesse texto, temos o encontro de três psicólogas-pesquisadoras inseridas em seus campos de pesquisa, intervenção e/ou atuação profissional. No processo de escrita, fomos percebendo que as histórias emblemáticas que queríamos discutir faziam referência a experiências de pessoas negras – pretas e pardas –, sem que essa fosse uma escolha pensada *a priori*.

Nos contextos em que atuamos, percebemos profundas dobras raciais; a maior parte das pessoas nessas instituições são negras. Entendendo que a circulação delas remete a processos racistas, seguimos o pensamento de Veiga (2019) a respeito do Brasil como um país antinegro, ou seja, há uma violência histórica direcionada às pessoas negras e isso afeta o modo com que essas pessoas se percebem e percebem o mundo ao seu redor.

Mbembe (2021, p. 99) denomina como nanorracismo o modo com que o racismo opera nos dias atuais, colocando, diariamente, em condições degradantes pessoas consideradas indesejáveis. E sobre as feridas racistas que permanecem nas pessoas atingidas:

[...] ainda precisamos estar cientes de que se trata geralmente de lesões ou cortes sofridos por um sujeito humano atingido por um ou mais golpes de um caráter bem específico - golpes dolorosos e difíceis de esquecer, porque atingem o corpo e sua materialidade, mas também e acima de tudo o inatingível (a dignidade, a autoestima). Seus vestígios, no mais das vezes, são invisíveis e seus ferimentos, difíceis de cicatrizar.

Essas marcas profundas, apontadas por Mbembe (2021), não podem ser desconsideradas por um(a) psicólogo(a) que atua nas políticas públicas, prisões ou que lidam de qualquer forma com pessoas marcadas por processos de vulnerabilização social. Essas marcas de violência não podem ser cuidadas de forma individualizada, deixando de analisar o contexto histórico, social e político, não apenas em que essa pessoa se insere, mas no qual ela é produzida e no qual ela resiste criando referências contra-hegemônicas próprias e coletivas, e desconsiderando inclusive o papel histórico da psicologia.

Refletir sobre o papel da psicologia permite compreender que mudanças são possíveis e necessárias, assim como nos permite entender que a psicologia se faz no dia a dia e no diálogo entre aqueles(as) que utilizam nossos serviços e entre profissionais. Fazer emergir dinâmicas de poder contribui para que não nos esqueçamos que uma psicologia não se faz de forma individual.

Ao longo das últimas décadas, setores da categoria profissional da psicologia têm se organizado para produzir referências de atuação em diversos campos. Destarte, psicólogas e psicólogos têm contribuído na elaboração das Referências Técnicas de atuação em políticas públicas através da organização do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), dispositivo do Sistema Conselhos de Psicologia (Conselho Federal de Psicologia, [202-]). Assim, temos referências que orientam perspectivas e práticas na saúde, na educação, na socioeducação, no sistema prisional, na assistência social, dentre muitos outros espaços. Nelas, é constantemente frisada a importância de uma prática situada, de um reconhecimento da diferença e da desigualdade através de uma escuta sensível e politicamente consciente, de um trabalho multiprofissional e coletivo e de uma busca pela garantia dos direitos da população atendida. Entretanto, na nossa prática, experimentamos o imenso desafio de exercitar essas orientações. Habitar, como profissional – seja dentro do organograma da instituição ou como pesquisadora/colaboradora –, uma instituição de preservação da ordem, onde as dinâmicas de poder no trabalho e a lógica de hierarquização, punitivismo, classificação e separação prevalecem, é um caminho exaustivo.

Mbembe (2021) destaca a impossibilidade de uma vivência não racista, tendo em vista que há uma necessidade de uma criação de um estado constante de insegurança, sendo assim, para além de contarmos com o fim de violência, será necessário contar com um caminho que se faz o mais junto possível. Entendemos que os esforços para uma psicologia que se proponha decolonial e feminista deve ser constante e que as trocas com outros(as) psicólogos(as) e com sujeitos atendidos devem ser entendidas como um caminho constante para uma prática libertadora, mas não como um fim último.

Cuidado decolonial feminista: onde e como o cuidado da psicologia é possível?

Nas histórias relatadas neste texto, percebemos a polissemia que a palavra “cuidado” carrega, o que já foi apontado por outras autoras (Passos, 2018; Puig de la Bellacasa *et al.*, 2023). Essa multiplicidade de sentidos do cuidado significa, inclusive, que ele não necessariamente terá como efeito principal a afirmação da vida e da dignidade, e que pode, inclusive, ser violento, no sentido da despotencialização e até extermínio de subjetividades. Tanto no âmbito privado quanto no público, é preciso olhar para o contexto em que ele acontece, quais relações o perpassam, e como se articula com as diversas práticas que constituem o cotidiano das políticas públicas.

Guilherme viveu violência sexual por parte do pai e por parte de agentes do Estado em instituições de acolhimento. A mãe dele foi morta pelo marido. Kika é isolada das meninas cis em nome do cuidado. Neusa tem um atendimento desinteressado e desumanizado em uma emergência médica. Carolina Maria tem sua família morta por policiais, em uma sequência de eventos que a empurra para o cárcere. Hilda sofre transfobia por parte de funcionários públicos dentro de uma instituição de acolhimento. Vemos que quem cuida, isto é, quem ocupa posições no tecido de organização social que supostamente deveria garantir os direitos das pessoas, pode violentar e violar esses direitos, isolando, abusando, ignorando, negando a autoafirmação. Vemos também que, em uma lógica hierárquica e opressiva, práticas que nós entendemos como violentas, podem ser também entendidas como cuidado.

Pensamos também no trabalho da psicologia nas instituições de preservação da ordem. Como cuidar em outra chave, quando nosso trabalho não é valorizado? O que é cuidar quando a preocupação costuma ser, como já ouvimos nessas instituições, “tirar o seu da reta”? Quem consegue resolver tudo sozinho(a), como o discurso neoliberal individualista fala?

Com Coimbra e Leitão (2003, p. 6) entendemos que psicologia e política não são “territórios excludentes”, mas “campos conectados que se atravessam e se constituem”. Conforme as autoras, uma postura de criação de movimentos e de territórios “traz efeitos para nossas práticas enquanto

psicólogos: de especialistas a interventores/agenciadores. Essa proposta é, sem dúvida, um compromisso político que aposta na criação e na mudança, em formas diversas de existência, de sociabilidade” (Coimbra; Leitão, 2003, p. 14).

Com isso em mente e em corpo, que fissuras conseguimos fazer na nossa atuação nos campos que aqui discutimos? Apostamos em um trabalho que perpassa o *dentro* e o *fora* dessas instituições, desmistificando preconceitos sobre população em situação de rua/prisional/socioeducativa, posicionando a escuta situada, historicizada e politizada como uma ferramenta de transformação. Um cuidar que passe por estar *junto*, acompanhar cada usuária e usuário em sua particularidade, pelo tempo em que aquilo fizer sentido para ela ou ele. Reconhecemos a autonomia como um valor coletivo baseado na interdependência, não apenas dos(as) usuários(as), mas dos(as) próprios(as) profissionais da psicologia, deslocando uma perspectiva messiânica e primeiradamista do trabalho, que individualiza e sobrecarrega pessoas específicas, para um compromisso ético-político ampliado e coletivo.

Analisando os modos em que a colonialidade do poder, a branquitude e a interseccionalidade produzem práticas da psicologia, Romagnoli (2022, p. 10) partilha a convocação

[...] a superar esses reducionismos e operar aberturas para as interferências e efeitos sociais, históricos, econômicos e institucionais, vencendo obstáculos oriundos de nossa própria formação, para que possamos, de fato, contribuir para a garantia dos direitos sociais e para a construção de uma sociedade menos desigual.

É com essa provocação que nos agitamos para pensar em um cuidado decolonial feminista na psicologia. Sem o intuito de criar mais um manual, entendemos esse cuidado como em constante movimento e autocrítica, profundamente comprometido com a emancipação das mulheres, com a afirmação de vida de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e muito mais (LGBTQIAPN+), com a dignidade de pessoas pretas e indígenas – bem

como seus conhecimentos e culturas –, com a igualdade social, com o fim das guerras que assolam nossos territórios em prol do acúmulo de capital. Um cuidado decolonial feminista exercido por profissionais da psicologia, de forma articulada com equipes e redes, não dá voz a usuá(r)io(s) de políticas públicas, mas fabrica uma escuta ativa da voz que rasga a violência, resiste à opressão e cria e recupera formas de ser e estar no mundo.

Considerações finais

As experiências trazidas no presente texto tiveram o objetivo de aprofundar discussões sobre práticas e contextos de trabalho e pesquisa nos quais psicólogas e psicólogos se inserem, a saber: unidade de acolhimento para adultos do Suas, unidades socioeducativas de internação para adolescentes em privação de liberdade, audiências de custódia em unidades prisionais e pesquisa com mulheres sobreviventes do cárcere. A partir de nossos relatos, observamos como instituições públicas podem ser capazes de violências, inclusive em nome de um cuidado e manutenção de certa ordem social. Contudo, vislumbramos também uma possibilidade de abertura para uma psicologia crítica, que questiona o seu saber e sua posição social.

Há algumas dinâmicas sociais vividas pelas mulheres e pela pessoa transmasculina que encontramos em nossa prática e que foram apontadas no presente trabalho: são distintos processos de vulnerabilização encontrados nesses campos de atuação. Pessoas, em sua maioria, negras, que passaram e passam ainda por violências silenciosas ou explícitas. Pessoas que são impossibilitadas de uma liberdade que deveria circundar a vida de todas e todos. Como exercer uma psicologia alinhada com a perspectiva ética-estética-política nesses contextos de intensas violências? Com Rocha e Uziel (2008, p. 540) entendemos que

[...] a ética está referida ao exercício do pensamento que avalia situações e acontecimentos como potencializadores ou não de vida; a estética traz a dimensão e criação, articulando os diferentes campos do pensamento, da ação e da sensibilidade; a política implica as tensões presentes em um campo de ação público,

analisando os efeitos produzidos, ou seja, sobre os sentidos que vão ganhando forma através de ações individuais e coletivas.

Nesse sentido, a partir da escuta, que é uma ação que nos faz senti-pensar³, nos mobilizamos a traçar outras ações. Conforme bell hooks (2000), a revolução feminista deve passar por uma transformação radical do mundo, não apenas de quem consideramos inimigos(as), mas também de nós mesmos(as). Assim, sem descolar teoria e prática, nos convocamos constantemente a revisar nossos passos, nossas formas de entender e exercer cuidado. Entender nossas diferenças, nossas desigualdades e a sua historicidade nos faz pensar de que maneira essa revolução deve ser coletiva, em busca de justiça social e de plena autonomia de grupos e sujeitos.

Referências

BICALHO, P. P.; ROSSOTTI, B.; REISHOFFER, J. A pesquisa em instituições de preservação da ordem. *Polis e Psique*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 85-97, 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 7 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 20 jul. 2023

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Diário Oficial da União*:

3 A noção de sentipensar tem sido mobilizada por autores(as) latino-americanos(as), a partir do princípio da não cisão entre o pensamento e o sentimento, provocando a postura cartesiana, masculina e colonial da ciência hegemônica.

seção 1, Brasília, DF, 12 nov. 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf. Acesso em: 11 out. 2018

BRASIL. *Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN: 13º Ciclo – INFOPEN*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2022.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023

COIMBRA, C.; LEITÃO, M. B. Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 6-17, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências Técnicas*. Brasília, DF: CFP, [202-]. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacoes/referencias-tecnicas-crepop/>. Acesso em: 3 jul. 2023

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HOOKS, b. *Feminist theory: from margin to center*. 2. ed. Cambridge: South End Press, 2000.

LANE, S. Histórico e fundamentos da psicologia social comunitária no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. (org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 17-34.

MBEMBE, A. *Políticas da inimizade*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

MEDEIROS, F. C. *et al.* Entre a benesse e o direito: as políticas de atendimento à população em situação de rua na América Latina. *Psicologia Em Estudo*, Maringá, v. 25, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.45025>. Acesso em: 18 jul. 2022

PASSOS, R. *Trabalho, gênero e saúde mental*. São Paulo: Cortez, 2018.

PATTO, M. H. De gestores e cães de guarda: sobre psicologia e violência. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, p. 405-415, 2009.

PORTO, J. R. S'A. Notas sobre os efeitos e a ideia de Estado. *Revista de Descendentes de Ciência Política da UFSCAR*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 171-194, 2017.

PUIG DE LA BELLACASA, M. *et al.* O pensamento disruptivo do cuidado. *Anuário Antropológico*, Brasília, DF, v. 48, n. 1, p. 108-133, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.10539>. Acesso em: 3 jul. 2023

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: BOAVENTURA, S. S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.

REIS, C. *et al.* A produção do conhecimento sobre risco e vulnerabilidade social como sustentação das práticas em políticas públicas. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 31, n. 4, p. 583-593, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-166X2014000400012>. Acesso em: 2 out. 2022.

ROCHA, M.; UZIEL, A. Pesquisa-intervenção e novas análises no encontro da Psicologia com as instituições de formação. In: CASTRO, L.; BESSET, V. (org.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa, 2008. p. 532-556.

ROLNIK, S. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetizada*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

ROMAGNOLI, R. O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, Campos dos Goytacazes, v. 1, n. 2, p. 120-132, 2012.

ROMAGNOLI, R. Psicologia Brasileira e Políticas Públicas: Capturas e Resistências. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 42, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262850>. Acesso em: 3 jul. 2023

VEIGA, L. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 31, p. 244-248, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000. Acesso em: 3 jul. 2023

VERGÈS, Françoise. *Uma teoria feminista da violência*. São Paulo: Ubu, 2021.

O ACOLHIMENTO COMO FACILITADOR DA EXPERIÊNCIA DAS USUÁRIAS EM DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À MULHER

Tatiana Otto Stock

Maria Leonor Gonsales Martins da Silva

Stéphanie da Selva Guimarães

Angelo Brandelli Costa

Introdução

A problemática em relação à violência contra as mulheres vem tomando cada vez mais espaço no contexto brasileiro e mundial. Relatos públicos de mulheres que sofreram abusos e violência são cada vez mais frequentes na mídia, legislações em relação à proteção das mulheres têm sido pautas frequentes no judiciário e pesquisas científicas têm explorado essa temática de forma significativa nos últimos anos. Apesar desses avanços, conquistados pela luta das mulheres nas últimas décadas, a violência de gênero ainda é uma pauta preocupante e apresenta altas taxas ano após ano.

Segundo os dados mais recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), o homicídio de mulheres aumentou em 4,2% desde 2008, notificando, no ano de 2018, uma mulher assassinada a cada duas horas. Nesse mesmo período, a taxa de assassinato entre mulheres brancas caiu 11,7% enquanto entre mulheres negras aumentou 12,4%, apontando um importante marcador de raça. Desses homicídios, 30% ocorreram dentro das residências, apresentando um aumento de 8,3% entre 2013 e 2018 desse tipo de crime (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Segundo dados do Observatório da Violência Contra a Mulher (2021), em uma pesquisa realizada com 3 mil mulheres em todo o Brasil, 82% dos agressores eram do convívio familiar, sendo 56% atuais companheiros e 20% ex-companheiros, corroborando dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), que indicam que 53,6% dos feminicídios foram cometidos por atuais companheiros e 19,4% por ex-companheiros. Aponta, ainda, para um aumento em todos os indicadores de violência doméstica e familiar: 8,7% nas chamadas de emergência, 7,2% em ameaças e 2,4% em agressões físicas. Esses dados sugerem a necessidade de aprimoramento nas pautas do combate à violência contra as mulheres, em especial a Violência por Parceiro Íntimo (VPI), considerada a principal demanda nos indicadores de violência de gênero.

A chegada da pandemia de covid-19 e suas medidas para o não alastramento do vírus se tornou mais uma preocupação nesse cenário, pois as orientações de permanência em casa, o acesso remoto aos serviços, o afastamento do convívio familiar e aumento do convívio doméstico exigiram novas medidas na rede de enfrentamento a violência contra as mulheres (Stock *et al.*, 2023). Além disso, estudos apontam para um prejuízo na saúde física e mental das mulheres durante a pandemia, em especial pela sobrecarga em tarefas domésticas e de cuidados com a família (Bradbury-Jones; Isham, 2020), a intensificação da hierarquização de poder familiar entre homens e mulheres (Monteiro; Yoshimoto; Ribeiro, 2020) e modificações nos canais de acesso aos serviços jurídicos e especializados, por meio de alterações no funcionamento presencial e implantação de formas de acesso remoto (Stock *et al.*, 2023).

Atualmente, a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) se configura como a principal porta de entrada para que as mulheres rompam o silêncio em relação à violência, sendo o local onde é realizado o Boletim de Ocorrência (BO), quando a situação de violência se torna pública (Meneghel *et al.*, 2011) e onde é feito o pedido da Medida Protetiva de Urgência (MPU), uma ordem judicial que proíbe o acusado de se aproximar da mulher que o denunciou e, em caso de descumprimento dessa medida, o acusado é preso por quebra da MPU, vigente na Lei Maria da Penha – Lei nº 11.304/06. A Lei Maria da Penha é um importante marco

legislativo no combate à violência doméstica e familiar. A referida lei aponta essa violência como uma violação dos direitos humanos, tipificando as violências em cinco: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial, além de definir diversas formas de proteção às mulheres e punição aos homens agressores.

O objetivo dessa pesquisa é explorar a influência da pandemia de covid-19 na experiência das mulheres que decidiram buscar ajuda para casos de violência de gênero, incluindo como objetivo de pesquisa a influência da pandemia em relação à situação de violência que a levou a buscar ajuda, a qualidade dos serviços e do acolhimento recebidos e o atendimento às necessidades buscadas. A Deam foi escolhida como campo dessa pesquisa devido a sua importância nesse cenário, sendo o início da rota, a possibilidade da quebra do silêncio e um espaço que virou referência para as mulheres.

A Deam costuma ser o início de um longo trajeto percorrido pelas mulheres que buscam auxílio em casos de violência (Carneiro; Fraga, 2012), trajeto esse definido pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) como rotas críticas, representando as experiências das mulheres na América Latina e Caribe na busca por auxílio. Estudos identificaram fatores facilitadores nas rotas críticas, como a existência da Lei Maria da Penha, a eficácia do atendimento de alguns operadores (Meneghel *et al.*, 2011), encaminhamentos efetivos à rede, auxílio policial na saída de casa e reorganização da vida (Arboit; Padoin; Paula, 2019). Os fatores limitadores identificados foram: a fragmentação dos serviços; despreparo profissional; déficit no acolhimento institucional e atuação com base nas iniquidades sociais de gênero (Meneghel *et al.*, 2011); a culpabilização e revitimização da vítima; não identificação da violência (Acosta *et al.*, 2013); falta de resolutividade judicial (Pasinato, 2005; Vieira *et al.*, 2013); re-privatização dos casos; e, por fim, reforço da crença de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” (Pasinato, 2005).

Pesquisa realizada por Dourado e Noronha (2015) destacou que, dentre as mulheres que haviam realizado denúncia na Deam de Salvador, todas que acessaram serviços de saúde foram atendidas exclusivamente em relação às lesões físicas, sem questionamentos sobre a lesão por parte da

equipe de saúde, mesmo quando estavam cientes do ocorrido. Nenhuma das entrevistadas relatou ter sido realizada notificação do caso de violência ou encaminhamento para a rede de assistência à mulher, conforme prevê a Lei nº 10.778/03, identificando, mais uma vez, fragmentações da rede de atendimento e o despreparo profissional para casos de violência de gênero.

Habigzang e demais autores (2018) descrevem a fragilidade na saúde física e mental, bem como déficits consideráveis na qualidade de vida gerados pela violência, e colocam esse indicador como importante justificativa para o investimento em serviços humanizados, especializados e com profissionais de saúde devidamente treinados. A falta de acolhimento atencioso e integração entre os dispositivos da rede pode afetar a (re)construção da autoestima e autoeficácia das mulheres, sendo domínios geralmente danificados pela violência familiar e conjugal, sobretudo ao gerar medo, isolamento e vergonha, postergando ainda mais o rompimento do ciclo de violência (Habigzang *et al.*, 2019). Portanto, é necessário a integração de ações interdisciplinares em saúde, políticas públicas, trabalho protetivo em rede e legislação local em vigor (Habigzang *et al.*, 2019), a fim de que a legislação e as medidas jurídicas e psicossociais tenham maior efetividade.

Em decorrência das barreiras nas rotas críticas e do estado emocional e psicológico que a mulher tende a se encontrar nesse momento, destaca-se a presença da rede de apoio como fator protetivo para que as mulheres consigam concluir essa caminhada e se recuperar de traumas e danos gerados pela violência, através do oferecimento de suporte emocional, segurança, encorajamento e recursos materiais como estadia ou suprimento de outras necessidades (Anderson; Renner; Danis, 2012), lembrando que necessidades materiais e financeiras são limitadores do rompimento do ciclo da violência. O isolamento e distanciamento da rede de apoio, formal ou informal, foi diretamente influenciado pelas medidas de segurança da pandemia e, considerando que mulheres em relacionamentos violentos são comumente privadas de artigos pessoais, da sua individualidade e do acesso às tecnologias de forma livre e espontânea (Anderson; Renner; Danis, 2012), foram necessárias adaptações das ações governamentais e protetivas a fim de facilitar o acesso dessas mulheres na busca por ajuda.

Ao se pontuar as necessidades das mulheres e ações governamentais e legislativas, é necessário entender a singularidade de cada trajetória e os aspectos interseccionais que permeiam a qualidade de cada experiência, sendo essencial a integração de atravessamentos como raça, classe (Hooks, 2015; Silveira; Nardi, 2014), deficiência (Ortiz-Barreda; Vises-Cases; Gil-González, 2011; Steffen, 2018) e etnias, ampliando o entendimento para além das questões de gênero isoladamente, considerando importantes atravessamentos não explícitos e, por isso, frequentemente desconsiderados. Exemplificando a importância, estudos destacam que mulheres com deficiência são mais estimuladas à submissão e dependência (Steffen, 2018), têm maior nível de isolamento e os autores da violência costumam ser seus principais cuidadores (Ortiz-Barreda; Vises-Cases; Gil-González, 2011). A interseccionalidade nas experiências é pauta essencial na qualificação profissional e garantia de atendimento adequado e congruente à realidade das usuárias.

Além dos desafios presentes nas rotas críticas, existem limitadores que antecedem essa etapa. Moura e demais autores (2009), em uma pesquisa realizada com mulheres no Distrito Federal, constataram que 52% das mulheres que sofreram violência física e sexual não buscaram nenhum tipo de ajuda ou serviço e Ortiz-Barreda, Vises-Cases e Gil-González (2011) relatam que mais da metade das mulheres com deficiência não buscam nenhum tipo de auxílio, indicando que os dados oficiais de violência doméstica são distantes da realidade e levantando uma especulação em relação a um cenário que legitima a violência por parceiro íntimo. Segundo entrevistas, 75% relataram que as pessoas acreditam que as brigas conjugais devem ser resolvidas entre os membros da família e metade afirma que não se pode contar com o apoio de familiares e da comunidade (Moura *et al.*, 2009).

Infelizmente, essa temática permanece com barreiras ainda inacesíveis em função da banalização e naturalização dessa violência, fruto da discriminação de gênero decorrente dos estigmas construídos social e culturalmente, que representa a mulher como inferior ao homem e viola os direitos das mulheres em todas as raças e etnias, idades e classes sociais. (Carneiro; Fraga, 2012). As expectativas em relação ao gênero são

reforçadas e transmitidas através de diversas instituições básicas como família, escola, igreja (Chaves; Souza, 2019; Serpa, 2010), estimulando uma cobrança em relação ao sustento da instituição família como um dos princípios da manutenção da violência doméstica e familiar (Acosta *et al.*, 2015; Serpa, 2010; Souza; Ros, 2006) e ensinando acerca da distribuição de poder esperada e tarefas atribuídas no ambiente doméstico conforme os papéis de gênero (Camargo, 2019).

Serpa (2010) entrevistou nove mães de meninas que vivenciaram VPI e identificou crenças importantes como: o homem é o provedor e a autoridade da família; a mulher ganha *status* ao se casar; a mulher é mais valorosa quando casa virgem; a mulher é responsável pela manutenção do relacionamento – inclusive quando inserida num contexto conjugal de violência. Crenças semelhantes foram identificadas em outras pesquisas realizadas no Brasil com mulheres que vivenciam ou vivenciaram situações de violência doméstica e familiar (Acosta *et al.*, 2015; Borin, 2007; Souza; Ros, 2006), mostrando a importância dos aspectos transgeracionais, passados através de ensinamentos ou experiências compartilhadas. Acosta e demais autores (2015) identificaram a violência transgeracional como um catalisador para violência de gênero e a manutenção do relacionamento violento, através das ideias sobre o que se espera da mulher como cuidadora e responsável pelo sucesso da família e do casamento, assim como se espera do homem como provedor e dominante, estimulando a amenização de comportamentos agressivos e desencorajando a mulher de denunciar e/ou romper o ciclo da violência.

Ideias de gênero, que hierarquizam homens como dominantes e mulheres como submissas, resultam no que Bourdieu chamou de violência simbólica, que naturaliza a desigualdade de gênero, legitima e invisibiliza a violência contra as mulheres e é reproduzida tanto de forma consciente quanto não consciente (Bourdieu, 2002). Essa expectativa em relação ao comportamento social, sexual e identitário contribui para a posição social do indivíduo, determinando o que é ou não aceito, impondo uma construção identitária binária (Chaves; Souza, 2019) através de reforços e gratificações sociais (Bourdieu, 2002), sustentado por efeitos simbólicos do que representa ser homem e ser mulher, atribuindo ao primeiro a virilidade

através da força e da agressividade e à segunda a função do cuidado ao outro através da dedicação, da obediência e da doçura, legitimando a dominação e a violência masculina (Bourdieu, 2002; Saffioti, 2004).

Saffioti (2004) nomeia o sistema neoliberal e seus ideais instaurados, que servem como uma engrenagem na manutenção dos objetivos patriarcais, como a “máquina do patriarcado”, um constructo social que mantém a estrutura independente da presença masculina. A máquina do patriarcado construiu uma estrutura viva de dominação-exploração sustentada pela divisão sexual do trabalho nas esferas de produção e reprodução, garantindo o espaço público e de provimento financeiro aos homens e o espaço privado, doméstico e reprodutivo às mulheres; valorizando o primeiro e desvalorizando o segundo, de forma socialmente hierarquizada e controladora, considerando as mulheres “cidadãs de segunda classe” (Pasinato, 2005; Saffioti, 2004).

Esse sistema violento, pautado na desigualdade, hierarquização e exploração, que vulnerabiliza e fragiliza por gênero, raça e classe, assim como defende interesses patriarcais e capitalistas, reflete no plano material determinando normas, regras e leis em todas as esferas: social, jurídica, institucional e familiar (Stock; Costa, 2022; Cavalli, 2009). Esse fenômeno pode ser entendido por violência estrutural. Quando os níveis de violência são extremos e as ações de combate à violência são pouco eficazes, é possível entender que se trata de uma sociedade violenta, num sistema violento, cuidada por um Estado violento (Cavalli, 2009), que fragiliza e fragmenta ações resolutivas de enfrentamento a violências. Ações de combate à violência contra as mulheres perpassam por desafios simbólicos, macroestruturais e interseccionais que repercutem em fragilidades legislativas, discriminação institucional e desinteresse do Estado (Stock *et al.*, 2023; Stock; Costa, 2022), pois quando o sistema está a favor do capital, não está a favor das mulheres e as necessidades das mulheres passam a ser negligenciadas, diminuídas, fragmentadas e não atendidas. (Cavalli, 2009; Stock *et al.*, 2023; Stock; Costa, 2022).

É evidente um avanço das ideologias neoliberais no Brasil, concretizadas sobretudo pela Emenda Constitucional nº 95 (EC 95/16), através do congelamento de gastos em serviços públicos básicos, suprimindo a

ideologia de um “Estado de Bem Estar Social” e da função como agente de reparação histórica e social, acarretando insegurança para a população (Noce; Clark, 2017). Freitas, Garcia e Peixoto (2021) identificam o impacto negativo da emenda no combate à violência doméstica e familiar em meio à pandemia. As necessidades que deveriam ser atendidas pelo serviço público, através de encaminhamentos para o atendimento em rede, com profissionais que tenham aporte, qualificação e meios para realizar esses encaminhamentos, acabam desprovidos de recursos e preparo (Carneiro; Fraga, 2012; Stock *et al.*, 2023).

Ressalta-se, por fim, a influência de um sistema capitalista e patriarcal na violência de gênero, sobretudo na VPI. Esse sistema dissemina simbolismos e crenças acerca de ideais de gênero, raça, classe, entre outros atravessamentos, de forma hierarquizada e exploratória e que é reforçado cultural e transgeracionalmente, levando a discriminações e legitimação de ações violentas. Essa realidade desemboca em vulnerabilidades psicossociais, judiciais e de escassez de recursos e acessos a serviços básicos, aumentando um sistema pautado na violência, no privilégio de poucos e na vulnerabilidade da maioria.

O objetivo da atual pesquisa é explorar a influência da pandemia de covid-19 na experiência das mulheres que decidiram buscar ajuda para casos de violência de gênero, incluindo como objetivos específicos: i. a influência da pandemia em relação à situação de violência que a levou a buscar ajuda; ii. a qualidade dos serviços e do acolhimento recebidos; iii. o atendimento às necessidade buscadas. A Deam foi escolhida como campo dessa pesquisa devido a sua importância, sendo o início da rota, a possibilidade da quebra do silêncio e um espaço que se tornou referência para as mulheres.

Método

O presente capítulo relata dados de uma pesquisa qualitativa, exploratória e transversal, ocorrida em três Deams da Região Metropolitana de Porto Alegre-RS (RMPA). Essa pesquisa faz parte de um mestrado que

teve por objetivo investigar a qualidade do acolhimento e atendimentos às necessidades das mulheres usuárias de Deams no período da pandemia covid-19. Foram realizadas entrevistas com 18 trabalhadoras das Deams que tinham como função realizar atendimentos direto às usuárias e com nove mulheres que acessavam os serviços da delegacia e buscou-se entender os mesmos fenômenos a partir das duas perspectivas: quem atende e quem é atendida.

Para este capítulo foram relatados e analisados os dados das entrevistas feitas com as mulheres usuárias. Os dados referentes às trabalhadoras foram descritos separadamente em um primeiro artigo (Stock *et al.*, 2023) para serem melhor aprofundados em função da extensão do conteúdo e da quantidade de temas que emergiram.

Participantes

As participantes dessa pesquisa são nove mulheres que utilizaram os serviços de alguma das Deams incluídas no estudo e que acessaram a delegacia durante o momento de coleta de dados. As participantes possuem entre 19 e 49 anos, sete identificam-se como brancas e duas como pardas, sete se identificam como heterossexual e duas como bissexual, todas cisgênero. Duas das participantes possuem curso técnico, quatro possuem ensino médio completo e as demais variam entre ensino fundamental incompleto e completo, e ensino médio incompleto. Cinco estavam desempregadas e as outras quatro possuíam um ou dois empregos com renda mensal de no máximo R\$ 2.800, sugerindo pertencerem a classes econômicas baixas e apresentando algum grau de vulnerabilidade financeira. Apenas uma foi à delegacia por assédio sexual cometido pelo chefe, as demais foram em decorrência de VPI ou ameaças de ex-companheiros.

As mulheres foram abordadas pelas pesquisadoras no espaço da delegacia enquanto aguardavam atendimento. Nesse momento, era realizado o convite para a participação na pesquisa e a entrevista era feita após a realização do registro de ocorrência. As Deams foram selecionadas por indicação de profissionais que trabalhavam em parceria com as delegacias e a

amostra foi considerada suficiente para o objetivo da pesquisa, por se tratarem de delegacias localizadas em importantes centros urbanos da região e com intenso fluxo de movimento. Trata-se de uma amostragem por conveniência e a participação foi voluntária.

Os critérios de inclusão das participantes foram: ser maior de idade e estar acessando os serviços da delegacia, já os critérios de exclusão foram não estar realizando a denúncia para si e/ou apresentar algum sintoma de alteração psicológica. No total, 11 mulheres foram entrevistadas, sendo duas delas excluídas por estarem realizando a denúncia para uma terceira pessoa como suporte e testemunha – participante 1 – e estar apresentando discurso desorganizado, sugerindo sintomas psicóticos, trazendo confusão e falta de fidedignidade para os dados – participante 6. Foram analisados os dados de nove participantes, três participantes de cada delegacia.

Instrumentos

A entrevista foi desenvolvida pelas pesquisadoras com perguntas no formato semiaberto e dividida em três principais eixos: i. o motivo da busca, a tomada de decisão e o trajeto até a delegacia, ii. a qualidade no acolhimento e atendimento das necessidades buscadas e iii. a influência percebida em função da pandemia. A fim de explorar a experiência das participantes, as perguntas centrais foram realizadas em formato aberto, como: “como se deu a decisão por buscar ajuda na delegacia?”, “como te sentiste ao chegar na delegacia?” ou “sente que a pandemia teve alguma influência?” e perguntas mais fechadas foram realizadas em alguns momentos, a fim de detalhar ou entender melhor algum dado, conforme o conteúdo da entrevista.

Procedimento de coletas de dados e cuidados éticos

As pesquisadoras visitaram as delegacias em turnos e dias da semana diferentes, com o objetivo de se ambientar e conhecer a dinâmica dos

locais. Não foram convidadas para participar da pesquisa mulheres que estavam acompanhadas de crianças, tanto por não ser possível se concentrar com a criança durante a coleta, como pelo fato de essas mulheres estarem com mais pressa, além de se entender que o conteúdo das entrevistas era violento para que as crianças escutassem. Entre as mulheres que não aceitaram participar das entrevistas, a expressiva maioria trouxe como justificativa o tempo de espera para o atendimento na delegacia.

As entrevistas aconteceram entre os dias 25 de maio e 22 de setembro de 2021 e tiveram duração de 14 minutos a 1 hora, sendo a média total de 25 minutos. Todas foram realizadas em salas exclusivas na Deam, disponibilizadas durante o tempo da entrevista. Ao início das entrevistas era lido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e pontuações sobre a participação ser voluntária, a permissão em desistir durante qualquer etapa da coleta e os cuidados em relação ao sigilo eram realizadas. Visto o conteúdo sensível das perguntas e a possibilidade de desencadear memórias traumáticas, as pesquisadoras tiveram atenção em relação à abordagem, tom de voz e realização de comentários acolhedores ao longo da entrevista, buscando deixar as participantes mais confortáveis.

Ao término das entrevistas, era perguntado se a participante estava em acompanhamento psicológico e, em caso negativo, foi indicado uma organização voluntária de psicólogas e advogadas que realizam atendimentos gratuitos a mulheres que passaram por experiência de violência de gênero. Foi entregue um papel informativo com nome, *site*, *e-mail* e telefone dessa organização a todas as participantes que não estavam em acompanhamento.

Procedimento de análise de dados

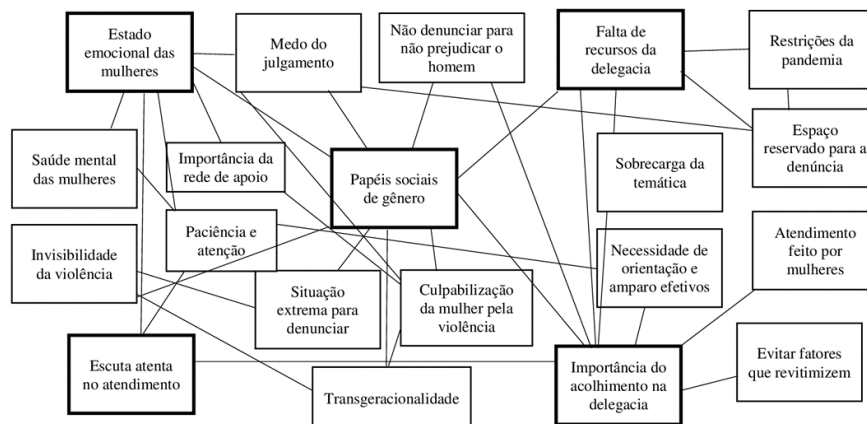
Para a análise dos dados foi utilizada a Análise Temática (AT) proposta por Braun e Clarke (2006), de forma manual e indutiva, a fim de considerar a observação das pesquisadoras durante as entrevistas. As entrevistas foram transcritas, e em seguida foi realizado o fichamento conforme categorização e o levantamento dos dados, extraindo frases importantes para

responder o problema da pesquisa. Após extração dos dados em tabela e identificação de cores por categorias, foram nomeados possíveis temas e subtemas e o desenvolvimento do mapa temático inicial com 5 temas principais e 15 subtemas. Finalmente, foi construído o mapa temático final com 3 temas e 7 subtemas, após isso, foi realizada a descrição dos resultados a partir dos temas e da extração dos dados e finalizado com a discussão, relacionando os resultados da pesquisa com a literatura já existente.

Resultados

Segundo os procedimentos da AT propostos por Braun e Clarke (2006), a partir do levantamento e extração dos dados, antes dos temas e subtemas finais que compõem o mapa temático final, o mapa temático inicial é uma etapa importante que identifica o processo da análise e o caminho percorrido até o resultado. Portanto, a seção dos resultados se inicia a partir da descrição e apresentação do mapa temático inicial – Figura 1. Esse primeiro mapa apontou 5 temas e 15 subtemas, os temas foram: estado emocional das mulheres; falta de recursos da delegacia; importância do acolhimento na delegacia; escuta atenta no atendimento; e papéis sociais de gênero. Já os subtemas se concentraram em temáticas relacionadas a fatores encorajadores para efetivar a denúncia e expor a situação; receio e desencorajamento relacionados a julgamento; culpabilização; amenização da violência, traumas e estresse; e insegurança.

Figura 1- Mapa temático inicial



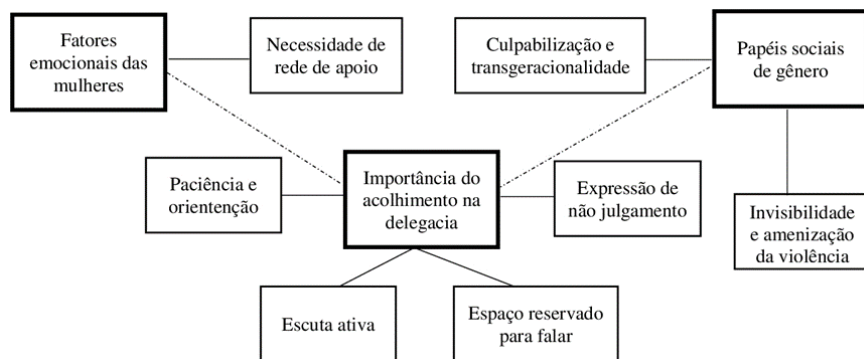
Fonte: elaborada pelos autores.

Apesar do reconhecimento da necessidade de segurança física relatado pelas mulheres, também foi possível observar que as participantes que conseguiram seguir no processo, buscar e ter o amparo de amigos(as) e familiares e, com isso, se reconhecer numa situação de violência e violação, demonstraram maior segurança, autoeficácia e disposição para buscar proteção e exigir a garantia dos seus direitos. Esse dado contribuiu para que os temas se direcionassem, especialmente, para questões de gênero – relatado por todas as participantes –, levando a um resultado voltado a fatores associados ao acolhimento, como forma para que a mulher se sentisse amparada e segura na sua decisão.

A partir do mapa temático inicial, buscando entender a essência das interações entre os temas e subtemas, observando a frequência e intensidade que esses conteúdos surgiram nas entrevistas e a importância dada pelas participantes, emergiram três temas e sete subtemas que compuseram o mapa temático final – Figura 2. No mapa temático inicial, apresentado anteriormente, foi percebida a interação entre alguns temas de forma direta e diversos atravessamentos entre subtemas e, a partir dessas ligações, se construiu a disposição do mapa temático final, considerando um tema como central, uma vez que esteve relacionado à grande parte dos subtemas e diretamente a todos os outros temas. Sem a intenção de

excluir a necessidade efetiva das mulheres por segurança, esse tópico será aprofundado com maior cuidado na próxima seção.

Figura 2- Mapa temático final



Fonte: elaborada pelos autores.

A importância do acolhimento na delegacia foi identificado como o tema central e está relacionado com os dois outros temas, pois são a razão da sua necessidade. Tanto as expectativas e o comportamento esperado conforme os papéis sociais de gênero, que invisibilizam e amenizam a violência e culpabilizam a mulher pela violência sofrida através de modelos e aprendizados transgeracionais, quanto os fatores emocionais dessas mulheres no momento de acessar ajuda, decorrentes de uma longa vivência de violência e/ou de traumas relacionados, foram os principais motivos que emergiram em relação à influência que o acolhimento tem para essa demanda. Diversas foram as situações em que as mulheres fizeram referência à qualidade do acolhimento que estavam recebendo das pesquisadoras, mesmo que isso não representasse um atendimento às suas necessidades práticas, destacando a importância do atendimento às necessidades emocionais. Ao final de uma das entrevistas, uma policial perguntou sobre o que havia sido feito, pois a policial havia “tentado de tudo” para que a mulher efetivasse a denúncia e ela o fez apenas após a entrevista. Vale enfatizar que ao longo das entrevistas não foram feitos incentivos em relação à denúncia ou expressão de opinião acerca do caso por parte das pesquisadoras.

Sabe-se a importância do amparo profissional, psicológico e da rede formal e informal para essa população, porém, a fragilidade social e cultural do cenário de violência contra as mulheres mostrou que o acolhimento é parte do processo para que a denúncia seja efetivada de forma completa e satisfatória. Muitas participantes falaram sobre não descreverem detalhes importantes do ocorrido ou não estarem se sentindo confortáveis, porém, contaram esses detalhes ao longo da entrevista. Uma participante não conseguiu efetivar a denúncia por não ter se sentido acolhida pela policial:

Ele [o profissional que a recepcionou na chegada] conversou com mais, meio que como se tivesse dando mais atenção, mais carinho, mais jeitinho. Ela já foi perguntando de um jeito bruto, ela não, o jeito de ela falar não passa um acolhimento. [...] Não me sinto confortável com os olhares que ficam na gente, parece que a gente fez alguma coisa errada, daí me deixa desconfortável. Essa é uma coisa que ela fez, ela olha direto no olho da gente, fica analisando. Ele não, ele desvia, ele fica com a cabeça abaixada, ele dá um sorriso. Ela não, ela ficou ali, fria e conversando tipo eu não me senti confortável.

A mesma participante descreveu detalhes relacionados à violência sofrida durante a entrevista com as pesquisadoras. Entende-se que a garantia de sigilo da pesquisa influencie na decisão de expor os fatos ocorridos.

Foram identificados alguns fatores relacionados diretamente à qualidade do atendimento, que estão expressos nos seus quatro subtemas: i. a escuta ativa, com atenção e interesse na narrativa da mulher; ii. a expressão do não julgamento, tanto em relação a falas e comentários quanto na expressão corporal e facial como olhar ou risos; iii. paciência e orientação, por estarem muitas vezes nervosas para denunciar, com medo do que pode acontecer com elas e não entenderem os procedimentos e legislações específicas; iv. espaço reservado para falar, pois já se trata de uma situação difícil de expor e, não havendo um espaço reservado para isso, muitas informações importantes não são ditas. Esses fatores foram especialmente influenciados pela pandemia, pois algumas das participantes foram atendidas em espaços coletivos como a recepção, a obrigatoriedade

da máscara dificultou a expressão facial, o distanciamento físico dificultou o contato mais próximo e as áreas de circulação da delegacia estavam mais restritas em função dessas medidas.

Do tema fatores emocionais das mulheres, além de estar diretamente relacionado à necessidade de acolhimento, emergiu um subtema significativo: a necessidade da rede de apoio, identificada como parte essencial na trajetória da mulher que decide buscar ajuda ou que decide dar fim a um relacionamento violento. Seis das nove participantes estavam acompanhadas de amigos(as) ou familiares e duas delas pediram, inclusive, que a acompanhante entrasse junto na entrevista. Foram observadas as interações entre as mulheres no espaço da recepção, durante o tempo de espera, em que se escutavam e se encorajavam. Ao longo das entrevistas, ficou evidente o relato das mulheres que contavam com uma rede de apoio saudável – desde empregadoras que liberaram em horário de serviço até pessoas que cumpriam papel de suporte emocional ou serviços profissionais – e a correlação com a efetividade e a segurança na decisão por manter a denúncia e seguir procedimentos na busca por justiça e/ou o fim da violência. Mulheres que contavam com uma rede de apoio fragilizada ou discriminatória apresentavam maior insegurança ao denunciar e maior tolerância a situações de violência.

O tema papéis sociais de gênero também interagiu com os outros quatro temas no mapa temático inicial, pois permeou todas as entrevistas em todas as etapas. Foi possível observar dois principais subtemas: culpabilização e transgeracionalidade e a invisibilidade e amenização da violência. Uma participante, relatando o motivo da procura pela Deam, citou ter vivenciado *“um pouco de violência sexual”* e, ao responder outra pergunta no final da entrevista, usou a expressão *“o sexo não consentido”*, apontando para uma amenização do estupro marital. Essa fala foi um recorte da entrevista que apresentou outros momentos de amenização da violência de gênero, como quando contou que seu pai afirmava *“Te vira, roeu a carne come o osso”*, relacionando a tolerância de atos violentos a ensinamentos transgeracionais e à falta de suporte por parte dele em relação às violências sofridas no casamento. Contou que, atualmente, está sendo alertada e incentivada por colegas de trabalho e familiares.

Tabela 1– Resumo dos principais relatos de acolhimento e necessidades das participantes

Fatores de acolhimento	Fatores de não acolhimento	Necessidades atendidas	Necessidades não atendidas
Escuta	Frieza, percepção de falta de interesse	Encaminhamento MPU	Segurança e proteção à integridade física
Atenção e carinho	Frieza e brutalidade na condução da conversa e percepção de julgamento	Nenhuma	Todas, pois não conseguiu falar
Agilidade e orientação	Percepção de descaso e banalização, atendimento por homem	Encaminhamento MPU	Segurança e proteção à integridade física
Atenção, escuta e atendente mulher	Não descreve	Amparo e sensação de proteção	Nenhuma
Vínculo continuado com a policial e postura tranquila e atenciosa	Não descreve	Encaminhamento da medida protetiva e sensação de segurança	Nenhuma
Disponibilidade – ajudou ela a sair do carro –, postura humana e delicada e paciência	Presença de homens, solicitação de mais de um registro e o trauma ao repetir o relato	Encaminhamento MPU, retirada dos pertences	Necessidade da intervenção da advogada para a retirada dos pertences com escolta
Atenção, escuta e orientação	Falta de uma sala para o registro	Encaminhamento MPU	Tempo para efetividade da MPU, escolta para buscar seus pertences, segurança à integridade física
Paciência, atenção, orientações e educação	Falas pontuais indelicadas	Encaminhamento MPU e oferecimento de casa abrigo	Nenhuma
Atenção, orientação e educação	Falta de sala reservada e pressa no registro de informações no relato	Encaminhamento MPU	Fragmentação da rede

Fonte: elaborada pelos autores.

A experiência com outra participante demonstra expressivamente o atravessamento entre os três temas. A participante estava nervosa e acanhada no início da entrevista, ainda assim conseguiu contar sobre a situação de assédio sexual que havia sofrido, histórico de cárcere privado no relacionamento anterior e os maus-tratos por parte de seu padrasto na infância. Contou sobre a culpabilização que sofria por parte da mãe e do padrasto, pela violência sofrida no antigo relacionamento e a falta de coragem em expor situações de violência, resultando na falta de rede de apoio. Ela estava acompanhando uma colega para denunciar uma situação de assédio sexual que ambas haviam sofrido separadamente na empresa, porém, pelo medo da retaliação social e falta de sensibilidade que sentiu por parte da policial, não conseguiu realizar a denúncia.

A pandemia foi reconhecida poucas vezes como uma influência na problemática, sendo citada pontualmente em relação às dificuldades no acesso remoto aos serviços e acesso às instituições que não estavam funcionando presencialmente. Todas as mulheres que não puderam ser acolhidas em uma sala reservada relataram isso como uma dificuldade, porém, três das quatro não deixaram de realizar a denúncia por esse motivo e afirmaram ter tido as suas necessidades atendidas. É importante enfatizar que essa amostra de mulheres afirmou não ter realizado trabalho remoto, nem seus companheiros, não permanecendo em casa por tempo maior de 15 dias.

Discussão

A pandemia foi foco de muitos estudos nos últimos três anos devido ao grande impacto mundial. A coleta dos dados da atual pesquisa pôde ser efetivada no período de 2021, em que as medidas de segurança ainda eram necessárias, porém o contato físico havia sido flexibilizado em função da amenização dos casos e administração da vacinação na população geral (Organização Mundial da Saúde, 2021). Esse contexto pode ter diminuído a percepção dos impactos da pandemia nas respostas das participantes, que relataram não ter influenciado situação de violência vivida, se diferenciando do agravamento de VPI identificado por Stock e demais autores

(2022), em uma revisão sistemática que investigou a violência contra as mulheres na pandemia.

Outro aspecto que pode ter influenciado esse resultado é por se tratar de uma amostra em que a participante e/ou o parceiro continuou trabalhando de forma presencial, não aumentando drasticamente o tempo de convivência no ambiente doméstico. As respostas em relação à influência da pandemia na experiência das participantes se concentrou na dificuldade de acesso a serviços de apoio como Defensoria Pública e Foro Central, em função das medidas de segurança implementadas. Sabe-se que, mesmo os espaços que se mantiveram abertos no formato presencial, as medidas de segurança trouxeram prejuízos, como no caso das Deams, com a restrição de circulação de pessoas em espaços fechados, proibição do contato físico, necessidade de serviços remotos e falta de recursos no serviço público para contornar essas demandas (Stock; Costa, 2022).

O relato de sintomas depressivos e o uso de antidepressivos não pôde ser associado às questões relacionadas à pandemia, mas as participantes associaram esse indicador às consequências das situações de violência, combinando com pesquisas de Habigzang e demais autores (2018, 2019). A pauta da saúde mental possibilita retomar o tema sobre o estado emocional das mulheres durante o acesso à Deam, relacionado aos traumas e influências ambientais e as relações com papéis sociais de gênero, culpabilização da mulher e a necessidade de uma violência extrema para recorrer à ajuda. Para o atendimento dessa demanda, torna-se imprescindível o entendimento a respeito dessa realidade, o preparo para lidar com um público em momento de maior fragilidade emocional, compreendendo esses atravessamentos e apresentando, de forma intencional, cuidados no atendimento que contemplem a complexidade dos casos. Esses cuidados devem incluir atravessamentos em relação à raça, classe e outras interseccionalidades como deficiência, visto que não é possível contemplar as necessidades de alguém, desconsiderando a qualidade da sua experiência e seus fatores de vulnerabilidade.

A discussão a respeito de algumas singularidades exigidas por essa população direciona para a importância da existência de serviços especializados, como a Deam, e a necessidade de investimento para o melhor

funcionamento e efetividade desses espaços. Carneiro e Fraga (2012) pontuam que a Deam é uma referência não apenas para as mulheres decididas a denunciar e encaminhar a MPU, mas também para mulheres que buscam orientação, suporte e direcionamento. Pasinato (2005) confere que as denúncias das mulheres aumentaram consideravelmente após o surgimento das delegacias especializadas no país, sugerindo a influência desses serviços na tomada de decisão.

Importante ressaltar que o receio na quebra do silêncio da violência e na decisão por buscar auxílio é legítima. Isso porque há falhas no sistema de proteção às mulheres, sendo que a maioria dos casos de feminicídios acontece em função do rompimento do relacionamento. Assim, a segurança da mulher não é garantida e a violência simbólica é uma realidade reforçada dentro da família, do casamento e de instituições importantes como escola e igreja e, por isso, incentivadas culturalmente. Dito isso, essa se torna uma responsabilidade do Estado, pois a expectativa em relação a ser homem e ser mulher se torna uma pauta jurídica, psicológica e de violação de direitos, é necessário ser considerada e valorizada como uma barreira legítima dentro das políticas públicas para as mulheres, sabendo que para resoluções efetivas dentro dessa demanda, é preciso que questões de gênero sejam debatidas e postas em evidência em todos os setores, especialmente em setores especializados.

Foi percebido o quanto o estado emocional das mulheres e o medo de julgamento e/ou retaliação que elas carregam influenciam nas suas necessidades e escolhas, evidenciando o cuidado do acolhimento como primordial ao atendimento da queixa. Em outra pesquisa que entrevistou as policiais das Deams na RMPA, se destacaram necessidades de agasalho ou alimentos antes do início da denúncia, o oferecimento de chá ou cuidado no tom de voz como parte de um atendimento efetivo, para que a mulher consiga se concentrar e se sentir confortável para fornecer as informações necessárias para um bom registro (Stock *et al.*, 2023). Segundo a presente pesquisa, os principais fatores de acolhimento pontuados pelas participantes em relação ao atendimento foram: escuta; atenção; paciência; educação; orientação prática; conduta afetiva e disponibilidade; além do vínculo continuado com a policial, possivelmente por evitar revitimização

através do relato repetido. Esses dados são confirmados por Meneghel e demais autores (2011) assim como Arboit, Padoin e Paula (2019) ao identificarem que o atendimento de profissionais preparados e qualificados também encaminhamentos efetivos foram facilitadores nas rotas críticas.

Apesar do apontamento em relação à culpabilização da mulher durante os atendimentos especializados (Meneghel *et al.*, 2011), os resultados dessa pesquisa trouxeram esse subtema especialmente relacionado à rede de apoio, não havendo relatos de culpabilização pelas policiais durante aquele atendimento. Foi possível notar que o receio de ser culpabilizada influenciou no desencorajamento e na necessidade de acolhimento efetivo, podendo estar relacionado a ideais de gênero, culpabilização ou falta de amparo por parte da família e experiências anteriores negativas em delegacias.

As necessidades que as participantes descreveram como atendidas e não atendidas está congruente com a literatura (Arboit; Padoin; Paula, 2019; Meneghel *et al.*, 2011), sendo a primeira relacionada ao encaminhamento efetivo da MPU. Porém, todas que necessitaram de acompanhamento para buscar seus pertences em casa não receberam ajuda, apenas uma participante conseguiu, através da intervenção de sua advogada. Apesar dessa possibilidade estar vigente na Lei Maria da Penha, parece não ser uma realidade nas Deams da RMPA, algo que pode ser explicado pela falta de conhecimento das policiais sobre esse artigo da lei ou é justificado pela falta de pessoal e viaturas (Stock *et al.*, 2023), apontando para a grave falta de recursos desse setor.

As necessidades não atendidas são, além da fragmentação da rede, a falta de segurança efetiva em relação à espera de dois dias para a confirmação da MPU e a possibilidade de ser agredida e coagida pelo acusado. Houveram relatos importantes sobre o acusado estar ameaçando ou rondando a casa e o não recebimento de amparo e suporte por parte da polícia, situação relacionada à falta de estrutura, recursos e preparo profissional. Na pesquisa realizada com as policiais (Stock *et al.*, 2023) foi evidenciada, além da grave falta de efetivo para a demanda recebida, a falta de recursos básicos como gasolina.

É possível identificar como principais barreiras no acesso das mulheres às Deams as questões relacionadas aos papéis sociais de gênero; geradores

de medo de julgamento e culpabilização; insegurança em relação à gravidade da violência sofrida; o impacto emocional que situações de violência causam como trauma; medo e sintomas depressivos; falta de recursos; falhas legislativas e fragmentação da rede enfrentadas nas políticas públicas. O acolhimento adequado recebido pela mulher ao chegar na delegacia é imprescindível para o seu encorajamento, autoestima, efetivação da denúncia e busca por justiça e segurança, pois é o fator inicial que ameniza dois dos principais temas que impedem esse começo: expectativas relacionadas ao gênero e barreiras emocionais.

Considerações finais

Há um longo caminho a ser trilhado na luta pelo fim da violência de gênero. Apesar das limitações institucionais e legislativas nos serviços da rede de combate à violência contra as mulheres, como denunciado por Freitas, Garcia e Peixoto (2021) em relação à regressão de direitos sociais por uma agenda de desfinanciamento neoliberal nos últimos anos, não há espaço para retrocessos e é preciso lutar pela retomada do investimento nas políticas públicas e, nesse caso, voltadas ao combate e prevenção da violência de gênero. A Lei Maria da Penha é uma legislação robusta e considerada uma referência mundial em termos de combate à violência doméstica e familiar, porém, enfrenta diversas falhas em sua efetividade, causadas por falta de recursos financeiros e discriminação racial e de gênero, em termos institucionais e jurídicos (Carneiro; Fraga, 2012; Meneghel *et al.*, 2011; Silveira; Nardi, 2014). Além da necessidade de maior articulação entre os dispositivos da rede e seus atores, desde saúde, justiça, segurança, educação e amparo do Estado (Freitas; Garcia; Peixoto, 2021), é necessário ressaltar a falta de investimento nas mulheres e no interesse pela garantia dos seus direitos, enfatizando a importância da repercussão de dados relacionados a essa realidade, para que se consiga avançar de forma progressista na pauta da igualdade de gênero.

A Deam está no centro dessa rede, sendo a instituição mais procurada pelas mulheres e que tem importantes atribuições como a prisão do

acusado, a investigação dos casos de violência denunciados e o encaminhando da MPU. Como parte das políticas públicas, carece de recursos para o atendimento das necessidades, inclusive a necessidade das policiais que sofrem com a sobrecarga de tarefas e sobrecarga emocional, refletindo no atendimento recebido pelas mulheres (Stock *et al.*, 2023). Visto que o acolhimento emergiu como ponto central nesse cenário, oferecendo amparo emocional e servindo como combustível para o restante da trajetória, é importante que se destaque esse tema e os fatores relacionados a ele como foco no atendimento, sem o objetivo de desconsiderar a necessidade de segurança e demais serviços legislativos, mas priorizando o acolhimento e os fatores facilitadores ao invés de um atendimento focado na queixa, que acaba, por atravessamentos invisíveis e desvalorizados, não atingindo a mesma eficácia.

Para o aprimoramento no enfrentamento da violência de gênero é essencial revisitar a necessidade de aprofundamento em pautas relacionadas aos papéis sociais de gênero e a violência simbólica, ao estado emocional das mulheres que estão vivenciando essa violência e às necessidades emocionais que precisam ser atendidas nesses acolhimentos. Sabe-se que, para se aproximar dessa realidade, são necessários reajustes na estrutura da Deam e dos dispositivos da rede, com ênfase no acolhimento e na disponibilização de recursos para a sua efetividade como espaço, também de profissionais para dar conta dessa demanda de forma adequada e humanizada.

Finalizando, é importante destacar a importância de ações preventivas através da educação além de iniciativas sociais e culturais que visem a desconstrução de padrões sexistas e expectativas comportamentais baseadas no gênero, que são a base da legitimação e perpetuação da violência de gênero em suas diversas esferas. Além da implementação dessas novas iniciativas, é imprescindível que diretrizes previstas pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Lei Maria da Penha sejam devidamente atendidas, como o fortalecimento e maior articulação da rede de atendimento, maior investimento e cuidado na capacitação de agentes públicos e um foco na humanização dos serviços especializados, para que se tenham melhores resultados em relação à problemática da violência de gênero contra as mulheres.

Referências

- ACOSTA, F. A. *et al.* Violência contra a mulher por parceiro íntimo: (in) visibilidade do problema. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 121-127, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072015001770013>. Acesso em: 13 maio 2023.
- ANDERSON, K. M.; RENNER, L. M.; DANIS, F. S. Recovery: Resilience and Growth in the Aftermath of Domestic Violence. *Violence Against Women*, Geneve, v. 18, n. 11, p. 1279-1299, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1077801212470543>. Acesso em: 9 jul. 2023.
- ARBOIT, J.; PADOIN, S. M. M.; PAULA, C. C. Rota crítica de mulheres em situação de violência: revisão de literatura. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, DF, v. 72, n. 3, p. 336-347, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0265>. Acesso em: 10 maio 2023.
- BORIN, T. B. *Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://doi/10.11606/D.59.2008.tde-30092008-125835>. Acesso em: 13 maio 2023.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRADBURY-JONES, C.; ISHAM, L. O paradoxo da pandemia: as consequências da COVID-19 na violência doméstica. *Journal of Clinical Nursing*, Oxford, v. 29, p. 2047-2049, 2020. Disponível em: <https://doi/10.1111/jocn.15296>. Acesso em: 14 maio 2023.
- BRASIL. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 25 nov. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.778.htm. Acesso em: 3 jun. 2023.
- BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar

contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. *Observatório da Violência Contra a Mulher*. Brasília, DF: Secretaria de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/observatorio-mulher>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: 10.1191/1478088706qp063oa. Acesso em: 11 maio 2023.

CAMARGO, E. Gender inequality and intimate partner violence in Bolivia. *Revista Colombiana de Sociología*, Bogotá, v. 42, n. 2, p. 257-277, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rcs.v42n2.69629>. Acesso em: 13 maio 2023.

CARNEIRO, A. A.; FRAGA, C. K. A lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 110, p. 369-397, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200008>. Acesso em: 14 maio 2023.

CAVALLI, M. Violência estrutural: enfrentamentos para o Serviço Social? *ETIC – Encontro de Iniciação Científica*, Presidente Prudente, v. 5, n. 5, 2009. Não paginado. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/2596/2302>. Acesso em: 2 maio 2023.

CHAVES, A. M.; SOUZA, E. M. Fazendo e desfazendo gênero na política: uma história de vida. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 31, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31181899>. Acesso em: 14 maio 2023.

DOURADO, S. M.; NORONHA, C. V. Marcas visíveis e invisíveis: danos ao rosto feminino em episódios de violência conjugal. *Saúde Coletiva*, Manguinhos, v. 20, n. 9, p. 2911-2920, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.19012014>. Acesso em: 7 maio 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 23 maio 2023.

FREITAS, N. L. de; GARCIA, M. C.; PEIXOTO, A. R. Os desafios no campo da Violência Doméstica frente aos impactos da Emenda Constitucional 95/2016 nas Políticas Públicas para mulheres em meio à pandemia. *Revista Direito & Dialogicidade*, Crato, v. 8, n. 1, p. 142-163, 2021.

HABIGZANG, L. F. Evaluation of the impact of a cognitive-behavioral intervention for women in domestic violence situations in Brazil. *Universitas Psychologica*, Bogotá, v. 17, n. 3, p. 1-10, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/javeriana.upsy17-3.eicb>. Acesso em: 23 maio 2023.

HABIGZANG, L. F.; GOMES, F. P. M.; MACIEL, Z. L. Terapia Cognitivo-Comportamental para Mulheres que Sofreram Violência por seus Parceiros Íntimos: Estudos de Casos Múltiplos. *Ciencias Psicológicas*, Montevideo, v. 13, n. 2, p. 249-264, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22235/cp.v13i2.1882>. Acesso em: 23 maio 2023.

HOOKS, B. *O feminismo é para todos: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>. Acesso em: 2 maio 2023.

MENEGHEL, S. N. *et al.* Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 743-752, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000400013>. Acesso em: 23 maio 2023.

MONTEIRO, S. A. S.; YOSHIMOTO, E.; RIBEIRO, P. R. M. A produção acadêmica sobre a questão da violência contra a mulher na emergência da pandemia da COVID-19 em decorrência do isolamento social. *Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 152-170, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24i2.13812652>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MOURA, L. B. A. *et al.* Violências contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF. *Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 944-953, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102009005000069>. Acesso em: 7 jun. 2023.

NOCE, U. A.; CLARK, G. A Emenda Constitucional n 95/2016 e a violação da ideologia constitucionalmente adotada. *REI: Revista Estudos Institucionais*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1216-1244, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21783/rei.v3i2.194>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Chegada das vacinas COVID-19 às Américas por meio do COVAX*. Washington, D.C.: OPAS, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covax-americas>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ORTIZ-BARREDA, G.; VISES-CASES, C.; GIL-GONZÁLES, D. Worldwide violence against women legislation: an equity approach. *Health Policy*, New York, v. 100, n. 1/2, p. 125-133, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.healthpol.2010.11.015>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PASINATO, W. Delegacias de defesa da mulher e juizados especiais criminais: mulheres, violência e acesso à justiça. *Revista de Ciências Contábeis*, São Paulo, v. 12, p. 79-104, 2005. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2005.75673>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SAFFIOTI, H. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abamo, 2004.

SERPA, M. G. Perspectivas sobre papéis de gênero masculino e feminino: um relato de experiência com mães de meninas vitimizadas. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 14-22, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100003>. Acesso em: 13 maio 2023.

SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, p. 14-24, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500003>. Acesso em: 3 jun. 2023.

SOUZA, P. A.; ROS, M. A. da. Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 40, p. 509-527, 2006.

STEFFEN, L. *Mulheres com deficiência e direitos sexuais e direitos reprodutivos: as múltiplas faces da invisibilidade e os desafios para a teologia*. 2018. Tese (Doutorado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2018. Disponível em: http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/863/1/steffen_l_td171.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

STOCK, T. O. *et al.* Experiência e Percepção das Trabalhadoras de DEAMs sob Influência da Pandemia de COVID-19. *Revista d Trabalho: Organização e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 2301-2309, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/rpot/2023.2.24052>. Acesso em: 7 jun. 2023.

STOCK, T. O. *et al.* *Violência contra as mulheres no contexto da pandemia Covid-19: uma revisão sistemática*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2022. Não publicado.

STOCK, T. O.; COSTA, A. B. A violência de gênero contra as mulheres durante a pandemia da covid-19: um olhar sobre a violência estrutural a partir de uma perspectiva feminista e antipcapitalista. *In*: GROSSI, P. K. (org.). *Violências, poder e práticas institucionais: coisas que a gente deveria saber*. São Paulo: EDUA, 2022. p. 31-47.

VIEIRA, L. B. *et al.* Necessidades assistenciais de mulheres que denunciam na delegacia de polícia a vivência da violência. *Aquichan*, Bogotá, v. 13, n. 2, p. 197-205, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/aqui/v13n2/v13n2a06.pdf>. Acesso em: 11 maio 2023.

A PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL E O CUIDADO À EXISTÊNCIA EM VULNERABILIDADE

Luciana Fernandes de Medeiros

Contextualizando a questão

Pessoas em situação de vulnerabilidade demandam políticas públicas de educação, segurança, alimentação, moradia e lazer para terem condições básicas de existência. Além disso, várias questões que afetam grupos vulneráveis precisam ser colocadas em pauta e explicitadas nos mais diversos âmbitos para mudanças significativas, como o tão necessário debate sobre as iniquidades de gênero, o racismo, o capacitismo, a homofobia, a transfobia, entre outras situações que geram situações de preconceito e violência. Essas vivências de vulnerabilidades trazem sofrimento para as pessoas e grupos envolvidos, sofrimento esse que impacta diretamente na saúde mental.

Os trabalhos desenvolvidos nos últimos anos apontam sempre para um alto índice de sofrimento mental/psicológico, sobretudo entre as mulheres, no período reprodutivo, geralmente associado às – precárias – condições de vida, à sobrecarga advinda das iniquidades de gênero, ao pouco acesso a serviços de saúde mental, entre outros. Medeiros (2019), em uma revisão de leitura, identificou as relações entre sofrimento psicológico, questões de gênero e envelhecimento. Mulheres idosas, por exemplo, tendem a ter maiores índices de sofrimento mental, principalmente quando sofreram

abusos físicos e/ou psicológicos em suas relações conjugais, quando sofreram privações materiais e/ou sobrecarga de serviços domésticos, bem como quando possuem doenças crônicas como diabetes e hipertensão.

No estudo de Medeiros e demais autores (2021), 64% dos participantes da pesquisa, que responderam o Self Report Questionnaire¹ (SRQ-20) e que estavam no serviço de atenção primária em saúde no momento da coleta de dados, eram mulheres. Foi constatado que, do total de participantes, 47,02% estavam em sofrimento psicológico. Fica bem evidente o quão vulnerável estava essa população no momento da pesquisa de campo em relação à sua saúde mental. Nesse estudo, também foi observado o alto índice de uso de medicamentos psicotrópicos, o que traz outras questões preocupantes sobre essa população, como o fato de não ter acesso a serviços adequados de saúde mental e/ou políticas públicas que possibilitem melhores condições de vida. A questão dos Transtornos Mentais Comuns (TMC) e outros problemas de saúde mental, que se coadunam com doenças crônicas e outras situações que favorecem restrições em vários níveis na vida das pessoas, são situações bem cronificadas no contexto brasileiro (Portugal *et al.*, 2016; Senicato; Azevedo; Barros, 2018; Silveira; Almeida; Carrilho, 2019; Simões-Barbosa; Dantas-Berger, 2017; Zanello; Fiuza; Costa, 2015).

No que concerne a outros grupos populacionais, como o público homoafetivo e/ou transgênero, por exemplo, Chinazzo e demais autores (2021) constataram em sua pesquisa com pessoas trans que 67,20% dos participantes estavam com sintomas depressivos, 67,72% teve ideação suicida e 43,12% havia tentado o suicídio. Tal situação em função do sofrimento advindo do preconceito e da transfobia. Com resultados semelhantes, Bordiano e demais autores (2021, p. 1) afirmam que o público homoafetivo/transgênero sofre grave exclusão social sob a forma de “preconceito, falta de proteção institucionalizada, rejeição familiar e bullying”, e que tais experiências deixam essas pessoas muito vulneráveis a problemas

1 O Self Report Questionnaire (SRQ-20) é um questionário com 20 perguntas que visa identificar sofrimento psicológico no respondente.

de saúde, a situações de violência e até mesmo a uma morte violenta em função de sua orientação e/ou identidade sexual.

Outro grupo bastante vulnerável é a população negra. No Brasil, há uma espécie de “racismo cordial” em que se nega o racismo, sobretudo o seu próprio (Fernandes; Rocha, 2019). No trabalho de Candido e demais autores (2022), em pesquisa realizada com crianças e jovens, os autores apontam que alguns dos participantes sofreram racismo na escola, mas que não houve problematização dessa temática nos serviços de saúde. Em estudo recente, Santos e demais autores (2023) observam o quanto as experiências de racismo começam a afetar as meninas negras desde sua tenra infância, perpassando por toda a sua vida e trazendo diferentes situações de sofrimento.

Observamos, então, que os diferentes aspectos de vulnerabilidade muitas vezes são decorrentes do simples fato de a pessoa não ter acesso a condições decentes de vida e ainda fazer parte de um grupo histórica e socialmente reconhecido como vulnerável. Há muito, então, o que se fazer no campo das políticas públicas, da assistência social, das ciências da saúde e das ciências humanas, dentre elas, o campo da psicologia. Precisamos desenvolver reflexões e práxis que busquem não só fortalecer as políticas públicas de inclusão, os direitos humanos e a melhoria geral das condições de vida, mas também dirimir o preconceito e a exclusão social que essas pessoas sofrem.

Sendo assim, esse trabalho buscará, em um primeiro momento, delinear a perspectiva fenomenológica-existencial em seus principais conceitos e fundamentos, bem como apontar como essa pode contribuir para a reflexão sobre os preconceitos e outras formas de exclusão que, já sabemos, contribuem diretamente para o sofrimento psicológico. O segundo momento irá analisar como a clínica psicológica com base na fenomenologia-existencial pode trabalhar em prol de um cuidado mais efetivo e afetivo a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Conceitos essenciais da perspectiva fenomenológico-existencial

A perspectiva fenomenológica-existencial de base heideggeriana será tomada aqui como principal fundamentação teórico-metodológica e epistemológica do presente trabalho. É uma perspectiva que nasce de um conjunto de pensamentos filosóficos oriundos, principalmente, da modernidade. Filósofos como Sören Kierkegaard (1813-1855) e Friedrich Nietzsche (1844-1900) trouxeram ao mundo ocidental diversas reflexões sobre a existência humana e questionaram os rumos tomados pela ciência tradicional. Kierkegaard propunha retomar o aspecto sensível da existência através de reflexões para ajudar o ser a se desfazer dos laços da ilusão. Para isso, tomou como base conceitos como autenticidade, responsabilidade e escolha e considerava que o existente é o único responsável em dar significado à sua vida e em vivê-la de maneira íntegra, sincera e apaixonada. Já Nietzsche considerava que, como percebemos muito mal as coisas, achamos que essas possuem determinações e, por esse motivo, vivemos nessa superfície calcificada de relações. Suas reflexões levam à ideia de libertar o ser dos seus aprisionamentos, das suas calcificações e poder viver de forma mais autêntica e livre.

Um pouco mais tarde, Franz Brentano (1838-1917) e Edmund Husserl (1859-1938) procuraram desenvolver um caminho de conhecimento que buscasse o “retorno às coisas mesmas”, isto é, que buscasse conhecer os fenômenos em sua essência, no modo como ocorrem no mundo. Esses autores faziam uma crítica à ciência tradicional que buscava estabelecer representações dos atos humanos, quando esses, em geral, não eram passíveis de representação total. Nesse sentido, as experiências singulares e a complexidade da existência ficavam sempre muito reduzida às classificações e objetificações como consequência da busca incessante pela verdade do ser humano.

Martin Heidegger (1889-1976), discípulo de Husserl, escreveu uma das obras mais emblemáticas da filosofia existencial e fenomenológica, *Ser e tempo*, publicada em 1927 e traduzida em vários países ao longo dos anos. Para este trabalho, tomar-se-á como base a edição de 2012 – com

tradução de Fausto Castilho. Heidegger escreveu outras obras importantes para o pensamento fenomenológico-hermenêutico, sendo uma de suas principais preocupações desenvolver uma analítica existencial do ser em relação ao tempo – não só o tempo cronológico – e em relação ao espaço – não só o espaço físico. Para isso, desenvolveu o conceito filosófico de *Dasein*, traduzido comumente por ser-aí.

Para Heidegger (1927-2012), o ser-aí é jogado no mundo para ser suas possibilidades de ser, circunscritas em um mundo que lhe traz abertura e, ao mesmo tempo, velamento de suas possibilidades. Explicando melhor, o ser-aí tem o caráter de aberto para um mundo que também é o seu, mas que, ao mesmo tempo em que mostra caminhos de ser, também encobre possibilidades de existir. Para compreender melhor essa relação entre o ser e o mundo é que Heidegger lança mão do termo “*Dasein*”, ou ser-aí. Ser é ser em um mundo – o aí – que é também o seu, ou seja, o cotidiano é conformado pelo contexto social, cultural, político, econômico e que perpassa todas as experiências do ser. O ser-aí absorve as tradições, os conhecimentos, as *verdades* do seu mundo e vai aprendendo a lidar com essas informações e com esses utensílios de maneira a expressar ações, comportamentos, sentimentos, entre outras manifestações humanas, como os preconceitos, para poder viver nesse mundo que é o seu. Nesse sentido, não há como considerar o ser-aí sem sua impressão no mundo, ou seja, não há como pensá-lo sem estar em um contexto social, cultural, econômico, porque ser é também estar nesse mundo, com o mundo. Assim, ser-aí é ser-no-mundo.

Temos a tendência em absorver as tradições e os conhecimentos do nosso mundo e nos relacionamos com ele, assim como vivemos e convivemos com os outros. Dessa maneira, somos ser-no-mundo-com-os-outros. É através das relações com os outros existentes que aprendemos a manusear os utensílios do nosso mundo, a discernir conhecimentos, a desenvolver práticas e outras expressões humanas. Sendo assim, o ser-aí está sempre em relação consigo, com os outros e com o mundo.

Para explicar melhor essas relações do ser-aí com o mundo, Heidegger (1927-2012) apresenta dois modos constitutivos do existente, nos parágrafos 28 e 29 de *Ser e tempo*: a disposição e a compreensão. A disposição

é conceituada como o modo como o ser-aí está sempre afinado num humor ou estado de ânimo ou tonalidade afetiva em sua abertura.

Para Borges-Duarte (2021, p. 108), “todos esses sentimentos e modulações de humor constituem o que me permitem apreender, em uníssono, a realidade mundana e a em cada caso minha forma de a encontrar, acolhendo-a ou recusando-a, apercebendo-me de como me encontro nela”. Ou seja, o ser-aí está sempre na possibilidade de se deixar afetar por algo, por alguém ou por si mesmo. É o modo como vivencia o mundo e os entes intramundanos: afetando e sendo afetado.

Um segundo modo constitutivo do ser-aí é a compreensão. A compreensão é orientada pela disposição afetiva (Borges-Duarte, 2021; Heidegger, 2012). Assim, o compreender conduz às possibilidades do ser-aí.

O Dasein na sua existência, é compreensão do ser: é articulação em palavra do que já de sempre tácita e afectivamente, estava (pre) compreendido e, por isso, pode chegar a ser explicitado e desenvolvido interpretativamente, num movimento de apropriação crescente que, hermeneuticamente, se caracteriza como círculo hermenêutico (Borges-Duarte, 2021, p. 189).

Nesse sentido, para ter acesso às suas possibilidades, o ser-aí, afinado com o mundo e suas relações, desenvolve uma compreensão daquilo que lhe chega na abertura e vai tecendo interpretações e sentidos. A interpretação é possível dada a possibilidade da linguagem, que é o que faz elaborar sentidos sobre as experiências que lhe chegam do mundo. Esse é o círculo hermenêutico: afetação, compreensão e linguagem. Sempre interpretamos aquilo que nos chega do mundo, mesmo que, muitas vezes, não consigamos perceber completamente seus sentidos para nossa existência. Porque, para isso, precisamos nos ater uma vez mais a cada vez sobre aquilo que nos afeta e como o compreendemos.

O ser-aí, mesmo com esse caráter de abertura e disposição para mudar algo, normalmente se mantém no mundo fático sedimentado, posto que, em geral, vai absorvendo as normativas e valores da tradição ao longo de sua existência (Heidegger, 2012). A estabilidade cotidiana é hábito, é costume. Por esse motivo, as pessoas, em geral, tendem a reproduzir

preconceitos e a excluir o diferente por ter absorvido normativas sem maiores reflexões e não ter maior criticidade sobre o porquê do preconceito ou da exclusão. Temos dificuldade em lidar com o estranho, mas esse sempre aparece (Casanova, 2021).

Heidegger (2012) parte do princípio de que o existente é sempre indeterminado, mesmo vivendo na ilusão de controle devido ao cotidiano fático sedimentado e às ocupações diárias. Essa é uma outra condição existencial do ser-aí: a indeterminação ontológica, ou seja, não há nada ontologicamente natural no ser humano, não nascemos com uma essência pronta, não temos um destino já traçado à nossa frente; vivemos, no entanto, como se houvesse certezas absolutas e verdades inquestionáveis. É nesse sentido, por exemplo, que a homossexualidade é considerada um pecado em alguns grupos sociais, ou que o negro é considerado inferior ao branco, ou ainda, que mulheres são frágeis, sensíveis etc.

Para Casanova (2021), a existência é inclinada para a crise porque não conseguimos apagar a nada ontológica originária. Assim, estamos sempre nos deparando, quase que concomitantemente, de um lado, com a estabilidade ilusoriamente criada pelo cotidiano e, de outro, com as incertezas, com as margens do caminho, com as arestas existenciais. Nos dizeres de Heidegger (2017, p. 168), “o homem é essencialmente necessitado de ajuda, por estar sempre em perigo de se perder, de não conseguir lidar consigo”. Por esse motivo, o existente está sempre sendo interpelado a se relacionar com o fenômeno que se faz presente (Almeida, 2008; Heidegger, 2017).

Nesse contexto, o ser-aí tem a possibilidade de perder-se ou de reconquistar-se (Casanova, 2017; Heidegger, 2012). O ser-aí pode se perder no impessoal e apenas ficar se lamentando, sem, no entanto, conseguir se apropriar de si e encontrar novos sentidos, como também pode se reconquistar, ao se apropriar de si e perceber seu poder-ser, apesar das restrições da materialidade e do mundo fático sedimentado. Por esse motivo, os movimentos políticos, as lutas das minorias e os gritos dos excluídos são necessários tanto para não se perderem na absorção do mundo fático sedimentado, como também para mostrarem suas diferenças e se colocarem como seres de fato e de direito.

Ou seja, o ser-aí é convocado a lidar com os fenômenos que lhe aparecem e a escolher os caminhos para essa lida. Tudo vai depender de como ele compreende e interpreta os fenômenos, os caminhos e as possibilidades. Normalmente, estamos absorvidos no mundo fático sedimentado, então temos uma tendência a seguir roteiros, rotinas e normativas que nos garantem maior estabilidade, mas também contribuem para uma certa vivência no impessoal. Contudo, é sempre possível, para o ser-aí, mudar, transitar por caminhos ainda não traçados e encontrar sentidos onde antes não havia sentidos, pois o ser-aí tem na liberdade uma condição existencial. Essa liberdade se relaciona com sua necessidade de escolha diante das possibilidades que lhe aparecem em seu horizonte histórico (Casanova, 2017).

Consideramos que um ser-aí em situação de vulnerabilidade pode ter uma restrição maior em sua liberdade, tanto pelas privações materiais, como pela facticidade do seu entorno sob a forma de discursos limitantes e verdades inquestionáveis que dificultam um maior acesso ao seu poder-ser. Seu horizonte histórico pode ser bastante circunscrito, suas afetações e compreensões – círculo hermenêutico – podem encobrir possibilidades do seu poder-ser. Além disso, os preconceitos formam parte do mundo circunscrito, são absorvidos pela tradição, têm sua história, e, sem criticidade nenhuma, os Dasein vão reproduzindo, seguindo aquelas verdades absolutas e agindo conforme lhe dizem para agir. “Quanto mais se encontra empenhado na manutenção inflexível dos modos de organização mundanos, tanto mais o existente se aproxima de um ponto de saturação de um momento de quebra, de um colapso” (Casanova, 2021, p. 281).

Nesse sentido, o ser-aí em situação de vulnerabilidade pode sofrer duplamente, tanto por sua situação material de existência que restringe sua condição de liberdade pela impessoalidade e encobrimentos do seu poder-ser, como pela facticidade do mundo, que impõe preconceitos, normativas e regras, que estabelece o que é normal, anormal, patológico etc. A existência se estrutura ontologicamente pelo estar aberto, mas diante de tantas requisições, pode haver pobreza nas respostas e uma sobrecarga que pode se expressar sob as mais diferentes formas (Casanova, 2021). Os sofrimentos e as mazelas psíquicas da contemporaneidade perpassam pelas experiências de inautenticidade e impropriedade, mas também pelo

solapamento de suas possibilidades existenciais advindo da pobreza, das privações, da humilhação, entre outros problemas sociopolíticos. Um conceito que se coaduna muito bem com os preconceitos e exclusões os quais muitas pessoas sofrem é o de violência identitária (Casanova, 2021). O ser-aí se depara com situações em que não pode viver de maneira plena e livre, não fazendo parte de uma comunidade, nem sendo aceito em seu jeito de ser. Isso leva a um solapamento de seu poder-ser, a um sofrimento em todas as dimensões do seu existir e à construção de uma existência podada, com mais restrição de liberdade e dor.

Toda essa experiência de não se poder ser quem se é, de ser apagado, marcado por estereótipos, discriminações e a vivenciar situações as mais diversas de violência é violência identitária. Vejamos, por exemplo, o relato de uma mãe, apresentado por Fernandes e Rocha (2019) sobre o preconceito racial sofrido por sua filha de 12 anos. A menina recebia mensagens diárias de vizinhos adolescentes que ofendiam, humilhavam, maltratavam a menina somente pelo fato de ela ser negra. Como ficam, então, as possibilidades existenciais dessa garota? Como vai crescer e se desenvolver plenamente mediante o solapamento diário de si mesma?

Um outro exemplo é apresentado por Figueiredo e Cerqueira-Campos (2019) sobre pessoas com transtornos mentais severos que tendem a ser excluídas socialmente em função de estigmas e preconceitos ainda fortemente vigentes no Brasil. Outro estudo, de Belo e Maia (2019), aborda a questão das pessoas com deficiência que tendem a sofrer também com a exclusão, sobretudo do mercado de trabalho. Todas essas experiências e vivências perpassam pela existência e repercutem nos modos de ser e poder-ser do ser-aí. Todas trazem sofrimento, encobrem possibilidades e perpetuam o ciclo de violência. Há, então, que pensar uma maneira de ampliar o olhar, refletir sobre essas vulnerabilidades e encontrar caminhos para um cuidado que possibilite o desvelar das possibilidades de ser, sem deixar de problematizar o mundo fático.

Sobre o cuidado: o mundo da técnica e o cuidado de existentes em situação de vulnerabilidade

O ser-aí, que é ser-no-mundo-com-os-outros, tem como dimensão ontológica o cuidado – *sorge*. Para Heidegger (2012), o cuidado é o ser do aí. Borges-Duarte (2021, p. 28) afirma: “O cuidar é, neste sentido, uma forma activa e pensante de estar ocupado no mundo da vida”. Sendo assim, as relações dos Dasein com outros Dasein e desses com as coisas do mundo perpassam pela dimensão do cuidado.

O conceito de cuidado – *sorge* –, expresso como ocupação – *besorge* – e preocupação – *fürsorge* – são expressões do ser-no-mundo (Almeida, 2008; Braga; Farinha, 2017; Heidegger, 2017). O ser-no-mundo diz do ser-aí que habita o mundo em determinado tempo, em certo contexto e que o compreende a partir de suas relações com os outros que o habitam (Heidegger, 2012). Casanova (2017, p. 52) comenta que “para o ser-aí, é sempre possível se ocupar com os utensílios, se preocupar com os outros e cuidar de si”. Dessa maneira, o cuidado, sob a forma de ocupação e preocupação são modos de ser-em, ser-no-mundo-com-os-outros.

Assim, o ser-aí se ocupa com as coisas/os utensílios que aparecem em seu mundo para ir vivendo, com os outros e consigo mesmo. Por exemplo, como sentimos calor, dispomos de um ventilador e também de uma cortina para amenizar a claridade do verão. Esses utensílios estão dispostos de maneira a proporcionar um ambiente minimamente confortável para que o ser-aí, cuidando de si, se ocupe com suas coisas cotidianas.

A preocupação – *fürsorge* – pode se expressar de dois modos: i. aquela que substitui o outro assumindo suas ocupações “para liberá-lo delas ou devolvê-las posteriormente como algo já pronto” (Santos; Sá, 2013, p. 56); e ii. “aquele que se “antepõe” (*vorausspringt*) ao outro não para substituí-lo, mas para pô-lo diante de suas próprias possibilidades existenciais de ser” (Santos; Sá, 2013, p. 56). O primeiro caso é considerado como preocupação substitutiva e o segundo, como preocupação antepositiva.

Na preocupação substitutiva, o ser-aí realiza a ação que deveria ser do outro e diz ao outro com quais utensílios deveria se ocupar (Braga; Farinha, 2017; Casanova, 2017). Esse modo de preocupação tende a dificultar que

o ser-aí exercite sua autonomia e liberdade diante dos caminhos que lhe aparecem, posto que sempre há um outro dizendo-lhe o que fazer e como fazer. Os vários aconselhamentos, as inúmeras receitas de como viver a vida e as prescrições do mundo podem ser considerados como preocupações substitutivas. As prescrições e normativas podem favorecer uma dispersão (Fernandes, 2011), levando o ser-aí a se perder no mundo das coisas e a não habitar a angústia. Ele vai fazendo, se ocupando, empurrando com a barriga, para se distrair e encobrir as reais necessidades e sentidos de sua existência.

Esse ter-que fazer traz à luz o conceito de decadência proposto por Heidegger (2017) e que Fernandes (2011, p. 164) explica como “radicalmente acomodada em sua movimentação, promove a agitação frenética do fazer, do agir, do empreender, escolhendo o imediatamente útil como critério último de valor de tudo e de todos”. Na decadência, o ser-aí vai vivendo na impropriedade, tendo, muitas vezes, sintomas de sofrimento, tédio, temor, sem, no entanto, refletir mais profundamente sobre o significado dessas experiências.

Na atualidade, os seres-aí têm se deparado com as agruras da era da técnica (Braga; Farinha, 2017; Santos; Sá, 2013). Essa necessidade de estar sempre ocupado com as coisas, fazendo, produzindo, como se o tempo estivesse correndo acelerado e nada pudesse ser deixado para trás. A imposição também de maquinários e dispositivos que se pretendem a substituir as ações humanas, a proporcionar experiências singulares, a acelerar o tempo em prol de uma produtividade são características da era da técnica.

“A técnica esvazia nossa relação propriamente dita com nós mesmos, com os outros e com as coisas, na mesma medida em que torna imensamente rica e multiforme essa mesma relação” (Casanova, 2021, p. 246).

São tantas as possibilidades no mundo da técnica que o ser-aí não tem tempo, nem oportunidade de refletir sobre o que realmente faz sentido para si. Nessa perspectiva, considera-se que muitas das questões relacionadas à técnica se caracterizam como preocupação substitutiva, pois o ser-aí vai se utilizar das tecnologias para ganhar tempo, mas pode se aprisionar com a retidão presente em algumas dessas mesmas tecnologias. Um exemplo

é o uso incessante das redes sociais para acessar diferentes informações com o fim, muitas vezes, de ajudar numa tomada de decisão. Contudo, são tantos os conteúdos que chegam de forma rápida e pouco aprofundada, que o ser-aí não tem sequer tempo de avaliar qual o mais relevante para si.

Paralelo ao mundo da técnica, mas bem próximo a ela, temos uma cultura que, na atualidade, supervaloriza o desempenho por meio da exigência pela produtividade e pela ideia de que tudo se pode fazer (Cabral, 2021). Isso por si só já coloca o ser-aí como algoz de si mesmo ao passar a acreditar que tudo pode – “querer é poder”, por exemplo – e que grande parte de sua vivência se baseia no quanto produz – a ociosidade é quase um crime. Esse movimento incessante de ter-que fazer, ter-que produzir, vai ocupando o ser-aí e esse vai perdendo oportunidades de vivenciar a angústia – que, na perspectiva fenomenológica-existencial, é o que gera a possibilidade de mudança – e, pouco a pouco, vai entrando num caminho de descuido de si, no qual emergem diferentes problemas de saúde. As pessoas em situação de vulnerabilidade sofrem ainda mais com essas questões porque muitos comportamentos preconceituosos e discriminatórios tendem a ser naturalizados, o que dificulta a reflexão sobre a gênese dos seus sofrimentos.

Outro aspecto da existência trazido por Cabral (2021, p. 65) é a ideia de desolação, também presente na contemporaneidade em função de totalitarismos do existir – imposição de modos específicos de ser:

Nessa situação, o homem perde confiança em si mesmo como parceiro de seus pensamentos, e perde aquela confiança elementar no mundo que é necessária para que se possam ter quaisquer experiências. [...]. A desolação obstrui o exercício do pensamento, dos afetos, das relações com o mundo etc.

Um ser-aí em situação de vulnerabilidade pode sofrer exatamente com o sentimento de desolação, uma gradativa perda de contato com suas potencialidades, possibilidades e liberdade, e só seguir aquilo que lhe é imposto, sem saber para onde está indo ou sem visualizar um projeto existencial próprio. Cabral (2021, p. 66) explicita ainda mais essa ideia ao afirmar que a desolação “se verifica na anulação da capacidade de agir,

experiência que só é possível na pluralidade e na possibilidade de inserir algo novo no mundo”. Nesse sentido, o autor aponta que para sair da desolação ou, minimamente, problematizá-la, é preciso recusar tais imposições, recusar a iniquidade, dizer “não” às normativas que empobrecem as possibilidades de ser. Para isso, é preciso ter espaços que possibilitem questionamentos e reflexões sobre o preconceito e que o ser-aí possa perceber as vulnerabilidades de que sofre. Questionar e refletir pode contribuir para uma compreensão sobre a opressão e sobre aquilo que parece tão naturalizado, que proporciona tanto sofrimento.

Esses espaços podem ser organizados de forma coletiva, mas também em situações dialógicas. A clínica fenomenológica se propõe a possibilitar um espaço cuja relação com o ser-aí proporcione a experiência da preocupação antepositiva, ou seja, contribuir para que o ser-aí habite sua angústia e, a partir daí, encontre seus próprios sentidos e possibilidades existenciais. Nesse sentido, a angústia é condição existencial e necessária para o poder-ser. Diante disso, muitas prescrições podem fazer exatamente o contrário do que se propõem enquanto cuidado, pois, ao invés de prezar pela liberdade do ser-aí, se utilizam de dispositivos aprisionadores através da aparente facilidade das normativas e receitas prontas de como fazer isto ou aquilo.

A preocupação antepositiva se relaciona, portanto, com o comentário de Borges-Duarte (2021, p. 40): “Compreender (amando) o ser, em todas as suas manifestações significa ser livre, deixando que o ser aceda a mostrar-se livremente e que os outros humanos o sejam também”. Mais uma vez, voltamos à questão da liberdade. Na preocupação antepositiva, proporcionamos ao existente a experiência da liberdade, de poder se deixar afetar, compreender, interpretar e analisar sua história, seus desejos, seus sentidos.

Holzhey-Kunz (2018, p. 173), ao discutir sobre os fundamentos filosóficos da Daseinsanálise, afirma que o ser-aí em sofrimento passa por uma escuta particularmente aguçada, isto é, uma sensibilidade maior a uma determinada situação existencial e, por esse motivo, desenvolve os sintomas neuróticos e sofre. “O sofrimento psíquico se deve a uma escuta aguçada particular para as verdades ontológicas normalmente obnubiladas”.

Mais adiante, a autora coloca:

O que deseja, então, o neurótico? Será que ele também gostaria de ficar saudável, isto é, se ver livre de seus sintomas manifestos de sofrimento? Nós nos deparamos aqui com a mais profunda paradoxia no sofrimento psíquico. Pois a resposta só pode ser: sim e não. Sim, na medida em que ele se sente restrito por seus sintomas e, por isto, tem o desejo de poder levar uma vida normal, não sobrecarregada pelos sintomas; não, em contrapartida, na medida em que ele é resgatado em meio a esses sintomas de uma experiência ontológica, que para ele é tão intangível quanto insuportável e contra a qual ele se revolta justamente com esses sintomas (Holzhey-Kunz, 2018, p. 173).

A escuta particularmente aguçada é justamente a experiência ontológica de ter de ser e precisar se deparar com a angústia das escolhas, com a finitude da vida e com experiências mobilizadoras, isto é, que abalam a rotina, muitas vezes rígida e bem estabelecida do ser-aí. Um ser-aí em situação de vulnerabilidade também pode ter uma escuta particularmente aguçada no que concerne à sua situação existencial, mas, muitas vezes, em função dos discursos tradicionais retificadores, não consegue identificar aquilo de que realmente necessita e/ou, por estar sofrendo com algumas situações, des-cuida de si.

Nesse sentido, a Daseinsanálise trazida por Holzhey-Kunz (2018) vai buscar trabalhar, através de uma relação terapêutica, caracterizada pelo encontro entre dois seres-aí, o resgate da liberdade do ser e “possibilitar ao paciente novas experiências positivas de relação” (Holzhey-Kunz, 2018, p. 218). Para isso, o/a terapeuta buscará tematizar alguns conteúdos trazidos pelo paciente, no sentido de evidenciar o que está sendo dito, entender como afeta o ser e como esse compreende aquele tema em sua existência. No caso do ser-aí em situação de vulnerabilidade, um dos aspectos que pode ser tematizado é justamente o que torna essa existência vulnerável. Vulnerável a quê? A quem? Que caminhos podem ser tomados? Que relações podem ser fortalecidas? Que providências precisam ser tomadas para que o ser-aí amplie seu olhar diante de sua situação e possa se apropriar do seu projeto existencial? Essas são questões que podem ser tematizadas

em um espaço terapêutico ou em rodas de conversa, uma técnica bastante utilizada nos contextos de saúde.

Tecer interpretações em conjunto com o ser-aí também faz parte da relação terapêutica. O terapeuta não fornece a interpretação para o paciente, mas convoca-o a pensar sobre o que está sendo dito e como aquilo afeta sua vivência cotidiana. O terapeuta também convoca o paciente a se responsabilizar por suas escolhas e a analisar as consequências delas. Um dos pontos importantes da relação terapêutica é também a confrontação, de maneira cuidadosa, mas assertiva, sobre temas trazidos pelo paciente que ocasionalmente se contradizem entre si ou afirmativas que denotam descuido de si. O trabalho terapêutico, portanto, nessa perspectiva, busca desenvolver junto ao paciente um senso crítico sobre si mesmo para que perceba melhor os preconceitos e os estigmas que lhe são direcionados, bem como encontrar estratégias de enfrentamento a essas situações. Essas são apenas algumas possibilidades de trabalho que podem acontecer durante o processo terapêutico, mas nada impede que o terapeuta amplie seu leque de intervenções com base na fenomenologia-existencial.

A ideia é que o ser-aí possa experienciar sua singularização e sua liberdade, numa relação que pretende ser um cuidado antepositivo e que possibilite que ele experiencie suas diferentes possibilidades de ser. Assim, é essencial colocar a angústia em evidência e não buscar eliminá-la a todo custo com “receitas” rápidas e superficiais (Rodrigues, 2020). Nesse movimento, a existência vai se deixando fluir e encontrando experiências de liberdade e cuidado:

Uma existência é tanto mais saudável quanto mais ela for capaz de recobrar constantemente a transitoriedade que é a dela e quanto menos ela se vir condenada a modos calcificados de ser, sejam esses modos determinados pelo cotidiano, pela medida histórica de seu tempo ou pela preponderância de certos elementos tirânicos que insistem em se manter constantemente centrais na estruturação das constelações próprias a um existir determinado (Casanova, 2021, p. 198).

Considerando a existência como transitória e indeterminada, podemos pensar em espaços terapêuticos, de acolhimento e de cuidado, que proporcionem o tempo e o contexto necessários para a tematização e problematização daquilo que afeta o ser em situação de vulnerabilidade. A ideia é que o ser-aí possa ser escutado em sua originalidade e que caminhos diversos possam ser traçados. Seja com o Daseinsanálise, ou em outra psicoterapia de base fenomenológica-existencial, o essencial é que o ser consiga ampliar sua compreensão sobre sua existência, suas escolhas, suas possibilidades, bem como tecer uma hermenêutica de sua situação e assim poder tomar decisões mais condizentes com seu cuidado. Quem sabe assim, o ser-aí, em situação de vulnerabilidade atinja, pelo menos em alguns momentos, experiências de uma existência mais própria, quiçá de uma certa serenidade.

“A serenidade, desse modo, é decorrente da não fixidez, da renúncia a uma busca de controle e de determinação da realidade, permitindo que o real possa continuamente se fazer presente, com toda a sua diversidade e imprevisibilidade” (Rodrigues, 2020, p. 207).

Borges-Duarte (2021) aponta que podemos dizer “sim” à técnica, afinal, faz parte do nosso cotidiano, está em todo lugar, sobretudo nos últimos tempos, sob a forma de experiências virtuais e *on-line*, por exemplo. No entanto, a autora também diz que podemos dizer “não”, sempre que possível, para não nos perdermos de nós mesmos e não nos afastarmos do nosso ser mais próprio. Nesse sentido, a serenidade traria um “estar à vontade com as coisas, viver no meio delas sossegado” (Borges-Duarte, 2021, p. 243). Saber encontrar um caminho de cuidado, sem desviar-se totalmente das coisas do mundo, mas sem se deixar absorver-se totalmente por elas.

Portanto, não é por estar em situação de vulnerabilidade, como mulheres, idosos, negros e público homoafetivo, entre outros, que essas existências têm que ser *menos alguma coisa* ou padecer sempre com as faltas, as lacunas, os preconceitos e os rótulos que lhes impõem. Essas retificações do mundo fático sedimentado podem sempre ser postas em questão e o ser-aí pode encontrar novas possibilidades através da ampliação do seu olhar sobre sua existência e sobre seu poder-ser.

Considerações finais

Esse trabalho teve como objetivo central apresentar a perspectiva fenomenológica-existencial em seus principais conceitos e fundamentos, tendo como pano de fundo os seres-aí em situação de vulnerabilidade, bem como apontar elementos para uma clínica psicológica que busque refletir sobre a existência e o projeto existencial do ser-aí em um mundo que, muitas vezes, solapa o poder-ser mais próprio de alguns modos de existência. Através dos conceitos e ideias centrais do pensamento heideggeriano podemos inferir que a concepção de ser-aí e de ser-no-mundo-com-os-outros traz algumas implicações para a maneira como podemos trabalhar com pessoas em situação de vulnerabilidade.

A primeira delas é a consideração de que o ser-aí está em um mundo onde as absorções das facticidades fazem parte da dinâmica do existir, até para poder conviver com os outros e sentir alguma estabilidade e segurança no cotidiano. Porém, ao mesmo tempo em que absorve as coisas do mundo e, portanto, toda sua gama de normativas, preconceitos e representações, o ser-aí também está sempre em possibilidade de questionar e mudar essas mesmas normativas e preconceitos.

A segunda implicação é que para poder questionar seu mundo, o ser-aí precisa observar aquilo que lhe afeta e refletir sobre os acontecimentos e fenômenos que lhe chegam para, a partir daí, desenvolver uma compreensão e uma hermenêutica, ou seja, interpretar à luz do que faz sentido em sua existência e poder fazer escolhas existenciais mais condizentes com suas possibilidades. Isso é um cuidado que cuida de forma antepositiva, em que se pode desenvolver autonomia e experienciar a liberdade de ser.

A terceira implicação é que perceber o ser-aí como um ser de possibilidades permite respeitar esse mesmo ser em suas maneiras de ser, mesmo que completamente diferente das nossas. O preconceito, muitas vezes, advém daquilo que absorvemos e que nos fazem estranhar o diferente. Trazer à tona uma problematização sobre a indeterminação ontológica da existência e apontar que, mesmo compartilhando um mundo e precisando nos relacionar, o tempo todo, com as normativas do mundo, com os outros e com nós mesmos, não precisamos querer tornar esse outro igual a nós,

mas conhecê-lo e compreendê-lo em sua singularidade e beleza. E sim, é possível aprender a dialogar sobre as diferenças e que cada ser-aí pode ter as suas.

Isso nos leva à proposta de um processo terapêutico que busque justamente trabalhar o cuidado do ser-aí de maneira mais libertadora, afetiva e que explicita as falhas do mundo para com aquele ser. Para isso, lançamos mão das ideias trazidas por Holzhey-Kunz (2018), Casanova (2021) e Borges-Duarte (2021), que são autores heideggerianos que trazem os pressupostos dessa perspectiva e apontam caminhos para uma clínica psicológica ética, política e comprometida com a alteridade. Não adianta impor caminhos para os seres-aí com base em normativas comportamentais, biologicistas ou produtivistas, pois todas essas já proporcionam sofrimento em demasia e sentimentos de desqualificação e desolação como apontado por Cabral (2021).

O que se pode fazer é fomentar espaços de cuidado e afetividade, bom humor e serenidade, para que os seres-aí possam se fazer potentes em seus próprios caminhos, identificando suas vulnerabilidades e problematizando-as no mundo, com o mundo, para o mundo, para que consigam conviver em uma situação mais digna de existência.

Referências

ALMEIDA, R. S. O cuidado na primeira seção de Ser e tempo. “*Existência e Arte*”: Revista Eletrônica do Grupo PET, São João Del-Rei, v. 4, n. 4, p. 1-16, 2008.

BARROS, A. T. M. P. O que é o sagrado no Instagram? Sacralização, dessacralização e ressacralização na cultura midiática. *Intercom RBCC*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 131-151, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-5844201917>. Acesso em: 2 jan. 2024.

BELO, R. P.; MAIA, L. M. Processos de exclusão no campo do trabalho: uma análise psicossocial da participação das pessoas com deficiência. In: CERQUEIRA-SANTOS, E.; MAIA, L. (org.). *Preconceito e exclusão social: estudos em psicologia no Brasil*. Teresina: Ed. UFPI, 2019. p. 278-305.

BORDIANO, G. *et al.* COVID-19, vulnerabilidade social e saúde mental das populações LGBTQIA+. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. 1-4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00287220>. Acesso em: 6 out. 2023.

BORGES-DUARTE, I. *Cuidado e afetividade em Heidegger e na análise existencial fenomenológica*. Rio de Janeiro: Ed. PUC: Nau Editora; Lisboa: Editora Sistema Solar, 2021.

BRAGA, T. B. M.; FARINHA, M. G. Heidegger: em busca de sentido para a existência humana. *Revista da Abordagem Gestáltica*, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 65-73, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 jan. 2021.

CABRAL, A. M. *Compaixão e revolta: sobre sofrimentos e corpos vulneráveis no mundo da iniquidade*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2021.

CANDIDO, B. P. *et al.* The race/color question in the care process in a psychosocial care center for children and adolescents. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 56, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0363>. Acesso em: 6 out. 2023.

CASANOVA, M. *Existência e transitoriedade: gênese, compreensão e terapia dos transtornos existenciais*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2021.

CASANOVA, M. *Mundo e historicidade: leituras fenomenológicas de ser e tempo*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2017. (Existência e mundaneidade, v. 1).

CHINAZZO, Í. R. *et al.* Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 5045-5056, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.28532019>. Acesso em: 6 out. 2023.

FERNANDES, M. A. O cuidado como amor em Heidegger. *Revista da Abordagem Gestáltica*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 158-171, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672011000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 out. 2023.

FERNANDES, S. C. S.; ROCHA, N. M. F. D. Preconceito racial e racismo na infância: perspectivas de análise e particularidades do racismo brasileiro. In: CERQUEIRA-SANTOS, E.; MAIA, L. (org.). *Preconceito e exclusão social: estudos em psicologia no Brasil*. Teresina: Ed. UFPI, 2019. p. 24-61.

FIGUEIREDO, J. M. A.; CERQUEIRA-CAMPOS, E. Exclusão social das pessoas com transtornos mentais severos e as repercussões na vivência sexual.

In: CERQUEIRA-SANTOS, E.; MAIA, L. (org.). *Preconceito e exclusão social: estudos em psicologia no Brasil*. Teresina: Ed. UFPI, 2019. p. 218-246.

HEIDEGGER, M. *Seminários de Zollikon: protocolos, diálogos, cartas*. 3. ed. rev. São Paulo: Escuta, 2017.

HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Campinas: Ed. Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.

HOLZHEY-KUNZ, A. *Daseinsanálise: o olhar filosófico-existencial sobre o sofrimento psíquico e sua terapia*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2018.

MEDEIROS, L. F. *et al.* Psychological Suffering, Medicalization and Women: contributions in the field of public health. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 1561-1580, 2021.

MEDEIROS, L. F. A inter-relação entre transtornos mentais comuns, gênero e velhice: uma reflexão teórica. *Caderno de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 448-454, 2019.

PORTUGAL, F. B. *et al.* Qualidade de vida em pacientes da atenção primária do Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil: associações com eventos de vida produtores de estresse e saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 497-508, 2016.

RODRIGUES, J. T. *Angústia e serenidade: a psicopatologia contemporânea em diálogo com Heidegger*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2020.

SANTOS, D. G.; SÁ, R. N. A Existência como “Cuidado”: Elaboraões Fenomenológicas sobre a Psicoterapia na Contemporaneidade. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 53-59, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672013000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 out. 2023.

SANTOS, G. C. *et al.* Impacto do Racismo nas Vivências de Mulheres Negras Brasileiras: um estudo fenomenológico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 43, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003249674>. Acesso em: 6 out. 2023.

SENICATO, C.; AZEVEDO, R. C. S.; BARROS, M. B. A. Transtorno mental comum em mulheres adultas: identificando os segmentos mais vulneráveis. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 2543-2554, 2018.

SILVEIRA, L. C.; ALMEIDA, A. N.; CARRILHO, C. Os benzodiazepínicos na ordem dos discursos: de objeto da ciência a objeto gadget do capitalismo. *Saúde & Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 107-120, 2019.

SIMÕES-BARBOSA, R. H.; DANTAS-BERGER, S. M. Abuso de drogas e transtornos alimentares entre mulheres: sintomas de um mal-estar de gênero? *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 1-11, 2017.

ZANELLO, V.; FIUZA, G.; COSTA, H. S. Saúde mental e gênero: facetas engendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 27, n. 3, p. 238-246, 2015.

CONSULTÓRIO NA RUA: O TERRITÓRIO COMO FERRAMENTA DE CUIDADO

Daniele Carmo Queiroz

Marcus Vinicius de Oliveira Silva

Renata Meira Veras

Apresentação

O Consultório na Rua (CnaR) é uma estratégia de saúde que oferece assistência integral à população em situação de rua, em condições de vulnerabilidade social e em situação de risco nos espaços de rua por uma equipe técnica multiprofissional, buscando assim ampliar o acesso dessa população aos demais serviços da rede, em virtude da sua situação de invisibilidade e negação de direitos nos equipamentos tradicionais de atenção de saúde (Brasil, 2011; Simões *et al.*, 2017). Nesse contexto, a equipe assume grande relevância, visto que as ações se desdobram principalmente a partir da produção humana, por meio da atuação técnica dos profissionais nos campos de trabalho e, em especial, do uso da sua subjetividade como recurso instrumentalizado.

As atividades das equipes do CnaR são desenvolvidas de forma itinerante justamente nos espaços de rua em que a população encontra-se, circula e ocupa, o que exige uma compreensão ampla do território que vai além do estar “fora do serviço” ou “além dos muros”. Nessa direção, o território no CnaR tem materialidade física, mas sobretudo política, econômica, social, e nesse estudo emerge também, sobretudo, como uma ferramenta de cuidado.

O presente trabalho é um recorte a partir dos achados advindos da dissertação de mestrado intitulada *O ofício dos profissionais do Consultório*

de Rua: um estudo sobre a técnica, tecnologia e subjetividade (Queiroz, 2015), que investigou o *modus operandis* da equipe do Consultório na Rua do Centro de Estudos e Terapia de Abuso de Drogas (Cetad) de Salvador, de modo a compreender a relação entre o arcabouço teórico, técnico e pessoal dos profissionais com o seu fazer. Neste capítulo, pretende-se discorrer sobre a importância do território enquanto uma ferramenta de cuidado importante e necessária, tendo em vista que a rua apresenta-se não como mero cenário em que as ações acontecem, mas de forma dinâmica, viva e simbólica, afetando o modo com o que cada profissional opera e organiza o seu processo de trabalho.

As bases teóricas desse estudo relacionam-se com duas dimensões que estão identificadas como as tecnologias do Consultório na Rua, a saber: o conceito de agente/trabalhador da saúde e a proposição de Merhy quanto às tecnologias de cuidado. Considerando a natureza complexa do estudo, optou-se por uma abordagem do tipo qualitativa inspirada nas contribuições da Clínica da Atividade postuladas por Yves Clot. Foram entrevistadas seis profissionais do CnaR/Cetad da Universidade Federal da Bahia (UFBA) de Salvador, sendo duas enfermeiras, dois psicólogos e uma psicóloga e uma assistente social, as quais tinha mais de seis meses de inserção nessa atividade profissional.

O tema da rua aparece ao longo das entrevistas tanto no que se refere às condições de trabalho implicadas aí quanto às situações extremas que se encontram os usuários em situação de rua, o que confronta cotidianamente as profissionais por seu lado técnico e, sobretudo, por seu lado pessoal, impactando no seu modo de operar nesse contexto. Os recursos tecnológicos utilizados pelos profissionais remetem principalmente às suas características intersubjetivas, as quais compreendem também uma dimensão técnica, evidenciando uma instrumentalização da subjetividade nessa atividade.

Dessa forma, cada profissional imprime uma personalidade própria ao seu fazer, estabelecendo relações diversas, singulares e diferentes entre si com cada território em que atuam, o que se denominou neste estudo de *mapas afetivo-descritivos*. Assim, evidencia-se que o modo como os profissionais circulam nos campos, como se engajam em cada território, como se

comportam tecnicamente e como se relacionam com a rua revela, de outra maneira, os seus artigos de crença, os seus afetos, paixões e suas predileções. Dessa forma, o território torna-se mais um elemento de manejo, que será incluído em todo o processo de trabalho do profissional, e faz parte, assim, do seu *modus operandi*.

A emergência do Consultório na Rua

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2022), o número estimado de Pessoas em Situação de Rua (PSR) no Brasil é de 281.472. Após o fenômeno da pandemia provocado pela covid-19, percebe-se que há uma aceleração desse crescimento populacional que supera inclusive o crescimento vegetativo da população total. Essa realidade impõe inúmeros desafios no campo das políticas de seguridade social, assim como na assistência à saúde, quer seja pelo planejamento, garantia de orçamento, criação de novos espaços de atendimento ou realização de procedimentos, quer seja pela contratação e preparação de profissionais que estejam capacitadas para acolher uma demanda complexa e em expansão de uma população exposta, paulatinamente, ao risco de grave violação de direitos básicos de cidadania.

Historicamente, o Estado brasileiro marginalizou a população em situação de rua, considerando que estabeleceu uma relação marcada pela repressão e invisibilização das suas demandas. Essa situação de vulnerabilidade pode ser observada através do não acesso aos serviços de saúde e assistência social em geral; através da falta de condições mínimas para exercerem sua cidadania, a exemplo da falta de registro de nascimento e documentos pessoais, sem falar nas condições ambientais do contexto da rua – violência, a falta de condições sanitárias, tráfico de drogas, as políticas de higienização e eugenia etc. –, bem como questões relacionadas a transtornos mentais e uso de substâncias psicoativas (Brasil, 2012a; Lisboa, 2013; Von Flach, 2019).

Na tentativa de descrever o que é a “gente de rua” e o que ela atravessa, Patricia Von Flach (2019) analisa que os lugares ocupados pela PSR

são “esquecidos” pelas políticas públicas (como os espaços da rua ocupados pelas margens), e seus miseráveis habitantes (a gente de rua) e precarizados trabalhadores se multiplicam com a mesma velocidade com que o Estado se retira das suas funções de garantir democraticamente a justiça e a liberdade como valores fundamentais à continuidade da vida humana com dignidade. A autora alerta que não falta atuação do Estado nas populações marginalizadas, pelo contrário, há uma atuação sistemática de controle, punição e do extermínio da população que tem, cada vez mais, sido associada ao rótulo de “bandido”.

Von Flach (2019) retrata ainda, através de Bourdieu (2007, 2012), Wacquant (2005), Castel (2013) e Souza (2009), que “a gente de rua” pode ser compreendida como aquela que tem sua existência deslegitimada, inúteis sociais que sofreram todo tipo de desproteção e desagregação social, a ralé brasileira, condenados da cidade e miseráveis do mundo, são desfilhados sociais, destituídos de futuro, que são “abandonados à insignificância de uma existência sem necessidade, entregue ao seu absurdo” (Bourdieu, 2007, p. 293) citado por Von Flach, 2019). Para a autora, há um processo de marginalização que criminaliza a pobreza com o confinamento punitivo em territórios estigmatizados, o que os caracteriza, portanto, como “condenados da cidade”. Nesse ponto, é possível antecipar que a leitura do território por parte dos profissionais de rua deve conter a perspectiva crítica de uma ocupação das ruas que não se dá naturalmente ou espontaneamente, mas que deriva de política de Estado e dos interesses dos empreendimentos imobiliários e da sociedade.

Somado a esses fatores, está o consumo de drogas, sobretudo as ilícitas, entre a população em situação de rua e essa problemática eleva-se a uma complexidade sem precedentes. Segundo Oliveira (2009), o consumo de drogas tem ocorrido cada vez mais precocemente nas populações, e inclusive, em grupos sociais mais desfavorecidos. Esse cenário é agravado no Brasil com a entrada do *crack*, na década de 1990. Assim, a PSR é também marcada pelo estigma que vulnerabiliza ainda mais a sua condição: usuário de *crack*, álcool e outras drogas.

Nesse contexto, a população acaba sendo alvo também das violências geradas pela política conhecida como “guerra às drogas”, contudo,

percebe-se que é, na verdade, uma guerra direcionada a determinados grupos sociais que aniquila, reprime e exclui, gerando, em última instância, processos de afunilamento da existência individual que, no caso da PSR usuária de *crack*, está relacionada aos papéis sociais atrelados ao território e contextos de uso (Von Flach, 2019).

Essa problemática intensifica-se pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde em virtude dos impeditivos de ordem burocrática e institucionais – como a falta de documentos e vestimentas exigidas, por exemplo – ou em razão do preconceito dos profissionais com a PSR (Nery Filho *et al.*, 2016). Reconhece-se, assim, a necessidade de equipamentos de saúde que propiciem o vínculo da população ao sistema de saúde, que provoque mudanças no que tange os estigmas e preconceitos, que dêem visibilidade às demandas e necessidades, bem como criem oportunidade de capacitação das profissionais de saúde.

É nesse contexto de invisibilidade e exclusão, e principalmente de inquietações a respeito de iniciativas alternativas de cuidado voltadas para a PSR, que emerge, em 1999, através do Cetad/UFBA, um dispositivo inovador denominado Consultório *de Rua* (Nery Filho; Valério; Monteiro, 2011; Oliveira, 2009). O Consultório *de Rua*, inicialmente vinculado ao Departamento de Saúde Mental, caracteriza-se desde o princípio pelo:

desenvolvimento de ações por equipes multidisciplinares que se dirigem ao encontro do público-alvo em seus locais de permanência, em pontos distintos da cidade, com o apoio de veículo adaptado para essa finalidade e realiza atendimentos, *in loco*, visando a prevenção e a redução de danos decorrentes do consumo de drogas, além da prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (IST) /AIDS (Oliveira, 2009, p. 65).

A proposta criada e encampada inicialmente pelo Cetad/UFBA foi ampliada, adaptada e posteriormente vinculada ao Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde (DAB/MS) (Brasil, 2012b). Dessa maneira, reuniu-se a experiência do Consultório *de Rua* – equipe itinerante com foco no atendimento à saúde mental – e a Estratégia de Saúde da Família (ESF) sem domicílio – equipes específicas para atenção integral à

saúde da população em situação de rua –, formulando assim a proposta do Consultório *na Rua* – equipe itinerante para atenção integral à saúde da população em situação de rua.

Assim, o Consultório *na Rua* é incorporado à Política Nacional de Atenção Básica (Pnab) com a responsabilidade de proporcionar o acesso à rede de atenção, constituindo-se assim como a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), e ofertar, na medida do possível, assistência integral à população em situação de rua (Brasil, 2011, 2012a, 2012b). Essa experiência é marcada, sobretudo, por uma prática assistencial ativa; por uma concepção ampliada de saúde; pelo respeito aos usuários e as suas trajetórias; pela interdisciplinaridade; pelo cuidado em equipe; pela intersetorialidade; pelos princípios da redução de riscos e danos, assim como pelos que regem o SUS – tais como, equidade, integralidade e universalidade – e pela territorialização do cuidado (Brasil, 2012a, 2012b; Nery Filho; Valério; Monteiro, 2011; Oliveira, 2009).

Essa estratégia de saúde requer especialmente um olhar ampliado sobre o território, o qual deve ser compreendido como um processo e não exclusivamente por sua extensão geográfica. De acordo com Brasil (2012a, p. 34), a equipe do Consultório *na Rua* deve “reconhecer nesse contexto as variáveis sociais, culturais, demográficas, sanitárias, administrativas, políticas, econômicas, entre outras, de valiosa importância na construção do planejamento da equipe”.

Desse modo, a rua, no contexto do CnaR, apresenta configurações dinâmicas: “é um ambiente instável, sujeito a várias interferências, à sazonalidade e a mudanças contínuas, além de, sempre, poder surpreender por acontecimentos inusitados” (Nery Filho *et al.*, 2016, p. 298). Assim, o território e a rua apresentam-se como um grande personagem no processo de trabalho dos profissionais, ganhando novos contornos e nuances, emergindo como uma importante ferramenta de cuidado.

O território e a clínica do Consultório na Rua

A compreensão de território no CnaR deve ser especialmente extrapolada, ou seja, o território não deve ser entendido tão somente como um espaço físico ou uma localização geográfica, ou exclusivamente no sentido institucional e pragmático tomado pelas políticas de saúde, mas como um espaço que tem sentidos políticos, históricos, culturais, econômicos, sociais, identitários, intersubjetivos e simbólicos. Milton Santos, Silveira e Souza (1994) já anunciavam que o uso do território como objeto e ação é espaço humano, espaço habitado e, por isso, atravessado por processos sociais. Para os autores, a formação do território brasileiro é produto das relações sociais, o que nesse caso acaba por produzir desigualdades.

DaMatta (1991, p. 17) comenta que a rua e o território “não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas mensuráveis, mas, sobretudo, entidade moral, área de ação social, espaço ético dotado de positividade, domínio cultural institucionalizado, reações, leis, rezas, músicas e imagens esteticamente enquadradas e inspiradas”. Nessa direção, configuram-se como categorias sociológicas que operam a partir de lógicas hierárquicas, centro-periferia, global-local e que estão submetidas ao poder hegemônico. Em resumo, pode-se assumir que o território, principalmente no contexto do CnaR, ganha uma polissemia conceitual e que possui dimensões a se considerar tais como

[...] o ‘território físico’ (material, visível e delimitado), o ‘território como espaço-processo’ (construído cultural e socialmente, de forma dinâmica) e o ‘território existencial’ (referido às conexões produzidas pelos indivíduos e grupos na busca de sentidos para a vida). Na prática, é importante perceber como essas diferentes perspectivas coexistem, se interpenetram e, às vezes, se tensionam. Um exemplo é o que ocorre nas chamadas ‘cidades-dormitório’, e outro é o dos territórios escolhidos/inventados pelas pessoas em situação de rua (Brasil, 2013, p. 14).

Souza e Macerata (2015), através de Guattari (1992), ressaltam que a rua, para os sujeitos, é tomada como um “território existencial”, ou

seja, trata-se de um plano que é eminentemente relacional. Segundo os autores, o território é uma figura viva que sempre se constitui na relação com outros territórios em movimento, não é algo fechado em si mesmo ou isolado. Nessa direção, a rua pode ser compreendida também como um espaço clínico passível de manejo e intervenção, como campo de possibilidades, constituindo-se assim uma clínica *de/na* rua (Nery Filho *et al.*, 2016; Souza; Macerata, 2015). No entanto, Souza e Macerata (2015, p. 14, grifo nosso) alertam que a clínica *de* rua não se reduz a clínica que se opera no extramuros ou fora dos serviços, ou seja, estar *no* território é fundamental, porém não é suficiente. Os autores propõem um sentido triplo na relação entre clínica e território: “estar *no* território; ser gerada *pelo* território; e ser *para* o território - cuidar do território, *fazer do território vetor de cuidado*”.

Por fim, a rua impulsiona mais um deslocamento da clínica, no sentido de sua dimensão política e psicossocial, considerando que as ruas são também as “veias/vias da pólis” de acordo com Souza e Macerata (2015). Nessa direção, o trabalho do CnaR com uma população que é excluída de todos os espaços oficiais da pólis ganha um sentido eminentemente político que se agrega, portanto, ao fazer clínico:

pois cuida de um território existencial da pólis; pois intervém nos modos de relação entre os territórios de vida que compõem a cidade; pois coloca na clínica dos serviços a possibilidade de construir políticas públicas; porque afirma como legítimo os modos de existência da rua, como uma produção da pólis, mas busca intervir no modo de relação da cidade com os sujeitos e com os territórios existenciais que os produzem (Souza; Macerata, 2015, p. 14).

Trabalho e subjetividade: as bases teóricas

Segundo a Clínica da Atividade, o agente é mais do que um mero executor de tarefas – trabalho prescrito –, mas um criador permanente da

própria atividade, ele não é apenas produto, mas ator engajado em vários mundos vividos simultaneamente (Clot, 2010). O trabalhador se incorpora e se integra a sua atividade ao que “transforma o seu organismo fisiológico, quase sempre, à sua revelia, em um corpo próprio vivido, verdadeiro órgão funcional de sua atividade” (Clot, 2007, p. 19), ou seja, torna-se um todo com os seus instrumentos, sendo não apenas objeto da sua atividade, mas também o seu meio.

No contexto de trabalho em saúde, essas relações entre trabalho e subjetividade se modificam, agregando elementos novos, porém, guardando aquilo que as identificam, na verdade, esses contextos de trabalho radicalizam essa relação. Segundo Campos (1989), os profissionais de saúde são sujeitos sociais e políticos, não sendo passíveis de simples administração e planejamento como qualquer outro insumo do setor saúde.

Desse modo, pressupõe-se que o trabalhador em saúde não opera no campo de atuação senão por meio dos seus artigos de crença, das suas competências, da sua trajetória e de subjetividade ao que seu gerenciamento torna-se quase inacessível, inclusive, no que tange a prestação de serviço. A qualidade da assistência ou o modo como o serviço é prestado depende, invariavelmente, nesse sentido, do modo como os trabalhadores estão implicados e investidos. Segundo Ishara (2007), o trabalhador da saúde, ao passo que ele produz cuidado, ele também é produzido no processo de trabalho, visto que é por meio da relação que o cuidado é instituído.

Assim, nesse contexto, aquele que é o seu “objeto de trabalho é, ao mesmo tempo, produto”, o que vai levar Franco e Merhy (2005) a denominar de “trabalho vivo em ato”, ou seja, o que está em jogo são as intercessões do encontro entre o trabalhador-usuário, tendo como instrumento de trabalho o próprio trabalhador e o seu recurso psíquico. Portanto, além dos instrumentos e conhecimento técnico, há o lugar das relações na produção de saúde. Assim, a atividade prevê, portanto, o engajamento de si com o seu corpo biológico, sua inteligência, seu psiquismo e com seus conhecimentos reunidos a partir da sua história e da sua relação com os outros (Clot, 2010; Telles; Alvarez, 2004).

Dessa forma, como mencionado, os profissionais não são sujeitos inertes e impassíveis, pelo contrário, até chegarem aos serviços, trazem consigo uma bagagem pessoal, profissional e social que farão parte do seu fazer. Eles ainda se utilizam de uma diversidade de recursos que vão desde a sua capacidade intelectual, os seus instrumentos materiais e ferramentas técnicas e arranjos tecnológicos.

Procedimentos metodológicos

Considerando a natureza complexa do objeto de estudo, os modelos teóricos norteadores e a inovação da atividade desenvolvida no CnaR, fez-se necessária uma abordagem de tipo qualitativa de modo a obter a profundidade imprescindível para a compreensão do fenômeno. Nessa perspectiva, portanto, esta pesquisa se inspirou nas contribuições da Clínica da Atividade do ponto de vista teórico e metodológico, proposta por Yves Clot.

O Consultório na Rua do Cetad/UFBA foi o recorte empírico deste estudo em virtude da sua importância no cenário nacional e da disponibilidade em participar dessa pesquisa tanto por parte da então coordenadora quanto por parte das profissionais integrantes da equipe.

A Clínica da Atividade propõe que, para conhecer o ofício, independente dos aspectos concernentes investigados, deve-se abordar os trabalhadores que o realizam – os agentes –, de modo a experimentar junto a eles um exercício dialógico de confrontação. Elegeram-se nesse estudo apenas profissionais com nível superior de formação e, pelo mesmo motivo, elegeram-se aqueles profissionais que fizessem parte do CnaR por, no mínimo, seis meses. A coordenadora do CnaR indicou os profissionais e esses foram entrando em contato com a pesquisadora para agendar as entrevistas.

Assim, foram entrevistados seis profissionais, sendo uma psicóloga, dois psicólogos, duas enfermeiras e uma assistente social, realizando-se encontros individuais com cada participante. Essa composição se deu a partir da disponibilidade dos profissionais, o que coincidiu também com a saturação das informações a partir da profundidade das narrativas. O principal instrumento dessa pesquisa trata-se de uma entrevista

semiestruturada em profundidade, respeitando a cada encontro o curso dialógico de cada profissional em relação ao seu trabalho utilizando-se do método “instruções ao sócia” criado por Clot (1999). Os encontros totalizaram 663 minutos de entrevistas. Essas entrevistas foram, portanto, gravadas e posteriormente transcritas para fins de análise.

O uso de recursos como o gravador foi informado às participantes, bem como sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e os respectivos cuidados éticos. Considerou-se a Resolução de nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que prevê que a “pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito” assistidos e acompanhados pelos serviços. As profissionais são reguladas ainda pelos códigos de ética das suas respectivas categorias profissionais, o que também assegura o sigilo e conduta ética das profissionais.

As entrevistas transcritas foram colocadas em diálogo através do entrelaçamento dos temas recorrentes, principalmente no que tange o *modus operandi* e a sua relação com o arcabouço teórico, técnico e subjetivo das profissionais, o que produziu um material consistente no qual foi possível tratar e analisar sob a perspectiva da Clínica da Atividade. Clot (2010) formula que a atividade conversacional pode ser colocada a serviço de uma atividade de análise.

Destacam-se, considerando os objetivos de pesquisa, as informações que dizem respeito principalmente ao *modus operandi* das profissionais, bem como os elementos relacionados ao contexto de trabalho e ao seu desenvolvimento. Foram criadas categorias de análise relacionadas aos objetivos da pesquisa e ao aporte teórico. Neste trabalho, realizou-se uma síntese a partir dos resultados que dizem respeito ao tema da rua, especificamente no que tange a concepção de território das profissionais.

O território e os mapas afetivo-descriptivos

O tema da rua é recorrente na narrativa das entrevistadas e aparece, na maior parte das vezes, relacionado ao fazer dos profissionais – no sentido de um trabalho realizado extramuros, o que implica em se dispor ao inusitado do contexto da rua – ou relacionado ao fato da rua ser ao mesmo tempo moradia, cenário para as relações e experiência de humanidade para os usuários. De acordo com os participantes, atender pessoas em situação de rua incide sobretudo na experiência de humanidade dos profissionais, confrontando-as nos atendimentos com os sujeitos – que têm uma relação com o corpo, com a cidade, com as pessoas, com a sua própria vida e com o uso de drogas totalmente diverso –, o que faz emergir no CnaR um arranjo tecnológico sem precedentes.

Outro aspecto concernente ao tema da rua abordado nas entrevistas é o fato desse contexto se constituir como o consultório dos profissionais, ou seja, o seu ambiente de trabalho onde são realizados os atendimentos, oficinas, jogos etc. O enquadre clínico e os limites profissionais estão re-categorizados; não está resguardado o *sigilo profissional* e não há um anteparo no nível concreto que assegure a relação técnica-profissional. Essas características decorrentes do espaço da rua possibilitam, por um lado, a emergência de uma prática baseada no improviso, na criatividade e na diversidade, mas por outro suscita a permanente dúvida sobre o seu fazer.

Porque no Consultório na Rua, também é assim, não tem fórmula, você chega, você às vezes vai com a expectativa de fazer uma atividade, e aí você leva tudo. Que a gente ia fazer uma vez uma oficina de autocuidado pra mulheres na Baixa do Fiscal, porque lá a maior parte da população é de mulheres, e ninguém apareceu. [...] eu já entendi que ali você tinha que tá preparada pra as coisas, é, vamos supor, que as coisas podem acontecer e podem não acontecer. Tipo assim, você tem que tá com material. Dentro do carro. Se acontecer naquele dia, ótimo. Se não, deixa lá, que uma hora, não dá pra ter uma agenda, não dá pra ter algo marcado (PSI 01).

Esse atendimento em lócus é realmente um choque, você tá na rua, exposto a todo um ambiente da rua, ter que lidar com a pessoa naquele ambiente que ela tá, que aí foi, foi assim o momento de maior choque (PSI 02).

Claro que uma escuta mais apurada é mais complicada na rua, porque você lida com vários elementos detratores. É um carro que sobe, uma sirene de uma polícia, é o próprio pavor, a depender do campo, o próprio pavor desse usuário, né? Uma troca, pode ser uma troca, uma disputa por causa de uma boca, pode ser a própria polícia por causa de uma abordagem disfarçada [...] Porém, eu diria que você, com toda essa expertise, você faz o manejo, né? (PSI 03).

A Clínica da Atividade parte da premissa que toda atividade individual é mediada pelo gênero profissional que diz respeito a uma memória impessoal, interpessoal, transpessoal e coletiva da atividade, aos estoques dos *tocares e dos falares* da atividade, como uma obrigação compartilhada, embora nem sempre enunciada pelo coletivo de trabalho. Clot (2007, 2010) afirma que o gênero é, ao mesmo tempo, restrição, quando impõe os limites e se encarrega por direcionar ação, mas também recurso, visto que é através dele que o trabalhador se prepara e poupa seus esforços tendo em vista o acúmulo antecedente. Caso contrário, seria necessário criar cada uma das atividades a cada momento na ação, o que tornaria o trabalho inviável. O gênero, nesse sentido, se assenta em um princípio de economia da ação.

O gênero é de algum modo, a parte subentendida da atividade, o que os trabalhadores de determinado meio conhecem e observam, esperam e reconhecem, apreciam ou temem; [...] o que sabem que devem fazer, graças a uma comunidade de avaliações pressupostas, sem que seja necessário re-especificar a tarefa a cada vez que ela se apresenta. É como uma ‘senha’ conhecida apenas por aqueles que pertencem ao mesmo horizonte social e profissional. [...] O gênero como intermediário social é um conjunto de avaliações compartilhadas que organizam a atividade pessoal (Clot, 2010, p. 122).

No entanto, o gênero não possui uma estrutura fixa e estanque, ao contrário, para a sua sobrevivência, ele se mantém inacabado guardando sempre lugar para os retoques do estilo. As criações estilísticas dizem respeito à distância que os trabalhadores interpõem entre a sua ação e a história coletiva, ou seja, quando incorporam algo novo e emprestam o seu modo de ser ao gênero, embora não o modifique a ponto de enfraquecê-lo. No entanto, para isso, é preciso alcançar o domínio dos gêneros da atividade, torná-las suas, ou seja, a estilização do gênero provém da capacidade que o trabalhador tem de se libertar, na medida em que domina o gênero, e realizar a ação ao seu modo. Dessa forma, o estilo promove a metamorfose do gênero ao passo que o mantém vivo (Clot, 2007, 2010). Além disso, o trabalhador – para transformar o trabalho para si – precisa se apropriar de alguns signos e ferramentas que nem sempre estão disponíveis objetivamente.

A abordagem na rua desenvolvida pelas equipes do CnaR apresenta um caráter dinâmico, inovador, e muitas vezes baseado no improviso, o que poderia ser confundido como “falta de um gênero profissional”. Contudo, há um modo de fazer, uma continuidade, uma postura e perspectiva que direcionam a ação dos trabalhadores, e essas características que moldam o gênero do CnaR se relacionam justamente com a capacidade dos profissionais estarem disponíveis, sensíveis e flexíveis às diversas realidades e contextos que são confrontadas. No entanto, esse processo não se dá passivamente ou mesmo de forma pacífica, as tensões, acordos, conhecimento, aprendizados e transformações se desenvolvem a cada contato com os campos, com os usuários, com as expectativas e frustrações, com todos os arranjos técnicos e tecnológicos que compõem a atividade profissional. Nesse sentido, o trabalho é também palco dos dramas dos trabalhadores e remete às escolhas que confrontam a pessoa com ela mesma. Assim,

a atividade é extremamente complexa e mobiliza a subjetividade dos trabalhadores na criação de normas e meios de ação, envolvendo dimensões individuais e coletivas (criatividade, convivência, implicação subjetiva), não engendradas via prescrição de tarefas e arranjos técnico-organizacionais (Leão, 2002, p. 302).

Dessa forma, à medida que as profissionais recriam e reposicionam o seu *modus operandi* a partir da configuração da rua e da população atendida, em concomitância se recriam subjetivamente, evidenciando que o trabalho exerce, portanto, uma função psicológica específica, sobretudo no CnaR (Clot, 2007, 2010; Franco; Merhy, 2003, 2005). Nessa direção, é salutar conhecer o modo como os profissionais circulam nos campos, as estratégias que utilizam para se aproximar dos usuários, o que dizem para abordar as pessoas na rua, o que acontece nessa abordagem, como são acolhidas pelos usuários, como se preparam para o trabalho, ou seja, qual o *modus operandi* desses profissionais.

Ao serem interpelados diretamente sobre a sua abordagem na rua durante as entrevistas, os profissionais revelam distintas repercussões e características na relação com os diversos campos, com os usuários e com o território no sentido amplo, o que se denominou nessa pesquisa de *mapas afetivo-descritivos*. Os *mapas afetivo-descritivos* dizem respeito ao que os profissionais circunscrevem quanto aos afetos, ao modo de relação, como circulam e para quem se dirigem nos territórios de atuação. Esses mapas também se diferenciam e, muitas vezes, se opõem entre os profissionais. Desse modo, destacam-se alguns territórios referenciados pelos profissionais, os quais vão se costurando sentimentos, percepções, engajamentos e escolhas técnicas que se baseiam no organismo, na formação, na trajetória, nas predileções e nos afetos que cada trabalhador intersubjetivamente constrói em cada campo.

Cada área que a gente ia era diferente. É, tinha um público específico, a vinculação era diferente, a demanda que aparecia (PSI 01).

Foi uma descoberta. Cada dia no campo era uma nova descoberta. É, de como tá atuando, de como escutar, né? Aquele sujeito. De como trabalhar, né? A relação, minimizar os danos e os sofrimentos deles através da, daquilo que ele trazia, no momento de escuta (ENF 01)

O Gravatá é o território mais citado entre os profissionais e se localiza no bairro de Nazaré, em Salvador, no Centro Histórico. Conhecido como um

reduto do tráfico e, por sua vez, violento e perigoso, era temido pela maioria dos profissionais participantes que relatam não ter acesso aos usuários pela falta de acolhimento deles ou pela recusa mesmo do atendimento. Relatam ainda que o trabalho ficava impossibilitado pela grande circulação de pessoas e pela sua periculosidade, o que provocava, muitas vezes, o recuo dos profissionais nesse campo. Muitos profissionais acabavam por circular em proximidade ao veículo do projeto, aguardavam aproximação por parte dos usuários ou ainda restava apenas a distribuição dos insumos. No entanto, para outros profissionais, esse era um campo rico e frutífero de atuação, o que fazia com que se afeiçoassem a esse território e aos usuários que por ali circulavam como descrito pela profissional no trecho a seguir:

Agora assim, é uma coisa muito pessoal, porque tinha um colega meu que no Gravatá ele se sentia super acolhido. E no Gravatá eu já tive uma grande dificuldade. [...] E lá no Gravatá não. Lá no Gravatá era, a lista sempre a que ficava na minha mão, era menor. [...] Aí tornava as coisas mais difíceis lá [...] (PSI 01).

Em alguns campos a gente fica meio receoso. No Gravatá. A gente estuda um pouco assim, o manejo das disputas de espaço entre eles, a própria abordagem da polícia também. Porque você tá ali como representante da prefeitura, do poder público, mas nem sempre isso é respeitado. A gente é, como eu falei, somos seres culturais, não a-históricos. Então, isso tá presente sim (PSI 03).

O Mercado de São Miguel, localizado na Baixa de Sapateiros, aparece recorrentemente nas entrevistas, em especial por parte de um profissional que construiu uma relação particular com esse território. Segundo ele, nenhum serviço havia acessado essa área até então, o que demandou um trabalho mais próximo e de longo prazo com as autoridades locais, leia-se, os traficantes e donos de boca. De toda equipe, apenas ele e mais um colega realizavam efetivamente as visitas nessa área, visto que as profissionais mulheres não eram bem-vindas pelas usuárias. Na verdade, nem os próprios usuários gostavam desse território em virtude da presença do tráfico, do uso intenso de *crack* e da violência explícita.

Quando questionado sobre a preferência tão pitoresca por essa área, o profissional relata que nesse local, onde os invisíveis sociais eram ainda mais invisíveis, era percebida uma demanda maior, visto que nenhum serviço os acessava ao que o seu trabalho tornava-se mais efetivo e os vínculos mais consistentes. Além disso, o profissional diz sentir-se desafiado tanto na sua condição profissional como na sua condição humanitária. O profissional relata ainda que, apesar do Mercado de São Miguel se constituir como um ambiente hostil e insalubre, era o campo em que se sentia melhor acolhido pelos usuários, o que acreditava ser em consequência justamente da ausência de qualquer assistência.

Um campo pra mim foi mais difícil, que é o Mercado de São Miguel. Quando eu cheguei lá, vi a quantidade de lixo que a gente tinha... Sim, não por tá perto do lixo, mas assim, incomoda, né? O cheiro incomoda. E assim, as pessoas estão em uso intenso. Pra lhe dar atenção é mais difícil, mas dão. Mas quando tão em uso, realmente fica bem complicado. Você vê a pessoa tirando do lixo pra se alimentar, pra mim era bastante complicado. Ver essa situação (ENF 02).

E é um local perigoso, é um local que eu mais gostava de trabalhar, porque você via realmente que aquela demanda, é uma demanda, né? Eu trabalho porque ninguém nunca acessou o Mercado de São Miguel. Passava eventualmente, mas nunca foi uma área de nenhum serviço (PSI 02).

A Baixa do Fiscal é outro território bastante comentado pelas profissionais em que a presença de mulheres era abundante em virtude do contexto da prostituição. As profissionais relatam que, na percepção delas, a inserção do CnaR nesse campo se deu de modo mais tranquilo e que, por esse motivo, algumas profissionais se sentiam mais à vontade para se aproximar, conversar com as usuárias e em que foi possível, inclusive, a realização de uma Oficina da Beleza que contou com o suporte de um dono de uma recicladora na localidade, que cedeu o espaço para utilizar a água e demais recursos. Havia ainda, nesse local, um movimento por parte das próprias usuárias de procurar o CnaR tanto por conta da oferta de insumos,

como por conta das orientações a respeito das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e Aids. Desse modo, as profissionais abordavam os usuários sem muitas questões, visto que era uma demanda mais direcionada e prevista.

Baixa do Fiscal foi o lugar que a gente, que a gente ia as terças-feira e tinha o maior número de mulheres e a gente era bem recebido assim. Tinha alguns usuários, a gente conseguiu criar um vínculo de uma forma, não sei dizer se mais fácil, mas assim, foi tranquilo. A gente chegava, tinha umas pessoas meio que fixas que a gente já falava que vinha e: ‘– e aí, trouxeram preservativo?’. E, a partir desse preservativo, conversava e tinha um, um rapaz que ele, ele tem uma fábrica, tinha uma fábrica de fazer camisa e aí ele procurou o serviço também, pediu pra a gente ir na fábrica fazer uma certa oficina com as costureiras sobre DST [Doenças Sexualmente Transmissíveis], prevenção de gravidez e tal. Então era mais, a gente foi bem acolhido, vamos dizer assim (PSI 01).

Por último, há a Ladeira da Preguiça, que conjuga inúmeros movimentos culturais, projetos sociais e públicos diferenciados, o que amplia as possibilidades de intervenção do Consultório na Rua. No entanto, aparentemente a Ladeira da Preguiça é um território bastante assistido pela multiplicidade de projetos existentes, talvez por isso tenha conquistado a predileção por parte de algumas profissionais do CnaR. Outra ação existente nessa área era a parceria com as redes e com os outros projetos que atuavam na região, o que também passam pelos objetivos do CnaR e, por sua vez, compunha o trabalho das profissionais.

o lugar que eu me apaixonei foi Preguiça, a Ladeira da Preguiça. [...] Ele tem uma coisa, tem um diferencial, porque ele tem um dado cultural muito preservado. [...] Você não vê somente, é, tragédias, você também vê coisas boas. [...] Assim, pessoal da comunidade, até com o objetivo de prevenção do uso das drogas. Era um trabalho interessante de capoeira, de dança, de artes mesmo. Eles faziam exposições, fotografia, pinturas, mosaicos, então esse lado cultural que era bem preservado na Preguiça, de uma certa forma, foi uma

aliança, uma forma de, da gente, é, tinha um contraste, mas dava mais leveza ao problema (ASS 01).

Há um leque de possibilidades na costura entre as diversas camadas que compõe a noção de território e como as profissionais empreendem o seu fazer, que inclui os “não ditos da atividade”, o que está previsto e proposto nos manuais e documentos institucionais, os discursos e diferentes narrativas que circulam, o que engendram “estilizações do gênero” (Clot, 2007, 2010), ou seja, a partir de como o território é compreendido, discriminado e associado, a atividade será afetada, e, por sua vez, o *modus operandi* das profissionais do CnaR. Esse processo desencadeia os *mapas afetivos-descritivos* que situam para cada profissional como atuar.

De acordo com Clot (2010), para apropriar-se do gênero profissional, tornando-o seu, é preciso dominá-lo em sua plenitude, em todos os sentidos que o gesto carrega, incorporando ao seu *modus operandi* de modo consciente. Assim, à medida que se aprende o sentido do gesto, é possível retocá-lo e, desse modo, torna-se um novo gesto. Ao chegar nesse nível, o gesto deixa a consciência e se junta aos subentendidos, individuais e coletivos, sem nem o sujeito perceber essa mudança de estatuto. Ainda sobre esse ponto, é preciso considerar que a transmissão do gesto, como trata Clot (2010), não pode ser equiparada a uma bola que se passa, visto que não é uma construção unilateral, de fora para dentro, mas é, sobretudo, um percurso que se faz de dentro para fora.

Diante da exposição dos *mapas afetivo-descritivos*, é possível perceber que a noção de território nesse contexto excede sobremaneira a noção de localização geográfica, que a relação que os profissionais mantêm com esses campos revela mais sobre si mesmos e sobre as diversas camadas na relação com os respectivos campos, evidenciando os seus afetos, as paixões, escolhas profissionais e predileções correspondentes a sua trajetória precedente – pessoal, profissional e técnica – e atual, que acontece em ato na relação com as pessoas e com o território.

Considerações finais

O Consultório na Rua se propõe a ser ponte entre o usuário e a rede de atenção e proteção, a ser um ponto de ancoragem no qual a população em situação de rua possa encontrar porto, a ser um mediador das relações entre usuário-profissional e usuário-rede entre outros. Diante desses aspectos, percebe-se que o CnaR ocupa um papel estratégico no âmbito da assistência à população em situação de rua, cuja equipe assume grande relevância, considerando que as ações são realizadas através da produção humana. Nesse sentido, a experiência de trabalho, ao passo que é enriquecida pelo amplo leque de possibilidades, torna-se desafiante pelo mesmo motivo.

O tema da rua é destaque entre os achados, tanto no que se refere às condições de trabalho, quanto às situações extremas que se encontram os usuários em situação de rua, o que confronta cotidianamente os profissionais tanto por seu lado técnico e, sobretudo, por seu lado subjetivo, impactando no seu modo de operar nesse contexto. Além disso, a rua também é palco da atuação dos profissionais, ou seja, é o seu consultório, o que significa lidar com o tensionamento proveniente da presença do tráfico e/ou da polícia; com a insalubridade do ambiente; com a falta de estrutura física e segurança institucional etc. Situações que propiciam a emergência de uma prática baseada no improviso, na criatividade e na diversidade.

No que concerne à abordagem na rua, ou seja, o *modus operandi* propriamente dito, percebe-se que cada profissional imprime uma personalidade a esse fazer como produto da sua formação técnica-profissional, trajetórias – pessoais e profissionais – e às suas características pessoais intersubjetivas, que implica no seu corpo biológico, seus recursos cognitivos e afetivos e da sua disponibilidade psíquica.

Os profissionais ainda estabelecem relações diferenciadas com os territórios de atuação do Consultório na Rua, o que se denominou nesse estudo de *mapas afetivo-descritivos*, evidenciando que o *modus operandi* nos campos transborda a relação técnico-profissional, visto que a relação que os profissionais mantêm com os campos de atuação revela os seus artigos de crença, os seus afetos, paixões e suas predileções pessoais, que irão também orientar a ação, compondo assim a sua estética e estilo

na abordagem, o que, por sua vez, definem seu *modus operandi*. Nessa direção, evidencia-se que o território, com suas dinâmicas e aspectos políticos, sociais, econômicos e simbólicos interferem no processo de trabalho dos profissionais, tornando-se uma ferramenta de cuidado.

Esse estudo revela, de outro modo, que apesar do campo de trabalho, em especial do Consultório na Rua, propiciar formação tanto do ponto vista tecnológico como prático, os profissionais não são uma tábula rasa ou um papel em branco em que o trabalho se torna única fonte e meio para orientar a sua ação. Pelo contrário, através deste estudo, pode-se afirmar que o *modus operandi* é constituído a partir da sedimentação e entrelaçamento, principalmente, das ferramentas teórico-práticas e das trajetórias pessoais e profissionais, o que produz, sobretudo nesse contexto de trabalho, uma instrumentalização técnica das subjetividades das profissionais.

Referências

- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EdUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Acolhimento à demanda espontânea*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, v. 28, n. 1).
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua*. Brasília, DF: Secretaria de Atenção à Saúde, 2012a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília, DF: Secretaria de Atenção à Saúde, 2012b.
- BRASIL. Portaria nº. 22, de 25 de janeiro de 2011. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. *Diário Oficial da União*: seção 1, 26 jan. 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html. Acesso em: 5 out. 2023.
- CAMPOS, G. W. Recursos Humanos na saúde: fator de produção e sujeitos sociais no processo de reforma sanitária no Brasil. In: CAMPOS, G. W.;

MEHRY, E. E.; NUNES, E. D. (org.). *Planejamento sem normas*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 45-51.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YASBECK, M. C. (org.). *Desigualdade e a questão social*. 4. ed. São Paulo: EDUC, 2013. p. 283-312.

CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2007.

CLOT, Y. Ivar Oddone: os instrumentos de ação. *Revista Les territoires du travail*, Catéis, n. 3, 1999. Não paginado.

CLOT, Y. *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

DAMATTA R. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

FRANCO, T. B.; MERHY, E. E. Por uma composição técnica do trabalho em saúde centrado no campo relacional nas tecnologias leves: apontando mudanças para os modelos tecnoassistenciais. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 65, p. 316-323, 2003.

FRANCO, T. B.; MERHY, E. E. Trabalho em Saúde. *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*, Rio de Janeiro, 2005.

GUATTARI, F. *Caosmose*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). *Nota Técnica Estimativa da População Em Situação De Rua No Brasil (2012-2022)*. Brasília, DF: Ipea, 2022.

ISHARA, S. *Equipes de saúde mental: avaliações da satisfação e do impacto do trabalho em hospitalização integral e parcial*. 2007. Tese (Doutorado em Saúde Mental) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

LEÃO, L. H. C. Psicologia do trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios atuais. *Revista Ecos, estudos contemporâneos da subjetividade*, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 2, p. 291-305, 2002.

LISBOA, M. S. *Os loucos de rua e as redes de saúde mental: os desafios do cuidado no território e a armadilha da institucionalização*. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17023>. Acesso em: 15 ago. 2023.

NERY FILHO, A. et al. A prática do Consultório de Rua na abordagem da vulnerabilidade associada ao uso de drogas. In: GARCIA, F. et al. (org.). *Vulnerabilidade e o uso de drogas*. Belo Horizonte: 3i editora, 2016. p. 349-364.

- NERY FILHO, A.; VALÉRIO, A. L. R.; MONTEIRO, L. F. (org.). *Guia do Projeto Consultório de Rua*. Brasília, DF: SENAD; Salvador: CETAD, 2011.
- OLIVEIRA, M. G. P. N. *Consultório de Rua: relato de uma experiência*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Saúde) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10405/1/2222222222.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- QUEIROZ, D. C. *O ofício dos profissionais do Consultório de Rua: um estudo sobre a técnica, tecnologia e subjetividade*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/daniele_queiroz.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.; SOUZA, M. A (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1994.
- SIMÕES, T. do R. de B. A. *et al.* Missão e efetividade dos Consultórios na Rua: uma experiência de produção de consenso. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 114, p. 963-975, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711423>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- SOUZA, J. (org.). *Crack e exclusão social*. Brasília, DF: Ministério de Justiça e Cidadania, 2016.
- SOUZA, J. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- SOUZA, T. P.; MACERATA, I. A clínica nos consultórios na rua: território, coletivos e transversalidades. *Ayvu: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 1, n. 2, p. 3-23, 2015.
- TELLES, A. L.; ALVAREZ, D. Interfaces ergonomia- ergologia: uma discussão sobre o trabalho prescrito e normas antecedentes. In: FIGUEIREDO, M. *et al.* (org.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 63-90.
- VON FLACH, P. M. *Experiências de sofrimento social e movimentos de resistência entre trabalhadores e gente de rua (usuários de álcool e outras drogas), na Praça das Duas Mãos – Salvador-Bahia*. 2019. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32203>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- WACQUANT, L. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2005.

O CUIDADO DA OBESIDADE INFANTIL EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL: PROPOSTAS DE UMA CLÍNICA INTEGRAL E SENSÍVEL

Claudia Carneiro da Cunha

Wagner Luiz da Silva

Ana Clara Oliveira

Katiane Alves Fontes dos Santos

Uma experiência a ser compartilhada

No presente capítulo apresentamos um relato de experiência a partir da prática de estágio no ambulatório de Nutrição de uma unidade de saúde de uma universidade do estado do Rio de Janeiro, vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Desde 2021, realizamos interconsultas, integrando a nutrição e a psicologia no cuidado da obesidade infantil e de outras questões, como a recusa e a seletividade alimentar na infância e adolescência.

Nosso objetivo aqui, tendo como horizonte a prática de assistência e formação de estudantes de graduação e de pós-graduação, é discutir uma assistência integral e inventiva diante de situações de obesidade muito complexas, que misturam violência e desigualdades raciais, de gênero e de classe social, expressas na falta de recursos para uma condição nutricional adequada, um dos grandes embaraços em um país cujo acesso à comida ainda não está democratizado.

De acordo com o novo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 70,3 milhões de brasileiros enfrentaram algum tipo de insegurança alimentar entre 2020 e 2022,

enquanto 21,1 milhões de pessoas – 9,9% da população brasileira – se encontram em um quadro de insegurança alimentar severa, isto é, ficaram um ou mais dias sem ter o que comer (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2023).

Diante dessa realidade, no nosso trabalho, o cuidado integral (Mattos, 2004) e a sensibilidade em relação às diferenças nos “modos de andar a vida” (Feuerwerker, 2014) assumem um papel de potência na proposta de uma clínica ampliada (Brasil, 2009). Tomamos o conceito de integralidade do SUS como central, considerando a necessidade de se compreender o contexto específico de cada encontro entre membros da equipe de saúde e as pessoas, unindo conhecimento técnico e intervenções ética e sensivelmente construídas (Mattos, 2004).

Nossos interlocutores – crianças, adolescentes e familiares, sobretudo mães e avós, em um cuidado que é generificado – são vulnerabilizados em razão dos locais de moradia e das profundas desigualdades sociais que assolam a realidade brasileira em territórios marcados por pobreza e violência. Assim, o fator insegurança alimentar acompanha o campo de cuidado nutricional, alimentar e de saúde mental na perspectiva da interprofissionalidade.

É importante dizer que as ações que desenvolvemos privilegiam os valores culturais e o contexto social de pertencimento dos sujeitos, dentro da máxima “somos o que comemos” (Contreras; Gracia, 2011, p. 138). O plantio, a compra, o modo de preparo, o que se come, como se come, em que frequência, em que horário e como é absorvido refletem práticas sociais e culturais (Rotenberg; Vargas, 2004). As práticas alimentares serviram, historicamente, para marcar distinções étnicas e sociais, classificando e hierarquizando pessoas e grupos, assim como para manifestar as formas de se compreender o mundo (Contreras; Gracia, 2011). Esses aspectos se refletem na educação em saúde (Valla; Stotz, 1993) por nós eleita, que privilegia o repertório dos usuários do serviço, seus valores, visões de mundo e hábitos cotidianos.

O corpo simbólico e sensível assume um caráter vital da/na assistência integral dos usuários. Esse corpo se desdobra, vibra, ecoa e vai além do organismo, seu funcionamento físico e fisiológico e das métricas

médico-clínicas e laboratoriais. Assim, para nós, seguindo os ensinamentos de Canguilhem (2006, p. 79), “saúde é uma maneira de abordar a existência com uma sensação não apenas de possuidor ou portador, mas também se necessário, de criador de valor, de instaurador de normas vitais”.

Dito isso, nossa prática de assistência em saúde é norteadada por três eixos teóricos e metodológicos:

- a. a Terapia Através do Movimento da Escola de Dança Angel Vianna, que aposta na expressão e na consciência corporal (Resende, 2008);
- b. a Psicanálise do Sensível, que vê na formação e na integração do ego corporal um elemento essencial ao nascimento psíquico (Fontes, 1999);
- c. o brincar como instrumento terapêutico (Winnicott, 2000) e linguagem preferencial da criança e do adolescente (Santa Roza, 1993). Neste capítulo privilegiaremos o brincar, tendo em vista que já nos detemos nos demais eixos em artigo recente (Cunha, 2022).

O capítulo se estrutura em três partes. Na primeira, explicitaremos nosso modo de compreender e fazer a clínica. Na segunda, apresentaremos os fundamentos do brincar como instrumento terapêutico. Na terceira, trataremos dois casos emblemáticos a partir dos quais teceremos algumas reflexões acerca do cuidado integral através do brincar e do sensível na arte do cuidar em contextos de vulnerabilidade. Por fim, nas considerações finais, recuperaremos alguns pontos principais da nossa discussão, trazendo questões que possam inspirar futuros e promissores trabalhos na área.

Um modo de fazer a clínica: a interconsulta e a atuação interprofissional

A atenção integral e humanizada na área da saúde tem exigido cada vez mais a necessidade do trabalho interdisciplinar, no qual uma equipe com diferentes especializações deve trabalhar realizando trocas de conhecimentos com os mesmos objetivos: o cuidado em saúde e a melhoria da qualidade do tratamento do indivíduo (Bortagarai *et al.*, 2015).

O termo “interconsulta” é derivado da interdisciplinaridade, seu uso começou a se destacar na década de 1980, com a entrada do serviço de psiquiatria nos hospitais (Schmitt; Gomes, 2005). A modalidade assistencial consiste em um atendimento conduzido por profissionais da área da saúde de diferentes especialidades e se apresenta como uma estratégia de intervenção, pois favorece o crescimento profissional e humaniza o atendimento (Bortagarai *et al.*, 2015).

Por ser a obesidade uma doença multifatorial e bastante complexa, relacionada a questões familiares, emocionais e sociais, causada por fatores genéticos, ambientais, psicológicos, nutricionais e por uso de medicamentos (Rabelo *et al.*, 2018), o trabalho da psicologia com a nutrição mostrou-se mais adequado. Durante os atendimentos, é comum observarmos hábitos alimentares considerados *não saudáveis*, do ponto de vista da nutrição. Tais hábitos variam desde a recusa alimentar ou baixo consumo de certos alimentos, como legumes, frutas e verduras, até a ingestão excessiva de alimentos ultraprocessados, o que pode estar vinculado a quadros de compulsão alimentar, acarretando outras doenças crônicas.

Na nossa prática, a interconsulta se inicia após a espera da díade responsável e filho, em uma pequena antessala de poucos metros, composta por um balcão para marcação de consultas e bancos laterais de ambos os lados. Em seguida, ocorre a avaliação antropométrica em uma sala de pequeno porte no corredor dos atendimentos do setor de nutrição, composta por uma maca e um aparelho de medição de peso e altura. Logo após, a criança ou o adolescente e seu/sua responsável – geralmente a mãe, mas em alguns casos a avó – são conduzidos à sala de atendimento, onde o atendimento se organiza ao redor da mesa principal, com um computador e folhas para registro ou recomendações de rotina alimentar. De um lado da mesa, voltada para a parede, fica a equipe de nutrição; do outro, a criança/adolescente e o(a) responsável. Na parede, vê-se um quadro com cartazes que indicam legumes, verduras e frutas da época. Do lado esquerdo da mesa está um arquivo; do lado direito, ao fundo, uma maca. Na direção do arquivo, em três cadeiras alinhadas lado a lado, fica a equipe da psicologia.

Ainda que o eixo da consulta gire em torno da alimentação, através do encaminhamento inicial da queixa principal e da marcação de consultas

para a nutrição, a equipe de psicologia, com duas psicólogas e quatro estagiários, acompanha a interconsulta, em caráter de rodízio, uma profissional com dois estudantes por vez, do início ao fim. Há uma dinâmica de alternância com a equipe de nutrição. A psicologia assume, diversas vezes, a dianteira do trabalho, sobretudo nos momentos de relato de histórias de vida, de mobilização emocional e explicitação da dinâmica familiar, suas dores, medos, desafios, resistências e lutas cotidianas.

Após a interconsulta, a equipe da psicologia define, a depender do caso, se fará um desdobramento do trabalho, acolhendo individual e separadamente o responsável e a criança/adolescente – em duas outras salas, uma delas com recursos de brincar –, ou conjuntamente a díade filho-responsável. Recentemente, iniciamos os atendimentos da interconsulta na sala do brincar, observando um efeito interessante de integração do cuidado, com metade da equipe de psicologia voltada ao(s) responsável(is) e a outra metade à criança, construindo um *setting* lúdico no mesmo espaço físico. Vale dizer que a escolha pelo formato de acolhimento psicológico segue o reconhecimento do seu potencial (Quadros; Cunha; Uziel, 2020), dinâmica e ritmo próprios do trabalho ambulatorial. Os atendimentos de caráter contínuo e prolongado são encaminhados para outros serviços de saúde mental da universidade.

Na interconsulta, a abordagem da nutrição se inicia em torno da queixa principal e, a partir disso, a equipe pergunta sobre a rotina da criança/adolescente e da família, sempre priorizando a fala dos primeiros, abordando os seguintes dados: horários das refeições, o que consomem nas refeições e como elas são realizadas, onde e com quem e qual a forma de preparo dos alimentos. Além disso, a equipe de nutrição analisa exames bioquímicos da criança ou adolescente e, com base nas avaliações, é construída a “conduta nutricional”, isto é, orientações nutricionais e alimentares que levem em consideração a realidade cultural, socioeconômica e familiar. Tal conduta não se baseia em dietas restritivas, considera a comensalidade, o prazer de comer e suas dimensões de socialização e pertencimento cultural (Rotenberg; Vargas, 2004).

No decorrer da consulta, a equipe de psicologia faz suas intervenções, com alguns questionamentos pontuais para entender melhor a dinâmica

familiar e a relação da criança/adolescente e do(a) responsável com a comida e seu corpo. A sintonia entre as equipes é algo muito relevante. Uma *imagem-movimento* que poderia traduzir o que chamamos por *sintonia* seria a de duas ondas circulares de saber e áreas de conhecimento distintas que se cruzam formando um círculo booleano. Assim, um espaço comum é criado na interpenetração das duas especialidades, a psicologia se imiscui na nutrição e vice-versa, potencializando o ato de cuidar e a capacidade analítica das duas equipes, que se complementam.

A operação de cruzamento fluido e contínuo dos saberes se dá por uma postura de confiança e vínculo entre a equipe. Consideramos que há um saber intuitivo na prática assistencial que é mobilizado pelos(as) profissionais e estagiários(as) ou, nos termos de Daniel Stern (2007, p. 135), um “saber implícito”, que se manifesta na troca de olhares, na movimentação sutil dos corpos, nas dimensões vibráteis (Rolnik, 1997) da linguagem corporal, no tom da fala ou mesmo no silêncio. Assim, a equipe de nutrição percebe o momento em que deve parar de fazer as suas considerações para dar lugar à equipe de psicologia, e vice-versa.

Nesse sentido, criamos uma convivência possível entre essas diferentes vertentes da psicologia e da nutrição, mas não sem tensões. Em alguns momentos, encontramos divergências, que são sempre vistas e debatidas. Em nossa prática, a compreensão da educação nutricional e alimentar nunca fez coro com a educação em saúde “bancária” (Valla; Stotz, 1993), pretensamente racional e desafetada, inclusive esse é o diferencial do trabalho. Entendemos, coletivamente, que há de se aprender a fazer *com a psicologia com a nutrição*, e vice-versa, o objetivo e o subjetivo, a razão com a emoção, e as especialidades com o saber leigo, ao nosso ver, tão legítimo e valioso quanto o primeiro (Cunha, 2022).

“Brincando de brincar”: algumas contribuições psico-filosóficas

Considerando a constituição histórica e contemporânea dos saberes psis, não nos parece equivocado pensar que, para além do verbo/palavra,

existe alguma coisa de uma ordem tal que não pode ser mobilizada ou colocada em palavra. Há um dizer que a palavra não diz; não alcança. Há também experiências que dizem por si mesmas, como por exemplo, o brincar.

Na opinião popular, há, certamente, a convicção de que o imaginário infantil é uma terra fértil. Na ambiência do seu mundo particular, a criança não só consegue encantar o mundo dos adultos, como também despertar alguns olhares atentos ao que esse mundo pode dizer e revelar.

Brincar é dizer, é linguagem (Santa Roza, 1993), e pode falar sobre a regulação psíquica do sujeito que se coloca na “ciranda” da brincadeira. Não por acaso, Winnicott (1982) vê na criança que brinca uma espécie de índice de boa saúde mental. Uma criança brincando, pensa Winnicott (1982), pode revelar uma parte da sua organização interior e exterior a pessoas de sua escolha no ambiente em que se situa.

Reconhecendo a importância do meio emocional, o autor ressalta a influência do ambiente no desenvolvimento psíquico infantil. Trata-se do ambiente relacionado aos cuidados maternos, ou seja, é a mãe ou o(a) substituto(a) dela que irá favorecer ou dificultar o desenrolar do processo. Por intermédio desses cuidados e da capacidade que a mãe tem de se adaptar às necessidades do bebê, ele passa a conhecer o mundo. Quando ela não fornece um *holding* – um contorno corporal, emocional e de amparo ao bebê –, ocorre uma quebra na continuidade dos cuidados maternos.

Portanto, a mãe – ou quem exerce essa função – deve prover, dar capacidade para o bebê de, primeiramente, sentir o objeto como subjetivo e, posteriormente, usar o objeto. Esse espaço será o lugar do jogo, da transferência e o lugar da fantasia – o *espaço potencial*. Winnicott, nas consultas, valorizava o encontro com a criança para compreender o modo como ela lida com as dificuldades que a vida lhe apresenta. Assim, o brincar pode favorecer à criança ou ao adolescente a conexão com o ponto em que ficou detida emocionalmente (Costa, 2010).

Brincando, a criança diz não somente por meio da palavra, mas também através do corpo, que se põe em movimento em direção a um dizer compartilhado que é único, singular e intransferível. Claro está que a atividade lúdica não é restrita ao campo da psicanálise e das diversas abordagens das psicologias em geral. Tal atividade é constituinte da experiência humana e

não humana, ao mesmo tempo integrante de todas as sociedades humanas e de fácil observação na cultura (Huizinga, 1980).

Os seres humanos brincam e sempre brincaram. Sendo assim, o brincar põe e impõe questões para além do seu desdobramento lúdico, ao passo que desafia o observador atento para uma tentativa de responder à necessidade e ao seu sentido. Quando postulamos o brincar como necessidade do humano, é inevitável pensar na sua incidência na saúde desse humano.

Não por acaso, Sigmund Freud (2016, p. 326-327), ao se perguntar de onde os escritores retiram o material para construir suas histórias, recorre à ambiência infantil. Mas é no brincar que o pai da psicanálise acreditava estarem os primeiros traços de atividade criativa:

[a] ocupação mais querida e mais intensa da criança é a brincadeira. Talvez possamos dizer que toda criança, ao brincar, se comporta como um criador literário, pois constrói para si um mundo próprio, ou, mais exatamente, arranja as coisas de seu mundo numa ordem nova, do seu agrado. Seria errado, portanto, pensar que ela não toma a sério esse mundo; pelo contrário, ela toma sua brincadeira muito a sério, nela gasta grandes montantes de afeto.

O trecho em destaque mostra como Freud traçava um paralelo entre as atividades do escritor e do brincar da criança, mostrando as profundas semelhanças desses modos de estar no mundo. É pelo brincar que novos mundos se constroem, que novos arranjos são possíveis e deslocados. Nesse lúdico emoldurado pela fantasia, uma narrativa profundamente singular e repleta de sentido próprio emerge, dando contornos os mais diversos, velando e revelando conteúdos simbólicos inconscientes.

Donald Winnicott (1975, 1982), já mencionado, talvez tenha sido um dos primeiros pesquisadores a radicalizar o brincar a partir de sua formação em pediatria e teoria psicanalítica. Suas contribuições proporcionaram uma nova forma de compreensão do desenvolvimento infantil, bem como da terapia psicanalítica com crianças. Atendendo mães e seus filhos, o autor foi se dando conta de uma série de ocorrências, cujo arcabouço

teórico disponível em seu tempo não parecia responder às demandas da “clínica do infantil”¹.

Os desafios impostos por essa clínica fizeram com que o psicanalista inglês envidasse esforços para desdobrar novos aspectos da teoria freudiana, pois, por mais robusta que tal teoria fosse, não conseguia dar conta das questões que surgiam a partir do trato com crianças. A partir daí, Winnicott (1975) empreendeu estudos continuados dos eventos percebidos e trazidos pelas crianças, e para melhor compreender o que ele mesmo chamou em sua pesquisa de “objetos transicionais” e “fenômenos transicionais”², foi preciso, entre tantas coisas, dar um novo *status* ao brincar, não só pela confirmação da sua importância lúdica, mas o brincar como experiência em si, fundamental para a organização psíquica da criança.

O brincar como atividade estritamente lúdica tem muito mais a ver com a percepção de quem está de fora do evento brincante do que com a percepção daqueles que lançam os seus corpos na pura ludicidade. O espectador, sujeito que está “do lado de fora”, é quem, de alguma forma e ao seu modo, constrói uma série de significados e, por conseguinte, vai tecendo uma trama de conceitos a respeito daquilo que observa diante de si. A coisa lúdica então é tomada pela dimensão imbricada da ação de ver, contemplar e, por extensão, teorizar. Porém, mesmo o observador pondo em destaque o aspecto lúdico desse puro evento, ainda não parece dar conta do brincar propriamente. Uma vez que o brincar fala como consonância da linguagem a partir da experiência em si. Nesse sentido, talvez escape à compreensão desse espectador/observador a ideia de que não há um brincar para um objetivo específico. O brincar, em si e por si mesmo, já é o próprio evento, a própria finalidade encerrada em si mesma.

1 Chamamos de clínica do infantil para designar uma terapêutica própria, inovadora, que desafiava a organização teórica para tratar esse público específico.

2 Os objetos transicionais e fenômenos transicionais surgem na superação do estágio de dependência absoluta da criança em direção à dependência relativa, sendo que não é importante o objeto em si que está sendo utilizado, mas sim o uso que ela faz do objeto. Ele se coloca na zona intermediária, na separação entre a mãe e a criança, ajudando-a a tolerar a angústia de separação e ausência materna.

Com isso, não se quer negar, em nenhuma hipótese, a importância do lúdico com um dos efeitos dessa atividade. A terapia como aplicação prática de um método determinado para um fim específico, que se vale do brincar como instrumento terapêutico para uma finalidade tal ou da validação do seu postulado teórico não pode congratular-se apenas do lúdico como efeito. Quaisquer terapias, sobretudo as psicoterapias, por mais consolidadas que sejam e por mais relevantes que se mostrem ao proporcionar resultados positivos por meio do brincar, há de ter em conta, na linha winnicottiana, que “esse brincar tem de ser espontâneo, e não submisso ou aquiescente, se é que se quer fazer psicoterapia” (Winnicott, 1975, p. 76).

Portanto, ao ser convocado de maneira espontânea para a ciranda do brincar, o terapeuta precisa se lançar na experiência. Algo na direção do que nos convoca Bondía (2002, p. 21): “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, isto é, aquilo que produz corporeidade, passando a integrar a nossa própria existência. Para o autor, o sujeito da experiência é um sujeito interpelado, afetado, arrebatado e receptivo aos acontecimentos.

O filósofo pré-socrático Heráclito (Costa, 2002, p. 212, tradução nossa), pensando no movimento e na mudança das coisas, propõe o que podemos chamar de axioma: pois é impossível entrar duas vezes no mesmo rio³. A proposição heraclitiana pode inspirar o psicoterapeuta para quem o brincar integra seu acervo terapêutico. Com base nesse filósofo e com extensão à psicologia, pode-se dizer que não é possível brincar duas vezes no mesmo *setting* terapêutico, uma vez que o momento/tempo – *kairós* – do brincar é único e irretornável. Lançar-se primeiro na experiência do não saber por meio da brincadeira requer uma entrega inconsciente⁴, ser apenas um

3 Fragmento 91.

4 Freud, em “Recomendações ao médico que pratica a Psicanálise” (1912), em um dos seus pontos, deixa clara uma das regras fundamentais. Se o analisando deve ter por compromisso comunicar tudo o que lhe ocorre no pensamento, sem fazer qualquer seleção prévia ou censura, o analista, em contrapartida, também não pode se prender num ponto específico daquilo que ele escuta. Seu inconsciente deve se voltar-se como órgão receptor para o inconsciente emissor do analisando. E isso por meio da atenção flutuante.

sujeito disponível, aberto ao que vier. Conforme ouvimos em um dos atendimentos, quando um dos estagiários brincava intensamente no tapete de borracha, com uma criança, que comentou: “*aí, tio... você está relaxadão aqui, né*”. Essa entrega e essa intensidade com(formam) nosso trabalho.

A seguir, discorreremos sobre dois casos emblemáticos, criando nomes fictícios para os pacientes e familiares, de forma a preservar o sigilo. Na composição dos casos expostos, recorreremos aos nossos diários de campo, revisitados a partir dos diálogos da equipe, e aqui escritos em primeira pessoa do singular ou do plural, a depender da cena do cuidado que será descrita.

O cuidado integral através do brincar, o sensível e a sensibilidade no cuidar: relatos e análises de casos emblemáticos

O caso de Caio

Dia 15 de abril de 2021, ainda contexto pandêmico. Caio chega para a consulta com o nutricionista acompanhado de sua mãe, Rosa. Tudo nele parece colorido, a começar pela máscara facial, cuja estampa é o sorriso do Coringa, personagem vilão da história do Batman.

Com inspiração em Annemarie Mol (Martin; Spink; Pereira, 2018), a partir dessa cena inicial, lembro que o corpo nos cenários de cuidado em saúde é feito por um *nós* amplo, de humanos e não humanos: vários tipos de pessoas, profissionais e usuários, aparelhos e objetos. Assim, a máscara facial de Caio compõe seu corpo naquele cenário de ambulatório, de paredes brancas, com um mural que indica os alimentos da estação, cadeiras grandes especiais para pessoas obesas, balança, mesa e computador. Por meio dos efeitos da máscara “debochada”, puxo assunto, brinco e falo com ele, é o caminho pelo qual o acolho, buscando acessar o sujeito.

Durante a interconsulta, Caio ouve relatos da mãe, que confessa ao nutricionista não estar conseguindo seguir as orientações de cuidado

alimentar, pois “o menino não dorme desde que começou a pandemia”, troca a noite pelo dia vendo vídeos no celular, além de usar o tempo noturno para “vigiar” a presença da mãe, que trabalha o dia todo fora.

Caio é um menino negro, esperto, que aos 10 anos apresenta sobrepeso e “fica em casa sozinho”, como muitos que frequentam o ambulatório. A condição impacta diretamente a sua (des)rotina alimentar. Apesar de ter alguma supervisão de uma tia, que também é madrinha e vizinha, e de “*ter a comida pronta para esquentar*”, passa o dia todo comendo besteiras, nas horas em que não está dormindo.

Caio é o caçula. Sua mãe tem mais seis filhos, já adultos, que moram em uma cidade do Nordeste do Brasil. A mãe e o menino não mencionam nada sobre o pai, ainda que Caio tenha relação com figuras masculinas, um tio da marcenaria e “os caras de lá”, com os quais parece estabelecer uma relação de troca e no qual aprende sobre o mundo dos adultos, a se vestir com uma determinada estética e a transitar por uma linguagem fora do universo infantil. Um dia, curiosamente, enquanto limpava minhas mãos com álcool, o menino disse: “*hum, que cheiro de pinga!*”. Logo depois, pensei que a bebida devia fazer parte da rotina dos homens que o cercam.

A impossibilidade de estruturar uma rotina alimentar para o menino justifica, após a consulta nutricional, “*uma conversa com a psicóloga*”. Dirijo-me com os dois para outra sala e travamos uma conversa sobre a possibilidade de fazermos uma tabela desenhada, através do brincar, com uma rotina possível para o menino. Meu objetivo era menos uma organização do cotidiano, mas, sobretudo, buscava criar a possibilidade de acolhê-los para que falassem sobre o dia a dia, além de tentar compreender as dinâmicas familiares e de cuidado com o menino.

Inicialmente, os dois interagem trazendo os conflitos cotidianos, beneficiando-se do meu testemunho. Caio então deixa sair, como um jorro, seu maior medo: de a mãe morrer vítima de uma bala perdida na comunidade onde ela trabalha fazendo quentinhas. Essa situação, literalmente, tira o seu sono. Segundo a análise da mãe, o menino não dorme à noite como uma compensação por sua ausência durante o dia.

Em alguma medida, Rosa corresponde ao filho nos seus anseios de atenção e carinho, mas não demonstra uma abnegação, como é comum

entre as mães que frequentam o ambulatório. A relação entre os dois é bastante corporal, o filho abraça a mãe, que o acolhe nos pedidos de abraço durante a consulta. Ao mesmo tempo, a mãe reclama que o filho quer ficar “*grudado*” o tempo todo, como se demandasse compensação pelas horas de afastamento.

Com a proposta do brincar, partimos para a confecção de uma tabela semanal com a rotina possível, tendo em mãos papel e canetinhas coloridas. Digo para Caio: “*vou escrever aqui os dias da semana, e você escreve as atividades com sua mãe*”. A essa colocação a mãe rebate: “*não sei escrever*”. Caio então inicia uma escrita, tímido, alegando que “*não sabe escrever bem*”. Digo: “*desenha o que você quer dizer e escrevo junto com você*”.

Por insistência de Caio, a mãe cede para que coloquemos em dois dias da semana: “*ir com a mãe para o trabalho*”. Nos demais dias, o menino ficaria na marcenaria com o tio, também brincaria com uma sobrinha da mãe, a filha da madrinha, a adulta que “*olha ele de dia*”. A ida com a mãe ao trabalho configura um ponto de apreensão. Na comunidade, enquanto a mãe cozinhava, Caio brincava com os meninos na rua. Um dia, teve tiro-teio e a mãe passou mal achando que o filho pudesse ter sido atingido. Rosa e muitas outras mães que passam pelo ambulatório fazem o impossível para dar aos filhos aquilo que elas não tiveram, no anseio de extraí-los de um contexto de origem que se mostra ameaçador pela possibilidade de vivência de experiências de violência, desvio e morte. Em contextos de favela, muitas mães perdem seus filhos, jovens e negros, para o tráfico, em situações de confronto com a polícia e pela violência legitimada pelo Estado (Vianna; Farias, 2011). Essa é uma dura realidade que vai moldando as experiências sobre como ser mãe de “menino homem”, como elas costumam dizer. Nesse contexto avassalador, penso: onde fica a alimentação? Qual sua relevância nos modos de “andar a vida” dessa família?

O caso de João

João é um menino branco, de 11 anos de idade, que chegou ao ambulatório acompanhado de sua mãe, Jussara, através de demanda específica ao serviço de nutrição: obesidade infantil. Após alguns minutos na

interconsulta com os profissionais da nutrição, e a partir da percepção de que o menino não estava confortável, a psicóloga responsável pela equipe o encaminhou para a sala do brincar, onde são realizados os atendimentos de psicologia. A sala é composta por diversos brinquedos, fantoches, jogos variados, um tapete de borracha colorido e macio, revistas para recorte, artigos de pintura e arte.

Ao chegar à sala do brincar, João apresentou quadro de sonolência, demonstrando, de início, quase nenhum interesse em interagir com as três estagiárias ali presentes. Em seguida, o menino, sem qualquer constrangimento ou autorização, deitou-se no tapete para dormir, já que estava aparentemente muito cansado. Ele se acomodou no tapete para descansar, e as estagiárias aproximaram-se dele em uma atitude de acolhimento corporal através de afagos com fantoches macios, levando-o a um estado de relaxamento. Desse modo, iniciou-se uma interação suave e um “diálogoônico” (Toledo, 2009, p. 193). Sentimos que um dos efeitos foi despertar prontamente em João um desejo de entrar na brincadeira, já que, a partir dos nossos afagos e estímulos, ele havia percebido que os fantoches também podiam “falar”.

Desse momento em diante, o menino escolheu um fantoche favorito e o apresentou para as estagiárias, chamando-o de “*sr. Sapo*”. Na representação teatral, os fantoches foram interagindo uns com os outros. João variava o uso entre vários fantoches de “bichos”, mas sapo, girafa, coelho, macaco etc., todos pareciam ter o mesmo comportamento agressivo.

É importante dizer que João chegou à sala com uma chupeta escondida por debaixo da máscara facial, que parecia favorecer o ocultamento de um objeto “infantil” do qual, visivelmente, ele tinha vergonha. Mas a partir da brincadeira com os fantoches, o menino retirou a máscara e a chupeta e não parava de falar e interagir por meio das personalidades que ele criava para cada fantoche, demonstrando não querer brincar de mais nenhuma outra atividade.

Ao longo do encontro, por sensibilidade de uma das estagiárias, surgiu a ideia de contar histórias a João. Ele então tomou a iniciativa de começar. Trouxe-nos histórias de terror. O enredo de suas histórias tinha a violência como conteúdo central, tema que sempre se repetia na trama dos

seus personagens. O leão, por exemplo, matava todos os outros animais, incluindo os seus próprios filhotes. Também havia a história do fazendeiro, que matou a própria filha.

O interesse de João em falar e apresentar histórias parecidas em diversos cenários chamava atenção, uma vez que a agressividade estava quase sempre direcionada à relação entre pai e filho, a despeito da variação de temas e tipos de fantoches e bichos.

Foi nesse contexto que João pegou outro fantoche de sapo e o apresentou ao seu primeiro, o sr. Sapo, com a seguinte afirmação: “*esse é o meu primo sapo. Ele é autismo*”. De imediato, sentimo-nos impactadas e profundamente surpresas diante de tal declaração, que nos pareceu abrir um novo horizonte para melhor pensarmos o sujeito que tem chegado aos nossos atendimentos na PPC. Notamos, desde 2021, que a chegada de crianças com suspeita ou diagnóstico fechado de Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) tem sido frequente. E com João não foi diferente.

A mãe trazia, em sua narrativa, um “diagnóstico fechado” de TEA em relação ao filho. Era uma nomeação, mas acionando o conceito de estigma (Goffman, 1975), era também uma marca que parecia constituí-lo. Ao mesmo tempo, a convicção do diagnóstico parecia trazer um certo alívio a ela, uma certa localização social a respeito da condição do filho. Assim, a maneira como João se relacionava com a frase “ele é autismo” nos pareceu bastante curiosa e peculiar, pois o significante autismo foi direcionado por João para outro personagem fantoche, afastando, ainda que temporariamente, o rótulo e o lugar social a ele destinados.

Todos os gestos do menino evocavam um contexto de vida que estava muito além do expresso no espaço da interconsulta, o que nos fez pensar sobre a conjuntura familiar de João. As histórias violentas que elaborou na sala da psicologia remetiam às histórias por ele vividas, entre os cuidados da mãe e do padrasto, nas recusas em ir à escola e nos “corretivos” que recebia por resistir a essa ida no cotidiano. Notamos que o brincar, conferindo aos seus personagens ações e discursos com teor violento, junto com a fala acerca do denominado “primo autismo”, permitia a ele uma elaboração de emoções e conflitos.

Findo o atendimento de interconsulta, a mãe de João foi até a sala do brincar para buscá-lo. Estava muito emocionada, agradecendo à equipe que a acolheu. Nos pareceu que buscava apenas falar e ser ouvida sem um olhar julgador que de alguma forma a condenasse.

Após esse atendimento, toda a equipe estava claramente exausta e impactada, e mal conseguia falar sobre o caso depois de quase duas horas de atendimento. Optamos por nos resguardar e compartilhar as impressões sobre o caso no espaço da supervisão.

Na semana seguinte, a equipe que atendeu a mãe de João disse que suas narrativas eram povoadas de vivências negativas com forte teor de violência doméstica: brigas entre ela e seu companheiro assim como entre João e o padrasto. Também pontuou que, nas relações familiares, o padrasto e outros membros da família fazem insinuações sobre a condição de João, isto é, sobre a chance de o menino ser autista. Além disso, a partir de falas da mãe, a equipe ponderou uma possível relação entre a violência doméstica e uso abusivo de álcool e drogas.

A magia do brincar em contextos de vulnerabilidade e sofrimento social

A partir dos casos de Caio e João, é possível apostar no brincar como um instrumento terapêutico potente, capaz de auxiliar na interconsulta. O brincar – por si só terapêutico – tem sido de fundamental importância para a compreensão de casos que comportam alta complexidade. No caso de João, os fantoches fizeram com que o menino despertasse da sonolência com grande desejo de brincar. O menino deu voz aos seus fantasmas através dos personagens, verbalizando seus incômodos, sentimentos e emoções. Já Caio beneficiou-se do *setting* brincante, para falar da falta de sua mãe no cotidiano e da sua necessidade de atenção. Em ambos os casos, a violência doméstica ou territorial marcou a construção de subjetividades, os corpos e as relações. A alimentação e a rotina alimentar ficaram subsumidas às mais diversas precariedades em alguns momentos, sumindo em relação à sua relevância principal na cena.

A partir dessas experiências em atendimentos ofertados no SUS, foi possível perceber os mais diversos contextos sociais em que se apresentam as falas dos pacientes e de suas cuidadoras. Quando esses contextos socioafetivos não se apresentam por meio da expressão oral, o corpo e suas afetações aparecem como possibilidade de um outro modo de comunicação.

No nosso trabalho, em que o brincar é utilizado como um instrumento terapêutico, percebemos sua potência como forma de linguagem e expressão no mundo. Não por acaso, Sigmund Freud, em seu texto *Além do princípio do prazer* (1996), discorre a respeito dessa atividade terapêutica, pois, além de se apresentar como a linguagem preferencial da criança, ela permite que, a cada repetição, a criança possa fortalecer sua verdade, uma vez que, através dessa atividade, o que lhe angustia ou traz algum sofrimento pode aparecer.

Portanto, o brincar desempenha um papel importantíssimo no desenvolvimento emocional da criança. Tal atividade possibilita, na análise, um efeito catártico, permitindo que a criança possa se desvencilhar de emoções associadas a eventos traumáticos. Na experiência do brincar, uma criança pode repetir experiências vividas, a fim de dominá-las a partir de um repertório conhecido e seguro (Mitre; Gomes, 2004).

Em seu texto *Recordar, repetir e elaborar*, Freud (1980) ressalta que conteúdos reprimidos se expressam na atuação, a partir da reprodução de experiências como ação, repetindo-se de forma natural, sem que necessariamente se saiba o que se está repetindo.

Segundo Melanie Klein (1997), a criança expressa sua realidade, fantasias e desejos através do campo simbólico, por meio de brincadeiras e jogos. Além disso, a autora salienta que, sendo sua melhor forma de expressão, enquanto uma criança brinca, ela também conversa e impõe seu modo de estar no mundo. Sendo assim, o movimento lúdico pode propiciar também a construção e o fortalecimento de vínculos com quem se disponibiliza a entrar seriamente na brincadeira/diálogo, aproximando-se do mundo que a criança está expressando, sinalizando um interesse genuíno em fazer parte daquilo que é tão importante na existência dela.

Logo, como dissemos anteriormente, se entregar na brincadeira possibilita algo que está para além de uma disponibilidade física, tal como a entrada no universo simbólico e imaginário, buscando-se se aproximar do que está sendo dito/expressado/demonstrado pela criança. Tal aproximação sustenta a possibilidade de caminhar em direção ao que muitas vezes não pode ser falado, algo que se apresenta na ordem do indizível.

Considerações finais de um campo em aberto

No presente trabalho, nosso principal objetivo foi colocar em análise o tipo de clínica e de assistência integral que desenvolvemos junto a crianças com obesidade e suas cuidadoras, marcadas por situações de vida bastante complexas, a partir da sinergia entre violência e desigualdades raciais, de gênero e de classe social.

Na nossa prática, o conceito de integralidade nos permite entender o contexto de vida de cada usuário, favorecendo condutas mais humanizadas e assertivas no que diz respeito à arte do encontro nas situações de assistência à saúde (Mattos, 2004). Apostamos no brincar como instrumento terapêutico (Winnicott, 2000) e linguagem preferencial da criança e do adolescente (Santa Roza, 1993), convocando o sujeito que esteja na posição de terapeuta/analista para apenas ser pessoa; aberta ao brincar sem pretensões analíticas apriorísticas, mas para uma única e pura experiência do momento de encontro.

A palavra “momento” – substantivo masculino –, do ponto de vista estritamente gramatical, dá aqui exatamente uma ideia central da sua relação com o tempo, bem na linha da compreensão do pensamento do homem grego antigo, que pensava o tempo a partir de três perspectivas distintas: *khronos* (tempo, duração de tempo; duração de um período determinado); *aiôn* (tempo indefinido) e *kairós* (tempo oportuno, oportunidade). Dos termos gregos aqui apresentados, destaque-se o último – *kairós* –, já citado, pois contribui em muito para o agenciamento do brincar, em cuja instância o inconsciente infantil quase sempre se revela e se desvela. Eis aqui a oportunidade para elaboração de questões, construção de

novos significados e aprofundamento naquilo que a criança apresenta com embaraço e sofrimento.

Observa-se, com determinada frequência, que essa entrega envolve uma dimensão sensível (Cunha, 2022), capaz de potencializar a construção de uma relação afetiva entre a criança e o indivíduo que se coloca na brincadeira. Com base nos atendimentos que realizamos, uma possibilidade percebida é a formação de vínculo, ou fortalecimento dele, seja por meio de identificação, transferência ou confiança. O brincar terapêutico, com toda sensibilidade que o envolve, propõe a construção dessa confiança, a fim de propiciar um ambiente acolhedor e seguro o suficiente para que a imaginação, a fantasia e o real se expressem de alguma forma (Santa Roza, 1993).

Há brincadeiras capazes de adentrar uma dimensão ainda mais profunda e sensível, de modo a sustentar como possibilidade “dizer o indizível”, sem dizê-lo diretamente. A título de exemplo, pode-se citar o uso de fantoches e os efeitos provocados por essa ação de dar vida/voz a um outro *ser* que não seja si mesmo. O uso de fantoches pelas crianças tem se mostrado como um modo de manifestar representações, o funcionamento familiar, os tipos de relações presentes no cotidiano e os atravessamentos afetivos que permeiam aquela existência.

Nessa atividade, percebe-se a forte presença da imaginação e da criatividade, as quais podem surgir entrelaçadas com a realidade, tornando-se um *faz de conta* que se aproxima do mundo daquela criança, e que pode estar sendo apresentado durante a brincadeira. Mas é necessário que haja uma implicação do terapeuta, sempre atento ao que se apresenta naquele momento, entrando em contato com o conteúdo que está sendo revelado e desvelado.

Em nossa prática clínica, estruturada no cuidado integral, escutamos de diversas crianças a frase: “eu quero morar aqui”. A recorrência dessa afirmação despertou um interesse na equipe em se aprofundar nas possíveis motivações para que ela seja dita por pessoas diferentes, que vivem em contextos diversos, mas com características sociais comuns. Notamos que a frase é pronunciada quando a criança se sente confortável e acolhida o suficiente para manifestar o desejo de não ir embora nunca mais.

O acolhimento infantil propiciado através do brincar pode auxiliar na necessidade de liberdade que a criança tem de se expressar, de impor o seu modo de perceber o mundo e lidar com as situações que surgem, sem que seja “julgada” ou “podada”. Durante a brincadeira, as crianças experimentam, com ampla liberdade, seus desejos, uma vez que as deixamos livres para escolher qual brincadeira gostariam de realizar ou qual jogo mais as agrada. A possibilidade de escolha, seguida da aceitação e entrega ao que foi decidido por elas, parece propiciar um sentimento de “ter um lugar” (Junqueira, 2003; Mitre; Gomes, 2004).

Por fim, em alguns casos atendidos, observamos contextos familiares com muitos cuidados endereçados a pessoas diferentes e atravessamentos em função da pobreza, violência e vulnerabilidade social, aspectos que podem influenciar nessa falta de lugar para a criança na dinâmica familiar. Além disso, a frase “eu quero morar aqui” nos sinaliza que aquela criança se sente respeitada na sua condição de pessoa em condição de desenvolvimento, sujeito de direitos e que, ali, seus “modos de andar a vida” (Feuerwerker, 2014) são acolhidos e recebidos em uma abordagem sensível, que busca proporcionar um ambiente confiável e afetivo a todos.

Referências

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BORTAGARAI, F. M. A interconsulta como dispositivo interdisciplinar em um grupo de intervenção precoce. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 392-400, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/20851>. Acesso em: 4 ago. 2023.

BRASIL. *Clínica ampliada e compartilhada*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_compartilhada.pdf. Acesso em: 5 maio 2023.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 6. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2006.

- CONTRERAS, J.; GRACIA, M. *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011.
- COSTA, A. *Heráclito*: fragmentos contextualizados. Algés: DIFEL, 2002.
- COSTA, T. *Psicanálise com crianças*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- CUNHA, C. C. 'A gente não quer só comida': integralidade na atuação interprofissional no cuidado da obesidade infantil. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 284-296, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E523>. Acesso em: 5 out. 2023.
- FEUERWERKER, L. C. M. *Micropolítica e saúde*: produção do cuidado, gestão e formação. Porto Alegre: Rede Unida, 2014.
- FONTES, I. Psicanálise do sensível: A dimensão corporal da transferência. *Revista Latinoamericana de Psicopatología Fundamental*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 64-70, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-47141999001005>. Acesso em: 5 out. 2023.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *The state of food security and nutrition in the world: urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural-urban continuum*. Washington, D. C.: FAO, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc3017en>. Acesso em: 14 set. 2023.
- FREUD, S. Além do princípio do prazer. In: FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: volume XVIII. Campina Grande: Imago, 1996. p. 11-76.
- FREUD, S. O escritor e a fantasia. In: FREUD, S. *O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 325-338.
- FREUD, S. Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In: FREUD, S. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreber")*, artigos sobre a técnica e outros textos (1911-1913). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 147-162.
- FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: volume XII. Campina Grande: Imago, 1980. p. 191-203.
- GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Santos: LTC, 1975.

HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

JUNQUEIRA, M. F. P. S. A mãe, seu filho hospitalizado e o brincar: Um relato de experiência. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 193-197, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100022>. Acesso em: 5 ago. 2023.

KLEIN, M. *A psicanálise de crianças*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

MARTIN, D.; SPINK, M. J.; PEREIRA, P. P. G. Corpos múltiplos, ontologias políticas e a lógica do cuidado: Uma entrevista com Annemarie Mol. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 22, n. 64, p. 295-305, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0171>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MATTOS, R. A. A integralidade na prática (ou sobre a prática da integralidade). *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1411-1416, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000500037>. Acesso em: 5 set. 2023.

MITRE, R. M. A.; GOMES, R. A promoção do brincar no contexto da hospitalização infantil como ação de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 147-154, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232004000100015>. Acesso em: 5 set. 2023.

QUADROS, L. C. T.; CUNHA, C. C.; UZIEL, A. P. Acolhimento psicológico e afeto em tempos de pandemia: Práticas políticas de afirmação da vida. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, v. 32, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240322>. Acesso em: 7 out. 2023.

RABELO, R. P. C. *et al.* Implantação de um programa interdisciplinar para o controle da obesidade infantil na Secretaria de Saúde do Distrito Federal/DF. *Comunicação em Ciências da Saúde*, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 65-69, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.51723/ccs.v29iSuppl%201.152>. Acesso em: 5 set. 2023.

RESENDE, C. O que pode um corpo? O método Angel Vianna de conscientização do movimento como um instrumento terapêutico. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 563-574, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312008000300011>. Acesso em: 5 set. 2023.

ROLNIK, S. Uma insólita viagem à subjetividade: fronteiras com a ética e a cultura. In: LINS, D. S. (org.). *Cultura e subjetividade: saberes nômades*. Campinas: Papirus, 1997. p. 25-34.

ROTENBERG, S.; VARGAS, S. de. Práticas alimentares e o cuidado da saúde: Da alimentação da criança à alimentação da família. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 4, n. 1, p. 85-94, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-38292004000100008>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SANTA ROZA, E. *Quando brincar é dizer: a experiência psicanalítica na infância*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SCHMITT, R.; GOMES, R. H. Aspectos da interconsulta psiquiátrica em hospital de trauma. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 71-81, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-81082005000100009>. Acesso em: 5 set. 2023.

STERN, D. N. Saber implícito. In: STERN, D. N. *O momento presente na psicoterapia e na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 135-144.

TOLEDO, S. Diálogoônico: A silenciosa comunicação mãe-bebê. *Cadernos de Psicanálise*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 22, p. 193-205, 2009. Disponível em: https://cprj.com.br/imagenscadernos/15.Dialogo_tonico.pdf. Acesso em: 5 out. 2023.

VALLA, V. V.; STOTZ, E. N. *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: Dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 37, p. 79-116, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200004>. Acesso em: 5 out. 2023.

WINNICOTT, D. W. *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WINNICOTT, D. W. Desenvolvimento emocional primitivo. In: WINNICOTT, D. W. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Campina Grande: Imago, 2000. p. 218-232.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Campina Grande: Imago, 1975.

CONSIDERAÇÕES PARA O ACOMPANHAMENTO DE IDOSAS NEGRAS CHEFES DE FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Alessandra de Jesus Santos Lopes

Dóris Firmino Rabelo

“Anotações iniciais”

Dona Ana me falou que ia se aposentar. O assistente social da equipe a auxiliou na organização dos documentos, nas xerox e na marcação da perícia no INSS. Três semanas se passaram e, finalmente, saiu! Dona Ana, que traz consigo o lanche da tarde dos técnicos de referência anuncia: vamos comemorar! A equipe se reuniu, comprou torta, salgado e refrigerante. A gestão a presenteou com ‘um dia de princesa’, marcou cabelereiro e manicure para festejarmos junto com ela. No discurso, dona Ana fala que, finalmente, vai se aposentar, descansar. Em coro, nós saudamos dona Ana e agradecemos o seu carinho e cuidado de sempre. Duas semanas depois, chego no serviço e de longe vejo dona Ana na cozinha. Não consigo falar com ela logo de início, pois a fila para atendimento já estava enorme às 7 horas da manhã. No intervalo de almoço, finalmente, eu encontro dona Ana e já vejo no seu semblante o desânimo que nunca havia visto no seu olhar durante os dois anos de trabalho no serviço. Pergunto brincando se ela estava com saudades da equipe que já tinha voltado para nos abraçar e matar a saudade. E dona Ana me puxa de volta para a minha sala que estava vazia naquele momento e me diz: ‘eu tive que voltar, minha filha.

Falei com o prefeito e pedi o meu emprego de volta. Minha filha mais velha tá sem trabalho, não conseguiu pagar o aluguel da casa e voltou a morar comigo. Com ela e com os meus netos [no total, são seis] eu não tenho como pagar tudo pra eles e pras meninas [as outras duas filhas]. Fora Rafael, que pegou 600 reais do meu dinheiro para comprar droga e me bateu semana passada porque eu não queria dar o dinheiro. Não vai ter descanso dessa vez, não. Quem sabe em outra vida¹.

O envelhecimento de mulheres negras evidencia a dinâmica de dominação e poder, no qual são colocados em pauta o racismo, as relações de gênero e de classe social. Um fenômeno comum em famílias negras e pobres no território brasileiro é a mulher negra e velha com a posse da casa, da chefia familiar e dos principais recursos para a manutenção do grupo doméstico. Existem elementos dessa dinâmica familiar que demandam atenção porque vão caracterizar determinantes específicos do envelhecimento dessas mulheres, seja pela responsabilidade hierárquica pelas células familiares e os sujeitos que as compõem, seja pela demanda de renda e o lugar que essa chefe de família idosa ocupa nos espaços fora do contexto familiar para provê-la. Desse modo, compreendendo a necessidade de suporte e proteção social e que essa configuração se estrutura como um potencializador dos processos de vulneração à qual essas mulheres estão historicamente expostas, o presente capítulo buscará apresentar algumas considerações importantes para o acompanhamento de idosas negras chefes de família na Política de Assistência Social.

O envelhecimento no Brasil é predominantemente de mulheres, que, de acordo com Camarano e Fernandes (2022), representaram, em 2019, 56,1% do contingente populacional de pessoas com mais de 60 anos no país. Progressivamente, estão assumindo o papel de chefes de família e de provedoras, de maneira que, em 2019, ser chefe de família passou a ser o *status* predominante (55,2%). Os dados incitam a necessidade de

¹ Relato da primeira autora, em 2019, enquanto ainda era técnica de referência de um Centro de Referência de Assistência Social (Cras).

se levantar discussões acerca da feminização da velhice e das suas condições de vida. Os indicadores mostram uma quantidade significativa de idosas que vivem em situação de baixo rendimento, ainda que a pobreza entre esse grupo tenha reduzido nas últimas décadas por conta das políticas de redistribuição de renda e proteção social. No entanto, conforme Ferreira, Leenson e Medrado (2019), nesse caso, a renda é distribuída para a manutenção familiar, dando suporte à sobrevivência de todo o grupo que compõe a família.

Ao adicionar a dimensão racial nessa análise, dados de 2016 indicam que entre as mulheres com os menores rendimentos, as pretas ou pardas eram 78,5%, enquanto as brancas 20,8% (IBGE, 2016). Como traz Hita (2004), a chefia familiar das mulheres brancas está relacionada ao cuidado de uma geração, enquanto os arranjos familiares das mulheres negras, na maior parte das vezes, é multigeracional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016), o número de famílias chefiadas por mulheres negras (55,4%) se mostrou maior do que o número de famílias chefiadas por mulheres brancas (44,5%).

O grau de escolaridade, que é um indicador de qualidade de vida e proteção social, é destoante, sendo que as chefes brancas com a escolaridade superior a 12 anos de estudo correspondem a 25,4% e das chefes negras, 11,9%. Ainda que o número de mulheres brancas (43,1%) chefes de família na faixa etária maior de 60 anos supere o de mulheres negras (24,9%), as condições em que essas últimas exercem esse papel são mais frágeis e mais vulneráveis. Mesmo que haja uma dimensão de gênero que toque experiências semelhantes, a dinâmica racial no contexto brasileiro baliza os modos de vida (e de morte) das pessoas (Borges, 2018; Hita, 2004).

Segundo Barbosa, Rabelo e Fernandes-Eloi (2020), são inúmeros os impactos subjetivos que podem surgir para idosas que estão nessa experiência de chefia familiar, como: maiores índices de ansiedade; baixa percepção de apoio familiar que está relacionado à possibilidade de ocorrência de depressão; maior exposição ao estresse; para além dos efeitos psicossociais que surgem a partir do racismo. Isso ocorre no contexto de exaustivas jornadas de trabalho unidas às atividades domésticas, enfrentamentos e articulações diárias dentro e fora do lar, que incidem sobre

o corpo e subjetividade da mulher negra e imprimem à vida da chefe de família uma sobrecarga diária. Socialmente naturalizado, esse modo de vida é justificado através da desumanização e animalização da mulher negra, que historicamente ocupa espaços de servidão, principalmente no trabalho em lares brancos (Gonzalez, 2020; Nascimento, 2021).

Essa desumanização, somada à necessidade de prover a família e viabilizar a sua sobrevivência, intensifica o estereótipo de que “mulheres negras são fortes” e que, por isso, elas não sofreriam com os efeitos dessa estrutura. Essa é mais uma das tramas do racismo e que não se dissolve na velhice e que alimenta uma série de discursos, inclusive os que organizam as relações com os sujeitos e instituições.

Como traz Werneck (2005), é preciso tencionar as estruturas institucionais que se compõem com o racismo, para que mulheres negras idosas possam ter acesso aos serviços públicos, com qualidade e constância, a fim de que a garantia constitucional de envelhecimento com qualidade de vida e bem-estar lhes seja efetuada. No contexto político atual, com o recrudescimento e avanço dos discursos conservadores e neoliberais, que resultaram no desfinanciamento e sucateamento das políticas públicas que atuam no fortalecimento dessas idosas e dos seus recursos, visibilizar essas trajetórias de envelhecimento historicamente silenciadas é urgente.

O contexto do envelhecimento de mulheres negras

A sociedade brasileira, sustentada na herança colonialista da escravidão do povo negro e indígena, articulada com os modelos imperialistas e capitalista de produção de dinâmicas sociais, reproduz relações de poder fundadas na raça/etnia, classe social, gênero e geração, que afetam profundamente o desenvolvimento de quaisquer populações minoritárias. São modelos que imprimem ostensivamente a hierarquização de sujeitos, a partir de diversos dispositivos sociais e institucionais, gerando a centralidade da vida e concessão de poder a determinados grupos sociais e invisibilizando e desapoderando outros (Almeida, 2018).

O racismo é um fenômeno de densidade histórica e de extrema complexidade. Se condensa aos alicerces da sociedade, afeta desde as ideias e construções simbólicas, relações interpessoais e crenças individuais, até a constituição de instituições e políticas públicas. O racismo se baseia na ideia da atribuição de funções, papéis, ideias e comportamentos a sujeitos a partir do grupo racial ao qual pertencem. Assim, justifica relações de exploração, de desigualdade, sustenta violências e a noção de (in)justiça direcionada a grupos socialmente desprotegidos (Balibar; Wallerstein, 2021).

Como o processo abolicionista se encaminhou sem que houvesse políticas reparatórias que buscassem reduzir os abismos sociais produzidos pela escravização, a condição do negro no Brasil nunca se afastou, de fato, dos modelos coloniais que foram criados no Brasil Colônia (Rios; Mattos, 2004). Muito pelo contrário, as políticas criadas foram de morte e extermínio da população negra de forma institucionalizada, agindo através de ações dos dispositivos do Estado como as políticas de saúde, educação e assistência social, por exemplo.

Mbembe (2018) forja o conceito de necropolítica para denominar o poder que atravessa o Estado que decide quem deve morrer e quem deve viver, com o objetivo do extermínio de alguns grupos populacionais. Nessa lógica, não se operacionaliza a morte somente produzindo estruturas para que ela ocorra, mas, também, através de tecnologias e serviços que estruturam o “deixar morrer”. Segundo o autor, os corpos “matáveis” são de sujeitos que estão o tempo inteiro na iminência da morte e da desassistência.

Ao pensar a relevância de pensar a estrutura racial associada a outros marcadores sociais, Patrícia Hill Collins (2019) propõe o conceito de “matriz de dominação” para explicar como funciona esse fenômeno de entrelaçamentos entre os determinantes sociais, a partir dos sistemas de raça, gênero e classe, por exemplo. Esse conceito demarca a existência de configurações específicas de relações sociais que se estabelecem a partir da hierarquização do poder, que se organizam na esfera estrutural, no que tange as instituições e políticas públicas; na esfera disciplinar, em que o exercício do poder se dá através de relações de controle e vigilância; e na esfera hegemônica, que busca retirar a politização de grupos sociais discrepantes aos hegemônicos.

De acordo com Souza (2016), a categoria velhice é composta por diversos aspectos e dimensões que podem ampliar a desigualdade e marginalização. Desse modo, é possível considerar que elementos estruturais como raça e gênero são relevantes para compreender a experiência objetiva e subjetiva da velhice de grupos que sofrem com os processos de exclusão social.

Segundo Camarano (2003), a esperança de vida da população branca foi de 6,4 anos mais elevada em comparação com as pessoas pretas e 5,6 anos mais elevada em comparação com as pardas. Assim, apesar do aumento da população idosa e a perspectiva do aumento da longevidade, a expectativa de vida da população negra ainda é mais baixa. Observou-se ainda, na pesquisa citada anteriormente, um contexto de envelhecimento caracterizado pela baixa nupcialidade, que está relacionado com a baixa expectativa de matrimônio; por altos índices de trabalho, que são majoritariamente informais; por altos índices de autonomia, conjuntamente com baixos índices de cuidado; são as que mais ocupam a posição de chefia familiar; e apresentam os piores índices de educação.

Segundo Ferreira, Leeson e Melhado (2019), a variável “raça/etnia” corrobora para diferenças profundas em relação à composição de renda e escolaridade, que se integra à problemática de gênero, evidenciando que as mulheres com mais de 60 anos e autodeclaradas pretas apresentam menor rendimento e os piores indicadores para educação, nos múltiplos cenários possíveis de comparação. Como discute Soares (2012), as condições de rendimento das idosas negras é um elemento fundamental, uma vez que é um dos parâmetros que constitui as noções de segurança ou vulnerabilidade no envelhecimento. De acordo com Vieira (2023), a porcentagem relacionada ao estudo e produtividade das mulheres negras idosas são inversamente proporcionais, ou seja, não alcançam altos graus de formação escolar, mas trabalham até o fim da vida. Há diferença também nos rendimentos após os 60 anos de idade, já que os dados apontam que o rendimento das mulheres negras está mais vinculado a benefícios socioassistenciais, enquanto os de mulheres brancas estão vinculados ao trabalho remunerado e aposentadoria formal.

Ainda, analisar como o contexto social incide sobre o envelhecimento dessas mulheres demanda considerar que pertencem à classe trabalhadora. Envelhecer na sociabilidade do capital significa necessariamente se deparar com uma série de construções sobre os seus corpos, sua produtividade e suas relações sociais. Como traz Teixeira (2019, p. 254):

Na contemporaneidade, com o acirramento da barbárie e na contramão de avanços civilizatórios, é preocupante reconhecer que ainda há idosos que experienciam condições degradantes de vida. São velhos trabalhadores que, ao perderem o valor de uso para o capital, tornam-se ‘inúteis’ para a sua reprodução. Já o segmento de idosos aposentados vive os dilemas da provisão de suas famílias extensas, da necessidade de retorno ao trabalho (mais precarizado) e da baixa remuneração. Haddad (2016, p. 94) enfatiza que, na velhice da classe trabalhadora, a miséria é recorrente, pois o modo de produção capitalista ‘produz a tragédia do fim da vida’.

De acordo com Teixeira (2019), é comum que discussões sobre os efeitos do capitalismo sobre a classe trabalhadora e o seu envelhecimento pautem o efeito que um corpo não produtivo produz sobre si mesmo. No entanto, quando se trata de mulheres negras no contexto brasileiro, essa não é a questão central. Haddad (2017) indica como o corpo da mulher negra velha não deixa de se compor com a lógica da produtividade, uma vez que o fim da vida para elas não significa o fim da vida de trabalho. Ao contrário disso, a velhice de mulheres negras na posição de chefia familiar por muitas vezes caminha junto com o aumento de responsabilidade, inclusive no que tange elementos que possam garantir a sobrevivência da sua rede familiar. E isso, muitas vezes, faz com que essas mulheres precisem trabalhar até o fim da vida.

Como trazem Balibar e Wallerstein (2021), a sociedade de classes produz desigualdades para que sujeitos tidos como subalternos possam sustentá-la através da exploração do seu corpo, da sua força de trabalho. Nesse caso, o corpo e a força de trabalho da mulher negra são desvalorizados a partir de uma perspectiva racista de subvalorização de corpos negros, sendo, assim, destinadas para trabalhos com vínculos empregatícios

fragilizados e explorados, inclusive na velhice. Para além disso, Soares (2012) destaca que o processo de envelhecimento pode reforçar as desigualdades frente à qualidade de vida e bem-estar dos diversos segmentos populacionais, contribuindo para aumentar as chances de exclusão.

E é nesse contexto de exclusão e vulnerabilidade que se configura a tentativa de sobrevivência da mulher negra idosa e das outras gerações subsequentes que igualmente sofrem os efeitos estruturais do racismo, já que a posição de chefia de família é um fenômeno que se apresenta com frequência para essas mulheres. Assim, surgem dinâmicas familiares, de trabalho, de afetos e de relações comunitárias que precisam ser pautadas nos estudos sobre a velhice dessas mulheres.

A mulher negra e a chefia de família: relações históricas do território e construção de modelos de sobrevivência da família negra

Faz parte do escopo teórico da psicologia considerar elementos de produção no território social, que se compõe concomitantemente com o território subjetivo dos sujeitos, e que são construídos a partir de elementos da realidade material do espaço onde habitam (Guzzo, 2017). No contexto familiar negro brasileiro, a estrutura de chefia familiar feminina se apresenta como herança e expressão da matriz cultural negra nas Américas, como resultado do processo de escravização do povo negro. Representa um modelo de organização familiar em que a autoridade, a hierarquia, tem como centralidade a figura da mãe-avó, com ou sem a ausência paterna (Hita, 2014).

De uma perspectiva histórica, a mulher negra se apresentou enquanto uma grande força de resistência, mesmo no período da escravização. De acordo com Paixão e Gomes (2008, p. 951), elas elaboravam formas de enfrentamento que contrapunham a ideia de passividade às violências que sofriam:

Na tentativa de impedir que filhos e esposos fossem vendidos separadamente, recusavam-se a trabalhar e ameaçavam os senhores com o suicídio e o infanticídio. Fazendeiros temiam especialmente envenenamentos que poderiam ser praticados por mucamas. Num mundo cercado de opressão, construíam ambientes de autoestima e se tornavam decisivas, por exemplo, para possibilitar fugas ou obter informações a respeito de vendas e transferências indesejáveis. Providenciando suprimentos, muitas delas prestavam auxílio providencial aos escravos em fuga ou àqueles interessados em escapar.

Davis (2016) também discute esse aspecto ao se referir à forma como as mulheres em situação de escravidão eram protagonistas do cuidado, no contexto da pouca estrutura familiar que lhes era permitida, além de terem que cuidar das demandas de produção designadas a elas. A autora descreve que, nesse período, era comum que os parceiros dessas mulheres, por terem tarefas com um alto nível de exaustão, não conseguiam organizar seus espaços familiares e, por isso, essa função foi designada às mulheres, apesar do nível de exaustão das tarefas delas ser bastante semelhante.

Essa configuração não sofre muitas mudanças no período pós-abolição. Araújo (2013) discute como, em relação ao homem negro, a mulher negra conseguiu desenvolver outras formas de sobrevivência. A autora afirma que ela conseguiu se inserir em diferentes atividades que poderiam promover renda, inclusive, e principalmente, nos serviços domésticos.

Nesse período, o negro esteve cada vez mais dependente da mulher negra, por conta da dificuldade de trabalhar de maneira segura, compensadora e constante. Por isso que a grande maioria vivia de pequenos “expedientes”, sujeitando-se a serviços mal pagos, no geral, e que requeriam pouca ou nenhuma qualificação (Araújo, 2013). A figura do homem negro, tomada como sinônimo de “perigo” pela sociedade, foi e é alvo de políticas de invisibilização e extermínio, sendo a política trabalhista uma delas.

Nesse sentido, atualmente a ausência do homem negro nos núcleos familiares se ocasiona por questões estruturais de extrema relevância, que estão sustentadas na baixa expectativa de vida e nas altas taxas de encarceramento de homens negros (Borges, 2018). Madeira e Gomes (2018) indicam que isso ocorre principalmente porque o aparato legislativo do

país justifica, através de dispositivos legais, a violação e a criminalização da existência negra desde o período da escravidão para saciar os interesses sociais e econômicos das classes ricas.

Anunciação, Trad e Ferreira (2020) indicam como a violência direcionada aos corpos de homens negros se engendra nas estruturas sociais, a partir do entendimento de que aquele corpo se constitui, *a priori*, enquanto uma ameaça social. Consequência disso é a alta taxa de homicídio de homens negros no Brasil, que, de acordo com o Atlas da Violência, 74% dos homicídios ocorridos no país vitimaram homens negros (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020).

Assim, fica sob a responsabilidade das mulheres negras prover financeiramente e ser referência de autoridade e organização das famílias negras. Como traz Araújo (2013, p. 83):

Exercendo controle sobre a família e seus recursos escassos, conjuntamente com a ausência do cônjuge, a mulher assumia o papel de chefia, com sua independência econômica e psicossocial em relação ao homem. É plausível que assim fosse, pois a autoridade pertence àquele que sustenta a casa, e, como frequentemente a mulher trabalha enquanto o marido não encontra emprego, a família tende a tomar uma forma matriarcal.

Geralmente é a mulher negra velha quem tem a posse da casa, da chefia familiar e dos principais recursos para a manutenção do grupo doméstico. Diante disso, diferentes gerações das famílias negras precisam se organizar em conjunto com outros membros que possuem bens, como a casa e a renda, que, de acordo com os dados trazidos anteriormente, proveem de benefícios socioassistenciais ou de trabalhos informais (Hita, 2004; Rabelo *et al.*, 2018).

Sueli Carneiro (2011, p. 121) apresenta o termo “matriarcado da miséria” cunhado pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier e argumenta como a relação das estruturas sociais produz uma asfixia social que sufoca as mulheres negras e produz uma série de impactos em todos os aspectos das suas vidas. O conceito se estabelece “para mostrar como as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada

pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social, e revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo o país”.

A localização geopolítica das famílias negras, geralmente ao redor das cidades, caracteriza a condução histórica e a expulsão dessas pessoas dos centros urbanos a partir das políticas higienistas e eugenistas adotadas no Brasil no pós-abolição, que buscavam eliminar a presença das pessoas negras da sociedade brasileira. Como traz Santos (2013, p. 42):

A exposição de indivíduos a acentuados níveis de desigualdade os tem levado a residir em locais com infraestrutura precária ou inexistente: com sério comprometimento de abastecimento de água potável, de coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, manejo de água pluvial que são essenciais para a prevenção de enchentes, controle de pragas, dentre outros fatores.

Nesse contexto, a partir da desassistência das políticas públicas, os territórios periféricos onde essas famílias negras se situaram historicamente é demarcado pela vulneração, e fica sob responsabilidade da mulher negra articular e prover vida das pessoas que estão sob a mesma extensão familiar que ela. Assim, como traz Chagas (2014), ainda com a sobrecarga de trabalho e cuidados exercidos pela mulher negra, ela foi e é historicamente responsabilizada pelos acontecimentos que ocorrem na sua família e comunidade.

Há uma dimensão muito comum que é atualizada constantemente, que versa sobre os lares negros como “desestruturados” e a mãe/avó negra como incapaz de prover uma boa educação para os seus descendentes. Essa lógica foi, inclusive, gerada por um argumento científico eugenista que considerava a criminalidade como fruto da desestruturação das famílias negras e da falha das mães negras. No entanto, esse argumento invisibiliza aspectos relevantes da organização das comunidades negras, como a falta de suporte do Estado, a ausência de políticas públicas reparatórias do pós-abolição e a ausência de renda da população negra, por exemplo. A responsabilização da mulher negra, que é um fenômeno que ocorre até hoje, é uma forma de retirar do Estado a responsabilidade de atuar e

oferecer melhores condições de vida para a comunidade negra (Bueno, 2020; Chagas, 2014).

Ainda que alguns tratados produzidos pelas políticas do Estado apontem as suas competências e atribuições na proteção de sujeitos e famílias, ainda é comum que em alguns espaços e dispositivos do poder público existam discursos que reforçam a responsabilização, renormatização, disciplinarização das famílias e reprivatização do cuidado como dever da família (Teixeira, 2009). Desse modo, tratando-se de sobrevivência da família negra nesse contexto de vulneração e política de morte, o trabalho se torna um elemento relevante para a chefe de família. Como já mencionado, na história do trabalho da mulher negra no Brasil, o trabalho doméstico assume posição de destaque como ocupação principal (Teixeira, 2021).

O trabalho doméstico para as mulheres negras é um elemento fundamental para pensar o seu envelhecimento, tendo em vista que os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2018) indicam que 68% das trabalhadoras domésticas são negras, 80% delas com idades entre 30 e 59 anos, e 7% com mais de 60 anos. No entanto, no Brasil, o trabalho doméstico, mesmo com as tentativas recentes de regularização, ainda é um vínculo empregatício frágil, no qual condições trabalhistas são reproduções de modelos escravocratas e, portanto, violentos (Tokarski; Pinheiro, 2021).

O modo de produção capitalista baliza a forma como a mulher negra circula socialmente, atribuindo a elas uma posição de servidão e invisibilidade. Ainda assim, o trabalho doméstico feminino e negro ocupa um lugar central na organização e permanência da sociedade, da forma como ela é conhecida. Alves (2021) assinala como o trabalho de reprodução da matéria orgânica, que viabiliza o cuidado com os sujeitos que trabalham na produção de mercadoria de valor, é fundamental para que o sistema se mantenha em atividade. Ele é um dos elementos que garantem o bom funcionamento da família hetero-patriarcal, possibilitando que as tensões resultantes da baixa participação dos maridos na esfera doméstica sejam atenuadas, além de apaziguar as cobranças sobre um Estado já pouco

garantidor de políticas públicas de cuidado. Percebe-se, então, uma divisão histórica racial do trabalho (Araújo, 2013; Bueno, 2020).

Essa discussão é relatada, também, nos escritos da historiadora Beatriz Nascimento (2021), ao destacar que a origem do sofrimento da mulher negra é social, a partir de uma perspectiva de dominação racial e de gênero, que se apresenta de forma a mantê-la nesses espaços. A autora ressalta que a ausência de qualificação profissional e acesso à escolarização se configuram como estratégias de retirar da mulher negra a possibilidade de participação em qualquer espaço de trabalho que seja considerado “público”, porque, nesses contextos, o critério racial se faz presente de uma forma mais intensa. Assim, a mulher negra permanece com baixos índices de escolarização e, com isso, permanece na mesma posição social e nos mesmos espaços de trabalho.

Nesse contexto, Collins (2019) apresenta o conceito da “mammy”, que corresponde à imagem coisificada da mulher negra idosa que executa o trabalho doméstico. Desse modo, a autora indica que a utilização dessa imagem serve para diferenciar as mulheres negras de todos os outros grupos, principalmente para desumanizá-la, para além de manter a dominação e o controle sobre os seus corpos, utilizando o afeto como via. Como traz Bueno (2020, p. 87, grifo do autor),

a *mammy* é a trabalhadora doméstica, escravizada ou liberta, obediente e fiel à família branca à qual serve com amor e zelo, onde está colocado uma política de afetos. Frequentemente é retratada enquanto uma mulher negra e gorda, de pele retinta, que não tem um companheiro e nem ao menos uma sexualidade.

A exaustão causada pela dupla jornada da mão/avó negra, em conjunto com as violências que incidem sobre o seu corpo cotidianamente, produz uma fragilização e adoecimento físico e subjetivo dessas mulheres. A baixa percepção de apoio familiar, o exercício de múltiplos papéis e a posição central na hierarquia familiar, correspondem a um alto nível de adoecimento psíquico em mulheres idosas negras (Barbosa; Rabelo; Fernandes-Eloi, 2020; Gonzalez, 2020). Desse modo, no trabalho de acompanhamento das famílias chefiadas por idosas negras em situação de vulneração social,

nos dispositivos da política de assistência social, o contato com os efeitos psicossociais e estruturais que o racismo e o sexismo produzem se apresentam de forma crônica.

O acompanhamento de idosas negras chefes de família nas políticas de assistência social

As políticas públicas que, apesar de recentes, se propõem a acompanhar e fornecer ferramentas para a garantia de direito e do enfrentamento às vulnerabilidades sociais que emergem a partir da conjuntura social, econômica e política que oprime o povo negro, conseguem, ainda que com muito esforço, propor elementos relevantes no acompanhamento das famílias, das pessoas e das comunidades. Desse modo, as políticas de proteção social que operam através de dispositivos legais e institucionais funcionam como vias de suporte, manutenção da vida e fortalecimento através dos serviços, benefícios e programas. Como trazem Musial e Marcolino-Galli (2019, p. 298):

A mudança de ótica da prática na proteção social destaca as bases de apoio que são intimamente relacionadas aos recursos familiares e comunitários, oferece às famílias espaços de acolhida de suas vulnerabilidades, possibilidades de participação de atividades que contribuam para o seu desenvolvimento em diversas esferas, especialmente em seus territórios. Além disso, é importante destacar que os serviços públicos ofereçam esse caráter de apoio, pactuando com as famílias esse acesso sistemático e planejado, bem como, mapeando os recursos disponíveis para essa família na comunidade. Na mesma oportunidade, destaca-se que essa superação demanda apenas a responsabilização de uma instituição, mas o envolvimento do conjunto: Estado, família e sociedade.

A Política Nacional de Assistência Social (Pnas) é responsável por organizar e operacionalizar os dispositivos, programas, benefícios e serviços que decorrem do acesso à política através do escoamento da sua

capilaridade territorial. Outros instrumentos, como a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) e o Estatuto do Idoso, constroem perspectivas de implementação do cuidado com a pessoa idosa, pensando exatamente acerca da proteção de sujeitos socialmente invisibilizados, cujos corpos “descartáveis” já não são de interesse nem do capital nem do Estado.

Na leitura da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), é possível identificar como a materialização da política de assistência social deveria conduzir os seus planejamentos e ações, de forma que a proteção social aos sujeitos em situação de vulnerabilidade, risco e violência social fosse realizada de forma sólida, resistente e contínua (Brasil, 2013). Não é à toa que são preconizadas diferentes ações e serviços, para que a rede se torne complexa e, assim, dê conta das pluralidades dos acontecimentos sociais nos sujeitos e nos seus territórios.

O conceito de vulnerabilidade social surge com a proposta de articulação de elementos no contexto social e de indicar que existe, predominantemente, uma organização estrutural dos dispositivos públicos e um efeito coletivo na produção desses elementos. Como trazem Musial e Marcolino-Galli (2019), a vulnerabilidade social está relacionada com o modo em que os serviços públicos são acessados ou não para assegurar os direitos sociais, tais como educação, trabalho, saúde, moradia, participação, entre outros.

Essa situação resulta na dificuldade, por parte de indivíduos, grupo ou famílias, de acesso a ferramentas capazes de promover o enfrentamento a determinados riscos, ou seja, instrumentos que lhes promoveriam maior capacidade de ação sobre as forças que afetam seu bem-estar ou que lhes violentam ou geram exposição. Geralmente, esses instrumentos são materiais e simbólicos (Cançado; Souza; Cardoso, 2014).

O que é possível compreender, nesse sentido, é que se produz um sistema social, histórico e político que não só falha em fornecer os meios para que esses instrumentos sejam desenvolvidos pela população, como também reforça, ou não combate, os elementos que subsidiam a permanência dos dispositivos sociais que sustentam as desigualdades sociais. E esse é um posicionamento que dialoga com os pressupostos da

necropolítica (Mbembe, 2018), uma vez que essa conjuntura repercute na desproteção social e, conseqüentemente, no sofrimento e na morte.

Ainda assim, pensar a vulnerabilidade social sem considerar as relações de classe, raça e a exploração de gênero é naturalizar a realidade social e histórica em que ela se instala, ignorando as nuances políticas e estruturais da sociedade racista e de estratos sociais (Brambilla *et al.*, 2021). E enquanto um processo invisibilizado, o envelhecimento das mulheres negras que estão em posição de chefia de família não corresponde aos moldes sociais que estão instituídos nas políticas públicas de proteção social. Isso porque existe uma tentativa constante em pensar as políticas socioassistenciais para “sujeitos universais”.

Ainda que exista um conjunto de leis que coordene e institua o funcionamento das políticas sociais, o racismo institucional em conjunto com a lógica capitalista da exclusão e desigualdade social promovem um campo de forças que se opõem de forma incisiva às políticas de proteção. A invisibilização dos demarcadores sociais que atravessam o corpo da mulher negra idosa não só torna qualquer ação e intervenção de uma equipe multidisciplinar potencialmente inapropriada e ineficaz, como também reproduz e retroalimenta o movimento vivo do sistema que deliberadamente coloca os sujeitos em situação de risco social. A política de assistência social é um grande exemplo da ação desses campos de forças, uma vez que a proposta de funcionamento se direciona para a superação da vulnerabilidade social, mas é alvo constante do sucateamento, desfinanciamento e de políticas eleitoreiras e coronelistas² (Castilho; Lemos; Gomes, 2017).

A importância desse debate se dá, por exemplo, ao se pensar na lógica de trabalho no Sistema Único de Assistência Social (Suas), que é determinada pelo formato orientado pela matricialidade sociofamiliar, cuja pessoa de referência da família é tomada como fundamental para a organização dos protocolos. No entanto, a chefia de família da mulher negra no Brasil

² Coronelismo, segundo Carone (1971), é um elemento político estruturado através da história e sustentado geograficamente através dos períodos históricos. Se refere à figura do coronel, postura de poder, detentor da ordem e dos votos de uma determinada região e que se estrutura através do mandonismo – o mandatário.

se institui de um lugar de desvalorização e desautorização social assim como de reprodução de estereótipos. Um exemplo disso se dá pela relação estreita com a concessão de benefícios do Suas, no qual essas mulheres geralmente são caracterizadas como preguiçosas e desprovidas de “boas intenções” e de que “vivem do dinheiro do governo”. E quando essas mulheres reivindicam os seus direitos, na forma que encontram de os fazer valer, são tomadas como raivosas, “barraqueiras” ou desagradáveis, situações que as desumanizam (Bueno, 2020; Collins; Bilge, 2021).

O acesso aos dispositivos da assistência social se dá pela urgência de dar conta das demandas básicas da família, quaisquer que sejam elas. Benefícios sociais pretendem ser emergenciais, mas, na realidade em que essas mulheres estão inseridas, o estado de emergência se instala todos os dias, o tempo todo. E assim, na maior parte das vezes, as políticas não conseguem ser completamente efetivas, principalmente porque as estruturas que organizam a matriz de opressão sustentada nas dinâmicas de raça, classe social, gênero e geração são reproduzidas dentro dos serviços, fazendo ressoar os estereótipos e dificultando o acesso dessas mulheres ao sistema de garantias de direito.

Desse modo, ressalta-se a importância de que os profissionais que circulem pelos dispositivos da rede de assistência social estejam em formação sólida e continuada para o alinhamento ético-político necessário para a atuação, quaisquer que seja o cargo em que esteja. Mas é necessário ressaltar a importância de que isso ocorra de forma intensiva com os profissionais que compõem a equipe do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi).

O Paif e o Paefi são a expressão do “cuidado social com famílias, de caráter continuado com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida” (Brasil, 2013). Nesses termos, é o serviço da assistência social formado por profissionais de ensino superior – assistente social, psicólogo e/ou advogado – que irá pensar e articular a teia de serviços, programas e benefícios que serão usados para enfrentar a vulnerabilidade social ou risco que as famílias

estejam enfrentando. Assim, é fundamental que tenham o conhecimento, a sensibilidade e o compromisso necessário para atuar nesse contexto.

Para além do Paif e Paefi, outro recurso importante é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que se trata de um serviço de convivência que busca fortalecer a autonomia das pessoas idosas através do fortalecimento de vínculos sociais e familiares. Para as comunidades negras, a rede de suporte social se configura historicamente como um meio de organização social e política. Não se trata somente de um indicativo de aspectos cognitivos ou relações sociais saudáveis, mas um meio de sobrevivência. Uma vez que o Estado se faz ausente nessas localidades, produz-se meios próprios de manutenção da vida dos sujeitos que se organizam a partir da lógica de redes de suporte e os dispositivos que surgem a partir daí, como modelos de famílias extensas, criação comunitária, etc. (Chagas, 2014).

Desse modo, levando em conta as demandas de idosas negras chefes de família, bem como os elementos da composição territorial e política do contexto em que vivem, podemos tecer algumas considerações gerais para o acompanhamento desse grupo na política de assistência social por psicólogos(as):

- É importante construir uma cartografia do território através da relação das usuárias e suas famílias com os dispositivos da assistência social, pois demarca como a disponibilidade de recursos e o acesso a eles transforma a realidade dessas mulheres idosas;
- Diante das demandas e da urgência por proteção à vida, os benefícios socioassistenciais acabam sendo centrais no vínculo entre as usuárias e os serviços, contudo, é preciso investir em outros meios de acesso a direitos, autonomia e participação social.
- É importante considerar as diretrizes do acompanhamento familiar que versam a relevância da referência familiar para o trabalho social com famílias, mas é necessário fazê-lo sem desresponsabilizar os dispositivos da política de assistência social do cuidado com os usuários e famílias; e sem culpabilizar a chefe da família pelos possíveis processos vivenciados pelas famílias;

- A sobreposição de funções, a sobrecarga da chefia das suas famílias e os trabalhos – informais – frequentemente não viabilizam que essas mulheres frequentem o espaço do SCFV. Portanto, as estratégias construídas nesse âmbito precisam levar em conta as diversas experiências de mulheres, pois “pessoas idosas” não é um grupo homogêneo;
- O SCFV deve ser um recurso estruturado para fortalecer socialmente e politicamente as mulheres idosas, ao fazer com que o espaço se torne uma aproximação da política de assistência social, orientando-as em direção à garantia de direitos;
- Os encontros grupais, sejam eles promovidos pelo SCFV ou os grupos Paif, podem ser espaços que promovem a identificação entre as trajetórias, vivências e demandas. Por isso, é incentivado que funcione também como espaços de formação e fortalecimento das relações entre as mulheres idosas, a fim de que estas possam funcionar também como redes de apoio e fatores de proteção;
- Pensar no envelhecimento dessas mulheres é entender que elas sofrem no corpo físico e subjetivo os efeitos de uma vida desprotegida e constantemente deslegitimada, e mesmo demandando cuidado na velhice, os recursos sociais para elas são escassos ou insuficientes, promovendo mais desigualdade e sofrimento;
- Criar meios de visibilizar e valorizar as narrativas de vida dessas mulheres, de forma a compartilhar a contribuição e a atuação delas nos diversos espaços das comunidades e territórios os quais fazem parte. Entender a relevância da narrativa ancestral no fortalecimento comunitário é retomar o exercício da construção histórica do povo negro e valorização dos corpos negros que ajudaram a construí-la;
- O acompanhamento familiar deve considerar, através da estrutura do Plano de Acompanhamento Familiar, o uso estratégico dos programas do Suas e dos encaminhamentos intersetoriais para o fortalecimento do cuidado e atenção à toda composição familiar das mulheres idosas, nas diversas faixas etárias. Ao exercer uma ação integral aos membros da família, há a possibilidade de redução da sobrecarga da mulher idosa, podendo gerar um impacto sob a sua qualidade de vida.

É necessário destacar que a articulação dessas estratégias facilitam uma assistência potente às especificidades dessa população, se produzidas

em conjunto com a implementação e fortalecimento dos dispositivos assistenciais e políticos nas diferentes instâncias de poder, gestão e controle social. A complexidade da conjuntura em que essa política se estabelece demanda que a atuação seja igualmente complexa, alinhando a legislação e críticas às perspectivas políticas, históricas e sociais que constituem a leitura sobre a vulnerabilidade e risco social.

Considerações finais

Neste capítulo, foram apresentados o contexto do envelhecimento de mulheres negras, as relações históricas do território e a construção social de modelos de sobrevivência da família negra e o acompanhamento de idosas negras chefes de família nas políticas de assistência social. Idosas negras chefes de família envelhecem em um contexto de maior vulneração social, fruto das desigualdades raciais e de gênero, que se intensificam na velhice em virtude da sobrecarga de responsabilidades no provimento de recursos para a manutenção do grupo familiar. As considerações tecidas podem auxiliar na atuação em psicologia nas políticas públicas, a partir do reconhecimento das condições sociais que estruturam o envelhecimento dessas mulheres e das necessidades emergentes nesse contexto.

Referências

- ALMEIDA, S. L. de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, C. C. F. *Trabalho reprodutivo sob o capital: mulheres, classe e raça no trabalho doméstico e no cuidado*. Belo Horizonte: Letramento: Temporada, 2021.
- ANUNCIAÇÃO, D.; TRAD, L. A. B.; FERREIRA, T. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190271>. Acesso em: 19 out. 2021

ARAÚJO, A. S. A mulher negra no pós-abolição. *Revista da ABPN*, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 22-36, 2013.

BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. *Raça, nação e classe: as identidades ambíguas*. São Paulo: Boitempo, 2021.

BARBOSA, V. S.; RABELO, D. F.; FERNANDES-ELOI, J. Indicadores de Saúde Mental e do Clima Familiar de Idosas Negras Matriarcas. *Revista de Psicologia da IMED*, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 94-107, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2020.v12i2.3599>. Acesso em: 19 maio 2021.

BORGES, J. *O que é encarceramento em massa?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

BRAMBILLA, B. B. *et al.* Desigualdade na Assistência Social: dimensão subjetiva do “nó” consubstancial. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 7-29, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2021.11.26.4178>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS*. Brasília, DF: MDS, 2013

BUENO, W. *Imagens de Controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CAMARANO, A. A. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 35-63, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142003000300004>. Acesso em: 30 mar. 2021.

CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. Envelhecimento da População Brasileira Contribuição Demográfica. In: FREITAS, E. V.; PY, L. (org.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. p. 1-11.

CANÇADO, T. C. L.; SOUZA, R. S.; CARDOSO, C. B. S. Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro. *Anais [...]*. São Pedro: ABEP, 2014. p. 42-58.

CARNEIRO, S. O matriarcado da miséria. In: CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 127-130.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. de S.; GOMES, V. L. B. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 130, p. 447-466, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.118>. Acesso em: 24 ago. 2021.

CHAGAS, R. S. *A união faz a força: o mito familiar em famílias negras*. São Paulo: Intermeios, 2014.

COLLINS, P. H. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2014.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, J. P.; LEESON, G.; MELHADO, V. R. Cartografias do Envelhecimento em Contexto Rural: notas sobre raça/etnia, gênero, classe e escolaridade. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00176>. Acesso em: 30 mar. 2021.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUZZO, R. S. L. Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Interamerican Journal of Psychology*, Ciudad de San Luis, v. 41, n. 2, p. 231-240, 2007.

HADDAD, E. G. M. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez, 2017.

HITA, M. G. *A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador-Ba*. Salvador: Edufba, 2014.

IBGE. *Censo demográfico: resultados preliminares - São Paulo*. Brasília, DF: IBGE, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da Violência*. Brasília, DF: Ipea, 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.38116.riatlasdaviolencia2020>. Acesso em: 5 nov. 2022.

MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 133, p. 463-479, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.154>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MUSIAL, D.; MARCOLINO-GALLI, J. F. Vulnerabilidade e risco: apontamentos teóricos e aplicabilidade na Política Nacional de Assistência Social. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 291-306, 2019.

NASCIMENTO, B. *Uma história feitas por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PAIXÃO, M.; GOMES, F. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 12-43, 2008.

RABELO, D. F. et al. Racismo e envelhecimento da população negra. *Revista Kairós-Gerontologia*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 193-215, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2018v21i3p193-215>. Acesso em: 27 maio 2022.

RIOS, A. M.; MATTOS, H. M. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101x005008005>. Acesso em: 11 set. 2021.

SANTOS, S. B. Famílias negras, desigualdades, saúde e saneamento básico no Brasil. *Tempus: Actas de Saúde Coletiva*, Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 41-53, 2013.

SOARES, C. Envelhecimento populacional e as condições de rendimento das idosas no Brasil. *Gênero*, Niterói, v. 12, n. 2, p. 167-185, 2012.

SOUZA, E. C. O. *Conhecimento de si: narrativas do itinerário escolar e formação de professores*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SOUZA, L. C. *Política de assistência social e envelhecimento humano: dos centros de convivência de idosos aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas*. Curitiba: CRV, 2016.

TEIXEIRA, S. M. *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2019.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento em contexto de superexploração e contrarreformas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 142, p. 447-466, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.259>. Acesso em: 24 nov. 2021.

TEIXEIRA, S. M. Família e as formas de proteção social primária aos idosos. *Revista Kairós-Gerontologia*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 59-80, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2008v11i2p%p>. Acesso em: 30 ago. 2021.

TOKARSKI, C.; PINHEIRO, L. Trabalho Doméstico remunerado e covid-19: aprofundamento das vulnerabilidades em uma ocupação precarizada. *Repositório do conhecimento do IPEA*, Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 55-64, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/bapi26art6>. Acesso em: 23 ago. 2021.

VIEIRA, P. *Envelhecimento e Desigualdades Raciais*. São Paulo: Cebrap, 2023.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104129020162610>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SOBRE AS(OS) AUTORAS(ES)

Airton Pereira do Rêgo Barros

Professor associado do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), doutor em Psicologia Social e das Organizações pela Universidade de Valencia, Espanha. É mestre em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e graduado em Psicologia pela mesma universidade. Atualmente desenvolve pesquisas nas áreas da psicologia social, psicologia comunitária e psicanálise.

Alessandra de Jesus Santos Lopes

Psicóloga pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); mestranda em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); pesquisadora do Núcleo de Estudos Avançados em Desenvolvimento Humano e Saúde Mental do Centro de Ciências da Saúde (CCS/UFRB) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI/UFBA).

Ana Carolina Bispo Pereira

Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Pós-graduada *lato sensu* em Direitos Humanos e Cidadania pelo Instituto de Direitos Humanos (IDH). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras (Gepsid).

Ana Clara Oliveira

Graduanda em Psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atua como estagiária na área clínica, através da abordagem fenomenológica existencial voltada para casos de suicídio. Também atua como estagiária na área clínica-institucional, no ambulatório de nutrição da Policlínica Universitária Piquet Carneiro, no modelo de interconsulta e em acolhimento individual. É integrante do projeto de extensão da Coordenação de Saúde do Instituto de Psicologia/UERJ, atuando na modalidade de extensionista-bolsista.

Anderson Moraes Pires

Psicólogo. Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Participa do Parallaxe: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica. Também integra a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(os) (Anpsinep), estando na coordenação coletiva do núcleo cearense.

Anne Joyce Lima Dantas

Doutoranda e mestre em Psicologia pelo Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) pela linha de pesquisa: Subjetividade e Crítica do Contemporâneo. Participa do Parallaxe: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica.

Aluísio Ferreira de Lima

Psicólogo, doutor e mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Saúde Mental pela Universidade de São Paulo (USP) e Psicologia Clínica pelo Conselho Regional de Psicologia 11ª Região (CRP11). Professor do Departamento de Psicologia, coordenador e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em

Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Produtividade em Pesquisa nível 1D do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Líder do Parallaxe: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica.

Ângelo Brandelli Costa

Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, assim como do Programa de Pós-Graduação em Medicina e Ciências da Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e coordenador do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais. Especialista em Psicologia Social e em Psicologia em Saúde pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI/UFRGS), doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSICO/UFRGS) e com estágio pós-doutoral pelo mesmo programa.

Annelise Riva

Graduanda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Voluntária no grupo de pesquisa Preconceitos, Vulnerabilidades e Processos Psicossociais (PVPP/PUC-RS). Nutricionista clínica. Especialista em Nutrição Esportiva pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Bruna Bayer

Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Psicóloga clínica de orientação psicanalítica Instituto de Ensino e Pesquisa em Psicoterapia, em Porto Alegre (Iepp/POA). Especialista em Saúde Pública (UFRGS). Coordenadora da pesquisa Psicanálise e Política (Iepp/POA). Associada ao Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (Nuppec/UFRGS).

Bruna Maria Lima de Oliveira

Graduanda em Psicologia na Universidade do Grande Rio (Unigranrio). Pesquisadora da Iniciação Científica (IC) “Formação em Psicologia e Direitos Humanos: cartografando potências, afetos, intensidades e criando novos mundos possíveis” na Unigranrio (2023). Voluntária na modalidade à distância no programa #tmjUNICEF voltado para a saúde mental, participando de palestras e discussões acerca do tema e auxiliando como revisora dos textos publicados pelo programa (2022).

Camilla da Silva Rocha

Graduada em Psicologia na Universidade do Grande Rio (Unigranrio), com experiência na Secretaria de Assistência Social de Nova Iguaçu. Pesquisadora de Iniciação Científica (IC) no projeto de pesquisa: “Formação em Psicologia e Direitos Humanos: cartografando potências, afetos, intensidades e criando novos mundos possíveis” (2023). Bolsista de IC pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no projeto de pesquisa “O trabalho emocional de profissionais da área da saúde: um olhar a partir da gestão das emoções” (2023).

Carmem Regina Giongo

Doutora e pós-doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora do Mestrado em Psicologia da Universidade Feevale.

Claudia Carneiro da Cunha

Professora associada do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) da UERJ. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-doutorado em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social

(IMS/UERJ). Possui mestrado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e graduação em Psicologia na UERJ.

Clara Santos Henriques de Araújo

Psicóloga pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Pedagogia pela Radboud University. Psicóloga na Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária de Niterói, no Rio de Janeiro. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras (Gepsid). Pós-graduanda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ).

Daniele Carmo Queiroz

Doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UFBA. Graduada em Psicologia pela UFBA. Possui experiência na docência do ensino superior e como psicóloga clínica.

Diana Flores

Psicóloga pela Universidade Feevale. Possui especialização em Psicologia Hospitalar e Saúde pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Possui experiência em saúde mental e atualmente é servidora pública, atuando no contexto da assistência social.

Dóris Firmino Rabelo

Docente do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Fernanda Guadagnin

Assistente Social, especialista em Atenção Básica pela Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, mestre em Psiquiatria e Ciências do Comportamento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutoranda em Medicina e Ciências da Saúde pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Atualmente é assistente social do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, atuando nos seguintes setores: Ambulatório Geral, Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero, Programa de Anomalia da Diferenciação Sexual e Programa de Cirurgia Bariátrica.

Flavio Lopes Guilhon

Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF); mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Formado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente Psicólogo da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras – na equipe E-Multi e no Ambulatório de Saúde Mental, Álcool e outras drogas – e na Universidade do Grande Rio (Unigranrio), como professor colaborador.

Jannayna Queiroz Carvalho

Psicóloga pela Universidade de Fortaleza (Unifor), mestre em Psicologia pela Unifor e doutora em Psicologia pela Universidad del Salvador (USAL). É especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Atualmente é professora da graduação em Psicologia pela Unifor e pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Processos de Exclusão Social (Lepes).

Jimena de Garay Hernández

Psicóloga pela Universidad Nacional Autónoma de México. Mestra e doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora adjunta do Instituto de Psicologia da UERJ e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras (Gepsid).

Juliana Fernandes-Eloi

Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia. Pós-doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Participa do Paralaxe: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica. Membro do Grupo de Trabalho (GT) Relações Intergrupais: Preconceito e Exclusão Social, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (Anpepp).

Kaline da Silva Lima

Possui doutorado em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestrado em Modelos de Decisão e Saúde pela UFPB e graduação em Psicologia também pela UFPB. Atualmente é professora da Universidade de Fortaleza (Unifor), atuando na graduação em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Realizou Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). É coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Processos de Exclusão Social (Lepes).

Karin Juliana Daffinyn da Silva

Mulher negra de pele clara, cisgênero, ouvinte, filha de Maria Izabel e neta de Maura Margarida. Curitibana, graduada e mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Psicóloga clínica e social a

partir da abordagem histórico-cultural da Psicologia, dialogando com saberes e filosofias africanas. É pesquisadora bolsista no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Katiane Alves Fontes dos Santos

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ). Especialista em Psicologia Médica pela Faculdade de Ciências Médicas (FCM/UERJ). Colaboradora externa do programa de extensão Atuação em Redes e Linhas de Cuidado: Articulações Interprofissionais no Âmbito da Coordenação de Saúde do Instituto de Psicologia (IP/UERJ).

Keilane Ferreira de Araujo

Psicóloga pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). É especialista em Saúde Mental pela Faculdade Latino-americana de Educação (Flated). Mestranda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Kelly Cristina Kohn

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Mestra em Psicologia Social (PUC-RS). Formação em Terapia Sistêmica Individual, de casal e família pelo Instituto da Família de Porto Alegre (Infapa). Psicóloga graduada pela PUC-RS. Atuação na psicologia com ênfase em psicologia social dentro dos temas de gênero, violência e políticas públicas e pesquisas sobre masculinidades. Foi psicóloga do Exército Brasileiro por oito anos.

Letícia Leite Bessa

Psicóloga pela Universidade de Fortaleza (Unifor), mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutoranda em Psicologia na Unifor. É especialista em Psicologia Escolar Educacional e

em Psicopedagogia. Atualmente é professora da graduação em Psicologia da Unifor e pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Processos de Exclusão Social (Lepes).

Luana Elayne Cunha de Souza

Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestre e graduação em Psicologia pela UFPB. É professora do Centro Universitário de Brasília (CEUB) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza (Unifor) e cocriadora do Laboratório de Estudos sobre Processos de Exclusão Social (Lepes/Unifor). É membro de A Psicologia Social e sua Diversidade Teórico-metodológica, grupo de trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp).

Luciana Maria Maia

Psicóloga pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestre em Psicologia Social pela UFPB e doutora em Psicologia Social pela UFPB em cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora titular da Universidade de Fortaleza (Unifor), atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. É coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Processos de Exclusão Social (Lepes). É membro do Relações Intergrupais: Preconceito e Exclusão social, grupo de trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp).

Luciana Queiroz Fontenele

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialização em Psicopedagogia e mestrado em Psicologia pela UFC. É doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, na linha de pesquisa “Sujeito e Cultura na Sociedade Contemporânea”, com projeto relacionado à Educação Inclusiva. Atualmente é professora da

graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza (Unifor) e de cursos de formação/especialização em Psicologia Escolar, ministrando módulo/disciplina sobre Educação Inclusiva.

Luciana Fernandes de Medeiros

Psicóloga e doutora em Psicologia Social. Professora adjunta do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), *campus* Santa Cruz.

Luísa Chaves de Faria Brasil

Psicóloga afirmativa com foco nas comunidades LGBTQIAPN+. Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e com formação em terapia afirmativa para minorias sexuais e de gênero pela Sínteses Psicologia, Psiquiatria e Ensino.

Marcus Vinicius de Oliveira Silva (*in memoriam*)

Graduado em Psicologia pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (Fumec), mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutor em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi professor associado aposentado do Instituto de Psicologia (IPS) da UFBA, e foi coordenador do Laboratório de Estudos Vinculares e Saúde Mental (LEV) do IPS/UFBA.

Maria Clara Dias da Costa

Graduada de Psicologia na Universidade do Grande Rio (Unigranrio). Pesquisadora da Iniciação Científica (IC) no projeto de pesquisa “Formação em Psicologia e Direitos Humanos: cartografando potências, afetos, intensidades e criando novos mundos possíveis” na Unigranrio. Foi estagiária em Mediação Escolar na educação infantil do Colégio Intellectus.

Maria Leonor Gonsales Martins da Silva

Aluna de Psicologia na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Auxiliar de iniciação científica no grupo de pesquisa Psicologia, Comunidades e Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PSC/PUC-RS).

Mariana Resener de Moraes

Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Formação em Psicanálise pelo Centro de Estudos Psicanalíticos de São Paulo. Aperfeiçoamento em Psicopatologia Psicanalítica pelo Sedes Sapientiae. Residência em Saúde da Família pelo Grupo Hospitalar Conceição. Graduação em Psicologia pela UFSM.

Marina Feijó

Mestranda em Psicologia Social e membro do grupo de pesquisa Preconceito, Vulnerabilidades e Processos Psicossociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Psicóloga pela PUC-RS com formação em terapia afirmativa para minorias sexuais e de gênero pela Sínteses Psicologia, Psiquiatria e Ensino.

Marina Valentim Brasil

Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Psicóloga clínica de orientação psicanalítica pelo Instituto de Ensino e Pesquisa em Psicoterapia, em Porto Alegre (Iepp/POA). Coordenadora do Núcleo de Gênero e Sexualidade (NuGS) do Iepp/POA. Associada ao grupo de pesquisa Preconceitos, Vulnerabilidades e Processos Psicossociais (PVPP/PUC-RS).

Melissa Gava Payer

Graduada em Psicologia na Universidade do Grande Rio (Unigranrio). Pesquisadora de iniciação científica na pesquisa-intervenção: “Formação em Psicologia e Direitos Humanos: cartografando potências, afetos, intensidades e criando novos mundos possíveis” na Unigranrio. Estagiária em Psicologia Aplicada ao Esporte no Fluminense Football Club - Centro de Treinamento Vale das Laranjeiras, com atuação focada na categoria de base feminina de futebol. Monitora da disciplina Motivação e Emoção na Unigranrio.

Nathan Silva Carneiro

Graduando de Psicologia na Universidade do Grande Rio (Unigranrio). Pesquisador da Iniciação Científica (IC) “Formação em Psicologia e Direitos Humanos: cartografando potências, afetos, intensidades e criando novos mundos possíveis” na Unigranrio. Estagiário de Psicologia na Rede Cidadã, entidade de assistência social que promove transformação social por meio da integração entre vida e trabalho como um só valor, criando soluções em geração de trabalho e renda para populações vulnerabilizadas.

Patrícia Castro de Oliveira e Silva

Pós-doutorado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutora e mestra em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), graduada em Psicologia pela UFRJ. Professora colaboradora na Universidade do Grande Rio (Unigranrio), onde é fundadora e supervisora do grupo de estágio Esquizoanálise, Direitos Humanos e Políticas Públicas. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras (Gepsid) no qual tem atuado no campo prisional e socioeducativo.

Raquel Meyer Fagundes Backes

Psicóloga pela Universidade Feevale. Atua através da clínica de orientação psicanalítica. Possui experiências na área de psicologia social e comunitária, psicologia jurídica, psicologia institucional e políticas públicas. Atuou em projetos de direitos humanos, com grupos em situação de vulnerabilidade, realizando uma escuta qualificada de pessoas em situação de rua, pessoas em situação de violência, mulheres, LGBTQIAPN+ e pessoas que fazem uso de drogas.

Renata Meira Veras

Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente é professora associada do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA. É pesquisadora produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nível 2. Coordenadora do Grupo de Trabalho (GT) Relações Intergrupais: Preconceito e Exclusão Social, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (Anpepp).

Sabrina Daiana Cúnico

Professora da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Feevale e da Universidade Salgado de Oliveira (Universo). Pós-doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Vice-coordenadora do Grupo de Trabalho (GT) Relações Intergrupais: Preconceito e Exclusão Social, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (Anpepp).

Stéphanie Da Selva Guimarães

Psicóloga. Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Psicóloga clínica, membro do corpo clínico do Instituto de Pesquisa em Psicanálise e Relações de Gênero e da Faculdade Unida de São Paulo (Ipperg/Fausp) e membro da diretoria de extensão da Liga Acadêmica de Sexualidade, Saúde e Gênero da Universidade de São Paulo (Lagssex/FMRP/USP).

Tatiana Otto Stock

Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Mestre em Psicologia Social (PVPP/PUC-RS). Doutoranda em Psicologia pela PUC-RS. Pós-graduanda em Terapia do Esquema pelo Instituto Cognitivo. Especialista em Psicoterapia Cognitivo-Comportamental pela Wainer Psicologia (WP). Instrutora de Mindfulness pelo Mindfulness Centre of Excellence.

Thaís de Castro Jury Arnoud

Mestre e doutoranda em Psicologia no Grupo de Pesquisa Violência, Vulnerabilidade e Intervenções Clínicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Graduada em Psicologia pela PUC-RS.

Wagner Luiz da Silva

Mestre em Letras Clássicas pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na linha de pesquisa Modos e Tons do Discurso Grego. Atualmente é graduando em Psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atua como estagiário nas áreas de psicologia e instituições de saúde (Policlínica Piquet Carneiro) e no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA/UERJ) pela abordagem da psicanálise. É bolsista e extensionista do projeto de extensão Diálogos sobre alimentação, corpo e subjetividade.

Formato: 17 x 24 cm

Fontes: IBM Plex Sans | Bevellier

Miolo: Papel Off-Set 75 g/m²

Capa: Cartão Supremo 300 g/m²

Impressão: Gráfica 3

Tiragem: 300 exemplares

RENATA MEIRA VERAS é professora associada do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA, além de ser bolsista produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

SABRINA DAIANA CÚNICO é professora da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Feevale e da Faculdade Universo. Pós-doutoranda em Psicologia Social no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

JULIANA FERNANDES-ELOI é pós-doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

DÓRIS FIRMINO RABELO é docente do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Todas as organizadoras fazem parte da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (Anpepp) / Grupo de Trabalho (GT) Relações Intergrupais: Preconceito e Exclusão Social.

Este livro trata de questões relevantes tanto do ponto de vista social como acadêmico, quais sejam: os contextos de formação e intervenção da psicologia na atuação com populações vulnerabilizadas. O livro está organizado no formato de coletânea, reunindo capítulos de pesquisadores e pesquisadoras de diversas universidades do Brasil. As pesquisas e intervenções compartilhadas buscam demarcar as possibilidades e limitações enquanto profissional de psicologia, além de difundir práticas eficazes em diferentes contextos. Espera-se que a leitura dos capítulos aqui presentes ofereça subsídios de avaliação e intervenção para estudantes e profissionais de psicologia que atuam ou têm interesse no trabalho com pessoas que têm suas vidas marcadas pelo preconceito, pela desigualdade e/ou pela exclusão social.

